



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WAGNER CARLOS DA SILVA

NA TRINCHEIRA DO IAHGP: A trajetória do historiador Mário Melo

Recife

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WAGNER CARLOS DA SILVA

NA TRINCHEIRA DO IAHGP: A trajetória do historiador Mário Melo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História do Norte e Nordeste do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586n Silva, Wagner Carlos da.
Na trincheira do IAHGP : a trajetória do historiador Mário Melo / Wagner Carlos da Silva. – 2021.
204 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
Inclui referências e apêndices.

1. Pernambuco - História. 2. Historiografia. 3. Historiadores. 4. Melo, Mário, 1884-1959. 5. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-065)

WAGNER CARLOS DA SILVA

NA TRINCHEIRA DO IAHGP: A trajetória do historiador Mário Melo

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 23/02/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Angela Maria de Castro Gomes
Membro Titular Externo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Barbosa de Araújo
Membro Titular Externo (Fundação Joaquim Nabuco)

Para Serena, que merece tudo que há de belo no mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador Flávio Weinstein Teixeira por sua contribuição intelectual, por sua presença atenciosa e, principalmente, pelo acolhimento e confiança que me garantiu tranquilidade para escrever esta tese.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa George Felix Cabral de Souza, Angela Maria de Castro Gomes, Rita de Cássia Barbosa de Araújo e Antônio Jorge de Siqueira por suas leituras e sugestões.

Aos professores, funcionários da secretaria e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Aos funcionários do CEHIBRA-FUNDAJ por apresentarem o acervo de Mário Melo.

Aos sócios do IAHGP, especialmente, Reinaldo e Galvão, por apresentarem o acervo de Mário Melo.

À professora Fabiana Bruce pelo incentivo decisivo no início desta travessia.

À CAPES pelo financiamento.

À Juliana Dias pela prazerosa companhia.

À minha filha Serena por me fazer insistir em acreditar em utopias.

RESUMO

Nosso objetivo é tratar da trajetória do historiador Mário Melo (1884 – 1959), destacando a sua relação com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), para refletir sobre o funcionamento do campo historiográfico pernambucano, entre as décadas de 1910 a 1940. Esse campo historiográfico estimulou uma narrativa positiva sobre o passado pernambucano a partir do enaltecimento de “heróis” que transmitiam a ideia da “bravura pernambucana”. O sucesso dos agentes envolvidos no jogo dependia das suas inclinações e habilidades para realizar determinadas produções historiográficas, mas também das suas tomadas de posição referentes, simultaneamente, às regras próprias do campo historiográfico e ao campo de poder político. Entendemos que a sua construção como historiador se faz por meio de ajustes com o campo historiográfico em que ele se encontrava, que lhe proporcionava um universo de possíveis (temas, objetos, metodologias, princípios de inteligibilidade), em meio aos quais ele irá se movimentar, aderindo e/ou recusando aquilo que está à sua disposição. Esses seus movimentos transmitirá sinais, que eram lidos positivamente pelo campo de poder político, num momento em que a história produzia um conhecimento considerado de altíssima relevância social. A nossa proposta é dialogar com Pierre Bourdieu e priorizar os conceitos de campo e de *habitus* para refletir sobre a trajetória do historiador Mário Melo. Nesse sentido, buscaremos ficar atento às suas disposições, aos lugares que ocupa e as tomadas de posição no campo historiográfico pernambucano, destacando as alianças e as desavenças durante a sua trajetória, que são resultados de um momento histórico específico.

Palavras-chave: Mário Melo. IAHGP. Campo historiográfico pernambucano.

ABSTRACT

Our goal is to analyze the trajectory of the historian Mário Melo (1884 - 1959), highlighting his relationship with the Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), to reflect on the functioning of the Pernambuco's historiographic field, between the decades of 1910 to 1940. This historiographic field stimulated a positive narrative about the past of Pernambuco based on the praise of “heroes” who conveyed the idea of “Pernambuco bravery”. The success of the agents involved in the game depended on their inclinations and skills to carry out certain historiographical productions, but also on their positions regarding the rules of the historiographic field and the field of political power. We understand that his construction as a historian is done through adjustments with the historiographic field in which he found himself, which provided him with a universe of possibilities (themes, objects, methodologies, principles of intelligibility), in the midst of which he will move, joining and/or refusing what is at your disposal. These movements will transmit signals, which were read positively by the field of political power, at a time when history produced knowledge considered of the highest social relevance. Our proposal is to dialogue with Pierre Bourdieu and prioritize the concepts of field and habitus to reflect on the trajectory of the historian Mário Melo. In this sense, we will seek to be aware of its dispositions, the places it occupies and the positions taken in Pernambuco's historiographic field, highlighting alliances and disagreements during its trajectory, which are the results of a specific historical moment.

Keywords: Mário Melo. IAHGP. Pernambuco's historiographic field.

LISTA DE SIGLAS

IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
RIAHGP	Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
APL	Academia Pernambucana de Letras
ABL	Academia Brasileira de Letras
FDR	Faculdade de Direito do Recife
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O IAHGP E MÁRIO MELO: AS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO	29
2.1	Um projeto historiográfico de utilidade pública: A sintonia entre o IAHGP e o campo de poder	29
2.2	A trajetória de Mário Melo como secretário e historiador do IAHGP: Habilidades, reposicionamentos e recompensas	47
3	MÁRIO MELO: O GUARDIÃO DAS TRADIÇÕES DO IAHGP.....	63
3.1	Mário Melo e Alfredo de Carvalho: O interesse pela temática indígena	64
3.2	Mário Melo e Oliveira Lima: O centenário da Revolução Republicana de 1817	74
3.3	Mário Melo e Pereira da Costa: A publicação dos <i>Anais Pernambucanos</i>	83
4	A CRISE NO SEIO DO VELHO SODALÍCIO: A RECONSTRUÇÃO DA HIERARQUIA DO IAHGP	91
4.1	<i>Uns pró outros contra a ação do Sr. Augusto Rodrigues</i> : As sessões do IAHGP no ano de 1935	92
4.2	O <i>infame</i> versus o <i>espírito diabólico</i> : O duelo entre Mário Melo e Augusto Rodrigues na imprensa recifense	100
4.3	A reafirmação da imagem social do historiador Mário Melo: A estratégia pela manutenção do seu domínio simbólico	111
5	MÁRIO MELO E O CAMPO DE PODER: CONFLUÊNCIA E LEGITIMAÇÃO.....	120
5.1	Mário Melo e a interventoria de Agamenon Magalhães: Apoios e ganhos	122
5.2	Mário Melo como colaborador da produção discursiva da interventoria de Agamenon Magalhães: Simpatia, complacência e um pouco de teimosia.....	128
5.2.1	Destruição e preservação: As contradições de Mário Melo.....	129

5.2.2 Pernambucoismo moderado: <i>Espírito nacional regionalista</i>	137
5.3 História e historiador no Estado Novo: A potência do capital simbólico de Mário Melo	140
6 O LIVRO A GUERRA DOS MASCATES COMO AFIRMAÇÃO NACIONALISTA	148
6.1 As condições sociais e históricas da produção do livro: Estímulos, constrangimentos e depuração	149
6.2 O livro como arma nas batalhas intelectuais e políticas: As tomadas de posição de um tradicional historiador republicano	163
7 CONCLUSÃO	190
REFERÊNCIAS	195
APÊNDICE A – FONTES	200
APÊNDICE B – LISTA DOS TRABALHOS DE MÁRIO MELO PUBLICADOS NA RIAHGP	201

1 INTRODUÇÃO

No início das pesquisas que resultou nesta tese, ao começarmos a perceber a importância da figura de Mário Melo para o nosso trabalho, buscamos conhecer os acervos pessoais relativos ao intelectual pernambucano Mário Carneiro do Rêgo Melo (1884-1959)¹. Nossa primeira visita foi ao CEHIBRA e, nesse espaço, encontramos um recorte que chamou a nossa atenção: uma matéria recortada que extrapola a pasta onde foi arquivada devido à sua grande proporção. Essa longa matéria jornalística, que aparece na revista *O Semanário*, na coluna *Panorama Nacional*, em 1957, é apresentada com um título com letras enormes, ocupando toda a parte superior da página: “Porque Manuel Bandeira ainda não tem um busto no Recife”. Abaixo desse título, os editores da revista colocaram um subtítulo para explicar aos seus leitores o que impedia a instalação do busto: “Mário Melo, jornalista de meio século, faz campanha contra, há dois anos”. Essa reportagem irá enfatizar que Mário Melo “está sozinho, isolado, lutando contra um luzido grupo de admiradores do poeta. Mário Melo, porém, é de uma renitência incomensurável”. A reportagem irá sugerir que é o “seu ódio mortal à poesia moderna” que o levará a lutar contra a colocação do busto².

No entanto, não ficamos satisfeitos com a resposta dada pela reportagem. Ao contrário, o destaque dado a um velho de setenta e três anos, que “larga o cacete”, ao produzir as suas crônicas, nos jornais pernambucanos, e consegue sozinho inviabilizar a instalação do busto de um dos poetas brasileiros mais importantes, causou uma inquietação que nos levou a perguntar: qual o interesse de Mário Melo em evitar a homenagem a Manuel Bandeira? O que ele via de vantajoso em ser opositor do “luzido grupo”? O que o levou a ir de encontro ao que era considerado como a mais refinada poesia? O que levou a se assumir como conservador? Quais usos ele podia fazer da sua imagem social? Quais armas foram utilizadas contra o grupo adversário? Em quais momentos da sua vida ele adquiriu essas armas? Será que ser considerado como um autêntico historiador lhe conferiu recursos suficientes para pôr em dúvida a validade do busto? Quais os lugares que lhe concederam forças para ferir os “modernos”? Por que, apesar de ele ostentar poder, não conseguiu aliados? Como ele resistiu às investidas do grupo rival? Por que o exagerado inconformismo diante da ordem cultural estabelecida?

¹ Os acervos pessoais de Mário Melo localizam-se em duas instituições com sede em Recife: o CEHIBRA-FUNDAJ e o IAHGP.

² O *Semanário*, Recife, 10 a 17 de janeiro de 1957. Recorte encontrado no Acervo Mário Melo do CEHIBRA-FUNDAJ.

Na época em que fizemos essas primeiras elucubrações sobre os posicionamentos de Mário Melo, no campo cultural pernambucano nos anos 1950, estávamos cursando disciplinas do curso de doutorado no PPGH-UFPE e, influenciados pelas leituras nelas realizadas³, fomos levados a enxergar, na reportagem citada, um sistema de relações de forças, que impulsionam os intelectuais a se moverem na direção de se oporem ou se agregarem aos outros, de acordo com a inclinação de cada um.

Nesse sentido, o nosso estudo caminhou na intenção de não realizar uma biografia de Mário Melo (apenas, olhando para a sua vida e sua obra), nem tão pouco, de buscar fazer outra biografia sobre esse intelectual, destacando-o como jornalista e/ou “homem de sete instrumentos”⁴. Nosso trabalho é mais delimitado: como entendemos que o relativo sucesso de Mário Melo, a exemplo do caso no combate em torno do busto, está relacionado principalmente à sua carreira de historiador (o que lhe garantiu autoridade para exercer influência no campo cultural pernambucano), buscaremos, fundamentalmente, estudar a trajetória do historiador Mário Melo, priorizando as suas ações e relações.

Nosso objetivo é refletir sobre o campo historiográfico pernambucano por meio da produção historiográfica e atuação do historiador Mário Melo (1884 – 1959). Desse modo, procuramos dimensionar o grau de importância do IAHGP, assim como o nível de prestígio de Mário Melo como historiador, em cada situação histórica específica, no intuito de visualizar os movimentos que lhe eram permitidos no campo cultural pernambucano. Iremos abordar 32 anos da sua trajetória de historiador, considerando 1909 como o ano inicial, momento em que ele ingressa no IAHGP, instituição que funcionava regulando as produções historiográficas em Pernambuco, e 1941, como o ano final, período em que é publicado o principal livro de história de Mário Melo. Priorizaremos, na sua trajetória, as produções que aparecem na revista do IAHGP, bem como, a sua atuação como secretário perpétuo do Instituto, que se inicia em 1917. Também, ficaremos atentos aos embates travados na imprensa, que nos permitam enxergar o

³ Principalmente as disciplinas ministradas pelo professor Flávio Weinstein nos semestres 2016.1, 2017.1 e 2017.2 que possibilitaram enriquecedores debates sobre as produções artísticas e intelectuais.

⁴ “Sabem os que me conhecem – escreveu Mário Melo – que sou homem de sete instrumentos, quer no sentido exato da expressão – gaita, ocarina, sino, berimbau, realejo, violão, pistão, – quer no sentido figurado”. NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Mário Melo**. Boletim da Cidade do Recife, n. 170, jan./mar 1968; n. 171/172, abr./set. 1968 e n. 173/179, out. 1968 a jun. 1970. Reproduzido em: Mário Melo, 1884-1959: uma bibliografia. FUNDAJ, Recife, 2012, p.17. As biografias sobre Mário Melo que mostram o jornalista e/ou “homem de sete instrumentos”, já foram realizadas, por exemplo: Tavares (1976), Paraíso (1997) e Fonseca (2001). Mais adiante iremos comentar essas e outras biografias sobre Mário Melo, que foram fundamentais para construir nosso trabalho.

funcionamento do campo historiográfico pernambucano, por meio, principalmente, das tomadas de posição de Mário Melo e dos julgamentos sociais que eram feitos.

Pretendemos mostrar, nesta tese, que Mário Melo estava alinhado com o campo historiográfico pernambucano e que, também, transmitia sinais lidos positivamente pelo campo de poder político. Esse seu capital cultural e social em sintonia com esses campos, favoreceu-lhe o reconhecimento como historiador, num momento em que a narrativa histórica tinha um enorme poder simbólico.

Entendemos que a sua construção, como historiador, fez-se por meio de ajustes com o campo historiográfico onde ele se encontrava. Isso lhe proporcionava um campo de possíveis, por meio do qual ele se movimentava, de forma a aderir e/ou recusar àquilo que estava à sua disposição. Nesse sentido, buscamos estudar a trajetória do historiador Mário Melo, atento aos lugares que ele ocupava e às tomadas de posição dele e dos outros agentes, no campo intelectual pernambucano, destacando as mudanças e desvios, durante a sua trajetória, que foram resultados de um momento histórico específico.

A nossa proposta é dialogar com Pierre Bourdieu e, priorizando os conceitos de campo e de *habitus* propostos por esse sociólogo, refletir sobre a trajetória do historiador Mário Melo. A partir da leitura de Bourdieu⁵, pretendemos priorizar as relações invisíveis, ou seja, colocar em conexão o agente e o espaço social, onde se encontra, para visualizar as condições sociais que afetam a produção intelectual, na intenção de problematizar a ideia de “criação original”. Bourdieu nos alerta sobre o perigo de acreditar, na criação, enquanto expressão de um intelectual de autonomia absoluta, esquecendo-nos de que obra e criador fazem parte de um mesmo sistema de relações (relações de força com seus dominantes e dominados, por meio das quais as estratégias atravessam as produções simbólicas). Desse modo, ele direciona o nosso olhar para os *habitus* dos agentes e para as suas tomadas de posição dentro do seu próprio campo.

As estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidos nas lutas literárias [...] dependem da posição que eles ocupem na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que, através da mediação das disposições constitutivas de seus *habitus* (relativamente autônomos em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a

⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Ed. Difel/Bertrand Brasil, 1989; **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992; **As Regras da Arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1996; **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Zouk, 2007.

transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las. (BOURDIEU, 1996, p.63, 64).

O debate em torno da posição dos agentes e suas tomadas de posição é importante para pensarmos sobre a relação entre o agente e o campo. Nessa perspectiva, cada produtor atua de acordo com as suas próprias disposições, como também, segundo aquilo que lhe é permitido pelo campo, onde ele está inserido, tornando o agente limitado pelas condições mais abrangentes vigentes, a cada momento; ao mesmo tempo, a sua produção expressa a sua posição no campo. Apesar das fronteiras, os agentes terão um relativo espaço para movimentação, tendo nesses deslocamentos condições para reorganizar o campo. No entanto, o grau de potência das ações dos agentes está relacionado com o lugar ocupado pelo agente, sendo este lugar associado às lutas simbólicas anteriores, que definiram o campo. Nesse sentido, cada campo é configurado de modo hierarquizado, por conta de uma desigual distribuição de capitais, o que favorece o fato de alguns agentes terem mais autoridade nas disputas, estruturando o campo pela oposição dominantes e dominados. Um campo cultural é um lugar de luta entre os agentes, que executam estratégias por meio das quais buscam preservar ou modificar os parâmetros de validação e legitimação vigentes. Entretanto, as transgressões são sempre parciais, pois todos os agentes que estão em disputa, inclusive os dominados, foram formados por tais parâmetros. Vale destacar que essas lutas interferem nas produções simbólicas, que é um dos meios pelos quais o autor adquire capital simbólico, tendo assim, condições de reconfigurar o campo.

O capital simbólico específico é o principal alvo em lutas, no interior de qualquer campo cultural, porque através dele se define limites e valores; é um poder mágico capaz de consagrar e revelar coisas existentes ou não. O capital simbólico, para ter essa força mágica, teve de ser percebido pelo grupo através de um trabalho anterior que produziu, nos agentes, a sensação de legitimidade. Em outras palavras, o capital simbólico é o reconhecimento que agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer de lutas anteriores. Apesar dessa enorme força que o capital simbólico proporciona, não entendemos que as ações dos agentes visam, apenas, estrategicamente, à maximização do seu capital, nem consideramos as suas produções intelectuais como meros instrumentos na luta por poder. Eles se movimentam, também, segundo as suas disposições inconscientes (inclinações construídas socialmente), que os levam a valorizar positivamente os objetos que estão em disputa no campo.

Entendemos que uma produção cultural, sobretudo as que foram construídas em campos com um alto grau de autonomia, fala, ao mesmo tempo, sobre as relações de força em que o produtor está envolvido, assim como, sobre os valores mais imprescindíveis e

estabelecidos em momentos anteriores, que mantêm a essência do campo no decorrer do tempo. Desse modo, procuraremos interpretar as produções culturais relacionando-as com a sua contemporaneidade, mas também nos esforçaremos em enxergar o elemento diacrônico, a partir da relação de Mário Melo com a produção cultural que lhe antecede, tentando visualizar se ele vai recusar ou aderir à autoridade das gerações anteriores. No entanto, tanto o produtor cultural que busca promover a transgressão quanto aquele que busca ser um continuador, movimentam-se a partir das referências estabelecidas por uma determinada tradição. Discutiremos sobre a questão da tradição e suas convenções que interferem no funcionamento do campo e na elaboração da obra, por meio do conceito de depuração proposto por Bourdieu.

Nessa perspectiva, é fundamental um olhar para a história do campo para compreender a singularidade de um determinado fazer artístico/intelectual; singularidade que é impulsionada tanto maior for a autonomia do campo. Acerca disso, diz Bourdieu (1989, p. 70): "O movimento do campo literário ou do campo artístico para a autonomia pode ser compreendido como um processo de depuração em que cada gênero se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo". Em campos com alto grau de autonomia, a produção cultural é resultado de um lento e longo trabalho coletivo de purificação. Esse processo de purificação oferece liberdade para o autor em relação a outros campos. Por outro lado, essa purificação exige do autor um enorme conhecimento sobre as exigências internas do campo onde ele se encontra; conhecimento incorporado a partir da relação com o próprio campo, formando um *habitus*.

Nessa direção, o nosso trabalho levará em consideração os principais debates intelectuais travados, no Brasil, na primeira metade do século XX, sobretudo aqueles que afetavam os critérios que definiam as verdadeiras produções historiográficas; aliás, critérios com os quais Mário Melo foi obrigado a conviver. Para pensarmos sobre as produções historiográficas e suas demandas internas, mas também para enxergarmos o historiador e sua participação nos debates nacionais, foi necessário nos aproximarmos dos trabalhos de Angela de Castro Gomes sobre o assunto⁶. A partir de Gomes (2014), vemos que, no início do século

⁶ GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**: A Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. **Remate de Males**, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001. GOMES, Ângela de Castro. **Em família**: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. IN: Escrita de si. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. GOMES, Angela de Castro; ABREU, M. C. A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 11-24, 2009. GOMES, Angela de Castro. Educação, ciência e edição: consagração intelectual, dos periódicos às coleções. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 6-15, 2014. GOMES, Angela de Castro. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. **Acervo**, Rio de Janeiro,

XX, os intelectuais brasileiros, impactados pelos recentes acontecimentos da Abolição e Proclamação da República, sentiam o seu tempo como um novo momento, cujo o debate em torno da relação nação/povo ganha destaque: “depois da Abolição e da República, foi possível ‘imaginar’ a existência de uma nação, formalmente constituída por um ‘povo’, ou seja, integrada política e juridicamente por homens livres” (p. 7). Murilo de Carvalho (1990), também, nos faz ver um projeto nacional que buscava legitimar a República, a partir da criação de um imaginário popular republicano – projeto que instiga o campo intelectual e de poder, desde a proclamação da República, e do qual Mário Melo participará durante toda a sua trajetória como historiador e como jornalista. Essas duas áreas de atuação lhe permitirão transitar entre diferentes formas de produção da narrativa histórica, alcançando públicos distintos, por meio de narrativas simples e emotivas ou por meio de uma linguagem mais fria (sendo o primeiro modelo o mais eficiente para romper as barreiras dos debates elitistas da época)⁷.

Nas primeiras décadas do século XX, o debate em torno da questão racial ocupava certa centralidade nas discussões intelectuais, inclusive dentro dos Institutos Históricos. Vale destacar que essa discussão ganhou impulso, nos primeiros anos do IHGB, quando foi definido, a partir do trabalho de Von Martius, que a história do Brasil deveria ser escrita, levando-se em consideração as três raças: o índio, o português e o negro⁸. Para construir a identidade dessa nova nação, gerações de intelectuais voltaram-se para o passado, fazendo-nos enxergar a primeira metade do século XX como um importante momento para a história se firmar como um conhecimento de altíssima relevância política e social: “esse período está marcado por numerosas e importantes comemorações e centenários; pela sagração de heróis políticos e culturais; pela entronização de datas históricas nacionais e regionais; pela criação de museus, academias e institutos” (GOMES, 2014, p. 7). A importância da história relaciona-se com o seu

v. 30, n. 2, p. 49-70, jul./dez. 2017. GOMES, Angela de Castro. A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, p. 90-103, 2019.

⁷ Sobre a atuação de intelectuais em diversas mídias com objetivos pedagógicos, Gomes (2014) diz: “esses intelectuais se propuseram a ser ‘pedagogos da nacionalidade’ em sentido *lato*, não se restringindo a intervenções na esfera da educação formal, embora também ocupasse cargos públicos ligados ao ensino, escrevessem manuais escolares e livros para crianças etc. Desejo destacar que, em geral, eles ultrapassaram largamente o espaço escolar, desejando que suas ideias ganhassem um público amplo, inclusive, o que não tinha mais lugar nas escolas. Daí, o imenso valor dos jornais, revistas e também das peças de teatro e das visitas aos poucos museus, além da participação em comemorações cívicas, que então se multiplicavam” (p. 8).

⁸ Em 1847, o IHGB estabelece o texto de Von Martius como a base do projeto historiográfico do IHGB. Segundo Guimarães (1988), esse projeto buscava garantir uma identidade ao Brasil a partir da “ideia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial”. (p.16).

principal local de produção, que na época, eram os Institutos Históricos. Essa relevância dos Institutos alcança a década de 1940, continuando como um forte espaço de consagração da produção historiográfica, apesar do crescimento do mercado editorial e do surgimento das universidades: “os Institutos Históricos e Geográficos, que ao contrário do que muitas vezes se imagina, ganham prestígio durante a chamada Era Vargas, revigorando suas revistas e promovendo comemorações, inclusive com subsídios governamentais” (GOMES, 2014, p. 12). Nesse sentido, na primeira metade do século XX, período em que Mário Melo atuará como historiador, serão os Institutos Históricos os lugares mais autorizados no debate sobre os parâmetros definidores do ofício historiográfico:

no Brasil das décadas de 1920, 1930 e 1940 assistia-se a um debate sobre o que era a história científica e sobre quem era ou podia ser historiador “de ofício”, sendo essa ainda uma questão em aberto. Apenas na década de 1950, a universidade irá definir e monopolizar, de forma crescente, o controle sobre as regras da escrita da História e da identidade do historiador. Até então, os Institutos Históricos dos estados e da capital federal eram os grandes *loci* do desenvolvimento de tal debate, na medida em que seus membros atuavam como os mais qualificados intelectuais para fazer o controle do discurso histórico “científico e moderno” (GOMES, 2019, p. 101).

Para visualizarmos o funcionamento do campo historiográfico pernambucano, a imagem social de Mário Melo e as possibilidades de usos do seu reconhecimento, em cada momento em que ele atuou como historiador, será necessário considerar outras forças que atuavam no campo cultural pernambucano. Para visualizarmos o campo cultural pernambucano, foi fundamental a leitura dos textos dos historiadores Durval Muniz de Albuquerque (2009; 2013), Flávio Weinstein Teixeira (2007; 2014) e Antônio Paulo Rezende (1997), que nos proporcionaram enxergar a força das ideias regionalistas que foram propagadas pelos meios de comunicação e legitimadas pelas instâncias de consagração, seduzindo a maioria dos intelectuais pernambucanos.

Durval Muniz de Albuquerque (2009; 2013), com suas investigações sobre a invenção da ideia de Nordeste e da emergência da “cultura nordestina”, colabora para a nossa reflexão acerca do campo intelectual pernambucano. Para ele, no início do século XX, Recife era o centro cultural do Nordeste, que formava o “intelectual regional” desde o século XIX por meio da Faculdade de Direito do Recife, e também era o centro jornalístico da região com o *Diário de Pernambuco*, alcançando a área de Alagoas até o Maranhão (2009, p. 85). A partir da década de 1920 a trajetória da intelectualidade pernambucana foi atravessada pelos princípios do regionalismo. Com a criação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924, formou-se um grupo de intelectuais que defendiam as “tradições” nordestinas, e juntos começaram a propor

uma imagem do Nordeste. Vale destacar que esses enunciados contribuíram para a instituição de um espaço entendido como Nordeste e proporcionaram o surgimento da ideia de cultura nordestina (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009; 2013).

Flávio Weinstein Teixeira (2007, 2014), por sua vez, explorando os debates intelectuais que ocorriam no Recife, a partir de uma perspectiva que prioriza as sociabilidades e as instituições de legitimação e consagração, ajuda-nos a compreender o campo cultural pernambucano durante a primeira metade do século XX. Por meio da leitura desses textos, percebemos a forte autoridade que as ideias da Escola do Recife e dos Regionalistas exerciam na produção artística e intelectual de várias gerações que atuaram em Pernambuco. Essas forças conservadoras no campo cultural pernambucano só começarão a ser questionadas na década de 1940 com as iniciativas artísticas que refletiam sobre os paradigmas culturais estabelecidos, como as questões levantadas pelo Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), a partir de 1946 (TEIXEIRA, 2007).

Nesse contexto, o campo cultural pernambucano, a partir da década de 1920, vai impulsionar os produtores culturais a se posicionarem *vis a vis* os princípios do regionalismo, passando a ser convencional realizar produções intelectuais que defendessem as tradições autenticamente nordestinas. Apesar de expressarem um sentimento comum, com o qual a intelectualidade pernambucana já estava acostumada desde do século XIX, o regionalismo também acionou as ideias modernistas, simpatizando “com as renovações acontecidas na produção cultural, com manifestações das vanguardas artísticas europeias” (REZENDE, 1997, p. 150).

Nos debates intelectuais, os regionalistas irão enfatizar que “o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero” (FREYRE, 1996, p. 49). Assim, o argumento regionalista direciona-se, em parte, para os grandes centros industrializados da época, localizados no Sudeste do país. Nesse caminho, Gilberto Freyre buscou diferenciar o regionalismo do Nordeste do modernismo do Rio de Janeiro e de São Paulo como uma “forma de evitar a marginalização, de não se sentir fora das trilhas da história, de não se ofuscar com as luzes do progresso” (REZENDE, 1997, p. 158).

Nesse sentido, é interessante observar que não é só a defesa da tradição nordestina que está em jogo, mas o fato de que parte dos intelectuais pernambucanos quiseram conquistar maior visibilidade e legitimidade, no debate, dentro do cenário nacional. Através do Instituto

Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)⁹, (instância cultural que o nosso trabalho irá priorizar), também podemos visualizar essa tensão entre aquilo que é considerado regional e/ou local com o que é considerado nacional. Ribeiro (2011) nos alerta para a disputa que ocorreu, no início do século XX, em torno da memória nacional. Nela, estados da federação, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, lutavam para transformar o seu passado local em símbolo da jovem república brasileira, no qual o IAHGP obteve um relativo sucesso ao propagar a Revolução Pernambucana de 1817 como berço da República brasileira.

A fundação do Instituto é motivada pelo desejo de uma intelectualidade local em falar do próprio passado, como resposta ao IHGB que se sentia autorizado a falar sobre o passado nacional, inclusive narrando acontecimentos considerados pertencentes à história de Pernambuco – principalmente o momento histórico conhecido como Restauração Pernambucana. Nesse sentido, o IAHGP, desde a sua fundação, se empenha em construir a sua própria versão da história de Pernambuco, valorizando os grandes acontecimentos do passado pernambucano, tais como, o período holandês, a Guerra dos Mascates, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira.

O IAHGP foi fundado em 1862 e teve 27 fundadores. O primeiro presidente efetivo do Instituto foi o Monsenhor Francisco Muniz Tavares, que presidiu o Instituto por 14 anos. Nesse período, o Instituto foi consolidando a sua configuração e recrutando sócios que “não tinham que ter necessariamente uma obra dedicada aos estudos históricos, mas gozar de algum prestígio intelectual, social ou político no contexto da província [de Pernambuco]” (SOUZA, 2010, p. 37). Salgado Guimarães (1988) e Lilia Moritz Schwarcz (1993), refletindo sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), destacam a marca elitista do Instituto: por ser formado por membros escolhidos através de relações sociais, principalmente nas suas primeiras décadas de funcionamento, estimulando-nos a pensá-lo como um espaço privilegiado

⁹ Até 1920, o Instituto era denominado como Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). A partir de 1920 o Instituto ganhará uma nova designação com a inclusão do termo *Histórico*, sendo denominado a partir de então como IAHGP, permanecendo até os dias atuais. No entanto, apesar da mudança do nome ocorrer dentro do nosso recorte temporal, iremos apenas utilizar a expressão IAHGP para uniformizar a escrita, mesmo quando estivermos nos referindo a acontecimentos que antecedem o ano de 1920. Vale destacar que o maior período da atuação de Mário Melo, quatro décadas, ocorre na fase em que o Instituto está com o novo título que elegemos para designá-lo. Sobre a inclusão da palavra *Histórico*, Souza (2010) nos oferece informações relativas ao contexto do evento: “Foi sugestão de Oliveira Lima incluir no nome do Instituto Arqueológico o termo “histórico”, que se por um lado deixou a denominação muito extensa (bem ao gosto de suas frases escritas), por outro compensou uma certa defasagem que o termo “arqueológico” já experimentava por volta de 1920, quando se fez a mudança”. (p.82).

de produção historiográfica, composto por membros, cujos perfis sociais transmitiam notoriedade.

Será no IAHGP que Mário Melo irá se estabelecer, firmemente por cinco décadas, garantido-lhe tranquilidade para atuar no campo intelectual pernambucano com legitimidade. Apesar de nosso trabalho priorizar a sua atuação como historiador, estamos conscientes de que essa é apenas uma face dentre várias outras. Durante a maior parte da sua vida, Mário Melo conciliou a sua atuação de historiador com a de jornalista, sendo estes os ofícios mais valorizados por ele e nos quais investiu muita energia, ininterruptamente, até a sua morte. Mário Melo atuou como jornalista, por mais de cinco décadas na imprensa pernambucana, escreveu em diversos estilos e sobre temas variados, sendo mais comum a escrita de crônicas, por meio das quais ele defendia a “tradição pernambucana” e atacava seus rivais, principalmente Aníbal Fernandes¹⁰.

Mário Melo, ainda, exerceu cargos como professor, deputado estadual, telegrafista, carnavalesco e cônsul. Entendemos que o seu desempenho como historiador é afetado pelos seus sucessos e fracassos, nas suas outras áreas de atuação, assim como, muitas vezes, suas ações em diversos âmbitos são facilitadas devido aos resultados positivos alcançados como historiador. Nesse caminho, para entendermos essa via de mão dupla e visualizarmos o conjunto das suas posições e ações, foi fundamental a leitura de textos sobre a vida de Mário Melo.

Encontramos seis trabalhos que se propuseram a tratar sobre a vida de Mário Melo¹¹. Embora a maioria dessas biografias enxerguem Mário Melo, principalmente, como jornalista, elas permitem ver acontecimentos da sua vida que nos mostram suas diferentes imagens e seus múltiplos discursos, e nos estimularam a realizar deduções pertinentes ao nosso interesse de pesquisa. Informamos, porém, que só nos preocuparemos em tratar da pluralidade de Mário Melo, quando o assunto se adequar ao nosso propósito principal, no qual limitará a

¹⁰ A desavença entre os dois começou na década de 1920 e permaneceu sem trégua até o fim das suas vidas.

¹¹ NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Mário Melo**. Boletim da Cidade do Recife: n. 170, jan./mar 1968; n. 171/172, abr./set. 1968 e n. 173/179, out. 1968 a jun. 1970. TAVARES, Cláudio. **Mário Melo: jornalista e Historiador Democrata**. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife, 1978. PARAÍSO, Rostand. **Cadê Mário Melo...** Comunigraf. Recife, 1997. FONSECA, Homero. **Perfil parlamentar século XX: Mário Melo: a arte de viver teimosamente**. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Recife, 2001. GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **Mário Melo 1884-1959: uma bibliografia**. FUNDAJ. Recife, 2012. Vale destacar que a apresentação desse inventário foi escrita pela historiadora Rita de Cássia Araújo. CAVALCANTI, Amanda. A. M. **Cadê Mário Melo: um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife**. Dissertação. UNIRIO, 2017.

nossa curiosidade, impedindo-nos de querer tratar de todos os acontecimentos da existência de Mário Melo e muito menos explicá-los por si mesmos.

não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1996, p.82).

Nesse sentido, entendemos que nenhuma ação humana é livre e pura. Todos os indivíduos são afetados pelo mundo social, que o instrumentaliza, cria disposições e o faz ocupar determinadas posições. No entanto, o agente não é fixado permanentemente numa determinada posição: ele pode se deslocar no espaço social, ao ser empurrado por forças que permitem um conjunto de possibilidades quase sempre similares. Então, procuraremos evidenciar quais posições Mário Melo ocupa, em cada espaço e momento, ignorando o senso comum, que entende a vida humana como um caminho em linha reta com começo, meio e fim, no qual o começo anuncia o fim, indicando uma sucessão de eventos previsíveis.

Salientamos que, por meio dessa noção de trajetória, visualizaremos os movimentos do historiador Mário Melo, os quais apresentaremos agora, brevemente, nesta introdução. Colocaremos, também, alguns dados biográficos referentes às suas outras áreas de ocupações, com o intuito de fazer o leitor enxergar os principais acontecimentos da vida dele. Entendemos que, a partir desse conjunto de fatos, teremos uma visão ampla do cenário em que ocorreram os eventos de interesse da nossa pesquisa.

Mário Melo nasceu no Recife, no dia cinco de fevereiro de 1884, filho de Manuel do Rêgo Melo, juiz federal, e Maria da Conceição Carneiro da Cunha Rêgo Melo, prima do famoso abolicionista José Mariano. Aos 23 anos de idade, quando se forma em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (FDR), em 1907, abriu-se para Mário Melo um espaço de possíveis que permitia ao jovem Mário enxergar, antecipadamente, algumas funções sociais que ele poderia exercer no futuro. No início do século XX, bacharelar-se pela FDR significava uma enorme distinção e garantia a várias gerações o reconhecimento de uma intelectualidade favorável a exercerem cargos de relevância social, principalmente no Nordeste brasileiro.

No entanto, ao ingressar no IAHGP, a imagem social de Mário Melo começará a ficar fortemente marcada pelo o Instituto, sobretudo a partir de 1917, quando ele se torna secretário perpétuo do IAHGP, redefinindo o seu campo de possíveis. No final da década de

1920, Mário Melo aparece como um historiador consagrado e reconhecido em várias regiões do país, sendo, talvez, o historiador pernambucano de maior notoriedade¹². Dessa forma, o reconhecimento, na década de 1920, como um historiador de prestígio, que falava como o principal nome do IAHGP, estimulará Mário Melo a executar uma estratégia de conservação, com vistas a manter o seu domínio sobre assuntos ligados ao passado de Pernambuco. Mário Melo manterá essa estratégia até o fim da sua vida, recusando tudo aquilo que era tido como novo e que aparecia no campo cultural pernambucano. Inclusive, em ocasiões em que ele se sentiu ameaçado pelo desconhecido, a sua reação foi de excessiva hostilidade.

Esse sucesso de Mário Melo, como historiador, demonstra que ele tinha uma disposição que se ajustava às condições de funcionamento do IAHGP. A boa recepção da sua atuação indica que ele dominava as técnicas do ofício historiográfico, considerado legítimo, e nos fala da sua assimilação dos valores tradicionais do IAHGP. Inclusive, identificamos uma correlação entre a produção historiográfica de Mário Melo com a produção da geração anterior do IAHGP, que ele admirava, principalmente Alfredo de Carvalho, Oliveira Lima e Pereira da Costa. Sendo reconhecido como um historiador guardião das tradições do IAHGP, as suas produções historiográficas e suas tomadas de posição serão afetadas por essa sua imagem social que irá orientar a sua conduta, estimulando ou censurando as suas ações. Nesse sentido, por ser considerado detentor de um poderoso discurso tradicionalista, que podia oferecer uma versão do passado capaz de validar um determinado tipo de presente, Mário Melo será, várias vezes, convocado para atuar em alinhamento com tradicionais grupos políticos de Pernambuco.

Portanto, tendo sua mobilidade social simultaneamente impulsionada e limitada pela sua imagem, Mário Melo conseguirá, até a década de 1940, enxergar alguns meios que lhe renderá ganhos devido ao seu amplo espaço de atuação. O jornalismo foi um desses ofícios a que Mário Melo dedicou muito empenho, ficando famoso em Pernambuco, por meio das crônicas publicadas, principalmente, no *Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*, *Folha da Manhã* e *Jornal do Comércio*. Consideramos a sua atividade jornalística um importante meio para ele se projetar no campo cultural pernambucano, como também um forte instrumento para obter sucesso no campo político. Através da imprensa, Mário Melo consegue reconhecimento do grande público que lhe estimula a se candidatar a deputado estadual, sendo eleito em 1947, pelo PSD, Partido Social Democrático. No entanto, identificamos que nos últimos anos da sua

¹² Após a morte de Pereira da Costa, em 1923, Mário Melo tornou-se o único historiador residente em Pernambuco que era sócio do IHGB.

vida, na década de 1950, os valores que Mário Melo representa começam a ser fortemente atacados e rebaixados. A área em que ele pode se movimentar fica reduzida e a potência dos seus investimentos fica cada vez menor, devido ao desejo da nova geração de intelectuais e artistas em reinventar as tradições.

Não buscaremos na produção historiográfica de Mário Melo as representações de Brasil, Pernambuco ou de República que possam ter contribuído para a construção de identidades históricas que colaborariam para a *formação nacional*. Evitamos, dessa forma, demorar na reflexão sobre como Mário Melo ou os outros historiadores do IAHGP se relacionaram com o tempo e sobre como definiram o passado, ainda que, consideremos valiosas as premissas de Koselleck (2006), Hartog (2014) e Todorov (2000) acerca de como um indivíduo ou coletividade experimenta o seu tempo¹³. Vale destacar, ainda, que o nosso trabalho não se propõe em realizar uma história da historiografia, ficando, assim, em segundo plano uma reflexão sobre a epistemologia histórica e seus modelos de se escrever sobre o passado.

No entanto, queremos destacar algumas concepções historiográficas, convencionais na época de atuação de Mário Melo, que ofereceram a ele algumas possibilidades de escrever sobre o passado. De acordo com Schwarcz (1993) e Guimaraes (1988), os Institutos estimularam um tipo de produção historiográfica que servia para equacionar os problemas daquela geração, transformando a história como *Mestre da Vida*. Queremos destacar que os historiadores dos Institutos irão construir mitos de fundação, a partir de uma escrita que buscava ordenamento e ligações entre os acontecimentos.

Por outro lado, essa escrita da história permitiu dois tipos de enquadramento, por meio dos quais os institutos estaduais preferiram uma moldura mais reduzida. Enquanto o IHGB se empenhou em construir uma história nacional homogênea, o IAHGP se comportou como um guardião das tradições pernambucanas, e fez aparecer alguns trabalhos que supervalorizavam o particularismo dos acontecimentos do passado de Pernambuco. O IAHGP reconhecia outras fontes e outros eventos, assim como valorizava singularidades locais que os levaram a se opor ao universalismo proposto pelo IHGB. Apesar das variações em termos de perspectivas, não queremos dizer que havia no Brasil, no final do XIX, um embate consciente entre a concepção iluminista/positivista francesa e a concepção historicista alemã. Preferimos acreditar na elasticidade da escrita da história que, obedecendo a regras próprias do lugar onde ela está sendo

¹³ Esses três autores nos ajudam a compreender como as sociedades modernas retornam ao seu passado e idealizam o seu futuro. A forma como cada sociedade se relaciona com o tempo criará seu próprio tempo histórico, que guiará ações concretas no mundo social e político, por meio dos usos políticos do passado.

escrita, produz interpretações pontuais e efêmeras do passado, possibilitando coexistir no Brasil modos diversos de se escrever história, inclusive dentro do próprio IAHP¹⁴.

Para a realização do nosso trabalho utilizamos fontes textuais que pudessem nos falar sobre o conjunto de técnicas e valores de Mário Melo como historiador, bem como textos que indicassem a sua imagem social como historiador e sua relação com agentes externos ao IAHP – principalmente com agentes envolvidos com o campo de poder político. Para enxergarmos o *habitus* de Mário Melo, sua relação com o IAHP e sua posição na estrutura interna do campo historiográfico, tivemos como principal fonte a RIAGHP. Na RIAHP temos acesso à composição das direções e das comissões, aos estatutos, às listas de sócios, às atas das sessões, aos relatórios anuais e às produções historiográficas¹⁵. Apesar de todos esses itens nos oferecer valiosas informações, queremos destacar que foi por meio das atas das sessões que conseguimos mais resultados para falar sobre a trajetória de Mário Melo dentro do IAHP. Nelas conseguimos enxergar, com certa nitidez, seus interesses intelectuais e políticos, como também, a construção da sua imagem como historiador. Para visualizarmos as lutas que atravessam o campo historiográfico e como Mário Melo utiliza um capital simbólico específico, adotamos como principal fonte os jornais. Os conflitos intelectuais e políticos serão priorizados, nos últimos três capítulos do nosso trabalho, abarcando um período que vai de 1935 a 1941. Nesse período o *Jornal Pequeno* publicava diariamente uma crônica de Mário Melo. Essa coluna era intitulada *Ontem, Hoje e Amanhã* e ocupava o canto esquerdo inferior da primeira página. Será por meio, especificamente, dessa coluna que buscaremos tratar dos embates que Mário Melo participou. Coletamos essas crônicas de Mário Melo no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Queremos destacar que também tivemos acesso à coluna intitulada *Ontem, Hoje e Amanhã*, no acervo pessoal de Mário Melo, localizado no IAHP. Esse acervo é composto por quinze caixas e mais dois envelopes, que contêm dois cadernos. As duas primeiras caixas, basicamente, são formadas por correspondências¹⁶. As caixas três, quatro e cinco contêm recortes de jornais que abrangem um longo período, (1878 a 1940). Nessas três caixas os recortes estão reunidos de forma um pouco aleatória e muitos recortes estavam com o papel deteriorado. É a partir da caixa seis que os recortes ganham uma narrativa. Da caixa seis à caixa quinze, os recortes encontram-se montados cronologicamente, fazendo aparecer a

¹⁴ Nesse sentido, vale destacar a importância do conceito de campo de Bourdieu que nos ajuda a enfrentar essa tensão entre uma produção intelectual e o mundo social.

¹⁵ A coleção da revista do Instituto encontra-se na biblioteca do IAHP.

¹⁶ A maioria dessas correspondências são datadas entre 1946 a 1958, não correspondendo aos períodos que o meu trabalho priorizou, sendo assim muito pouco utilizada.

publicação diária ininterrupta de Mário Melo nos jornais. Essas dez caixas abrangem um período de atuação jornalística, que vai de setembro 1934 a 1957. Por fim, queremos ressaltar que escolhemos priorizar a coleta no site da hemeroteca, porque identificamos, ainda no período da coleta, que na seleção dos recortes havia lacunas, com algumas datas indisponíveis. Somase a isso o fato de muitas delas estarem ilegíveis. No entanto, essa pasta de recortes, em alguns momentos, foi útil como um atalho, por Mário Melo já ter feito uma seleção prévia de notícias em vários jornais do Brasil acerca de um tema que ele se envolveu¹⁷. Nesse sentido, priorizaremos, ora por meio de uma fala de Mário Melo pra “dentro”, ora por meio de uma fala pra “fora”, uma perspectiva que nos auxilie a enxergar, nas fontes, uma via de mão dupla entre Mário Melo e as relações de forças, nas quais ele está envolvido – conexão que o nosso trabalho se empenhará em mostrar.

A nossa tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo buscará entender como o IAHGP definiu necessidades e fronteiras, por meio do estudo das revistas do Instituto que contemplam produções historiográficas, estatutos, lista de sócios, atas das sessões e os relatórios anuais, procurando compreender o funcionamento do IAHGP e as regras que regulavam as produções historiográficas em Pernambuco. Identificamos que o IAHGP, durante todo o período em que Mário Melo atuou como historiador, empenhou-se principalmente em construir uma narrativa positiva sobre o passado de Pernambuco. Nessa direção, estimulou uma grande produção historiográfica comprometida em enaltecer os “heróis” do passado e os acontecimentos que transmitiam a ideia da “bravura pernambucana”, limitando as possibilidades de interpretações do passado. Também vale destacar que percebemos uma estreita relação entre o IAHGP e o campo político pernambucano, o que garantiu ao Instituto recursos financeiros e o reconhecimento como instituição de utilidade pública. No segundo momento do primeiro capítulo, optamos por estudar a trajetória do historiador Mário Melo, como secretário do IAHGP, por meio dos trabalhos publicados por ele nas revistas do Instituto

¹⁷ Enquanto realizava a coleta de dados, fui informado que o acervo de Mário Melo foi organizado pelo próprio Mário Melo. Cavalcanti (2017) também foi avisada sobre esse fato: “Segundo alguns dos atuais sócios da instituição, com quem pudemos conversar informalmente, esse acervo foi acumulado/idealizado pelo próprio Mário Melo, que, durante muito tempo, dedicou-se a ‘arquivar a própria vida’ nos porões da biblioteca da instituição” (p. 13). Curiosamente, encontramos um recorte, onde Mário Melo comenta sobre a sua prática de guardar e montar documentos do seu interesse para as gerações futuras: “não sei, depois da minha morte, que destino terão meus livros. Quem quer que, de futuro, fique com o meu exemplar de *Pernambuco no tempo do vice rei* encontrará o telegrama colado na página de entrada para, passadas as paixões e as conveniências pessoais, julgamento de dois caracteres”. (Jornal do Comercio, Recife, 17 de abril de 1945; recorte de jornal encontrado na caixa 9). Dez dias depois Mário Melo volta a falar sobre a possível confecção do seu acervo pessoal: “minha pasta de recortes já muito gorda. [...] Desde a célebre entrevista do sr. José Américo de Almeida, iniciei uma pasta, onde coloco recortes dos jornais, com a certeza de que isso me servirá muito no futuro, ou valerá para outrem, passados anos, desejoso de conhecer, tomada ao vivo, uma página da época. Também colo fotografias, que são documentos vivos, e costumo pôr o nome de cada um, para fácil reconhecimento” (Jornal Pequeno, Recife, 27 de abril de 1945).

e da observação dos seus movimentos, no Instituto como secretário; atentos aos lugares ocupados e às tomadas de posição dele e dos outros agentes, no campo historiográfico (atenção que continuaremos tendo nos capítulos seguintes). Identificamos que a boa performance de Mário Melo nas comemorações do centenário de 1817 e a obtenção do título de secretário perpétuo do IAHGP, em 1917, irão afetar, decisivamente, a sua posição no campo cultural pernambucano. Observamos também, em sua produção na RIAHGP, que o seu modo de fazer historiográfico estava ajustado à tradição do IAHGP, por meio do qual percebemos uma forte correspondência entre a sua produção e a produção da geração anterior.

No segundo capítulo, o nosso objetivo será mostrar a construção da imagem social de Mário Melo como historiador, destacando a sua vinculação com três historiadores que lhe antecederam no IAHGP e que tinham condições de transferir para os mais jovens um capital simbólico muito potente, nas lutas no campo cultural pernambucano, na primeira metade do século XX. Identificamos que, quando Mário Melo inicia sua trajetória no IAHGP, em 1909, Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho e Oliveira Lima eram os historiadores mais consagrados, no campo intelectual pernambucano, e estes, por sua vez, tinham a sua imagem fortemente associada ao Instituto¹⁸. Percebemos que Mário Melo tinha facilidade para produzir trabalhos historiográficos ajustados às normas estabelecidas pela geração anterior e aos poucos vai sendo reconhecido como um historiador que daria continuidade aos trabalhos dos três antecessores. Desse modo, constitui-se, gradativamente, uma imagem social que lhe favorece uma participação ativa nas decisões do IAHGP; chegando, ao final da década de 1920, reconhecido como o guardião das tradições do IAHGP. Vale destacar que ao conectar Mário Melo à geração anterior, continuamos, por outro ângulo, o trabalho do primeiro capítulo, que consiste em tratar sobre os valores aceitos pelos membros do IAHGP. Nesse sentido, para reconstruirmos a imagem social de Mário Melo, também tivemos acesso às crenças compartilhadas por aqueles historiadores, possibilitando-nos enxergar o que era entendido como um verdadeiro trabalho historiográfico.

No terceiro capítulo, trataremos de um conflito ocorrido dentro do IAHGP, em 1935, que mobilizou alguns membros do Instituto, tendo como principais opositores Mário Melo e Augusto Rodrigues. Este último aparece liderando um grupo subversivo com potencial de desestabilizar a hierarquia no IAHGP. Enxergamos esse conflito a partir das tomadas de posição dos agentes em discursos na imprensa recifense e durante as sessões do IAHGP.

¹⁸ Mas os três intelectuais não tiveram a sua imagem apenas associada ao IAHGP. Por exemplo, Oliveira Lima era famoso por ser ligado também ao IHGB, APL e ABL.

Identificamos que Mário Melo, empenhando-se em restaurar uma “paz”, sairá do silêncio e atacará ferozmente o grupo de Augusto Rodrigues, principalmente através do espaço que tinha no *Jornal Pequeno* e no *Jornal do Comércio*. Ainda, descobrimos que Mário Melo utilizará suas colunas para se defender, definindo-se como um historiador desinteressado que sacrificou a sua vida para fortalecer o IAHGP e engrandecer Pernambuco, transmitindo, assim, sinais valiosos para aqueles que acreditavam na importância do Instituto. Esse embate, nos jornais, exhibe a luta por espaços de poder, dentro do IAHGP, possibilitando-nos enxergar como os envolvidos definem a si mesmos e os objetos em disputa, evidenciando, assim, informações sobre funcionamento do campo historiográfico pernambucano. Nosso objetivo será tratar esse conflito interno, que ocorre no IAHGP, em 1935, para visualizar a hierarquia de agentes e valores do Instituto, buscando relacionar esse acontecimento com a longa trajetória de Mário Melo no IAHGP. Procuraremos enxergar os esforços de Mário Melo, na reafirmação da sua imagem social, construída por ele, desde 1909, como um meio para lhe garantir a continuidade de sua hegemonia no IAHGP e permanecer sendo reconhecido como o verdadeiro guardião das tradições do Instituto.

O quarto capítulo do nosso trabalho pretende tratar da relação de Mário Melo com a classe dirigente de Pernambuco, durante o Estado Novo (1937 - 1945), priorizando o primeiro ano do regime estadonovista. Destacaremos, principalmente, a relação de Mário Melo com Agamenon Magalhães, interventor federal em Pernambuco naquela ocasião. Nosso interesse será enxergar a dimensão do envolvimento de Mário Melo com o novo governo, priorizando as suas disposições e tomadas de posição. Constatamos que Mário Melo atende ao chamado de Agamenon Magalhães, tornando-se um dos cooperadores mais fiéis, sendo leal do início ao fim do governo, participando na legitimação de determinadas ações governamentais, por meio das suas crônicas. Vale destacar que, devido ao sucesso da sua trajetória intelectual em Pernambuco, Mário Melo sinalizava à elite política local que ele seria um importante aliado. O nosso objetivo é mostrar que as inclinações pessoais de Mário Melo facilitarão ao atendimento das expectativas da elite dirigente, garantindo-lhe uma inserção no campo de poder. Esse seu envolvimento com a elite dirigente lhe assegura ganhos materiais e uma relativa maximização da sua própria imagem social, indicando-nos a importância do campo de poder político, na validação das atividades intelectuais em Pernambuco, inclusive possibilitando ao IAHGP ganhar mais relevância no campo cultural.

No último capítulo, concentraremos o nosso olhar sobre o livro de Mário Melo, intitulado *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, publicado em 1941.

Procuraremos realçar, principalmente, a elaboração e a recepção desta obra, ou seja, evidenciar as condições sociais e históricas da elaboração do livro, que constrange o produtor e, ao mesmo tempo, lhe garante reconhecimento. Buscaremos entender este livro como uma expressão da posição de Mário Melo, no campo historiográfico, assim como, um meio para ele reafirmar a antiga hierarquia do campo historiográfico pernambucano e, ao mesmo tempo, posicionar-se politicamente. Vemos, entre os anos de 1937 a 1941, um momento propício para Mário Melo produzir o seu livro e tê-lo publicado. Dessa forma, a produção/publicação do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* está relacionada ao debate historiográfico que permeava os Institutos na época, como também, às reivindicações que vinham do campo de poder político. Identificamos, a partir dos movimentos de Mário Melo, as suas inclinações e habilidades, mas também, evidenciamos as relações de forças que afastavam e aproximavam agentes no campo historiográfico pernambucano, beneficiando aqueles que melhor incorporaram as regras do jogo. No entanto, apesar de possuir regras próprias, esse jogo era afetado por influências externas, sobretudo pelo campo de poder político. Enxergamos na relação triangular entre o livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, o IAHGP e o regime estadonovista, uma configuração que garantia ganhos a todos os envolvidos.

2 O IAHGP E MÁRIO MELO: AS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO

2.1 Um projeto historiográfico de utilidade pública: a sintonia entre o IAHGP e o campo de poder

Neste primeiro tópico do primeiro capítulo, trataremos das primeiras décadas de atuação do IAHGP, ou seja, da sua fundação, em 1862, até o início do século XX e buscará responder as questões: O IAHGP pretende sinalizar, inicialmente, qual caminho? Qual era o projeto historiográfico que eles queriam implementar? Em que áreas os membros são estimulados a aplicar energias? Quais os compromissos que são definidos? O que orientava a narrativa sobre o passado das primeiras gerações do IAHGP? Qual força externa impedia e/ou estimulava determinados movimentos? O nosso objetivo é entender o funcionamento do IAHGP, principalmente as regras que regulavam as produções historiográficas, antes da entrada de Mário Melo no Instituto. Entendemos que os resultados dessa discussão servirão para tratar, mais adiante, sobre a relação de Mário Melo com o conjunto de normas do IAHGP, buscando entender como ele se ajusta as convenções do Instituto, obedecendo ou resistindo às regras.

De acordo com Souza (2010), a força principal, que moveu alguns intelectuais pernambucanos a se organizarem e fundarem o IAHGP, foi a ideia contida na questão lançada pelo editorial do *Diário de Pernambuco*, em 11 de outubro de 1861: “teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”. Vale destacar, que essa questão foi lançada, pelo *Diário*, após as visitas, a Pernambuco, de D. Pedro II, em 1859, e de Varnhagen, em 1861¹⁹, onde ambos caminharam por Pernambuco com os olhares direcionados ao passado da província e que “havia embarçado os brios provinciais” (MELLO, 2008, p. 56).

Em menos de três meses da questão lançada pelo *Diário de Pernambuco*, Joaquim Portela, José de Azevedo, Antônio Rangel, Antônio Vasconcelos e Salvador de Albuquerque escrevem uma carta direcionada para um seleto grupo convidando-os para se reunirem no salão do Convento do Carmo, no Recife, na manhã do dia 28 de janeiro de 1862, para fundarem a

¹⁹ No entanto, Souza (2010) mostra que, antes dessas vistas, ocorreram em Pernambuco algumas tentativas de se criar uma sociedade para debater sobre a história de Pernambuco pela ótica dos pernambucanos, aparecendo na imprensa local propostas para a criação de uma sociedade para pensar o passado de Pernambuco no ano de 1837, 1848 e 1860.

Sociedade Arqueológica. No dia combinado, compareceram 27 pessoas que oficializaram a fundação da Sociedade Arqueológica Pernambucana²⁰.

A sessão solene de instalação do Instituto foi presidida por Joaquim Pires Machado Portela²¹ que, na ocasião, pronunciou um discurso de inauguração. No seu discurso, buscou justificar a importância da história referenciando os romanos, sobretudo a ideia de história como escola da vida com a sua capacidade de dar lições. Também procurou estabelecer a história como fundamental para o fortalecimento do patriotismo e a consolidação da nação e se empenhou em supervalorizar os documentos para a escrita dessa história. Além dessas concepções de história, queremos destacar que no discurso de Joaquim Portela aparece um sentimento de pernambucanidade²², no qual consideramos uma marca forte do IAHGP e que orientará suas atividades:

Pernambuco que, já uma das glórias brasileiras, disse em pleno parlamento ser a província que tinha uma história própria; Pernambuco que, pela sua posição geográfica, ótimos dons naturais, índole de seus filhos, brios de seus habitantes, há figurado em todas as épocas nacionais, tem sem dúvida fornecido muito assunto para largas páginas aos anais do Brasil: abri, folheei qualquer escrito da história pátria, e acharei a veracidade desta asserção²³.

Ainda nesse discurso inaugural, Joaquim Portela diz que o objetivo principal da Sociedade, que estava surgindo, seria escrever a história da província de Pernambuco, que ele enxergava nitidamente como uma história excepcional²⁴. Essa preocupação de Portela baliza os anos seguintes de funcionamento do Instituto, sendo uma marca da “primeira fase” do IAHGP, quando foi presidido por Muniz Tavares, no qual visou, principalmente, “preservar a tradição histórica da província frente ao imperialismo historiográfico do Rio” (MELLO, 2008, p. 58).

É interessante destacar que a data escolhida para a fundação do Instituto se refere a um acontecimento local, que é o dia que se comemora a expulsão dos holandeses do solo

²⁰ A lista com o nome dos 27 fundadores encontra-se na RIAHGP, tomo 1, n.1, 1863, p. 6 e 7.

²¹ Joaquim Portela (1827-1907) na década de 1860 possuía um alto prestígio social e “na época da fundação do sodalício, exercia o cargo de diretor da Instrução Pública Provincial” (SOUZA, 2010, p. 34).

²² Essa vontade da intelectualidade pernambucana em exaltar Pernambuco foi muito combatida pelo IHGB durante o período imperial, como veremos mais adiante.

²³ RIAHGP, Recife, n. 1, 1863, p. 8.

²⁴ No entanto, esse objetivo só foi alcançado duas décadas depois. As narrativas positivas, ditas científicas, sobre o passado de Pernambuco, a partir de temas como a restauração pernambucana ou revolução de 1817, só serão construídas no final do século XIX, porque a primeira geração do IAHGP empenhou-se principalmente em montar “a base documental, monumental e, sobretudo, institucional que, permitiria mais tarde a elaboração de obras mais ambiciosas na abrangência explicativa, como as de Oliveira Lima, Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho” (GUIMARÃES, 1996, p.150). José Honório Rodrigues também ressalta a ausência de trabalhos historiográficos nas primeiras revistas do Instituto: “mas o certo é que a revista, durante muito tempo, demonstrou pela colaboração e colaboradores pouco ter realizado que merecesse realmente o nome de investigações históricas. Ela continuou, como diz Oliveira Lima, ‘abarrotada de discursos indigestos e irritantes, à força de insípidas reivindicações democráticas’” (RIAHGP, Recife, v. 44, 1954-1959, p. 13).

pernambucano, em 1654. Um ano depois da fundação do IAHGP, Muniz Tavares, como presidente do Instituto, profere um discurso destacando a importância da data que foi escolhida para a fundação do Instituto, na sessão solene do primeiro aniversário do IAHGP, ocorrida em 27 de janeiro de 1863:

Em 27 de janeiro de 1654 Pernambuco, depois de esforços inauditos, sacudiu para sempre o ignominioso jugo estrangeiro: a instalação deste Instituto em 27 de janeiro de 1862 é não só uma cordial homenagem a aquele grande dia, como igualmente prova irrefragável de que, apesar da diversidade dos tempos, ainda não se extinguiu entre nós o sagrado amor da pátria; e que, pesquisando com afinho tudo quanto praticaram os nossos maiores para o feliz resultado do mencionado dia, e expondo ao público as nossas lucubrações respectivas, seremos capazes de imita-los, dadas circunstâncias idênticas.

Senhores, depois do dia 7 de setembro de 1822, eu não encontro um outro em nossos anais que mereça tanto o nosso culto, como o 27 de janeiro de 1654²⁵.

Percebemos que o acontecimento histórico denominado por Restauração Pernambucana pela historiografia é supervalorizado por Muniz. Vale destacar ainda que este tema será constantemente discutido pelos seus pares nas sessões do Instituto, como também aparecerá com frequência nas produções publicadas pela revista do Instituto nas décadas seguintes, como veremos mais adiante. De acordo com Evaldo Cabral de Mello (2008), após a expulsão dos holandeses, em 1654, surge um sentimento de nativismo no imaginário coletivo local que perdura fortemente até o fim do século XIX. A guerra contra os holandeses em solo pernambucano gerou uma representação de Pernambuco que a distinguia das outras capitanias da colônia portuguesa lhe conferindo uma projeção de destaque. Nesse sentido, estava no passado a fonte para a elaboração de uma imagem positiva para Pernambuco, fortalecendo uma tradição local que sempre buscou resgatar um determinado passado para obter vantagens.

Observamos que desde os primeiros momentos, o IAHGP se interessou pela temática do Brasil Holandês, que motivou inúmeras discussões, possibilitando uma produção historiográfica relevante sobre o tema. Essas discussões se desdobra e chega até a década de 1940 quando José Antônio Gonsalves de Mello lança *Tempo dos Flamengos*, livro que é uma grande referência sobre o Brasil Holandês e que consideramos como uma continuidade das discussões que vinham acontecendo no IAHGP desde a sua fundação e que foi intensificada com a documentação que José Hygino entrega ao IAHGP, em 1886²⁶.

²⁵ RIAHGP, Recife, n. 3, 1864, p. 72.

²⁶ Ver: SILVA, Wagner Carlos da. **José Antônio Gonsalves de Mello e o campo historiográfico pernambucano na década de 1940**. VSIHH, Recife, 2016.

João José Pinto Júnior, presidente do Instituto, na sessão solene do 25º aniversário do IAHGP, em 27 de janeiro de 1887, profere um discurso com a intenção de comemorar os 25 anos de fundação do IAHGP e também relembrar o acontecimento da expulsão dos holandeses do solo brasileiro que fazia 233 anos. No seu discurso, ele retoma a obra do “insuspeito” Netscher para destacar a “bravura” de João Fernandes Vieira que era considerado um herói da Restauração e representava um símbolo de patriotismo. Nesse discurso, ele argumenta que foram os heróis da Restauração que expulsaram os estrangeiros não apenas de Pernambuco, mas de uma vasta região que se estendia do rio São Francisco até o Ceará, contemplando boa parte das províncias daquele período do norte do Brasil, como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Percebemos que ele usa esse argumento para justificar que o tema da Restauração Pernambucana era de alcance regional, expondo uma dívida que os estados vizinhos tinham com os restauradores pernambucanos. Buscou colocar o IAHGP como uma instituição que tinha o mérito de não esquecer os acontecimentos mais relevantes da história das províncias do norte, sendo a única província que comemora a expulsão dos holandeses, enquanto em outras províncias “sentem escoar-se o dia de hoje, sem se aperceberem de que ele representa um marco milenário na estrada da nossa vida coletiva”²⁷.

Ainda nas comemorações do 25º aniversário do IAHGP, em 1887, Maximiano Lopes Machado (1821-1895) também se esforça em supervalorizar o acontecimento da Restauração Pernambucana que, para ele, significava uma guerra entre culturas diferentes onde a harmonia era “impossível pelo antagonismo rancoroso das raças”²⁸. Maximiano destaca que desse combate aparece um forte sentimento patriótico que estimula o “povo pernambucano” a expulsarem os invasores, apesar de possuírem menos armas.

A pátria e a família são forças imensas, irresistíveis, que no meio das grandes catástrofes levam o homem acima de todos os interesses, para redobrar o sentimento moral em energias na luta entre os princípios da liberdade e da escravidão, entre a justiça e o crime, entre as doutrinas e as ações, entre a inteligência e a força bruta²⁹.

Para Maximiano, “o povo pernambucano”, como um corpo coletivo, se ergue para lutar contra o invasor de costumes estranhos. Através desse episódio, Maximiano se esforça em convencer o leitor que a bravura feroz dos pernambucanos foi alimentada pelo forte sentimento coletivo que não dependia de diplomacia e nem de ajudas de intervenções de outros países, inclusive de Portugal: “Pernambuco ficou entregue ao valor dos seus filhos, às suas crenças e

²⁷ RIAHGP, Recife, n. 33, 1887, p. 9.

²⁸ RIAHGP, Recife, n. 33, 1887, p. 57.

²⁹ RIAHGP, Recife, n. 33, 1887, p. 58.

aos seus brios; a todos os riscos, a todos os revezes nos combates, nos assédios, nas marchas cortadas de extermínios e assolações”³⁰.

João José Pinto Júnior, em discurso, ainda, no 25º aniversário do IAHGP, destaca o empenho dos membros do Instituto em preservar, coletar, divulgar e valorizar a Restauração Pernambucana, parabenizando seus confrades pelos seus entusiasmados trabalhos que esclarecem o passado de Pernambuco, sobretudo o período da colonização holandesa na América portuguesa.

Basta olhar para as nossas revistas e para a preciosa coleção de documentos geográficos e históricos trazidos da Holanda pelo nosso benemérito consocio Sr. Dr. José Hygino Duarte Pereira, afim de que se compreenda que não desanimamos na faina que nos impusemos³¹.

Esta coleção de documentos que João José Pinto Júnior se refere é um conjunto de transcrições de documentos que estavam guardados no arquivo de Haia, na Holanda, que são relativos ao Brasil Holandês. Quem fez a viagem à Holanda para transcrever essa documentação foi o membro do IAHGP, José Hygino (1847-1901) que devido ao apoio do governo da província de Pernambuco, a pedido do Instituto, conseguiu realizar esse trabalho no ano de 1885³². A viagem de Hygino a Holanda é reconhecida como válida por ser uma coleta de documentos ditos oficiais, que era o objetivo primeiro do IAHGP, e por se tratar de um tema considerado muito relevante para elite local. O próprio Hygino, em discurso logo após o seu retorno mostra um pouco dessa crença coletiva:

A enorme cópia dos materiais impressos e manuscritos que ilustram essa história e se encontram nos arquivos e bibliotecas da Holanda, não podia deixar de atrair a atenção do Instituto Arqueológico de uma província, que foi a sede do governo colonial, o centro das operações do inimigo, e cujo solo tantas vezes ensopou o sangue vertido pelos nossos antepassados nas lutas que travaram com os invasores³³.

A partir dessa fala de Hygino, percebemos a fascinação que os membros do Instituto tinham pela temática do Brasil Holandês. Essa sua viagem exploratória nos indica uma forte relação entre o IAHGP e a temática do Brasil Holandês, conexão que nos fala de um longo desejo coletivo. Como vimos, a data escolhida para a fundação do Instituto foi o 27 de janeiro por significar a Restauração Pernambucana, evento que remete à expulsão dos holandeses. Nos

³⁰ RIAHGP, Recife, n. 33, 1887, p. 60 e 61.

³¹ RIAHGP, Recife, n. 33, 1887, p. 9.

³² Guimarães (1996) destaca o alinhamento entre o IAHGP e a elite pernambucana, nos primeiros anos do Instituto, nos fazendo enxergar a facilidade do IAHGP em receber auxílios públicos: “ao mesmo tempo em que conquistava espaços junto à governança provincial, o IAGP consolidava-se como repositório das tradições, glória, e saber histórico locais, junto à elitista sociedade civil da região” (GUIMARÃES, 1996, p. 96).

³³ RIAHGP, Recife, n.30, 1886, p. 9.

anos seguintes, o Instituto continuou empenhado em “dotar de pompa as celebrações anuais da Restauração que coincidiam com os aniversários da instituição” (SOUZA, 2010, p. 43). Destacamos ainda que no local onde ocorreu a fundação, haviam os bustos dos heróis da Restauração.

De acordo com Galindo (2012), a postura de Hygino seguiu a “tendência documentalista e positivista da época e coletou nos Países Baixos uma extensa massa documental, nativamente escrito em língua holandesa” (p. 297). Esta desconhecida documentação foi recolhida e entregue ao IAHGP, em 1886. Após o retorno de Hygino, a revista do IAHGP intensifica a publicação sobre o Brasil Holandês, com 33 escritores empenhados em trabalhar sobre o tema³⁴. Assim, entendemos que o IAHGP, na posse e controle desta documentação, foi capaz de interferir na produção historiográfica pernambucana, revelando a sua importância institucional na consagração da documentação e no impulso que dá aos estudos sobre a temática do Brasil Holandês.

Quando Hygino, em 1886, entrega ao IAHGP a documentação que ele trouxe da Holanda, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), membro do Instituto, já discursava com a intenção de estimular os estudos sobre o Brasil Holandês e propagava em Pernambuco uma narrativa que começava a ignorar os heróis restauradores e, em contrapartida, exaltava os aspectos positivos da colonização holandesa³⁵.

Na revista de número 51, publicada em 1898, aparece um texto de Pereira da Costa com o título de *Governo Holandês*. Nesse texto, Pereira trata, principalmente, do período em que o “belo e robusto” Mauricio de Nassau governou o Brasil Holandês. Para Pereira, o governo de Nassau organizou a vida social e econômica dos pernambucanos proporcionando construções de canais e prédios, fazendo até florescer as ciências e as artes nos trópicos. Nesse

³⁴ Nas produções historiográficas publicadas na RIAHGP, entre os anos de 1886 a 1959, encontramos 33 autores que tiveram como foco a temática do Brasil Holandês. Segue a lista com os nomes dos 33 historiadores: José Hygino Duarte Pereira; José Domingues Codeceira; Maximiano Lopes Machado; Aprígio Justiniano da Silva Guimarães; Adelino Antônio de Luna Freire; José Veríssimo; João Coimbra; Artur Muniz; Aníbal Falcão; Alfredo de Carvalho; Francisco Augusto Pereira da Costa; Oliveira Lima; Humberto de Campos; Antônio Coutinho Gomes Pereira; José Pereira Alves; Agenor de Roure; Antônio Ferreira Serpa; João Ribeiro; Pedro Celso Uchoa Cavalcanti; Vicente Temudo; Estêvão Pinto; Mário Melo; Naasson Figuerêdo; João José Maria Rodrigues de Oliveira; Luís Estêvão de Oliveira; Frazão de Vasconcelos; Jaime Cortesão; Moisés Coelho; Pedro Bandeira de Melo; Metódio Maranhão; João Neves Fontoura; Raja Gabaglia; José Antônio Gonsalves de Mello.

³⁵ Sobre a polêmica lançada por Pereira da Costa através dos seus discursos que elogiavam o colonizador holandês, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. São Paulo: Alameda, 2008. SOUZA, George Félix Cabral de. O Instituto Arqueológico e os estudos sobre o Brasil Holandês. In: VIEIRA, Hugo Coelho (Org.). **Brasil holandês**: história, memória e patrimônio compartilhado. São Paulo: Alameda, 2012.

sentido, devido as qualidades de administrador, que Pereira da Costa destacava em Nassau, foi sendo fortalecido uma imagem de Nassau como um príncipe esclarecido, dentro do IAHGP no final do século XIX.

Pereira da Costa repudiava as comemorações em torno da Restauração Pernambucana, pois a Restauração significava, para ele, “um erro histórico de dimensões trágicas, pois a dominação holandesa representara ‘a página mais esplendorosa’ da história brasileira”³⁶. De acordo com Evaldo Cabral (2008), Pereira da Costa aos poucos vai suavizando o seu discurso, diminuindo a exaltação do período holandês. De toda forma, Pereira da Costa continuou tratando do Brasil Holandês e seus enunciados permaneceram provocando reações entre os membros do IAHGP³⁷.

Alfredo de Carvalho (1870-1916) num relatório, em 1902, comenta os primeiros quarenta anos do IAHGP, em que se percebe o conflito em torno de como deveria ser lido o período da colonização holandesa em Pernambuco. Alfredo de Carvalho argumenta que nos primeiros anos do Instituto, os discursos sobre o Brasil Holandês fortaleciam uma imagem negativa dos holandeses. Após Hygino retornar da Holanda, com a documentação do século XVII, a leitura do Instituto sobre o período holandês no Nordeste se transforma. No fim do século XIX, segundo Alfredo de Carvalho, os membros do Instituto veneram a colonização holandesa³⁸.

Em começo zelou-se exclusivamente de glorificar os heróis da guerra da Restauração e em deprimir os invasores batavos [...] mais tarde, graças ao vigoroso influxo dos estudos prestabilíssimos do nosso benemérito e pranteado consocio Dr. José Hygino, o Instituto se fez holandês³⁹.

Outro tema que nos faz perceber novamente o tom de exaltação a Pernambuco e à valorização de um sentimento de pernambucanidade, refere-se às revoltas republicanas que ocorreram em Pernambuco na primeira metade do século XIX, principalmente a Revolução Pernambucana de 1817. Em 21 de setembro de 1862, Francisco Muniz Tavares⁴⁰ ao tomar posse

³⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008, p.336.

³⁷ Entre os anos de 1883 a 1923 encontramos nas revistas do IAHGP 40 textos publicados de autoria de Pereira da Costa, dos quais apenas 6 são diretamente direcionados ao Brasil Holandês, mas percebemos que nos demais textos o período holandês é, por vezes, mencionado.

³⁸ Esse discurso de Alfredo de Carvalho se encontra em: RIAHGP, Recife, n. 56, v. 10, 1902, p. 304-309.

³⁹ RIAHGP, Recife, n. 56, 1902, p. 305.

⁴⁰ Francisco Muniz Tavares (1793-1876), recifense, em 1816 torna-se padre e no ano seguinte participa ativamente da Revolução Pernambucana de 1817. Mais adiante ele irá escrever sobre as suas experiências nesta revolução e esses relatos de memórias serão publicados em 1840 com o título de *História da Revolução de Pernambuco de 1817* que alcançou o século XX como uma referência sobre o assunto, sobretudo nas comemorações do centenário de 1817. Ver: RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817**. Rio de Janeiro: PUCRio, 2011.

como primeiro presidente efetivo do IAHGP faz um discurso enaltecendo a Revolução de 1817. Vale destacar que um dos fatores que favoreceu Muniz a ser eleito presidente do Instituto está relacionado ao seu livro *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, publicado em 1840, e que foi bem recebido pelos intelectuais pernambucanos. Neste livro, Muniz aborda as experiências dos rebeldes de 1817 e as significam como uma singularidade de Pernambuco. Entendemos que o livro de Muniz não agradou ao IHGB por não colaborar numa narrativa homogênea de Brasil, ao valorizar questões consideradas subversivas na Revolução de 1817.

No Império, a experiência republicana de 1817 foi frequentemente representada negativamente. No âmbito da historiografia oficial do século XIX, mais precisamente, no modelo de história nacional produzido no IHGB, assuntos como 1817, as revoltas regenciais e a Conjuração Mineira sofreram silenciamento ou foram desqualificados (RIBEIRO, 2011, p. 52).

No livro *História Geral do Brasil*, Varnhagen, que representava o pensamento do IHGB durante o Império, se empenha em construir um trabalho historiográfico que fosse capaz de enfraquecer as histórias tidas locais, para oferecer uma visão de Brasil como uma unidade legítima. Neste livro ele dedica um capítulo ao acontecimento de 1817. Muniz é citado sete vezes no decorrer deste capítulo, sendo o autor mais citado. No entanto, diferente de Muniz, Varnhagen menospreza este acontecimento:

Uma revolução, proclamando uma república absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco em março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar (VARNHAGEN, 1857, p. 373).

Guimarães (1988) destaca que o fazer historiográfico do IHGB tinha uma grande preocupação com questões políticas e sociais que faziam parte da agenda da monarquia brasileira. A dificuldade do governo imperial em manter a ordem política e social em todo território nacional era a grande questão que incomodava tanto o governo quanto o IHGB⁴¹. Nesse sentido, percebe-se que o empenho do IHGB em produzir uma história nacional estava ligado a uma necessidade de produzir uma identidade nacional, por meio de uso de documentos para provar que a unidade já existia e assim garantir a estabilidade política para o governo imperial, através da propagação de uma visão homogênea do país.

⁴¹ Sobre a íntima relação entre o IHGB e o governo imperial, destacamos que nos primeiros meses de existência, os membros do IHGB buscaram garantir mais reconhecimento social para o IHGB por meio do amparo do governo imperial: “Instalado ‘debaixo da imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II’ (como desde 1839 estampava orgulhoso o frontispício de sua *Revista*) por vontade e iniciativa de seus fundadores, o IHGB foi das mais sólidas instituições do Império e verdadeiro segundo lar do imperador, seu protetor, mecenas e frequentador assíduo e interessado de suas sessões” (FRANZINI, 2006, p. 20).

Apesar dos ataques do IHGB ao tema da Revolução de 1817 na década de 1850, o IAHGP dava sinais, desde o seus primeiros momentos de funcionamento, que não iria ignorar esse acontecimento, trazendo-o à tona, inicialmente, nas discussões internas do IAHGP⁴². Já na primeira sessão ordinária do IAHGP, em 09 de outubro de 1862, é relatado os documentos que foram oferecidos ao Instituto. Foram doados apenas três manuscritos, sendo dois relativos à Revolução de 1817. Esses manuscritos são considerados documentos importantes pelo seu valor patriótico. Na terceira sessão ordinária do IAHGP, que aconteceu em novembro de 1862, novamente percebemos o empenho do Instituto em facilitar os estudos sobre a Revolução de 1817. Nesta sessão é relatado pelo secretário do Instituto que o livro de Muniz, *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, é recebido com agrado, sendo colocado na biblioteca.

O acontecimento de 1817 continuou sendo discutido nas sessões do Instituto e, por vezes, apareciam nas revistas trabalhos que indicam a importância do tema. A primeira vez que o acontecimento de 1817 ganha destaque na revista do IAHGP é com um longo discurso do Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimaraes (1832-1880)⁴³, no quinto ano do IAHGP, em 1867. Nesse discurso, Aprígio Guimarães trata da veracidade das documentações das revoluções pernambucanas de 1817 e 1824. Mais adiante aparece outro texto que trata da Revolução 1817, sendo este publicado na revista de número 29 e contém mais de 100 páginas. Nas revistas de número 38 e 40 também aparecem trabalhos preocupados com as documentações referentes ao acontecimento.

Apesar de ser considerado pelos membros do Instituto, desde a fundação do IAHGP, um acontecimento muito importante, a Revolução de 1817 só será intensamente trabalhada após a proclamação da República por esse tema ser considerado como símbolo da República e por não sofrer mais a censura que era imposta nos tempos da Monarquia, que considerava esse tema impróprio a uma história nacional harmônica. Nesse sentido, no período

⁴² Sobre a relação do IAHGP com o tema da Revolução de 1817, Souza (2017) mostra as variações de intensidade, que foi de um clima moderado a mais enérgico: “A memória de 1817 já começara a ser exaltada pelo IAGP de forma discreta a partir do final da década de 1860. Em 1868, por exemplo, o discurso de Regueira Costa enaltece 1817, mas num tom conciliatório com a monarquia. À medida que o fim do regime monárquico se aproximava, os posicionamentos se tornaram mais incisivos. Cada vez mais os sócios do IAGP defendiam maior reconhecimento dos eventos republicanos de Pernambuco. O 15 de novembro de 1889 deu uma nova perspectiva aos olhares lançados sobre 1817” (p. 121). Sobre como o tema da Revolução de 1817 foi interpretado durante a Monarquia e nas primeiras décadas da República, ver: SOUZA, George Felix Cabral. Os embates pela história da Revolução Pernambucana de 1817. **RIHGB**, v. 178, p. 115-130, 2017.

⁴³ Aprígio Guimarães foi sócio fundador do IAHGP onde exerceu a função de orador. Na revista do IAHGP de número 80, publicado em 1910, ele é homenageado, tendo um texto seu publicado.

republicano que se iniciava, o IAHGP viu uma oportunidade de divulgar positivamente a Revolução de 1817, que inclusive contou com o apoio do IHGB.

Em Pernambuco, a positivação de Dezesete passou a ser uma das principais bandeiras entre os políticos e intelectuais do IAGP. Mais do que nunca, Dezesete passava a ser representado como o movimento precursor da Independência e da República implantada em 1889. Mais do que a Conjuração Mineira, Dezesete deveria representar o início do processo de Independência nacional. Em vários escritos do IAGP, o próprio 7 de setembro de 1822, aparecia como um desdobramento do dia 6 de março de 1817. Para esses intelectuais, Dezesete deveria ser considerado bem mais que um mero elemento componente de uma cadeia de acontecimentos adequadamente arrumados para contar a história nacional. Dezesete e os movimentos pernambucanos deveriam ser considerados episódios fundamentais dessa história, antes de tudo, Pernambuco deveria ser considerado o berço da nacionalidade brasileira (RIBEIRO, 2011, p. 190).

É esse contexto que vai favorecer que, no ano de 1917, ocorra as comemorações relativas ao centenário de 1817⁴⁴, estimulando o IAHGP a participar das comemorações e dedicar um volume especial da revista para tratar exclusivamente da Revolução de 1817, dando ao tema um elevado destaque. Nesse volume especial, o IAHGP se coloca como o precursor da ideia das comemorações do centenário, creditando a ideia ao sócio Coelho Leite (1861-1915)⁴⁵ que, em 1913, sugeriu uma comemoração em uma reunião do IAHGP. A revista também menciona que Alfredo de Carvalho, em 1914, escreve na imprensa exigindo celebrações ao centenário. O próprio Alfredo, na sessão de 17 de fevereiro de 1916, lembrando uma sugestão de Mário Melo, propõe que o Instituto se dirija ao congresso para solicitar auxílio financeiro para as comemorações do centenário. Segue abaixo um trecho da carta dirigida ao poder legislativo:

A 6 de março de 1917 completar-se-á o primeiro centenário da revolução que tentou estabelecer no norte do Brasil o regime republicano, libertando-o do jugo português.
De todos os movimentos da nossa pátria, foi o mais perfeito e completo. [...] No parecer de Oliveira Lima, o acatado mestre de americanismo, a revolução de 1817 foi o único movimento brasileiro digno desse título.

⁴⁴ Além da comemoração do centenário da Revolução de 1817, o Instituto se envolve em mais algumas comemorações até o final da década de 1950: centenário da Confederação do Equador; quarto centenário de Duarte Coelho; quarto centenário da fundação de Igarassu; tricentenário da batalha dos Guararapes; tricentenário das tabocas; tricentenário do Tejucupapo; centenário da revolução Praieira; centenário de Joaquim Nabuco; centenário de Pereira da Costa; tricentenário da restauração pernambucana. Essas comemorações foram consideradas oficiais devido ao patrocínio do governo do estado de Pernambuco e a participação ativa de autoridades, inclusive dos governadores, nesses momentos, nos estimulando a pensar na estreita relação entre o IAHGP e o campo político.

⁴⁵ Coelho Leite diplomou-se em medicina pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, em 1884. Sócio do IAHGP desde o ano de 1891, onde exerceu o cargo de orador do Instituto. Após a sua morte o IAHGP o homenageia na revista de número 90.

Merece uma comemoração⁴⁶.

Referenciando o prestigiado Oliveira Lima para afirmar que 1817 significava a maior expressão da república brasileira, não foi difícil para o IAHGP contar com o apoio do poder público para realizar as comemorações do centenário, pois o governo de Pernambuco buscou fazer um uso político de 1817, para legitimar a nova república colocando em 1817 a origem do sentimento coletivo de liberdade. Nesse sentido, a sintonia entre o IAHGP e poder público possibilitou que a proposta do IAHGP conseguisse êxito, como podemos ler na ata da sessão de 08 de junho de 1916:

Tratando-se das festas do centenário da revolução de 1817, o Dr. Mário Melo comunicou que o congresso havia aprovado um auxílio de dez contos ao Instituto para levar a efeito, sendo certo que o governador sancionará o projeto, conforme prometera⁴⁷.

Fez parte das comemorações do centenário de 1817 a republicação do livro de Muniz Tavares, primeiro presidente efetivo do IAHGP, a *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Esta reedição da obra de Muniz teve como prefaciador Oliveira Lima, intelectual que possuía grande prestígio e reconhecimento no campo cultural recifense do início do século XX e que colabora em validar ainda mais a obra de Muniz no campo historiográfico daquele período⁴⁸.

Na revista comemorativa do IAHGP sobre 1817, há um texto de autoria de Oliveira Lima, com o título de *O cronista da revolução de 1817*, onde é destacado a capacidade intelectual de Muniz Tavares. Para Oliveira Lima, a obra de Muniz é um modelo de trabalho historiográfico, pois nela Oliveira enxerga um bom uso das fontes, apesar de Muniz ter sido vítima da repressão da Revolução 1817. Muniz representa um positivo atributo moral por não desejar se vingar do seu carrasco. Oliveira Lima destaca o compromisso de Muniz com a verdade histórica, por ter escrito de forma “imparcial sobretudo porque foi verdadeiro, o título aliás que mais reclamava para a sua narração. Esta não tem hoje que ser emendada nem alterada”⁴⁹.

Com o apoio do IAHGP e com a participação de Oliveira Lima a obra de Muniz tornou-se mais consagrada no campo cultural pernambucano, servindo como símbolo da luta pernambucana em busca da liberdade, que significava, ao mesmo tempo, um rompimento com

⁴⁶ RIAHGP, Recife, v. 19, n. 95-98, 1917, p. 4.

⁴⁷ RIAHGP, Recife, v. 19, 1917, p. 6.

⁴⁸ Consideramos Oliveira Lima um personagem importante para a nossa tese devido à forte vinculação com Mário Melo, nos impelindo a desenvolver essa relação, que será exposta no capítulo seguinte.

⁴⁹ RIAHGP, Recife, v. 19, n. 95-98, 1917, p. 172.

Portugal e um empolgado elogio à nova república. Os elogios exagerados a Muniz e a sua obra surgem como uma resposta do IAHGP às censuras que a Revolução de 1817 sofreu no decorrer do século XIX, fazendo com que Augusto Carneiro Leão diga que os homens próximos a D. Pedro II, movidos pela paixão, buscaram a todo custo depreciar a Revolução pernambucana, tendo “historiadores, como Varnhagen, os maiores cúmplices nessa grande injustiça”⁵⁰.

Compreende-se, assim, que nas primeiras décadas de funcionamento do IAHGP, o passado que interessava era o passado de Pernambuco, indicando que as primeiras gerações do Instituto aceitaram a proposta que o primeiro artigo do estatuto do IAHGP estabeleceu, em 1862: “[...] coligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter ou de que tiver notícia, pertencentes à história das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até os nossos dias”⁵¹. Assim, entendemos que o IAHGP foi construído para resistir às narrativas que o IHGB construía sobre Pernambuco, com a intenção de construir uma versão pernambucana da história local. Esse desempenho do IAHGP em construir e propagar uma história positiva de Pernambuco, nos quais os temas da Restauração Pernambucana e da Revolução de 1817 tiveram grande importância⁵², foi resultado de um esforço coletivo que possibilitou reconhecimento àqueles que tiveram uma atuação de destaque, como José Hygino, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa e Oliveira Lima, dos quais, os três últimos terão uma forte ligação com Mário Melo⁵³.

Essas interpretações do passado oferecidas pelo o IAHGP satisfazia os interesses da elite pernambucana que patrocinou alguns projetos historiográficos realizados pelo IAHGP, como a já referida exploração documental de Hygino na Holanda e o centenário de 1817. Esses projetos historiográficos eram entendidos como um meio para reforçar um discurso sobre a identidade pernambucana que contribuísse na conservação de um determinado paradigma político que permitiria às elites dirigentes local resistir às mudanças nas configurações políticas e econômicas.

Esses patrocínios citados acima não foram os únicos subsídios recebido pelo IAHGP. Ao contrário, desde a sua fundação, o Instituto se beneficiou dos auxílios financeiros

⁵⁰ RIAHGP, Recife, v. 19, n. 95-98, 1917, p. 465.

⁵¹ RIAHGP, Recife, n. 2, 1864, p. 33.

⁵² Schwarcz (1993) identifica que os principais temas que aparecem na RIAHGP entre 1870 a 1930 estão relacionados à Restauração Pernambucana e a Revolução de 1817.

⁵³ A aproximação desses três historiadores com estas temáticas, assim como as suas consagrações no campo historiográfico pernambucano, serão tratadas ainda neste capítulo e, principalmente, no capítulo seguinte.

que eram remetidos pelo poder público e que eram considerados de extrema importância para um eficiente funcionamento do IAHGP, devido aos poucos meios que possuía para obter recursos financeiros. Por meio da leitura dos relatórios anuais e das atas de sessões percebemos que aqueles que compõem a direção do Instituto estão sempre comunicando aos demais integrantes as dificuldades financeiras do Instituto⁵⁴.

A única renda que era previsível era aquela que vinha das mensalidades dos sócios efetivos. Inicialmente o IAHGP permitia o máximo de 40 sócios. Mais adiante foi ampliado para 50 sócios. Para alguém ingressar como sócio efetivo era necessário que após a desocupação de um dos lugares fosse seu nome indicado por algum membro do IAHGP para, depois de aprovado em votação, vir a ser admitido efetivamente. Além da contribuição financeira, os sócios efetivos tinham como obrigação exercer cargos de direção, caso fossem eleitos⁵⁵.

No primeiro estatuto do IAHGP é estabelecido que os sócios efetivos ao serem admitidos na casa deveriam pagar vinte mil réis para receberem o seu diploma e se comprometeriam a pagar três mil réis a cada trimestre para ajudar nas despesas do Instituto. Os sócios ainda podiam contribuir, involuntariamente, pagando multas caso não exercessem as suas funções. Outra fonte de renda era por meio do lucro da venda das revistas do Instituto. E também constituía receita do Instituto os donativos, que quase sempre eram objetos considerados com alto valor histórico. O estatuto é ajustado, em 1932, sendo colocado mais uma forma de obter recursos, que era por meio de subsídio concedido pelo poder público, formalizando uma prática que, como vimos, já era realizada.

Podemos perceber a aproximação do IAHGP com o poder político pernambucano quando olhamos para os prédios que serviram como sede do Instituto, evidenciando a boa vontade do poder público em colaborar. Nos seus primeiros anos o IAHGP funcionava numa sala do Convento do Carmo, depois localizou-se no térreo do Palácio do Campo das Princesas, sede oficial do governo estadual de Pernambuco. A situação se estabilizou um pouco quando o IAHGP ocupou um prédio na rua da Concórdia, cedido pelo governo da província de

⁵⁴ No relatório anual referente ao ano de 1935 é comunicado a situação financeira do instituto: “a subvenção do Governo Federal em 1935 foi de 5:000\$000. A nossa dívida no Banco Auxiliar do Comercio é ainda de 12:076\$600. Temos ainda muito que fazer na biblioteca e estamos sem recurso para enfrentar o problema”. (RIAHGP, Recife, v. 35, 1937-1938, p. 278).

⁵⁵ A direção do IAHGP era composta pelo presidente, vice presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e bibliotecário. Era esse pequeno grupo, principalmente o presidente e o 1º secretário, que definia a pauta e exercia grande poder nas decisões do Instituto. O presidente tinha como atribuição de dirigir as sessões e de representar o Instituto em todos os negócios judiciais. Cabia ao 1º secretário participar de todo expediente do Instituto, criar relatórios, fiscalizar a atuação das comissões, propor a reorganização dos funcionários e definir os gastos do Instituto.

Pernambuco, por mais de 30 anos, entre 1879 até 1911, quando é desalojado, ficando sem lugar para realizar as suas tarefas⁵⁶.

Após serem expulsos do prédio da rua da Concórdia, em 1911, os membros do IAHGP conseguiram colocar alguns objetos da sua biblioteca e do seu museu numa sala do Ginásio Pernambucano, mas para a plena atividade do Instituto esta sala era insuficiente. Então, os sócios do IAHGP se empenharam em adquirir uma sede própria para resolver essa instabilidade. Em 1914, o governador Manuel Borba atende o pedido que vinha do IAHGP e doa um prédio na rua Visconde de Camaragibe, no bairro da Boa Vista, na atual rua do Hospício. Na escritura, o prédio é apresentado com:

Dezessete metros e vinte centímetros de largura e quatorze metros e setenta centímetros de fundo, sendo seis janelas e uma porta de frente no pavimento térreo e sete portas com varanda de ferro no pavimento superior, contendo aquele internamente um salão, escada, três saletas, um quarto, dispensa, aparelho, banheiro e cozinha extensas e quintal murado e o pavimento superior seis salas⁵⁷.

Será nesse prédio, que foi inaugurado, em 1920, depois de ocorrer algumas reformas, que o IAHGP abrigará a sua biblioteca e sua documentação, irá expor objetos museológicos e realizará as suas reuniões e suas sessões solenes. Acreditamos que esse prédio será fundamental para favorecer uma regularidade no funcionamento do IAHGP nas décadas seguintes, consolidando-o como instituição com um alto reconhecimento social em Pernambuco na primeira metade do século XX.

Desde o início o IAHGP se preocupou em ser reconhecido como uma instituição que possuía o discurso legítimo sobre as tradições de Pernambuco, buscando exercer autoridade em determinados assuntos. Um dos temas que interessaram os membros do IAHGP foi em torno da denominação de ruas. O IAHGP, na segunda metade do século XIX, já se preocupava em participar dos debates que ocorriam na assembleia legislativa em torno da questão da denominação de logradouros públicos empenhando-se em forçar os poderes públicos a trocarem os antigos nomes das ruas para colocarem novas denominações que pudessem homenagear o “glorioso” passado de Pernambuco⁵⁸.

⁵⁶ Esses três prédios, que serviram de sede ao IAHGP, localizavam-se na área central do Recife, no bairro de Santo Antônio.

⁵⁷ RIAHGP, Recife, v. 20, n. 99-102, 1918, p. 251.

⁵⁸ Ver: SOUZA, George Félix Cabral de. **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada**. Recife: IAHGP, 2010.

Na década de 1920, a postura do Instituto se modifica: eles procuram o Conselho Municipal para alertá-los sobre o desrespeito à tradição local devido as trocas constantes nos nomes das ruas. No relatório do ano de 1927, é descrito essa ação do Instituto, que enviou um “pedido ao Conselho municipal, no sentido de ser mais parcimonioso nessas homenagens, especialmente a pessoas vivas e de não substituir mais uma placa por outra, quando aquela tenha razão de ser ou já se acha popularizada”⁵⁹.

Na sessão do IAHGP de 2 de junho de 1930, depois de discutirem sobre as mudanças dos nomes das ruas do Recife, decidiram que deviam enviar novamente ao Conselho Municipal uma solicitação para serem mais cautelosos nas substituições das denominações das ruas, devendo as autoridades levarem em consideração a tradição da cidade. Cinco meses depois, por meio do ato nº 261, de 22 de novembro de 1930, o interventor federal do estado de Pernambuco determina que quando se tratar de nomeação de ruas que seja ouvido o IAHGP, oficializando o Instituto como uma instituição de utilidade pública, que deveria funcionar como um órgão consultor do Governo do Estado de Pernambuco. Este decreto que reconhecia o IAHGP como um órgão que tinha a autoridade para definir aquilo que era uma tradição legítima foi recebido pelos membros do IAHGP com orgulho fazendo acreditarem que *le jour de gloire est arrivé*⁶⁰. Depois de grandes esforços exigindo sua participação no debate público no que se refere à nomeação de ruas, o IAHGP se vê vitorioso e se dirige aos Institutos dos outros estados para seguirem o seu exemplo. Nos anos seguintes os Institutos do Ceará e do Pará também obtém êxito⁶¹.

Através da confecção da revista do Instituto também percebemos o interesse da classe política pernambucana em colaborar com o funcionamento do IAHGP. A publicação regular das revistas era uma das principais finalidades do IAHGP, sendo uma obrigação estatutária que as direções do Instituto deveriam se comprometer. A revista do Instituto foi publicada com o auxílio do governo da província de Pernambuco, no tempo do império, e do governo estadual, no período republicano. Em 1924, fica mais nítido o modo de apoio do governo estadual, quando o governador Sérgio Loreto determina que as revistas do Instituto sejam impressas sem custo ao Instituto na oficina gráfica do estado de Pernambuco, a Imprensa

⁵⁹ RIAHGP, Recife, v. 29, 1929, p. 357.

⁶⁰ No relatório anual de 1930, após informar sobre o decreto do interventor federal do estado de Pernambuco, é colocada a frase, em francês, para marcar o dia de júbilo (RIAHGP, Recife, v. 30, 1930, p. 288).

⁶¹ 18 anos depois, em 1948, a assembleia legislativa do estado de Pernambuco retoma essa discussão devido ao lançamento de uma proposta de lei pelo deputado Mário Melo, o secretário perpétuo do Instituto. O projeto de lei de Mário Melo exigia que o IAHGP deveria ser consultado caso fosse necessário modificar ou criar nomes para logradouros públicos. Esse projeto foi aprovado, mostrando o atributo do IAHGP como guardião da tradição.

Oficial. Dez anos depois, em 1934, o interventor estadual Carlos de Lima Cavalcanti acrescenta que o IAHGP tinha o privilégio de publicar dois volumes por ano na Imprensa Oficial, caso considerasse necessário pela sua comissão de redação⁶². Em 1946, o interventor estadual, o general Dermeval Peixoto, retira o benefício do Instituto de utilizar a Imprensa Oficial gratuitamente, o que ocasiona no atraso das publicações da RIAHGP. No ano seguinte, o governador Amaro Gomes Pedrosa restabelece a situação anterior por meio da lei nº 1661, de 02 de maio de 1947, em que determinava que a publicação da RIAHGP seria realizada na Imprensa Oficial sem ônus ao Instituto⁶³.

Queremos destacar que as atividades dos membros do IAHGP não se resumiram apenas à produção de textos historiográficos e sua divulgação nas revistas do próprio Instituto. Eles buscaram através da criação e difusão de monumentos, hinos, medalhas, brasões, bandeiras e selos, como também na luta contra a destruição dos edifícios e através de ações jurídicas, como a que buscava reintegrar o território da comarca do Rio São Francisco ao estado de Pernambuco, como práticas que reforçavam a imagem do IAHGP como local que se empenhava em partilhar uma narrativa histórica que promoviam os grandes acontecimentos de Pernambuco, fortalecendo uma identidade pernambucana⁶⁴.

Das atividades mencionadas acima, destacaremos a dedicação do IAHGP na construção e difusão de monumentos. Como dissemos anteriormente, a Restauração Pernambucana era tida como um dos acontecimentos mais importante do passado de Pernambuco pelo IAHGP e por esse motivo eles se empenharam em construir monumentos que transmitissem informações sobre esse acontecimento. Percebemos esse esforço por meio de uma coluna de granito colocada no local onde teria existido o Arraial Novo do Bom Jesus, que atualmente se localiza no bairro de Torrões, Recife.

O Arraial Novo do Bom Jesus era considerado pelos membros do IAHGP como símbolo da resistência brasileira, pois esse local serviu como forte para resistir e atacar o invasor holandês, até 1654, quando os holandeses são expulsos definitivamente. De acordo com Mário Melo, o local onde se localizou o Arraial ficou desconhecido até o ano de 1867, quando o IAHGP, preocupado com as questões militares relativas à guerra contra os holandeses em solo

⁶² Ver: RIAHGP, Recife, v. 41, 1947-1948, p. XXIV.

⁶³ Ver: RIAHGP, Recife, v. 41, 1947-1948, p. XXV.

⁶⁴ Essas atividades do IAHGP, são constantemente mencionadas nos relatórios anuais do Instituto produzidos por Mário Melo, entre os anos de 1913 a 1953. Schwarcz (1993), também ressalta essas práticas dos Institutos que ia além da mera produção historiográfica para os pares: “lembrar para comemorar, documentar para bem festejar” (p. 135).

pernambucano, decidiu lançar uma comitiva com alguns sócios do Instituto para descobrirem as ruínas referentes ao Arraial do século XVII. No mesmo ano foi encontrado o local e imediatamente propuseram que se erguesse um monumento comemorativo. A inauguração do monumento aconteceu em janeiro de 1872, com a presença de inúmeros sócios do Instituto e de autoridades, como o presidente da província de Pernambuco⁶⁵.

Em julho de 1916, Mário Melo argumentando que a coluna comemorativa estava ameaçada a desaparecer devido ao seu fraco estado de conservação, convence o general Joaquim Cardoso a se comprometer a restaurar a coluna. O general recebe apoio financeiro do governo de Pernambuco e no ano seguinte é reinaugurado o monumento, que “consta de uma coluna de mármore, da ordem jônica, sobre uma base quadrilátera também de mármore. No alto, sobre o capitel, há uma cruz latina da mesma pedra. O pedestal é de cimento”⁶⁶. Representando o IAHGP na reinauguração da coluna, em 1917⁶⁷, Mário Melo discursa destacando a importância do evento da Restauração Pernambucana, como também ressaltando o IAHGP como uma instituição defensora do passado de Pernambuco, mencionando o empenho do IAHGP, em 1867, na busca das ruínas do Arraial e, em 1872, na participação do Instituto na edificação da coluna. Inclusive, no seu discurso, Mário Melo lê trechos do discurso proferido em 1872 por Aprígio Guimarães, antigo sócio do Instituto.

No ano de 1917 o IAHGP também participou das comemorações do centenário da Revolução de 1817. Percebemos que o Instituto até o final da década de 1950 se esforçará em promover comemorações de centenários de acontecimentos que serviriam para positivar o passado de Pernambuco e de difundir a sua interpretação do passado para a sociedade pernambucana. Nessas comemorações havia eventos solenes nos principais estabelecimentos culturais da cidade, como o Teatro de Santa Isabel e a Faculdade de Direito do Recife, com a presença de figuras ilustres de diversos setores da sociedade. Esses eventos eram narrados detalhadamente nos jornais do Recife. Além da divulgação das atividades comemorativas na imprensa, o Instituto aproveitava esses momentos em que o poder público colocava dinheiro para os festejos e se empenhava em produzir e expor símbolos em lugares públicos. No relatório

⁶⁵ Ver: RIAHGP, Recife, v. 20, 1918, p. 193.

⁶⁶ RIAHGP, Recife, v. 20, nº 102, 1918, p. 198.

⁶⁷ A partir do relatório das atividades do IAHGP referentes ao ano de 1917, percebemos o empenho da Instituição em erigir monumentos em locais públicos, sendo levantados quatro monumentos com anuência do IAHGP no ano de 1917: a coluna do Arraial Novo do Bom Jesus; uma pedra em mármore aos heróis de 1817; uma lápide em homenagem a Frei Caneca; uma lápide em Olinda (RIAHGP, Recife, v. 20, 1918, p. 179-187).

das atividades do Instituto referente ao ano de 1917, Mário Melo destaca os trabalhos empreendidos devido as comemorações do centenário da Revolução de 1817:

Conseguimos que o governo federal estampasse um selo do correio comemorativo, que circulou na república durante seis meses; cunhamos uma medalha de bronze comemorativa, sendo tal a procura que a primeira série de 150 se esgotou rapidamente; editamos a 3ª edição da “História da Revolução” de Muniz Tavares, cuidadosamente anotada por Oliveira Lima; obtivemos do governo do estado a decretação da bandeira dos revolucionários de 1817 como símbolo de nosso estremecido Pernambuco; colocamos a pedra fundamental do monumento que se a de erguer ao heróis de então no mesmo local em que a maioria foi garroteada⁶⁸.

Esses esforços do IAHGP em participar do debate público e exercer influência em determinados assuntos, nos indica que a instituição buscou formas de divulgar para a sociedade as suas narrativas sobre o passado de Pernambuco, exercendo uma postura intervencionista. O IAHGP reagia com entusiasmo aos apelos dos poderes públicos, quando eles se viam diante de questões relacionadas ao passado de Pernambuco e procuravam o Instituto para obter informações sobre a história de Pernambuco. Essas informações guiaria as ações políticas que visavam usar o passado como um meio para construir um sentimento coletivo que ajudaria a diminuir as tensões sociais. Consultando o IAHGP, os poderes públicos também conseguiam validar os seus atos, em razão do Instituto ser considerado a principal referência sobre assuntos relacionados ao passado de Pernambuco. Por outro lado, os poderes públicos recorrendo ao IAHGP satisfaziam o desejo do Instituto, que tinha como uma de suas metas aumentar seu reconhecimento social, externando elogios às autoridades políticas que confiaram no Instituto.

Nesse sentido, esse campo historiográfico, formado por um reduzido grupo de historiadores, era diretamente afetado pelo campo de poder político, que patrocinavam as suas atividades e os legitimava como instituição de utilidade pública. Os historiadores do IAHGP tinham consciência dessa importância desses patrocínios e legitimações, que os estimularam a se mover para agradar o poder político, tarefa que não era difícil por haver uma correspondência de gostos, inclusive muitos historiadores vinculados ao IAHGP ocuparam cargos políticos. No entanto, entendemos que essa relação entre intelectuais e políticos não era equilibrada, pois os interesses daqueles que detinham o poder político e econômico prevalecia, nos fazendo supor que por essa perspectiva poderemos explicar, mais adiante, as tomadas de posição daqueles historiadores, principalmente Mário Melo. Acreditamos que apesar da interferência do campo político não podemos entender que as produções historiográficas elaboradas pelos historiadores

⁶⁸ RIAHGP, Recife, v. 20, 1918, p. 182.

do IAHGP eram apenas meios para conquistar lucros políticos e econômicos. O que visualizamos é uma estratégia que buscou simultaneamente agradar o campo de poder e satisfazer as necessidades da própria dinâmica do seu campo, estratégia facilitada pela sintonia entre os dois campos.

2.2 A trajetória de Mário Melo como secretário e historiador do IAHGP: Habilidades, reposicionamentos e recompensas

Neste segundo momento do primeiro capítulo, buscaremos mostrar como Mário Melo se ajusta às convenções do IAHGP, procurando visualizar o que facilitou a sua trajetória dentro do Instituto, tanto no que se refere a sua liderança no setor administrativo quanto na sua participação intensa na RIAHGP. Vale destacar algumas questões que nos guiou para a escrita desse tópico: O que significava o IAHGP para Mário Melo quando ele ingressa? O que possibilita a Mário Melo uma rápida projeção dentro do IAHGP? Qual a importância das suas produções na RIAHGP para o fortalecimento do seu reconhecimento? O nosso objetivo é fazer um panorama da trajetória de historiador de Mário Melo a partir da sua relação com o conjunto de normas do IAHGP, destacando a sua atuação como secretário do Instituto, como também as suas produções historiográficas que aparecem na RIAHGP.

A trajetória de Mário Melo no IAHGP começa, oficialmente, na sessão ordinária do Instituto do dia 27 de maio de 1909, quando ingressa como sócio efetivo do Instituto, após votação secreta entre os sócios que estavam presente na sessão. Esta sessão foi dirigida pelo presidente do Instituto, Regueira da Costa, que nomeou a comissão de admissão de sócios que examinou a proposta do nome de Mário Melo e colocou em votação a admissão ou rejeição do candidato proposto⁶⁹. Dezoito anos depois, Mário Melo relembra com alegria a sua admissão no IAHGP, ao mesmo tempo em que destaca a sua admiração pelos antigos sócios do Instituto, indicando a sua formação social, que poderia lhe garantir ferramentas intelectuais para efetuar um bom desempenho nos critérios do IAHGP.

⁶⁹ A comissão de admissão de sócios do IAHGP do ano de 1909 era composta por Aprígio Garcia, Bianor de Medeiros e Augusto César. Nesta mesma sessão foram acolhidos como sócio efetivo, além de Mário Melo, Antônio Borges Leal Castelo Branco e Antônio José da Costa Ribeiro. Ver: RIAHGP, Recife, v. 18, 1916. De acordo com Cavalcanti (2017) a entrada de Mário Melo no IAHGP foi “intermediada pelo tesoureiro da instituição e seu sogro, Antônio da Cruz Ribeiro” (p.71).

Quando bem moço realizando uma das maiores aspirações da vida fui eleito para aquele sodalício, para as venerandas companhias de Regueira da Costa, Carneiro Vilela, Pereira da Costa, Vicente Ferrer, Alfredo de Carvalho, Coelho Leite, João Coimbra, Braz de Souza, Artur Muniz, Rocha Carvalho, Soares Brandão, Guedes Alcoforado, Francisco Luís – todos hoje desaparecidos⁷⁰.

A sensação de Mário Melo de estar concretizando um sonho não se refere, apenas, aos seus gostos, mas também à situação social e econômica em que ele se encontrava, em 1909. Quando ingressa no Instituto, Mário Melo, aos 25 anos de idade, ainda, não tinha se firmado no campo cultural pernambucano. Ele vinha colaborando em alguns jornais da cidade, desde o ano de 1900, alternando constantemente de estabelecimento, fazendo-nos imaginar que os jornais garantiam pouca segurança financeira e valor simbólico⁷¹. Em 1909, Mário Melo completava seis anos atuando como telegrafista dos correios, cargo que lhe proporcionava o seu sustento, visto que não conseguiu atuar na área jurídica, apesar de se tornar bacharel pela Faculdade de Direito do Recife⁷², em 1907, e também não conseguiu se introduzir no campo político. Então, entendemos que o diploma de sócio do IAHGP significou para Mário Melo uma oportunidade para maximizar o seu capital simbólico por meio de uma instituição consagrada.

É interessante destacar que, dois meses antes de Mário Melo ser aprovado como sócio no IAHGP, ele é mencionado na ata da sessão do dia 18 de março de 1909 como um doador, que, na ocasião, ofereceu à biblioteca do Instituto um manuscrito da obra de Marco Paulo, um livro de Nicolau Venato e um exemplar do livro *A maçonaria no Brasil*, de autoria do próprio Mário Melo – livro que evidencia os interesses dele, como também as suas sociabilidades e filiações⁷³. Acreditamos que essa doação de Mário Melo é um indicativo de

⁷⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 10 de novembro de 1927.

⁷¹ Entre os anos de 1900 a 1909, Mário Melo escreve em 6 jornais: O Álbum; O Estudo; Folha do Povo; Correio do Recife; Jornal Pequeno; A Província. Sobre a trajetória de Mário Melo como jornalista, ver: NASCIMENTO, Luiz. Roteiro jornalístico de Mário Melo. In: BARBOSA, Virgínia; GASPAS, Lúcia. **Mário Melo: uma bibliografia**. Ed. FUNDAJ, Recife, 2012.

⁷² No *Jornal Pequeno* e no *Correio do Recife*, encontramos poesias seguindo a estrutura de soneto escritas por Mário Melo entre os anos de 1903 e 1907, que ele assina com o pseudônimo de Mário Granjeiro. Em algumas dessas poesias, nos parece que Mário Melo busca se defender de acusações ofensivas que sofria na faculdade e o colocava como um criminoso, por ser suspeito de praticar a vadiagem. Mário também se incomodava com a vigilância permanente que observava seus movimentos e ele sabia que o seu comportamento fugia da conduta estabelecida. Os anos como estudante na Faculdade de Direito foram anos de sofrimento que afetaram decisivamente o seu desempenho, o afastando de qualquer carreira na área jurídica.

⁷³ Esse seu livro sobre a maçonaria talvez seja resultado dos seus trabalhos na revista *Arquivo Maçônico*, revista em que ele colaborava desde 1906. De acordo com Silva (2013), Mário Melo foi iniciado na maçonaria na Loja Segredo e Amor da Ordem, localizada no Recife. Essa Loja foi coincidentemente fundada no mesmo ano do IAHGP, em 1862. Cogitamos a possibilidade de que a maçonaria garantiu a Mário Melo um capital social relevante que facilitou os seus primeiros momentos como sócio do IAHGP. Essa suposição pode ser sustentada a partir da compreensão de que as lojas maçônicas funcionavam tendo como um dos princípios a fraternidade entre os membros, ou seja, havia uma crença coletiva de auxílio mútuo. Além disso, consideramos importante colocarmos luz na relação de Mário Melo com o seu sogro, Antônio da Cruz Ribeiro. O sogro de Mário Melo era maçom e

seu desejo de se aproximar do Instituto e nos parece que essa ação foi entendida positivamente por alguns membros do Instituto.

Quatro meses após ser efetivado como sócio, Mário Melo é elogiado pelo presidente do IAHGP que demonstra convicção de que ele será um sócio dedicado, saudando com entusiasmo a sua entrada no Instituto. Mário Melo que estava presente nessa sessão se manifesta “agradecendo e declarando que empregaria os seus esforços para corresponder à confiança de seus consócios”⁷⁴. Como Mário Melo, no ano que se insere no IAHGP, ainda não tinha prestígio como intelectual, nem ocupava cargo de relevância, entendemos que a animação do presidente do Instituto, Regueira da Costa, ao convocar Mário Melo está relacionada aos sinais que Mário Melo emitia de que seria aplicado, seguro que ele se dedicaria em colaborar no fortalecimento do Instituto.

No mês seguinte, na sessão do dia 14 de outubro de 1909, Mário Melo aparece na sessão compondo a mesa da direção substituindo o segundo secretário⁷⁵. Na sessão solene, que ocorreu no dia 10 de novembro de 1909, apenas três membros discursaram sobre a data comemorativa relativa ao “primeiro grito da república”. O primeiro a falar foi o presidente, que era o responsável para abrir a sessão. Em seguida, discursou Coelho Leite, o orador do IAHGP, função que lhe cabia em sessões solenes. Por último, Mário Melo aproveita o evento para discursar sobre evento histórico e exalta a individualidade de Bernardo Vieira de Melo⁷⁶. Vale destacar que essas sessões solenes eram abertas ao público, tendo essa sessão contado com a presença de representantes dos jornais locais, da Faculdade de Direito do Recife e da Prefeitura da Cidade do Recife⁷⁷.

No início de 1910, mais precisamente no dia 12 de fevereiro, ocorre a sessão de assembleia geral para eleição de uma nova direção, na qual Mário Melo consegue votos

exercia o cargo de tesoureiro do IAHGP no ano em que Mário Melo ingressou no Instituto. De acordo com Paraíso (1997), Mário Melo frequentava a casa de Antônio da Cruz Ribeiro desde a sua adolescência e “quando Mário Melo lhe pediu licença para namorar sua filha, Antônio da Cruz Ribeiro a deu, com a condição de que abandonasse a vida boêmia e que entrasse para a Maçonaria” (p. 35). Mário Melo submete-se ao pedido de Antônio e casa-se com a sua filha, Adalgisa, em 1907, vivendo com ela até a sua morte, em 1959, na casa que ele herdou do sogro, na rua Santo Elias, no bairro do Espinheiro no Recife.

⁷⁴ RIAHGP, Recife, v. 18, 1916, p. 438.

⁷⁵ Ainda no ano de 1909 ele aparecerá como segundo secretário em mais quatro sessões: 10\11\1909; 02\12\1909; 16\12\1909; 23\12\1909. Ver: RIAHGP, Recife, v. 18, 1916.

⁷⁶ Será sobre esse acontecimento histórico, Guerra dos Mascates, que Mário Melo realizará o seu mais importante trabalho historiográfico, mais de três décadas depois desse discurso, em 1941. No último capítulo do nosso trabalho nos dedicaremos em tratar sobre esse determinado trabalho, focalizando no contexto da sua produção.

⁷⁷ Situação semelhante ocorreu no ano seguinte, na sessão solene do 06 de março de 1910 relativa à revolução de 1817. Novamente apenas três membros discursaram: o presidente do Instituto, Regueira da Costa; o orador, Arthur Muniz; e Mário Melo. Ver: RIAHGP, Recife, v. 20, 1918.

suficientes para se eleger como segundo secretário, cargo que ele ocupou no ano anterior, provisoriamente. Nesta mesma sessão, o presidente nomeou Mário Melo para compor a comissão de admissão de sócios, juntamente com Bianor de Medeiros e Augusto César. Entendemos que Mário Melo alcança essa projeção rapidamente dentro IAHGP devido ao seu desempenho durante o seu primeiro ano como sócio do IAHGP, em que demonstra dedicação, estando presente nas sessões, compondo a mesa de direção e discursando em sessão solene, agradando a maioria dos membros do Instituto.

Podemos visualizar os resultados positivos, que eram oriundos dos esforços de Mário Melo, no evento em que ele se empenha em dirigir os serviços de reformas na sala de reunião do IAHGP, em 1912. O zelo de Mário Melo pelo espaço, onde os membros do Instituto discutiam, foi entendido como um ato de generosidade, que estimulou o desembargador Francisco Luíz, que na ocasião era presidente do IAHGP, proferir um discurso agradecendo a Mário Melo, na sessão do dia 30 de maio de 1912. Em seguida, Regueira da Costa propõe um voto de louvor a Mário Melo pelo serviço prestado. No ano seguinte, em 25 de setembro de 1913, o IAHGP concede a Mário Melo o título de sócio benfeitor, juntando-se a Caetano da Costa Moreira que tinha recebido o título em 1911. O diploma de sócio benfeitor, de acordo com o estatuto do IAHGP, servia para distinguir aqueles sócios que, com serviços ou dinheiro, colaboraram com a melhoria do patrimônio do Instituto.

Entendemos que o título de sócio benfeitor significa que Mário Melo obteve reconhecimento dentro do Instituto e, aos poucos, essa reputação começou a repercutir favoravelmente na sua vida pessoal, fazendo-nos supor que a sua entrada, em 1914, no *Diário de Pernambuco*, estabelecimento jornalístico que será fundamental na sua projeção como jornalista, pode estar relacionada ao seu bom desempenho no IAHGP⁷⁸. O Instituto, em 1914, fez algumas das suas reuniões numa sala doada pelo *Diário de Pernambuco* e, além disso, os trabalhos realizados pelo o Instituto eram divulgados no jornal do *Diário*, evidenciando a relação estreita que havia entre as duas instituições.

Gomes (1996) considera importante a atividade jornalística para qualquer intelectual, porque trabalhando nos jornais eles conseguiam reforçar a sua imagem social, ampliar as suas relações sociais e garantir um sustento financeiro que era de grande valor para

⁷⁸ Paraíso (1997) destaca a importância do *Diário de Pernambuco* na carreira de jornalista de Mário Melo: “somente em 1914, quando veio para o *Diário de Pernambuco*, é que Mário Melo haveria de se tornar um redator fixo, e não um simples colaborador, como costumava ser. Tornou-se mesmo um dos principais redatores daquele matutino. [...] do *Diário* somente saíria em 1934 por conta de divergências pessoais com Assis Chateaubriand e Aníbal Fernandes” (p. 58).

intelectuais como Mário Melo, que viviam em situação econômica instável. Nesse sentido, os jornais significavam “uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores” (GOMES, 1996, p. 45).

Dois anos depois de se estabelecer no *Diário de Pernambuco*, Mário Melo faz mais um movimento que agradaria os seus confrades do IAHGP. Essa ação de Mário Melo ocorreu na sessão de 16 de março de 1916, onde ele propõe ao Instituto que se dirija ao poder legislativo do estado de Pernambuco e, também, ao governador do estado, para solicitar auxílio financeiro para realizar as comemorações do centenário da revolução republicana de 1817. Na ocasião, Mário Melo redige uma petição que é encaminhada por uma comissão ao poder legislativo e ao executivo do estado de Pernambuco. Na sessão do dia 08 de junho de 1916, Mário Melo comunica que a assembleia aprovou um auxílio financeiro no valor de dez contos para o Instituto promover o evento.

É interessante destacar um acaso que mudaria os rumos da organização da comemoração do centenário de 1817. No início de 1916, Mário Melo começou a procurar meios para solenizar o centenário de 1817 e buscava reorganizar o planejamento do Instituto, depois da morte, em 1915, de Coelho Leite, membro do IAHGP que estava idealizando o centenário. Mário Melo procura Alfredo de Carvalho para ele participar da coordenação do centenário de 1817. Alfredo de Carvalho aceita o convite e participa ativamente das atividades do IAHGP, tomando a dianteira na organização do centenário. Mas, inesperadamente, em 23 de junho de 1916, Alfredo de Carvalho falece, deixando seus trabalhos inconclusos. Entre as atividades de Alfredo de Carvalho, estava a tarefa de organizar a reedição do livro *A história da revolução de 1817* de Muniz Tavares. As funções antes ocupadas por Alfredo de Carvalho passam a serem destinadas à Oliveira Lima, que aceitou a tarefa de cuidar da reedição e fazer comentários sobre a obra de Muniz, para colocar na nova edição. Enquanto Oliveira Lima trabalhava no livro, os festejos do centenário eram preparados por Mário Melo, que assumiu o compromisso de realizar desde a idealização do evento⁷⁹.

A atuação de Mário Melo na organização do centenário foi considerada eficiente, garantindo-lhe um reconhecimento social que ultrapassava as paredes do IAHGP devido a comemoração do centenário de 1817 ter sido um grande evento que animou os poderes públicos, que viam no acontecimento de 1817 uma forma de legitimar a recente república

⁷⁹ Ver: RIAHGP, Recife, v. 19, 1917, p. 6-8

brasileira. É a necessidade de construir um calendário cívico que positivasse o governo republicano que favoreceu uma dimensão nacional da comemoração do centenário de 1817.

a comemoração dos cem anos de 1817 surgiu como oportunidade para reforçar o projeto dos grupos dirigentes de construção de um imaginário republicano. Era fundamental estabelecer a imagem de uma vocação brasileira ao novo regime. Assim, o esforço de vários políticos e intelectuais da época foi o de forjar um ideal republicano, já presente, de forma embrionária, em vários acontecimentos do passado, como na Conjuração Mineira e na Insurreição Pernambucana de 1817. Como forma de estratégia, esses e outros eventos passaram ser representados como experiências precursoras da República (RIBEIRO, 2011, p. 270).

Um dia após o encerramento oficial da comemoração do centenário de 1817, o *Diário de Pernambuco* comentando o evento diz que foi uma “brilhante festa promovida pelo o Instituto Arqueológico” e parabeniza o esforço do Instituto por conseguir realizar uma “comemoração digna”⁸⁰. Após a comemoração do centenário de 1817, Oliveira Lima também comenta sobre o centenário e destaca a importância de Mário Melo, colocando-o como o principal agente na comemoração: “Mário Melo, cuja dedicação, cuja solicitude, cuja paciência foram inexcedíveis nesta celebração, e a quem se deve mais do que qualquer outro o êxito do centenário”⁸¹.

Considerando Mário Melo como peça fundamental para o sucesso da comemoração do centenário de 1817, Oliveira Lima se mobiliza e propõe ao IAHGP que ele seja recompensado com o título de secretário perpétuo do Instituto, alusão que já aparece na revista do IAHGP que foi impressa em 1918⁸². Décadas depois, em entrevista, Mário Melo argumenta que o título recebido de secretário perpétuo do Instituto não está apenas relacionado às comemorações do centenário de 1817. Para ele, Oliveira Lima propôs a sua vitaliciedade, porque “vinha exercendo a contento a função desde 1911”⁸³.

A admiração de Oliveira Lima pela boa performance de Mário Melo irá afetar decisivamente a posição de Mário Melo no campo historiográfico pernambucano. O historiador e diplomata Oliveira Lima tinha cinquenta anos, em 1917, e já era consagrado no campo intelectual pernambucano e carioca, sendo sócio benemérito do IAHGP e ocupando uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Gomes (2004), comentando sobre a imagem social de Oliveira Lima na década de 1910, diz que ele “era um intelectual reconhecido, nacional e

⁸⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 09 de março de 1917.

⁸¹ Diário de Pernambuco, Recife, 08 de março de 1917.

⁸² Ver: RIAHGP, Recife, v. 19, 1917.

⁸³ Diário da noite, Recife, 24 de dezembro de 1956.

internacionalmente; autor de várias obras históricas, particularmente *D. João VI no Brasil*” (p. 55). Nesse sentido, Mário Melo será recompensado pela vinculação com Oliveira Lima, maximizando o seu capital social, tendo, a partir daí, uma enorme potência no campo historiográfico pernambucano devido ao grande reconhecimento que Oliveira Lima possuía.

Outro sinal que anuncia o ganho de capital simbólico por Mário Melo, no ano de 1917, está relacionado à sua entrada no IHGB como sócio correspondente, em 24 de maio de 1917⁸⁴. O seu ingresso é explicado pelo motivo de Mário Melo ser o primeiro secretário do IAHGP e também por o IHGB reconhecê-lo como “um esforçado cultor dos estudos históricos”⁸⁵. Não encontramos a informação de quem indicou Mário Melo para ser sócio do Instituto Brasileiro, mas supomos que Oliveira Lima possa ter participado na indicação e aprovação de Mário Melo, pois Oliveira possuía o diploma de sócio benemérito do IHGB, nos fazendo deduzir que ele tinha condições de interferir nas decisões do Instituto. É interessante destacar que antes disso, na sessão solene do IHGB referente às comemorações do centenário de 1817, é lido, no início da sessão, um telegrama de Mário Melo que tinha a intenção de justificar a importância da data, sendo considerada um acontecimento que “dignificam todos os brasileiros”⁸⁶.

Consciente do seu elevado capital simbólico, que poderia ser aplicado no campo cultural pernambucano, Mário Melo buscou transferir parte desse capital para o campo político com a intenção de tornar-se deputado estadual. Nesse sentido, dois anos após receber o título de perpétuo, Mário Melo candidata-se a deputado estadual e consegue ser eleito. Mas não tem seu diploma de deputado reconhecido por considerarem que ele utilizou do cargo de redator do *Diário de Pernambuco* para obter vantagens impróprias. Em 1947, Mário Melo relembra o caso:

Em 1919, fui eleito e diplomado. Hoje, quem consegue o diploma tem o exercício garantido. Naquele tempo, não era assim. Havia o que chamavam de “reconhecimento”. Muitas vezes se rasgava o diploma para “reconhecer” o competidor que, não tendo sido eleito, não apresentava esse diploma hábil⁸⁷.

Em 1919, Mário Melo tinha 34 anos de idade e atuaria por mais 40 anos, ininterruptamente, como primeiro secretário do IAHGP, mostrando que a indicação de Oliveira

⁸⁴ No ano de 1917, Mário Melo tornou-se sócio correspondente em mais três Institutos Históricos: o do Paraná, o de Alagoas e o do Espírito Santo. Ver: TAVARES, Cláudio. **Mário Melo**: Jornalista e historiador democrata. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1978, p. 168.

⁸⁵ Ver: RIHGB, tomo 82, 1917, p. 693.

⁸⁶ RIHGB, tomo 82, 1917, p. 622.

⁸⁷ Jornal do Comércio, Recife, 10 de outubro de 1947.

Lima foi acertada. Em 1917, Oliveira Lima conseguiu identificar que Mário Melo tinha uma predisposição para se dedicar ao cargo, o que lhe facilitaria cumprir as funções de primeiro secretário com competência. Essa imagem social de Mário Melo permanece até a sua morte, em 1959. Nilo Pereira diante da câmara funerária de Mário Melo, que foi colocada no salão do IAHGP, discursa destacando a dedicação de Mário Melo em contribuir no fortalecimento do Instituto:

Aqui foi um dos teus recantos preferidos, onde exercitasse, anos a fio, a tua paciência de historiador e o teu culto quase religioso pela tradição pernambucana. [...] o teu exemplo foi talvez incomparável pelo gosto de servir a esta instituição tão cheia do teu zelo e da tua ortodoxia. Com que amor amaste estas coisas todas que estão aqui dentro!⁸⁸

Por mais de quatro décadas Mário Melo exerceu o cargo de primeiro secretário do Instituto, realizando as tarefas que lhe cabia com seriedade, tais como: assinar todo o expediente do Instituto; apresentar anualmente um relatório descrevendo o movimento do Instituto; remeter às comissões as propostas sobre as quais tinham de se pronunciar; cuidar da limpeza e conservação da biblioteca, do arquivo e do museu; processar as folhas de vencimento dos empregados; tratar de todos os negócios urgentes na ausência do presidente e do vice presidente.

Além dessas atividades obrigatórias, Mário Melo investiu esforços em trabalhos que foram bem recebidos por seus confrades do Instituto. Ele participou não apenas da comemoração do centenário de 1817, mas de todos os centenários que ocorreram em Pernambuco que tiveram o apoio do IAHGP, até o final da década de 1950⁸⁹. Mário Melo foi considerado o principal agente na aquisição do prédio no bairro da Boa Vista, que viria a funcionar como sede do IAHGP, como mencionamos anteriormente. Também atuou buscando construir monumentos, tais como o do arraial novo (1917), o do arraial velho (1923) e do Tejucupapo (1932). No seu desempenho como secretário, procurou insistentemente transformar o IAHGP num órgão que deveria ser consultado quando o assunto fosse nomeação de logradouros públicos.

A partir da leitura de Schwarcz (1993), assim como observando o caso de Mário Melo, acreditamos que o excesso de empenho daqueles que se tornam secretário pode ser explicado através da condição social e econômica deles, pois “ocupavam postos de menor

⁸⁸ RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 73.

⁸⁹ Além da comemoração do centenário da Revolução de 1817, o Instituto se envolve em mais algumas comemorações até o final da década de 1950: centenário da Confederação do Equador; quarto centenário de Duarte Coelho; quarto centenário da fundação de Igarassu; tricentenário da batalha dos Guararapes; tricentenário das tabocas; tricentenário do Tejucupapo; centenário da revolução Praieira; centenário de Joaquim Nabuco; centenário de Pereira da Costa; tricentenário da restauração pernambucana.

evidência como profissionais liberais” (p. 138). Nesse sentido, entendemos que os sócios que ocuparam os cargos de secretário dos Institutos tinham um perfil social que os inclinavam a assumir os compromissos do Instituto com profissionalismo, destoando de alguns dos sócios, que viam nas atividades dos Institutos um caráter diletante. Essa responsabilidade, daqueles que ocupavam o cargo de secretário, era fundamental, porque cabiam a eles a obrigação de manter o Instituto funcionando.

A partir de agora, neste segundo momento deste tópico, pretendemos refletir sobre a produção de Mário Melo que aparece na revista do IAHGP, durante as décadas de 1910 a 1950. Buscaremos, nesta parte do trabalho, focar mais no conteúdo dos seus textos e menos na vinculação da obra com outras obras e o mundo social, visto que isso será a nossa preocupação central nos próximos capítulos⁹⁰. Nesse sentido, agora buscaremos apenas apresentar um panorama da sua bibliografia na RIAHGP e destacar as publicações que consideramos importantes.

Observando a revista do IAHGP desde a sua fundação, identificamos que Mário Melo foi o membro do Instituto que mais colaborou, tendo publicado 76 textos em cinco décadas⁹¹, sem contar os relatórios que ele como secretário tinha que elaborar. Outro dado que mostra a sua intensa participação na construção do perfil da revista está relacionado ao fato dele fazer parte da comissão de estatutos e redação da revista do Instituto, de 1912 até a sua morte, estando, assim, autorizado a selecionar o material que seria publicado⁹². Então, compreendemos que o entusiasmo de Mário Melo aliado à sua importância dentro do IAHGP favorece que ele imprima a sua marca decisivamente na revista do IAHGP nessas cinco décadas que nos interessa.

Consideramos que o seu interesse excessivo em tratar de questões pertinentes ao IAHGP está em sintonia com a sua formação intelectual que lhe construiu como um historiador aos moldes do século XIX, estimulando-o a acreditar que podia alcançar de forma direta o passado a partir da documentação. Nesse sentido, enquanto Mário Melo vai desbravando

⁹⁰ Principalmente no último, quando tratarmos da condição social e histórica da produção historiográfica de Mário Melo no Estado Novo.

⁹¹ Em anexo, colocamos uma lista com todas as suas publicações na revista do IAHGP.

⁹² A comissão de redação da revista do Instituto era composta por três sócios do IAHGP. Na década de 1910 três membros aparecem constantemente fazendo parte da comissão juntamente com Mário Melo: Henrique Capitulino, Pereira da Costa e Oliveira Lima. Na década de 1920, Mário Melo está acompanhado de Samuel Campelo. Na década de 1930, quem mais aparece é Naasson Figueiredo e novamente Samuel Campelo. Na década de 1940, quem mais aparece ao lado de Mário Melo é Olímpio Costa Júnior e João Peretti. Na década de 1950, quem mais aparece é José Maria e novamente Olímpio Costa Júnior.

inúmeros temas de relevância para o IAHGP e exercendo influência nas produções do Instituto, ele acaba se distanciando do mercado editorial nacional⁹³. De acordo com Franzini (2006), a partir da década de 1930, as editoras, por meio das Coleções, começaram a ter condições de consagrar cientistas sociais de várias áreas, inclusive historiadores. Essas coleções renovaram o campo historiográfico brasileiro ao lançar um novo modo de fazer historiográfico, com uma abordagem mais interpretativa e relativista, que abalará a hegemonia dos Institutos. Nesse novo cenário, vemos Mário Melo reforçando a sua ação conservadora em defesa do IAHGP para manter a sua hegemonia no campo historiográfico pernambucano⁹⁴.

Mário Melo estreia na revista do IAHGP, no ano seguinte ao seu ingresso na instituição, com um longo texto que abordava a temática da Revolução Pernambucana de 1817, onde demonstrou ter um grande conhecimento da bibliografia acerca do assunto. Vale lembrar que essa temática, juntamente com a Confederação do Equador de 1824, vinha sendo abordada desde a fundação do IAHGP e tinha grande importância para os historiadores vinculados ao Instituto. Ao provar que dominava este assunto, que era supervalorizado, Mário Melo vai adquirindo respeito dos seus pares. Essa recompensa simbólica irá lhe estimular a continuar tratando do assunto, sendo o tema que ele mais se dedicará, resultando em nove publicações na RIAHGP que trataram sobre o tema de 1817/1824 no decorrer da sua trajetória no Instituto⁹⁵.

O primeiro trabalho de Mário Melo sobre a temática de 1817 aparece na revista de 1910, com o título *A maçonaria e a revolução republicana de 1817*, preenchendo 59 páginas da revista. Para construir esse trabalho Mário Melo dialoga com a antiga geração de historiadores pernambucanos, mencionando abertamente Maximiano Machado Lopes, Pereira

⁹³ Olhando a tabela dos livros publicados de Mário Melo, vemos que dos seus 30 livros apenas cinco foram publicados fora de Pernambuco. Ver: CAVALCANTI, Amanda. A. M. **Cadê Mário Melo: um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife**. Dissertação. UNIRIO, 2017, p. 133. Observando as tabelas que listam as publicações das Coleções *brasilianas* a partir da década de 1930, não encontramos nenhuma menção à Mário Melo, evidenciando que ele não foi incorporado nesses empreendimentos. Ver: FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)**. Tese (Doutorado em História) - USP, 2006.

⁹⁴ Nessa nova configuração do campo historiográfico, queremos destacar a figura de Gilberto Freyre que conquistará respeito nacional por meio das grandes editoras, tornando-se, a partir da publicação de *Casa-Grande e Senzala*, o intelectual pernambucano com maior autoridade para falar sobre as questões sociais relativas a Pernambuco, tornando-se uma ameaça ao IAHGP, podendo causar fortes danos ao Instituto.

⁹⁵ Segue a lista com os nove trabalhos de Mário Melo que trataram unicamente sobre 1817/1824 na RIAHGP: **A maçonaria e a revolução republicana de 1817**. V. 15, n. 79, p. 1-60. 1910. **As academias secretas de Pernambuco**. V. 17, n. 87, p. 71-75. 1915. **Um patriota de 1817**. V. 17, n. 90, p. 343-345. 1915. **Pernambuco e a Independência do Brasil**. V. 23, p. 71-85, 1921. **A bandeira de Pernambuco**. V. 24, p. 621-624, 1922. **O suplício de frei Caneca**. V. 26, n. 123-126, p. 365-374. 1924. **Frei Caneca**. V. 31, n. 147-150, p. 7-37. 1931. **José de Barros Falcão de Lacerda**. V. 37, p. 7-24, 1941-1942. **O governo eclesiástico na Revolução de 1817**. V. 42, p. 90-95, 1948-1949. Vale destacar que esse tema aparece constantemente em outros trabalhos dele, principalmente naqueles em que ele precisa retomar a história de Pernambuco desde a chegada de Duarte Coelho até o começo do século XX.

da Costa, Muniz Tavares, Sebastião Galvão e Oliveira Lima, que ele considera na ocasião como o mais “notável historiador”⁹⁶. Nesse trabalho, Mário Melo defende que a ideia de república no Brasil surgiu em Pernambuco na Revolução de 1817 devido a influência das sociedades maçônicas que atuavam em Pernambuco desde o início do século XIX. Mário Melo, descrevendo os acontecimentos, demonstra simpatia pelos rebeldes pernambucanos de 1817, que são entendidos como “patriotas que sonharam a república em Pernambuco, antes da independência do Brasil”⁹⁷. Para defender essa hipótese, Mário Melo utiliza como principal documentação os discursos dos rebeldes, utilizando a fala deles para denunciar as injustiças históricas, tendo, assim, o seu texto uma clara função de valorizar positivamente a Revolução Pernambucana de 1817.

Na revista do IAHGP de 1915, Mário Melo, num curto texto com o título de *As academias secretas de Pernambuco*, dedica-se em fazer um mapeamento das primeiras lojas maçônicas de Pernambuco. Nesse texto ele continua argumentando que foi em Pernambuco que surgiu a ideia de república, devido às associações maçônicas com seus “pensamentos adiantados do século que tornou independente as colônias americanas”⁹⁸. Depois desse trabalho, Mário Melo irá tratar da revolução de 1817/1824 mais sete vezes nas décadas seguintes. Desses trabalhos, queremos destacar os dois textos que trataram sobre Frei Caneca, que era considerado por Mário Melo o principal personagem das revoluções republicanas que ocorreram em Pernambuco na primeira metade do século XIX, sendo Frei Caneca “o sábio e o justo, a invocação da alma viril de Pernambuco”⁹⁹.

Mário Melo com a intenção de divulgar uma imagem positiva de Frei Caneca escreve sobre a vida dele utilizando a própria fala de Frei Caneca como principal documentação, tratada como prova para mostrar as amarguras impostas ao “grande patriota”. O período da vida de Frei Caneca que Mário Melo mais expõe está relacionado aos últimos momentos da vida dele, antes de ser executado. Mário Melo se empenha em sensibilizar o leitor, mostrando um homem sossegado que aceita a violência imposta por um governo injusto: “Frei Caneca estava sereno e solene, em sua batina castanho-escura que dentro de poucos minutos despiria para sempre”¹⁰⁰.

⁹⁶ RIAHGP, Recife, v. 15, 1910, p. 25.

⁹⁷ RIAHGP, Recife, v. 15, 1910, p. 57.

⁹⁸ RIAHGP, Recife, v. 17, 1915, p. 75.

⁹⁹ RIAHGP, Recife, v. 31, 1931, p. 11.

¹⁰⁰ RIAHGP, Recife, v. 31, 1931, p. 32.

Além da temática relacionada à Revolução de 1817, Mário Melo se interessa em estudar sobre a Restauração Pernambucana, que era outro tema que fazia parte da tradição historiográfica do Instituto. Aparece nas revistas do Instituto sete textos de Mário Melo sobre a restauração pernambucana, entre os anos de 1918 a 1943¹⁰¹. Nesses trabalhos Mário Melo destaca os acontecimentos militares, empenhando-se em descrever as batalhas dos Guararapes, das Tabocas e a do Tejucupapo. Narrando essas batalhas militares, ele exalta as habilidades de João Fernandes Vieira, Henrique Dias e Felipe Camarão, que foram as três figuras que lutaram contra o exército holandês, os quais Mário Melo considerava como heróis pernambucanos. Ele se empenha em propagar a ideia de que foi a bravura pernambucana o motor determinante que possibilitou o sucesso da expulsão dos holandeses das terras portuguesas.

Os textos sobre a Restauração Pernambucana são menos refinados em relação aos da Revolução de 1817. As publicações sobre o período holandês de Mário Melo, encontradas na RIAHGP são curtas, a maioria não passa de dez páginas, e nelas quase não há discussão bibliográfica. Entendemos que esses trabalhos surgem de um desejo de reverenciar um determinado passado, motivando-o a elaborar um discurso que permitiria validar ações políticas que intencionasse propagar as “grandes glórias” do passado pernambucano. No texto *O combate de Casa Forte*, ele lamenta que no local onde aconteceu a batalha de Casa Forte ainda não exista uma lápide comemorativa, como as que existem nos locais em que ocorreram as batalhas das Tabocas e dos Guararapes:

Desse combate, como dissemos, não há memória. Não há sequer uma lápide comemorativa. E como é do nosso dever tornar conhecido do povo para a devida veneração, os lugares históricos da nossa terra, propomos seja colocada no ponto mais apropriado da campina da Casa Forte uma pedra mármore – porque de momento a homenagem não pode ser maior¹⁰².

Na revista de volume vinte e nove, referente ao ano de 1929, vinte anos depois de Mário Melo ingressar no IAHGP, aparece pela primeira vez uma publicação de sua autoria que trata da questão indígena, assunto que ele irá insistir nos anos seguintes, resultando em dez publicações, entre os anos de 1927 a 1945¹⁰³. O volume vinte e nove da RIAHGP, citada acima,

¹⁰¹ Segue a lista com os sete trabalhos de Mário Melo sobre a restauração pernambucana na RIAHGP: **Arraial Novo do Bom Jesus**. V. 20, p. 188-198, 1918. **Combate da Casa-Forte**. V. 22, p. 56-60, 1920. **O Monte das Tabocas**. V. 25, p. 1-9, 1923. **As heroínas de Tejucupapo**. V. 28, p. 326-337, 1927. **João Fernandes Vieira**. V. 32, p. 47-50, 1932. **Uma relíquia do Recife holandês**. V. 36, p. 289-291, 1939-1940. **Homenagem a Henrique Dias e a Camarão**. V. 38, p. 231-245, 1943.

¹⁰² RIAHGP, Recife, v. 22, 1920, p. 60.

¹⁰³ Segue a lista com os dez trabalhos de Mário Melo sobre a cultura indígena na RIAHGP: **Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos**. V. 28, p. 285-298, 1927; V. 29, p. 129-140, 1928/1929. **Os carnijós de Águas Belas**. V. 29, p. 179-227, 1929. **Arqueologia pernambucana**. V. 29, p. 7-24, 1929. **Toponímia pernambucana**. V. 30,

inicia com o texto *Arqueologia pernambucana* escrito por Mário Melo, em que ele relata a visita que ele fez à cidade pernambucana de Vila Bela para tratar de gravações em rochedos com o objetivo de identificar a autoria dos riscos nas pedras da região.

Nessa mesma revista, Mário Melo, novamente, tratou da questão indígena com o trabalho *Os Carnijós de Águas Belas*. Esse trabalho, também, surge a partir de observações no local, em que ele afirma ter passado “alguns dias na tribo, estudando-a nos seus hábitos, nas tradições do seu culto, na sua língua”¹⁰⁴. No entendimento de Mário Melo, a tribo indígena que ocupava uma área no município de Águas Belas, interior de Pernambuco, era autêntica, significando um patrimônio nacional e por isso deveria ter o direito garantido pelo governo à posse da terra em que viviam.

Posso agora gritar bem alto, desmanchado a balela que os interessados inventaram: em Águas Belas existe uma tribo que tem religião própria, que tem língua própria, que se mantém pura, nas suas tradições, apesar da pressão exterminadora que lhe move o “civilizado”, através de quatro séculos de lutas¹⁰⁵.

Apesar de Mário Melo dizer que escreveu esse texto a partir da visita ao local e assegurar a importância da visita, é através da carta régia de 1705, que ele expõe no seu trabalho, que a sua tese ganha validade, fazendo com que o governo decida doar as terras aos índios. Nos seus trabalhos seguintes sobre os índios, ele continuará buscando identificar os artefatos indígenas para validar o seu valor documental, como também continuará visitando as tribos para verificar se os seus costumes são verdadeiros, com o intuito de defender as genuínas tribos indígenas, que significava “uma relíquia histórica”¹⁰⁶.

Olhando para as revistas do Instituto percebemos que a questão da essência e da primazia de Pernambuco em relação a outras regiões do Brasil se apresenta como outro bloco de assunto que foi abordado por Mário Melo. Encontramos oito trabalhos de Mário Melo que se dedica em tratar exclusivamente sobre a identidade e o pioneirismo pernambucano¹⁰⁷,

p. 175-231, 1930. **Genealogia luso-tupi**. V. 32, p. 39-42, 1932. **Arqueologia pernambucana**. V. 32, p. 7-14, 1932. **Etnografia pernambucana**: Os Xucurus de Ararobá. V. 33, p. 43-45. 1933. **Adornos indígenas**. V. 33, p. 48-50, 1935. **Um "Machado de Âncora" de argila**, dos tapuias pernambucanos. V. 35, p. 190-192, 1937/1938. **O afro-indianismo na orografia pernambucana**. V. 40, p. 278-291, 1945.

¹⁰⁴ RIAHGP, Recife, v. 29, 1929, p. 181.

¹⁰⁵ RIAHGP, Recife, v. 29, 1929, p. 181.

¹⁰⁶ RIAHGP, Recife, v. 29, 1929, p. 179.

¹⁰⁷ Segue a lista com os oito trabalhos de Mário Melo sobre o pioneirismo pernambucano na RIAHGP: **As academias secretas de Pernambuco**. V. 17, p. 71-75. 1915. **Origens de algumas famílias pernambucanas**. V. 28, p. 183-224. 1927. **A origem da máquina de escrever**. V. 28, p. 367-374. 1927. **Pernambuco pioneiro do descobrimento**. V. 28, p. 305-308. 1927. **A igreja mais antiga do Brasil**. V. 29, p. 61-76, 1929. **A primeira**

argumentando que quase tudo que aconteceu no Brasil surgiu inicialmente em Pernambuco. Os dois primeiros trabalhos de Mário Melo que procuram expor a imagem de Pernambuco na vanguarda, como o local mais avançado do Brasil, servem para ele reforçar a ideia de Pernambuco como uma terra de um povo nobre e aguerrido que não aceita ser submisso.

Pernambuco abriu uma exceção. A verdadeira colonização fez-se com gente qualificada da nobreza. [...] Tanto Duarte Coelho, nosso primeiro donatário, como Maurício de Nassau, o fundador da nossa metrópole, trouxeram para Pernambuco, em seu séquito, fidalgos, gentis homens, damas de alta linhagem¹⁰⁸.

Para ele, Pernambuco sendo colonizado por gente nobre favoreceu que as gerações seguintes, preservando a qualidade da linhagem, promovesse espíritos rebeldes como o de Bernardo Vieira de Melo e Frei Caneca. Mário Melo olhando para o passado de Pernambuco enxerga uma série de lutas pela liberdade, nos quais se destaca na sua bibliografia os acontecimentos da expulsão dos holandeses em 1654 e da luta pela república em 1817. Ele vê Pernambuco como o “berço da república”, sendo o local precursor da república de toda a nação brasileira.

Nos demais textos sobre o pioneirismo pernambucano, Mário Melo diminui o empenho em fortalecer a identidade republicana de Pernambuco e se dedica em tratar sobre curiosidades que falavam sobre a prematuridade de Pernambuco, dissertando sobre assuntos como a primeira máquina de escrever, a primeira igreja ou primeira feitoria. O que importava para Mário Melo era mostrar que Pernambuco era sempre o primeiro em todos os segmentos, sendo o “primeiro no descobrimento, primeiro nas letras, primeiro na formação da nossa nacionalidade, primeiro na medicina”¹⁰⁹. Mário Melo entendia o pioneirismo de Pernambuco como um sinal da grandeza pernambucana, demonstrando orgulho a cada constatação de coisas que se originaram em Pernambuco.

Esse orgulho excessivo da sua terra natal não irá aparecer apenas nos seus trabalhos sobre o pioneirismo pernambucano. Observando toda a sua produção na RIAHGP percebemos que constantemente emerge do seu escrito o seu entusiasmo ao elogiar o estado de Pernambuco. Inclusive apenas duas das suas setenta e seis publicações na RIAHGP não tratam de assuntos relativos a região que hoje conhecemos como Pernambuco, ou seja, Mário Melo escreveu

feitoria de Pernambuco. V. 33, p. 17-27. 1934. **O primeiro médico brasileiro.** V. 33, p. 187-188 1935. **O primeiro vigário de Pernambuco.** V. 35, p. 212-215, 1937-1938.

¹⁰⁸ RIAHGP, Recife, v. 28, 1927, p. 183-184.

¹⁰⁹ RIAHGP, Recife, v. 28, 1927, p. 305.

setenta e quatro textos que tratam de Pernambuco ou das áreas vizinhas, que antes faziam parte da capitania de Pernambuco e da capitania de Itamaracá, cumprindo o que o artigo primeiro do Instituto determinava.

As suas narrativas positivas sobre a ideia de república também atravessam toda a sua produção na RIAHGP. Os acontecimentos históricos que ele retoma insistentemente, como a Restauração Pernambucana, Guerra dos Mascates, Revolução de 1817 e Confederação do Equador, servem para ele destacar a luta dos pernambucanos pela liberdade e por formas de governo que respeitassem os interesses da maioria. Cavalcanti (2017) também percebe o empenho de Mário Melo em valorizar as revoluções republicanas que ocorreram em Pernambuco, resultando em narrativas que buscavam “disseminar uma imagem de Pernambuco como terra de ‘bravos heróis’; como espaço do território onde surgira o ‘Leão do Norte’, que muito lutou pela liberdade de sua pátria” (p. 157).

Depois de olharmos para toda a sua produção na RIAHGP, enxergamos Mário Melo como um historiador que supervaloriza as fontes, sendo a sua narrativa extremamente limitada pela documentação, em que, às vezes, separa grande parte do seu trabalho para apenas expor o “documento puro”. Outra marca dele está relacionada a sua assimilação dos valores tradicionais do Instituto, no qual percebemos uma correspondência de interesses entre os seus trabalhos com os discursos inaugurais que ocorreram no período da fundação da instituição que elegeram a rebeldia pernambucana como principal questão a ser debatida. Nesse sentido, nos parece sincera a sua fala sobre as motivações que o levaram a escrever sobre a história de Pernambuco, durante a maior parte da sua vida:

Menino, estudante de primeiras letras, li a “História da Revolução Pernambucana de 1817”, do Monsenhor Muniz Tavares, encontrada na biblioteca de meu pai. Data desse tempo a minha admiração pela bravura pernambucana e constituiu-se a maior aspiração de minha vida ser sócio do Instituto Arqueológico. Feliz acaso, porque dele me adveio extremado amor ao torrão natal, cuja história tenho procurado estudar com tanto desvelo...¹¹⁰.

Nesse sentido, consideramos que o *habitus* de Mário Melo facilitou a sua trajetória como historiador, favorecendo-lhe a ter êxito no campo historiográfico pernambucano do início do século XX. As condições sociais e econômicas, em que ele estava inserido durante a sua formação intelectual, possibilitou uma determinada experiência individual que introjetou em Mário Melo disposições que funcionou como instrumento para ele se movimentar no espaço

¹¹⁰ RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 100.

social. No caso de Mário Melo, compreendemos que havia um harmônico ajuste entre a sua disposição e a posição que ele ocupa no campo historiográfico, favorecendo que as suas práticas sejam, quase sempre, vistas como apropriadas, conferindo-lhe um alto capital simbólico, como veremos nos capítulos seguintes.

3 MÁRIO MELO: O GUARDIÃO DAS TRADIÇÕES DO IAHGP

Quando Mário Melo inicia sua trajetória no IAHGP, em 1909, Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho e Oliveira Lima eram os historiadores mais consagrados, no campo intelectual pernambucano, e que tinham a imagem fortemente associada ao Instituto. Nesse sentido, objetivamos, neste capítulo, mostrar a construção da imagem social de Mário Melo como historiador, destacando a sua vinculação com os três historiadores consagrados, que lhe antecederam no IAHGP e tinham condições de transferir para os mais jovens um capital simbólico muito potente, nas lutas no campo cultural pernambucano, durante a primeira metade do século XX.

Percebemos que Mário Melo tinha facilidade para produzir trabalhos historiográficos ajustados às normas estabelecidas pela geração anterior. Observando a produção historiográfica de Mário Melo, identificamos que ele escreve a partir do passado, ou seja, as antigas produções do IAHGP funcionam como uma base, por meio do qual ele erguerá o seu trabalho. Desse modo, não se rebelando contra a geração que lhe precede a sua atividade intelectual ficará limitada pela tradição, dificultando possíveis inovações. Apesar de ir na contramão dos valores modernos, Mário Melo conseguirá ganhos, como veremos no decorrer desta tese, exibindo uma importante face do campo intelectual pernambucano na primeira metade do século XX. Esse conjunto de técnicas incorporadas garante-lhe o reconhecimento como um historiador que daria continuidade aos trabalhos dos três antecessores, e assim vai constituindo-se uma imagem social favorável a uma participação ativa nas decisões do IAHGP.

Além da correlação de produção historiográfica e de trabalhos realizados em conjunto pelo IAHGP com os três antecessores, Mário Melo utilizou a imprensa para expor outros tipos de aproximação com Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa e Oliveira Lima. Mário Melo, buscando ser reconhecido como um intelectual próximo aos três que lhe antecederam, procurou divulgar a relação afetiva que ele manteve com os três e, também, empenhou-se em definir-se como um discípulo deles, o que evidencia o seu investimento, nem sempre consciente, em se tornar o sucessor dos três. Por fim, compreendemos que as suas sucessivas investidas aplicadas, durante a sua longa trajetória como historiador, foi entendida pelos seus pares como honesta. Ajustando-se às expectativas coletivas do campo intelectual pernambucano, Mário Melo foi reconhecido como um guardião da tradição do IAHGP, sendo-lhe garantido uma autoridade para falar sobre a vida e a obra dos seus três mestres. Entendemos que esta conciliação de uma relação intelectual com uma relação afetiva nos fala de uma

condição social semelhante que favorece uma correspondência de gostos, e conecta, parcialmente, os seus estilos de vida. Identificando-se uns com os outros, eles se sentem permitidos a serem sinceros (sinceridade que potencializa a eficácia simbólica dessa amizade)¹¹¹.

3.1 Mário Melo e Alfredo de Carvalho: O interesse pela temática indígena

Este tópico objetiva abordar a relação entre Mário Melo e Alfredo de Carvalho, por meio da produção deles na RIAHGP e dos jornais recifenses, buscando ver a associação entre as imagens sociais desses dois historiadores. Procuraremos visualizar a dimensão do reconhecimento social de Alfredo de Carvalho, através das suas premiações e homenagens recebidas. Destacaremos as ações de Mário Melo que visavam, simultaneamente, positivar a imagem de Alfredo de Carvalho e anexá-lo a sua própria imagem. Também buscaremos ver a associação entre os dois a partir do cruzamento da produção deles na RIAHGP, realçando uma correspondência de gostos que indicam uma habilidade específica.

Alfredo de Carvalho nasceu no dia 27 de junho de 1870, no Recife, filho de Thomas Ferreira de Carvalho e Julieta Cristina de Carvalho. Durante a infância, frequentou algumas escolas, em sua cidade natal, mas, quando chegou no período da adolescência, procurou sair do país para realizar o seu objetivo de se tornar um engenheiro. O jovem Alfredo de Carvalho inicia o curso de Engenharia Civil em Hamburgo, na Alemanha, mas não conseguirá concluir o curso, retornando ao Recife, em 1888. Ele só conseguirá obter o diploma de engenheiro quatro anos depois pela Escola Politécnica da Filadélfia, EUA. Em seguida, retorna ao Brasil como engenheiro, mas não logra imediatamente estabilidade profissional. Sua situação só ficará mais tranquila quando ele ocupa o cargo de engenheiro fiscal de usinas de açúcar de Pernambuco. Quinze anos depois, Alfredo de Carvalho falece, aos 46 anos de idade.

¹¹¹ Para Bourdieu (2007), para obter essa eficácia simbólica é necessário um capital de técnicas ajustados ao lugar que se encontra, possibilitando amizades e cooptações: “Esta identificação do *habitus* pelo *habitus* encontra-se no princípio das afinidades imediatas que orientam os encontros sociais, desencorajando as relações socialmente discordantes, incentivando as relações ajustadas, sem que estas operações tenham de se formular, algum dia, de outra forma, que não seja na linguagem socialmente inocente da simpatia ou da antipatia” (p. 226 e 227).

Em Pernambuco, Alfredo de Carvalho foi sócio do IAHGP, onde ocupou o cargo de primeiro secretário; foi, também, membro da APL, na qual foi presidente por um mandato de um ano. Fora de Pernambuco, ele foi sócio correspondente do Instituto Geográfico e Histórico do Rio Grande do Norte, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Academia Cearense, do Centro de Ciências, Artes e Letras de Campinas, do National Geographical Society dos EUA e da Antropological Society, também com sede nos EUA.

Em relação a sua atuação, nas academias, queremos destacar o seu desempenho no IAHGP. Alfredo de Carvalho ingressou, no Instituto, no ano de 1897, e teve uma participação bastante ativa, ocupando o cargo de primeiro secretário e fazendo parte da comissão da redação da revista. Alfredo de Carvalho foi um dos membros do IAHGP que mais colaborou na revista do Instituto. Entre os anos de 1898 (ano da sua primeira contribuição) a 1916, localizamos 56 trabalhos de Alfredo de Carvalho, na revista do Instituto, que se encontram nos volumes 9 a 17. Em seus trabalhos, Alfredo de Carvalho tratava, geralmente, sobre a questão indígena, tradução de livro para o português e também realizava discussões bibliográficas. Lendo os textos de Alfredo de Carvalho percebemos que ele tinha um vasto conhecimento literário e científico. Identificamos isso através de suas traduções para o português de textos nos idiomas francês, holandês, alemão, inglês e espanhol, mas principalmente pelo seu modo de argumentar, que valorizava uma ampla discussão bibliográfica para justificar o seu discurso. Os textos de Alfredo de Carvalho mostram um autor que reverencia a ciência e a literatura. Para ele, “todo cientista tende fatalmente a ser um bibliófilo, coligindo pacientemente os frutos das inteligências irmãs, que enveredaram pelas mesmas trilhas em busca da verdade”¹¹².

Alfredo de Carvalho quando fixa residência definitivamente em Pernambuco, em 1900, concilia a sua profissão de engenheiro com atividades no campo intelectual, frequentando com regularidade as reuniões da APL e do IAHGP. Quando ele morre, os jornais do Recife buscaram homenageá-lo, por meio da exposição das suas principais virtudes, que se referia ao seu talento como “um homem culto”. Percebemos que ele era, principalmente, visto como um historiador, sendo Alfredo “possuidor de vastos conhecimentos em vários ramos, especialmente na história de Pernambuco”¹¹³. E foi a história que lhe garantiu um amplo reconhecimento no campo intelectual pernambucano: “Se a obra do crítico não pode atingir a finalidade

¹¹² Ver: RIAHGP, Recife, v. 14, n. 78, 1909, p. 495.

¹¹³ Diário de Pernambuco, Recife, 24 de junho de 1916.

predestinada [devido à morte prematura], a obra do historiador abriu-lhe as portas do renome e da consagração de um escritor de raça”¹¹⁴.

A sua atuação, como historiador, está diretamente atrelada ao IAHGP. Como dissemos anteriormente, Alfredo de Carvalho colabora com 56 textos na RIAHGP num curto período que vai de 1898 a 1916¹¹⁵. Os seus estudos, também, ganharam visibilidade e reconhecimento através da publicação de livros de alguns de seus trabalhos. Olhando o conjunto de livros de autoria de Alfredo de Carvalho, vemo-lo como um historiador da imprensa pernambucana, devido ao seu interesse em estudar acerca dos jornais de Pernambuco. Essa sua disposição deu origem a três livros sobre o tema¹¹⁶.

Os trabalhos de Alfredo de Carvalho sobre a imprensa pernambucana ganharam projeção, no ano de 1925, devido ao centenário do *Diário de Pernambuco*. Notamos que, desde o começo do ano de 1925, o *Diário de Pernambuco* abria espaços para a intelectualidade pernambucana comentar acerca dos principais acontecimentos da história do jornalismo pernambucano, tendo colunas assinadas por Samuel Campelo, Gilberto Freyre, Oliveira Lima e Mário Melo. Todos esses autores mencionados citaram o livro *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908* de Alfredo de Carvalho. Em novembro de 1925, quando o *Diário de Pernambuco* comemora o seu centenário, os trabalhos de Alfredo de Carvalho são mencionados para comprovar que o *Diário de Pernambuco* era o jornal, em circulação, mais antigo da América do Sul: “Aparecido a 07 de novembro de 1825, ao *Diário de Pernambuco* cabe a primazia de idade em toda a imprensa da América do Sul, embora tenham procurado contestar esta verdade, esclarecida pelo espírito fulgurante de Alfredo de Carvalho”¹¹⁷.

No entanto, no necrológio da imprensa pernambucana são valorizados os seus trabalhos sobre a questão indígena, e Alfredo de Carvalho definido como o intelectual que mais tratou sobre este tema na sua geração (temática que só será trabalhada, sistematicamente, no final da década de 1920 por Mário Melo, indicando uma correspondência de interesse, que iremos discutir mais adiante). Em 1916, jornais recifenses consideram que o seu trabalho *Pré-história Sul Americana*, que aparece no Volume 14 da RIAHGP, é uma “obra ápice, obra

¹¹⁴ Jornal pequeno, Recife, 21 de julho de 1916.

¹¹⁵ Angela de Castro Gomes (1996) também identifica que a sua dedicação aos assuntos que eram debatidos no IAHGP foi o principal esforço de Alfredo de Carvalho durante a sua trajetória de historiador: “sua produção – de artigos, sobretudo – não é pequena, mas considerada extremamente local” (p. 119).

¹¹⁶ *Jornais pernambucanos* (1898); *Diário de Pernambuco* (1908); *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908* (1908).

¹¹⁷ *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de novembro de 1925.

Armorial, onde se ajustam os valores mais positivos e preclaros da sua mentalidade”¹¹⁸. Esse trabalho não é considerado, apenas, o melhor texto de Alfredo de Carvalho, mas também era entendido como um ato de originalidade que iniciava e estabelecia modelos a serem compreendidos como uma referência no assunto: “A *Pré-história Sul Americana*, mereceu da nossa crítica, ao tempo da sua publicação, os melhores conceitos, passando por ser, no gênero, o único livro digno existente em nossa literatura”¹¹⁹.

Alfredo de Carvalho era, ainda, famoso por ser poliglota, possibilitando-lhe traduzir para o português diversos textos que foram publicados como livros ou apareceram na RIAHGP. As suas traduções serviam para satisfazer o interesse dos historiadores da época, traduzindo, principalmente, livros e documentos dos idiomas do norte da Europa do século XVII, que estavam relacionadas ao período em que os holandeses ocuparam boa parte do solo da região, hoje conhecida como Nordeste brasileiro¹²⁰. Gomes (1996) considera a habilidade de Alfredo de Carvalho em conseguir ler textos em língua holandesa decisiva para a sua trajetória como historiador. Nesse sentido, apesar de Alfredo de Carvalho não fazer parte da ABL, o que lhe garante ser reconhecido como um grande historiador brasileiro é o fato dele “ser um dos poucos brasileiros a saber holandês e com isso poder ter acesso à documentação sobre o período holandês da nossa história” (GOMES, 1996, p. 119). Então, entendemos a sua atuação, como tradutor, como um desdobramento do seu interesse e simpatia pela discussão historiográfica que ocorria em Pernambuco na época.

Vale destacar que Alfredo de Carvalho, também, obteve reconhecimento no campo literário pernambucano, fazendo parte da Academia Pernambucana de Letras, onde ocupou a presidência, no período de novembro de 1903 a novembro de 1904. De acordo com os necrológicos da imprensa pernambucana, Alfredo de Carvalho conseguiu consagração fora de Pernambuco ao ser escolhido para assumir uma vaga na Academia Brasileira de Letras, apesar de ele renunciar a cadeira por conveniência política: “Concorreu à vaga de Joaquim Nabuco na Academia Brasileira de Letras e tinha comprometidos dois terços dos votos quando, a pedido de um amigo e parente, retirou sua candidatura em favor do general Dantas Barreto”¹²¹.

Ainda sobre o reconhecimento obtido por Alfredo de Carvalho, que ultrapassava as fronteiras do estado de Pernambuco, a imprensa destaca o convite que ele recebeu, em 1913,

¹¹⁸ Jornal Pequeno, Recife, 21 de julho de 1916.

¹¹⁹ Jornal do Recife, Recife, 24 de junho de 1916.

¹²⁰ Suas traduções mais famosas, são: *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1897) e *Olinda conquistada* (1898).

¹²¹ Diário de Pernambuco, Recife, 24 de junho de 1916.

para palestrar na Sorbonne sobre o americanismo. Os jornais exibiam uma imagem de Alfredo de Carvalho como um erudito, um culto das letras, que qualquer homem de espírito nobre reconheceria, argumentando que os franceses identificaram a grandeza intelectual de Alfredo de Carvalho e, por isso, abriram as portas da Sorbonne. Nesse sentido, não nos parece estranho que a intelectualidade pernambucana o considerasse como um intelectual que deveria ser respeitado, sendo entendido como “o mais ilustre entre os contemporâneos pernambucanos que formam a nossa constelação literária”¹²². É interessante destacar que, onze anos depois da morte de Alfredo de Carvalho, Mário Melo aparece nos jornais recuperando essa imagem de Alfredo como um home culto: “Alfredo de Carvalho era o erudito, o estudioso [...] poliglota que traduzia para o nosso idioma o que de mais precioso havia sobre a nossa história; o comentador, o analista”¹²³.

Além de manifestar uma escrita refinada nos seus textos, a sua “enorme biblioteca”, localizada em sua residência no bairro do Monteiro, Recife, foi um outro fator que contribuiu para Alfredo de Carvalho ser reconhecido como um homem de grande erudição. Em 24 de junho de 1916, quando é noticiado nos jornais do Recife a morte de Alfredo de Carvalho, imediatamente já se referem à biblioteca dele, fixando por meio dela a sua imagem social. Essa biblioteca era entendida como um reflexo da sua paixão que o levou a consumir milhares de páginas das grandes obras da ciência e da literatura.

Era o solitário da mais opulenta biblioteca do norte do país. Lá estava, como um beduíno mental, que perlustrasse, em êxtase, todos os marcos e monumentos das civilizações antigas e modernas, refletidos de cinco, de dez, de quinze mil obras na erudição do solitário estudioso¹²⁴.

A biblioteca era, ainda, famosa entre os intelectuais que circulavam, na cidade do Recife, àquela época, e era tida por aquela geração como muito valiosa não apenas pela quantidade de livros, mas também pela qualidade do material lá encontrado, além de acreditarem que a biblioteca de Alfredo possuía obras raras de interesse aos estudos sobre Pernambuco. Desse modo, para a intelectualidade recifense, era fundamental “a aquisição da preciosíssima biblioteca do Dr. Alfredo de Carvalho pelo governo para o Estado seria um serviço prestado à instrução pública”¹²⁵.

¹²² Jornal Pequeno, Recife, 27 de junho de 1916.

¹²³ Diário de Pernambuco, Recife, 21 de agosto de 1927.

¹²⁴ Jornal Pequeno, Recife, 21 de julho de 1916.

¹²⁵ Jornal do Recife, Recife, 24 de junho de 1916.

O IAHGP, também, posiciona-se, favoravelmente, à aquisição da biblioteca de Alfredo de Carvalho e, em reunião após a morte de Alfredo de Carvalho, é decidido que o Instituto se dirija ao governo de Pernambuco para solicitar a compra dos livros de Alfredo de Carvalho. Nessa ocasião, Oliveira Lima afirma que a biblioteca de Alfredo “é a mais completa de que há notícia”¹²⁶. Treze anos após a morte de Alfredo de Carvalho, Mário Melo ainda lamenta o fracasso da negociação entre o governo do estado de Pernambuco e a família de Alfredo de Carvalho¹²⁷. Na sua lamentação, Mário Melo aproveita para exaltar o empenho do IAHGP em tratar do assunto e relembra a sua luta em prol dos estudos da história pernambucana:

no dia seguinte ao da morte de Alfredo de Carvalho, publicava o *Diário de Pernambuco*, no editorial de minha autoria [...] ‘Alfredo de Carvalho possuía as obras mais raras. Seria talvez momento oportuno para o governo estadual enriquecer a biblioteca pública’¹²⁸.

Nesse mesmo texto de 1929, Mário Melo comentando sobre a vida e a obra de Alfredo de Carvalho, esforça-se por associar a imagem de Alfredo de Carvalho com o IAHGP, denominando-o como um historiador do Instituto. Mário Melo argumenta que o IAHGP foi a principal casa de Alfredo de Carvalho, onde ele era “o mestre entre seus pares e cercado de discípulos”¹²⁹. Mário Melo, ainda, fala que Alfredo de Carvalho nunca procurou se esquivar das discussões do Instituto, sendo um membro que frequentava com constância as reuniões, tendo participado até o fim da vida. Em 1917, Mário Melo já se empenhava em fortalecer a imagem de Alfredo de Carvalho como um membro do IAHGP:

A verdade é que Alfredo de Carvalho não se separou do Instituto, tanto que morreu como 3º vice-presidente e redator da revista (cargo que hoje ocupa o Dr. F. A. Pereira da Costa), quando estava incumbido de anotar a *História da revolução de 1817*, por lembrança minha, trabalho em que o substituiu o Sr. Oliveira Lima¹³⁰.

Mário Melo destaca que, na última reunião do IAHGP, em que Alfredo de Carvalho comparece dias antes de morrer, é determinado que os dois trabalhem juntos nas publicações de documentos referentes à Revolução de 1817, indicando-nos uma sintonia entre esses dois agentes. No final da década de 1920, Mário Melo continua reforçando a ideia de que, apesar das divergências entre Alfredo de Carvalho e outros membros do IAHGP, Alfredo não

¹²⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de julho de 1916.

¹²⁷ Leonardo Dantas Silva afirma que dos livros de Alfredo de Carvalho que foram colocados à venda, foi “Oliveira Lima que adquiriu a melhor parte” (SILVA, 1978, p. 8).

¹²⁸ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de novembro de 1929.

¹²⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de novembro de 1929.

¹³⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de março de 1917.

abandona definitivamente o Instituto devido à paixão que tinha pela história de Pernambuco e por manter fortes laços de amizade com alguns membros, insinuando que existia um grupo de amigos que Mário Melo e Alfredo de Carvalho faziam parte: “meses antes do falecimento do brilhante confrade, quando procurei atraí-lo novamente à sociedade, oferecendo-lhe, para usar o termo por ele próprio empregado, o *Ramo de Oliveira*, que aceitou e veio depositar aos pés do Instituto”¹³¹.

Na biografia de Mário Melo, que aparece na RIAHGP, em 1960, após a sua morte, fala-se da afinidade entre os dois e do trabalho em conjunto que eles realizaram, em 1916, na idealização do centenário de 1817, sinalizando que esse companheirismo foi reconhecido pelos pares e sobreviveu até o fim da vida de Mário Melo¹³². Em 1929, Mário Melo, descrevendo as reuniões do IAHGP que aconteceram no primeiro semestre de 1916, aproveita para enfatizar, novamente, que nos últimos meses de vida de Alfredo de Carvalho, Mário Melo estabelecia com ele uma relação amigável e andavam em “boa harmonia”¹³³. Vale destacar que em outras ocasiões Mário Melo se referia a Alfredo de Carvalho como “meu saudoso amigo”¹³⁴.

Observando as revistas do IAHGP, percebemos que a relação entre Alfredo de Carvalho e Mário Melo vai além de um suposto companheirismo afetivo. A partir do final da década de 1920, Mário Melo começa a publicar na RIAHGP textos que indicam uma afinidade de interesse semelhante ao de Alfredo de Carvalho. Essa correspondência de gostos está relacionada ao interesse dos dois em tratar da questão indígena. Vale destacar que ambos trataram de questões relativas às revoluções republicanas ocorridas, em Pernambuco, no século XIX, mas esse tema será ignorado por entendermos que essa discussão se referia a um debate convencional que envolvia a maioria dos membros ativos do Instituto.

Examinando as revistas do Instituto, da sua fundação até 1959, identificamos que Alfredo de Carvalho e Mário Melo são os autores que mais publicaram textos relativos à temática indígena. Alfredo de Carvalho publicou nove trabalhos, entre 1901 a 1915¹³⁵ e Mário

¹³¹ Diário de Pernambuco, Recife, 09 de outubro de 1928.

¹³² “Coelho Leite faleceu e Alfredo de Carvalho retirou-se do Instituto. Coube a Mário Melo trazê-lo de volta ao sodalício”. RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 11.

¹³³ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de novembro de 1929.

¹³⁴ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de março de 1917.

¹³⁵ **Brasil pre-histórico**. V. 10, 1901. **A saudação lacrimosa dos índios**. V. 11, 1904. **Do resguardo do matador entre os tupis**. V. 12, 1905. **A eficácia do arco dos índios**. V. 12, 1906. **O tupi na corografia pernambucana**. V. 12, 1906. **Mitos e lendas dos povos primitivos da América Meridional**. V. 13, 1908. **Prehistoria sulamericana**. V. 14, 1909. **Um intérprete dos tapuios: 1637-1647**. V. 14, 1909. **Antiguidade do homem no Brasil**. V. 17, 1915.

Melo publicou dez trabalhos, entre os anos de 1927 a 1945¹³⁶. Para discutir a temática indígena, Mário Melo buscou retornar aos trabalhos de Alfredo de Carvalho que preencheram centenas de páginas das revistas do Instituto e eram considerados como trabalhos de referência. Assim, esse recuo de Mário Melo serve para ele acrescentar saberes e, ao mesmo tempo, validar o seu trabalho acerca dos povos indígenas que ainda despertava curiosidades na sua geração.

Antes de começar a tratar da questão indígena, Mário Melo, em 1918, já demonstrava dominar os trabalhos de Alfredo de Carvalho sobre o tema e reconhecia a importância destes dentro das discussões do IAHGP¹³⁷. Parece-nos que Mário Melo foi reconhecido como um valioso leitor da produção de Alfredo de Carvalho sobre a questão indígena. Podemos enxergar esse reconhecimento de Mário Melo, no episódio que aconteceu em 1930, em torno da possível republicação do texto *O tupi na corografia pernambucana*, de Alfredo de Carvalho. Em 1929, é publicado o trabalho de Alfredo de Carvalho intitulado *Biblioteca exótica-brasileira*, com apoio do governo do estado de Pernambuco, em cumprimento a lei estadual que determinava a publicação e republicação dos trabalhos de Alfredo de Carvalho. Eduardo de Tavares foi o escolhido para dirigir as publicações e selecionou *O tupi na corografia pernambucana* para ser o segundo a ir ao prelo, elegendo Mário Melo para colaborar no empreendimento. Mário Melo, expondo no *Diário de Pernambuco*, os diálogos que estabelecia com Eduardo Tavares, ressalta que Eduardo solicitou “auxílio para sua tarefa, ao que acedi de bom grado, e incumbiu-me de rever e ampliar *O tupi na corografia pernambucana*, para a próxima republicação”¹³⁸.

Vale destacar que quando Eduardo convida Mário Melo para comentar sobre a obra de Alfredo de Carvalho acerca da temática indígena, Mário Melo tinha iniciado recentemente, em 1927, a publicar textos em sintonia com o seu antecessor. Nos primeiros trabalhos de Mário Melo, que apareceram na RIAHGP sobre os índios, três buscaram estudar os significados dos

¹³⁶ **Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos.** V. 28, 1927; V. 29, 1929. **Os carnijós de Águas Belas.** V. 29, 1929. **Arqueologia pernambucana.** V. 29, 1929. **Toponímia pernambucana.** V. 30, 1930. **Genealogia luso-tupi.** V. 32, 1932. **Arqueologia pernambucana.** V. 32, 1932. **Adornos indígenas.** V. 33, 1935. **Etnografia pernambucana.** Os Xucurús de Ararobá. V. 33, 1933. **Um "Machado de Âncora" de argila,** dos tapuias pernambucanos. V. 35, 1938. **O afro-indianismo na orografia pernambucana.** V. 40, 1945.

¹³⁷ Mario Melo comentando os 100 primeiros números das Revistas do Instituto, destaca os principais trabalhos de cada número ou tomo. Quando ele aborda o tomo XIV, que compreende os números 75 a 78, ele diz: “desse tomo de 686 páginas se destaca o trabalho de Alfredo de Carvalho sobre a pré história sul americana” (RIAHGP, Recife, v. 20, p. 109).

¹³⁸ *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de abril de 1930. O projeto não foi materializado naquele ano devido à morte de Eduardo Tavares.

nomes tupis que designavam lugares do território pernambucano¹³⁹, tema semelhante ao que aparece no texto de Alfredo de Carvalho, *O tupi na corografia pernambucana*. Mário Melo reconhecia que os seus textos relativos à nomes tupis funcionavam para complementar o trabalho iniciado por Alfredo de Carvalho.

Em 1907, Alfredo de Carvalho publicou um opúsculo em que estudava grande número de vocábulos tupis na corografia pernambucana. Não foi trabalho definitivo, porque incompleto, embora muito dilatado. Vez por outra estou sendo forçado, para atender a consultas, a estudar topônimos pernambucanos que ali não figuram¹⁴⁰.

É interessante destacar que o próprio Mário Melo também se vê como um continuador do trabalho de Alfredo de Carvalho, assim como, insinua que ele era entendido como o sucessor deste, por ser colocado para assumir o compromisso de concluir o trabalho do antigo companheiro. No seu terceiro e último trabalho na RIAHGP sobre as nomenclaturas tupis, Mário Melo se sente confortável para afirmar que era procurado constantemente por um grande público para responder às dúvidas sobre os nomes tupis dos engenhos e cidades nordestinas: “como somente eu, em Pernambuco, me dava a esses estudos, vez por outra recebia pedidos de interpretações, não só daqui, como de estados vizinhos”¹⁴¹. É interessante destacar que simultaneamente às suas publicações na RIAHGP, Mário Melo também investe em divulgar seus estudos sobre designações tupis nos jornais pernambucanos, principalmente o *Diário de Pernambuco*¹⁴², de quem, na época, era redator, tendo o seu nome associado a Alfredo de Carvalho para um enorme público. Nesse sentido, acreditamos que em relação a essa temática, Mário Melo não tinha, em Pernambuco, no final da década de 1920, um rival com forças para competir com ele.

Como dissemos no início deste tópico, *Prehistorica sulamericana* foi o trabalho de Alfredo de Carvalho sobre a questão indígena mais elogiado, na imprensa pernambucana nos textos em sua homenagem, em 1916. *Prehistorica sulamericana* é um trabalho dividido em 12 capítulos que tratam das litografias encontradas no Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, ocupando 164 páginas da revista número 76 do IAHGP. Nesse trabalho, Alfredo argumenta que os povos primitivos da América do Sul possuíam processos gráficos para a transmissão de

¹³⁹ **Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos.** V.28, 1927; V.29, 1928/1929. **Toponímia pernambucana.** V. 30, 1930.

¹⁴⁰ RIAHGP, Recife, v. 28, 1927, p. 285.

¹⁴¹ RIAHGP, Recife, v.30, 1930, p.175.

¹⁴² No ano de 1927, encontramos três longos textos de Mário Melo no *Diário de Pernambuco* sobre nomes tupis, nos quais Alfredo de Carvalho é sempre citado. Ver: Itambé, *Diário de Pernambuco*, Recife 05 de junho de 1927; Timbaúba, *Diário de Pernambuco*, Recife 19 de junho de 1927; *Toponímia pernambucana*, *Diário de Pernambuco*, Recife 23 de outubro de 1927.

ideias. Em *Prehistorica sulamericana*, Alfredo de Carvalho trata da questão relativa às inscrições lapidárias na América do Sul, colocando os comentários dos autores estrangeiros sobre o tema. Nesse sentido, Alfredo de Carvalho oferece ao leitor uma vasta bibliografia estrangeira sobre o assunto referente aos indígenas sul-americanos. Em *Prehistorica sulamericana*, Alfredo de Carvalho menciona 91 autores, sendo 82 estrangeiros. Do IAHGP aparece apenas um trabalho, de 1908, de Sebastião Galvão, para falar das litografias no sertão pernambucano¹⁴³, corroborando com a nossa impressão de que Alfredo de Carvalho é o primeiro membro do IAHGP a tratar regularmente da questão indígena.

Vinte anos após a publicação de *Prehistória sulamericana*, aparece um texto, na RIAHGP, de autoria de Mário Melo que entendemos ser uma continuação do trabalho de Alfredo de Carvalho. Nesse texto, intitulado *Arqueologia pernambucana*, Mário Melo buscou tratar da questão das litografias, mas diferente de Alfredo de Carvalho ele contempla apenas três regiões do sertão pernambucano e não um vasto território como fez seu antecessor. Em *Arqueologia pernambucana*, Mário Melo argumenta que as gravações nos rochedos que ele encontrou são trabalhos de autoria indígena, recusando outras hipóteses da época e, assim como Alfredo de Carvalho, nega que aquelas inscrições tenham sido realizadas pelos holandeses quando estiveram em Pernambuco no século XVII.

Vale destacar que, nesse trabalho, Mário Melo se afasta do seu modo convencional de produção, que obedecia ao hábito de usar documentações e dialogar com a produção dos antigos membros do IAHGP, e se aproxima do modo de Alfredo de Carvalho expor seus pensamentos. Em *Arqueologia pernambucana*, Mário Melo cita 12 autores estrangeiros para conseguir construir sua hipótese¹⁴⁴. Identificamos que todos esses autores, citados por Mário Melo, são utilizados por Alfredo de Carvalho em *Prehistória sulamericana*, indicando-nos que Mário Melo estava fazendo citação indireta por meio do trabalho de Alfredo de Carvalho. No entanto, Alfredo de Carvalho é citado apenas uma vez, mas Mário Melo faz questão de destacar que *Prehistória sulamericana* é a obra sobre litografia indígena, em língua portuguesa, onde “existe a maior colheita sobre o assunto”¹⁴⁵.

¹⁴³ Alfredo de Carvalho quando cita um trecho do livro *Diccionario Chorografico, histórico e estatístico de Pernambuco* de Sebastião Galvão, ele abre uma nota de rodapé para afirmar que a obra do confrade está repleta de “erros graves e de negligencias imperdoáveis” (RIAHGP, Recife, v. 14, p. 208).

¹⁴⁴ Charles Brown; Theodor Koch-Gruenberg; Fred Hart; Francisco Retumba; John Branner; Max Schmidt; Richard Andrew; Everard Im Turn; Paul Ehrenreich; Alfred Wallace; Henri Condreau; Carl Appun. Além desses 12 autores estrangeiros, Mário Melo cita os famosos Barleus e Martius que também foram citados por Alfredo de Carvalho.

¹⁴⁵ RIAHGP, Recife, v. 29, 1929, p.8.

3.2 Mário Melo e Oliveira Lima: o centenário da Revolução Republicana de 1817

Neste tópico, iremos tratar da relação entre Oliveira Lima e Mário Melo, de maneira semelhante ao que fizemos no tópico anterior, com o objetivo de alcançar resultados que nos favoreça problematizar a questão que move este capítulo. Nesse sentido, buscaremos realçar eventos que nos falem sobre a vinculação de Mário Melo com Oliveira Lima. Identificamos que nesta associação específica, entre Oliveira Lima e Mário Melo, será importante destacar as comemorações do centenário da Revolução Pernambucana de 1817, no qual procuraremos argumentar que este acontecimento liga os dois intelectuais, afetando decisivamente a trajetória e a imagem social de Mário Melo.

Oliveira Lima nasceu no Recife, no dia 25 de dezembro de 1867, filho do comerciante português Luís de Oliveira Lima e de Benedita Miranda. A carreira de Oliveira Lima começa na cidade de Lisboa, Portugal, local onde se encontrava a faculdade em que ele se graduou em Letras. Em Lisboa, ele começa a sua atuação na área da diplomacia, à qual irá se dedicar até a sua aposentadoria. No decorrer da sua trajetória diplomática ele representará o Brasil em mais sete cidades: Berlim, Washington, Londres, Tóquio, Bruxelas, Lima e Caracas.

Enquanto a sua carreira diplomática avança, ele também consegue alcançar êxito nos seus estudos, que resulta em sete livros publicados antes da aposentadoria, em 1913, dentre os quais a imprensa pernambucana destacará os seus trabalhos historiográficos¹⁴⁶. Simultaneamente a essas atividades, Oliveira Lima também colabora nas Academias e Institutos, sobretudo na ABL e na APL, e no IHGB e no IAHGP. Em relação a sua atuação no IAHGP, entendemos que é interessante expor alguns dados que serão fundamentais para as nossas interpretações no decorrer da tese.

Oliveira Lima ingressou, no IAHGP, como correspondente em 1885 e em 1912 tornou-se sócio benemérito. No final da década de 1910, fez parte da comissão de redação. Oliveira Lima colabora na RIAHGP com apenas 13 textos, quase sempre curtos e com pouco uso de documentos e de discussões bibliográficas, mas os textos apresentam interpretações vigorosas, expondo a maturidade intelectual dele. É interessante destacar que Oliveira Lima menciona, constantemente, Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa, quando tratava sobre o

¹⁴⁶ O necrológio de Oliveira Lima que aparece na imprensa pernambucana supervalorizou dois trabalhos dele: *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico e Dom João VI no Brasil*.

passado de Pernambuco, sinalizando que ele reconhecia os dois como os maiores historiadores pernambucanos da época. É olhando para essa trajetória que a imprensa pernambucana construiu o retrato de Oliveira Lima, fornecendo-nos uma imagem de um homem que foi basicamente um “historiador e diplomata”.

A partir do necrológio de Oliveira Lima, que aparece na imprensa pernambucana, identificamos que ele tinha uma imagem social muito positiva em Pernambuco. No mesmo dia que é informada a sua morte, são anunciadas, na imprensa, várias manifestações de pesar que partiam de autoridades e de instituições. É publicado, nos jornais, o telegrama do governador do estado de Pernambuco destinado à esposa de Oliveira Lima, informando que o estado se interessava em trazer o corpo do defunto do Estados Unidos para Pernambuco, comprometendo-se com todas as despesas de transporte e funeral. Imediatamente, também, apresentaram condolências a FDR, APL e o IAHGP. Vale destacar que em vida Oliveira Lima já tinha sido homenageada, em evento público, sendo colocado o seu nome no trecho da rua onde nasceu¹⁴⁷ e uma placa de bronze, na sua antiga casa, em 1926.

De acordo com os jornais pernambucanos que noticiaram a morte de Oliveira Lima, o IAHGP foi a instituição a que Oliveira Lima esteve ligado, durante boa parte da sua vida e a que ele demonstrava entusiasmo, ora em suas participações nas sessões, ora em suas colaborações na revista do Instituto. O título de sócio benemérito do IAHGP recebido por Oliveira Lima é um evento salientado pelos jornais. Outro acontecimento da sua vida que fala da sua forte relação com o IAHGP é a sua participação nas comemorações do centenário da Revolução Republicana de 1817¹⁴⁸.

Mário Melo foi o principal companheiro de Oliveira Lima na tarefa de promover o centenário da Revolução Republicana de 1817. Ao falar sobre a vida de Oliveira Lima, Mário Melo aproveita a oportunidade para colocar luz nesse acontecimento: “está na memória de todos o brilho que lhe deu, quer na conferência magistral que pronunciou no Teatro Santa Isabel, quer com as anotações à História, de Muniz Tavares”¹⁴⁹. Vale destacar que, nos dias seguintes à morte de Oliveira Lima, Mário Melo aparecerá constantemente nas páginas do *Diário de Pernambuco*, reforçando uma imagem de Oliveira Lima fortemente ligada ao IAHGP e conseqüentemente à sua própria pessoa.

¹⁴⁷ Oliveira Lima nasceu na rua do Riachuelo, uma longa e tradicional via no bairro da Boa Vista e talvez por isso foi modificado o nome em apenas um pedaço da rua.

¹⁴⁸ Jornal do Recife, Recife, 25 de março de 1928.

¹⁴⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 25 de março de 1928.

A relação estreita entre Mário Melo e Oliveira Lima começa a ser difundida, nos jornais recifenses, por ocasião do centenário da Revolução Republicana de 1817, cujo destaque era dado ao trabalho em conjunto realizado pelos dois¹⁵⁰. Na reunião do IAHGP após as comemorações de 1917, o padre Henrique Xavier, entendendo que foi um sucesso o centenário de 1817, defende que o Instituto expresse gratidão aos dois principais envolvidos, reforçando um sentimento comum que identificava uma ligação entre os dois intelectuais. No entanto, o padre Henrique afirma que Mário Melo mereceria um realce excepcional: “na primeira linha estava o Dr. Mário Melo, conforme foi reconhecido e proclamado de público pelo Dr. Oliveira Lima”¹⁵¹. Ao citar Oliveira Lima para validar a sua proposta, ele demonstra que a aprovação de Oliveira Lima já estava disseminada no campo intelectual pernambucano. Para o padre Henrique, Mário Melo merecia distinção e para materializar seus traços nobres, ele propõe que seja colocado na galeria de honra do IAHGP um retrato de Mário Melo¹⁵².

A associação entre Oliveira Lima e Mário Melo foi reforçada pelo próprio Oliveira Lima, que aparecia nos jornais parabenizando o jovem Mário Melo pelo seu companheirismo e “incrível talento”, esforçando-se em colocar Mário Melo como o principal agente do centenário da revolução republicana de 1817. Em sessão do IAHGP, após as comemorações de 1817, Oliveira Lima discursa enaltecendo a imagem de Mário Melo como secretário do Instituto, argumentando que ele deu “provas de amor ao trabalho”¹⁵³. Para Oliveira Lima, o IAHGP deveria reconhecer o bom trabalho de Mário Melo e transformá-lo em secretário perpétuo, proposta que foi imediatamente aceita, sinalizando novamente um movimento de Oliveira Lima para transferir à Mário Melo a autoria da realização do centenário. Cavalcanti (2017), tratando do centenário da Revolução Republicana de 1817, identifica que a grande energia aplicada por Mário Melo, nas comemorações de 1917, garante-lhe o reconhecimento de Oliveira Lima e lucros no campo cultural pernambucano:

Esforços estes que lhe asseguraram grande projeção dentro do próprio Instituto e nos mais variados espaços de sociabilidades da cidade do Recife e

¹⁵⁰ Além da cooperação nas atividades intelectuais, os jornais também deixavam aparecer a amizade entre os dois, como no caso da viagem em conjunto que eles fizeram até João Pessoa: “Em companhia do Dr. Oliveira Lima vieram sua exma. esposa [...], Sr. Doutor Mário Melo, redator do Diário de Pernambuco e 1º secretário do Instituto Arqueológico, com sua exma. esposa D. Adalgiza Ribeiro de Melo” (Diário de Pernambuco, Recife, 22 de março de 1917).

¹⁵¹ Diário de Pernambuco, Recife, 30 de março de 1917.

¹⁵² Em menos de três meses a proposta do padre é concretizada, tendo Mário Melo um retrato seu exposto da galeria do Instituto. O retrato de Mário Melo foi pintado por Fedora do Rego Monteiro, pintora que era reconhecida nas principais cidades do Brasil, nos revelando a dimensão da importância do centenário da Revolução Republicana de 1817 e como isso afetou positivamente a trajetória de Mário Melo. Ver: Jornal Pequeno, Recife, 27 de junho de 1917.

¹⁵³ Diário de Pernambuco, Recife, 30 de março de 1917.

do estado de Pernambuco [...] recebendo o reconhecimento e o título de “alma das comemorações” dado por seu grande amigo e mentor, o historiador e diplomata Oliveira Lima (CAVALCANTI, 2017, p. 168).

As comemorações do centenário de 1817 asseguram a Mário Melo não apenas um ganho de importância no campo cultural pernambucano, mas também lhe conferem um prestígio como historiador em outras regiões do Brasil, muito embora de menor vigor. Como mencionamos no capítulo anterior, após as comemorações do centenário de 1817, Mário Melo ingressa, nos meses seguintes, em quatro Institutos Históricos, na qualidade de correspondente. Desses Institutos que ele começa a fazer parte, vale destacar a sua entrada no IHGB por entendermos que esse acontecimento produziu fortes efeitos na sua trajetória, principalmente no campo cultural pernambucano: “Com a próxima eleição desse nosso coestaduano, teve o Instituto Histórico Brasileiro, fundado na Capital Federal, em 1838, três sócios residentes neste estado: os Drs. F. A. Pereira da Costa, M. de Oliveira Lima e Mário Melo”. Entendemos que Mário Melo, ao fazer parte deste pequeno grupo, consegue se destacar como historiador em Pernambuco, indicando que estes eventos que aconteceram na vida dele, no decorrer de 1917, possibilitaram-lhe recursos que poderiam ser usados para conseguir privilégios no campo cultural pernambucano, sobretudo no campo historiográfico.

Percebemos que a partir de 1917, Mário Melo irá demonstrar, até o fim da sua vida, gratidão a Oliveira Lima, indicando que Mário Melo entendeu que aquelas ações de Oliveira Lima lhe geraram benefícios, facilitando a sua atuação, especificamente, no campo historiográfico pernambucano. Tornar-se secretário perpétuo do Instituto significou muito para Mário Melo, que demonstrou durante a sua vida julgar positivamente esse cargo, no qual cumpriu com seriedade as suas obrigações. Ocupar esta posição, dentro do IAHP, foi fundamental para lhe consagrar como historiador, asseverando-lhe uma relativa autoridade, no campo cultural pernambucano, assunto que pretendemos abordar nos capítulos seguintes.

Mário Melo, vendo-se como um historiador que se formou e se desenvolveu a partir das instruções intelectuais de Oliveira Lima, buscará valorizar a figura de seu antigo inspirador, sobretudo as suas habilidades como historiador¹⁵⁴. Mário Melo considera o livro de estreia de Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* publicado em Leipzig, em 1894, como um presságio do talento daquele jovem historiador. Para Mário Melo, neste livro, Oliveira

¹⁵⁴ Talvez por Mário Melo supervalorizar a atuação de Oliveira Lima como historiador, fez com que Oliveira Lima tivesse sua imagem social afetada decisivamente em Pernambuco. Identificamos que algumas vezes os jornais recifenses excluem o termo “diplomata” para se referir a Oliveira Lima, definindo-o apenas com a designação de “historiador”: “faleceu em Washington, segundo telegrama que recebemos ontem, o grande historiador pernambucano Dr. Oliveira Lima” (Jornal do Recife, 25 de março de 1928).

Lima, com 27 anos de idade, exibe o seu talento de historiador e, por meio de uma escrita elegante, assegura que o livro seja “o melhor e o mais completo sobre a evolução histórica de nosso estado”¹⁵⁵.

Para Mário Melo, Oliveira Lima era o mais ilustre intelectual pernambucano da sua geração, sendo o mais distinto membro do IAHGP e da APL, quando ele falece, em 1928. Mário Melo defendia que Oliveira Lima, entre os seus contemporâneos, “poderia apenas ser igualado a Joaquim Nabuco, sem que saibamos qual era o maior”¹⁵⁶. Para Mário Melo, Oliveira Lima era o maior historiador brasileiro da sua geração e “talvez maior até que Varnhagen”¹⁵⁷. Vemos que este movimento de Mário Melo tem uma grande pretensão por revelar a sua vontade de ser herdeiro do historiador mais consagrado do país, segundo o próprio Mário, colocando em si os atributos mais elevados.

Apesar do brilho de Oliveira Lima, Mário Melo entendia que ele não recebeu o reconhecimento que merecia, sendo “na sua terra natal mal compreendido, mal julgado, sem qualquer consideração do poder público”¹⁵⁸. Para Mário Melo, era preciso consertar esse erro, desfazendo essa injustiça que manchava o grande nome da intelectualidade pernambucana¹⁵⁹. Após a morte de Oliveira Lima, Mário Melo se posiciona como o grande defensor da memória de Oliveira Lima, argumentando que lutaria para que ninguém apagasse o nome do seu mestre. Nos dias seguintes ao falecimento de Oliveira Lima, Mário Melo se movimentou buscando fortalecer a imagem social de Oliveira Lima por meio de homenagens realizadas por instituições¹⁶⁰. Desses vários investimentos de Mário Melo, queremos destacar o caso do preenchimento da vaga de Oliveira Lima na APL, por enxergamos, nesse acontecimento, controvérsias que mostram o empenho excessivo de Mário Melo em reforçar uma imagem positiva de Oliveira Lima.

¹⁵⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 25 de março de 1928.

¹⁵⁶ Jornal Pequeno, Recife, 04 de abril de 1928.

¹⁵⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 29 de março de 1928.

¹⁵⁸ Jornal Pequeno, Recife, 04 de abril de 1928.

¹⁵⁹ Mário Melo buscou defender Oliveira Lima das acusações que ele sofria, que o rotulava de falta de patriotismo por ter doado a sua biblioteca à Universidade Católica da América. O Diário de Pernambuco, no qual Mário Melo era redator, relata o ato de hombridade de Mário Melo em defesa do amigo: “esse ato [a doação] foi mal compreendido por uma grande parte de brasileiros e convém transcrever aqui trechos de um artigo que sobre o assunto publicou no Jornal Pequeno o seu amigo e nosso companheiro Dr. Mário Melo” (Diário de Pernambuco, 25 de março de 1928).

¹⁶⁰ Mário Melo apoiou e participou das homenagens realizadas pelo IAHGP e pela APL, além de colaborar na realização da sessão conjunta promovida pela APL, IAHGP e FDR no trigésimo dia do falecimento, 24 de abril de 1928.

Uma semana depois da notícia da morte de Oliveira Lima, aparece um texto de autoria de Mário Melo, onde ele discute sobre o substituto de Oliveira Lima na APL. Nesse texto, Mário Melo lança a questão: “qual o literato pernambucano aqui residente, que se julgue na altura de suceder a Oliveira Lima? Onde encontrá-lo?”¹⁶¹. Para Mário Melo, Oliveira Lima foi tão brilhante que ele não consegue visualizar um substituto digno. Considerando Oliveira Lima insubstituível, Mário Melo propõe que a cadeira que Oliveira Lima ocupou não seja preenchida por nenhum outro:

A cadeira de Oliveira Lima, na Academia Pernambucana, deve continuar ocupada por ele próprio, como homenagem ao seu grande espírito, porque para nós, para as nossas letras, ele não morreu. De agora por diante é que a luz desse astro vai brilhar com maior intensidade em nosso microcosmo intelectual¹⁶².

No entanto, dois dias depois de Mário Melo comunicar a sua proposta de que a APL não declare vaga a cadeira de Oliveira Lima, o *Diário de Pernambuco* comunica o que foi discutido na sessão da APL daquela semana e mostra como a sugestão de Mário Melo foi recebida pelos demais acadêmicos. Nessa ocasião, Raul Monteiro discursa contrariando Mário Melo ao defender que a cadeira deva ser ocupada por um novo membro em respeito ao estatuto da Academia. Mário Melo que estava presente na reunião rebate dizendo que outras academias já agiram de forma semelhante em casos excepcionais, como era o caso de Oliveira Lima. Apesar do acadêmico Costa Rego Júnior se manifestar em apoio a Mário Melo, a proposta não foi aprovada de imediato, sendo adiada a discussão para a reunião seguinte da APL devido à falta de acordo entre os dois lados¹⁶³.

Após o debate entre Mário Melo e Raul Monteiro, é publicado um texto no *Diário de Pernambuco* assinado por Aníbal Fernandes em que ele, comentando o caso da APL, busca difamar a imagem de Mário Melo, definindo-o como um oportunista que faz “um barulho de todos os diabos”. Ainda nesse texto, Aníbal Fernandes comenta que comportamentos que visam a “publicidade barata” não combinavam com os bons modos de Oliveira Lima, que era um “homem fino e discreto”. Por fim, Aníbal Fernandes, ironicamente, sugere a Mário Melo uma postura mais elegante: “A esses amigos, zelosos demais pelo seu renome, eu aconselharia se estivesse em condições de dar conselhos: calma, calma camaradas. Não perturbemos o sono do nosso amigo. Deixemo-lo descansar”¹⁶⁴.

¹⁶¹ Diário de Pernambuco, Recife, 01 de abril de 1928.

¹⁶² Diário de Pernambuco, Recife, 01 de abril de 1928.

¹⁶³ Diário de Pernambuco, Recife, 03 de abril de 1928.

¹⁶⁴ Diário de Pernambuco, Recife, 05 de abril de 1928.

Três dias depois dos ataques de Aníbal Fernandes, Mário Melo também usa o *Diário de Pernambuco* para refutar os comentários de Aníbal, buscando de diversas formas invalidar o argumento do adversário. O texto de Mário Melo começa ressaltando que a ideia de não preenchimento da vaga de Oliveira Lima era apoiada por vários acadêmicos, entre eles o Costa Rego Júnior e Oscar Brandão. Em seguida, Mário Melo faz um ataque pessoal, questionando a autoridade de Aníbal Fernandes sobre o assunto, dizendo que ele “discute de oitiva, sem conhecimento do assunto”. Na sequência, Mário Melo ressalta que Aníbal não pode se intrometer nas matérias da APL por ser um *outsider*: “A cadeira de Oliveira Lima, na Academia, como a que ocupo e como a que espera o ilustre antagonista”. Por fim, Mário Melo ignora os conselhos dados por Aníbal Fernandes e continua fazendo muitos elogios a Oliveira Lima e defendendo que:

O dever da Academia é dar uma prova excepcional de sua admiração por aquele que foi o seu expoente máximo. E maior prova é não lhe dar substituto, que Pernambuco não possui atualmente, dentro ou fora do estado, uma figura de tanto mérito, de tanto realce, de tanto fulgor no campo das letras¹⁶⁵.

Para Mário Melo, a Academia deveria agir com gestos de gratidão a Oliveira Lima (tido como o principal membro da APL) que, apesar de seu enorme reconhecimento e às vezes se encontrar distante de Recife, nunca se esquivou das suas obrigações com a APL. Vale destacar que Mário Melo se empenhará, constantemente, em enfatizar a forte conexão de Oliveira Lima com o campo intelectual pernambucano, sobretudo com a APL e o IAHP¹⁶⁶. Mário Melo, tratando da atuação de Oliveira Lima na ABL, ressalta o desencanto dele com a ABL, o que resultou no seu pedido de desligamento. Para Mário Melo, enquanto ele pouco se importava com o que acontecia no Rio de Janeiro, ele dava sinais de muita empolgação quando o assunto era de interesse da APL: “deu, assim, todas as demonstrações de que quanto mais se afastava da rica e opulenta Academia Brasileira, mais se aproximava da pobre e desprotegida Academia regional do seu estado”¹⁶⁷.

Entendemos que esse empenho de Mário Melo, em definir Oliveira Lima como um intelectual pernambucano, parte de um desejo pessoal que foi fortalecido ao ser apoiado por um grupo de intelectuais, residentes em Recife e que também queriam se beneficiar ao se

¹⁶⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 08 de abril de 1928.

¹⁶⁶ Apesar de Oliveira Lima residir em dez cidades durante a sua vida, Mário Melo irá insistentemente defini-lo como o “ilustre pernambucano”. Na matéria especial do *Diário de Pernambuco* em homenagem a Oliveira Lima é salientado que Pernambuco é a “terra do seu berço, pela qual mesmo à distância, [...] nunca lhe desfaleceu o entranhado afeto” e que sua esposa também é de “antiga e tradicional família pernambucana” (Diário de Pernambuco, Recife, 25 de março de 1928).

¹⁶⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 01 de abril de 1928.

vincularem com Oliveira Lima, já que este era um intelectual reconhecido no Rio de Janeiro – o principal ambiente intelectual do Brasil na época. Para os membros do IAHGP, Oliveira Lima era “o maior pernambucano vivo da atualidade, um gênio como Tobias, Patrocínio e Ruy”¹⁶⁸, evidenciando a dimensão da importância de Oliveira Lima para aquele grupo. Para Mário Melo, Oliveira Lima era “o maior expoente da nossa intelectualidade, a maior glória de Pernambuco e, talvez, com o desaparecimento de Ruy Barbosa, a maior mentalidade brasileira”¹⁶⁹.

Consideramos que esse esforço de Mário Melo em elevar o reconhecimento de Oliveira Lima não é, simplesmente, um mero movimento utilitarista que visava ampliar o seu capital. Compreendemos que esse empenho de Mário Melo em engrandecer a imagem de Oliveira Lima é resultado da correspondência de gostos. Como dissemos anteriormente, havia uma sintonia nos interesses deles em relação aos assuntos históricos, principalmente, acerca da temática de 1817. Nesse sentido, identificamos que os dois eram inclinados a valorizar questões semelhantes que os levaram a trabalhar em conjunto, numa combinação harmônica, e nos indica que eles tinham uma formação intelectual semelhantes.

Acreditamos, ainda, que a dedicação de Mário Melo lhe dava satisfação, por se posicionar favoravelmente àquele que um dia foi seu mestre e amigo, que ele tanto adorava¹⁷⁰. Demonstrando afeto a Oliveira Lima, Mário Melo destaca que, além de sua grande inteligência, ele também tinha um “coração bondoso” que acolhia a todos, “amparando os fracos, animando os que começam, incentivando os que trabalham, elevando sempre o mérito dos outros, sem ciúmes e sem rivalidades”¹⁷¹. Parece-nos que Mário Melo está relembrando o apoio que recebeu de Oliveira Lima, em 1917, e também demonstra simpatia por ele, sentimento que o empurrou a buscar fortalecer essa amizade. Após a morte de Mário Melo, Gilberto Freyre, em 1960, procurando expor ao leitor como conheceu Mário Melo, proporciona-nos algumas informações sobre a amizade entre Oliveira Lima e Mário Melo; informações que colaboram em manter vivo, no imaginário da intelectualidade pernambucana da época, esse laço que havia sido construído há mais de quatro décadas.

Onde vi pela primeira vez Mário Melo – um Mário Melo ainda moço e opulentamente bigodudo? Creio que foi no sobrado-grande do Parnamirim, de

¹⁶⁸ Sessão do Instituto, *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de março de 1928.

¹⁶⁹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de março de 1928.

¹⁷⁰ Naasson Figueiredo comentando os sentimentos que experimentaram os jornalistas do *Diário de Pernambuco*, antigos companheiros de trabalho de Oliveira Lima, no qual está inserido Mário Melo, ao saber da notícia da morte dele, nos indica que havia uma forte amizade entre eles: “ninguém pode conter o impulso rápido do coração e o seu bater acelerado e magoado! Todos choramos”. (*Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de março de 1928).

¹⁷¹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de março de 1928.

Dona Henriqueta, sogra de Oliveira Lima. [...] Mário Melo, homem feito, de fartos bigodes retorcidos, à moda da época, era então um dos íntimos, do casal Oliveira Lima: amizade que continuou a cultivar depois que o ilustre brasileiro de Pernambuco se ausentou para sempre de sua velha Província; e instalou-se em Washington para o resto da vida. Outros intelectuais ainda jovens mas já importantes, do Recife, frequentavam naqueles dias o sobrado-grande de Parnamirim [...] Mário, porém, primava pela assiduidade; e fixado Oliveira Lima nos Estados Unidos, passou a escrever-lhe com frequência, dando-lhe notícias de Pernambuco e revelando-se nessa correspondência um informante por vezes bisbilhoteiro¹⁷².

No acervo de Mário Melo, localizado no IAHGP, há dezenas de cartas trocadas entre Mário Melo e Oliveira Lima, no período de 1917 a 1928. Por meio da leitura dessas cartas, identificamos uma forte amizade entre as duas famílias, inclusive Oliveira Lima e a sua esposa, Dona Flora, eram padrinhos de uma filha de Mário Melo. O *Diário de Pernambuco*, para informar como se encontrava Oliveira Lima nos seus últimos dias de vida, nos Estados Unidos, teve como recurso a exposição de uma carta assinada por Oliveira Lima destinada a Mário Melo. Antes de transcrevê-la, é explicada a importância da carta – a última recebida por Mário Melo, enviada por Oliveira Lima, reforçando novamente a aproximação entre os dois historiadores.

Nesse sentido, entendemos que Mário Melo era privilegiado por conseguir manter com Oliveira Lima uma relação agradável. Identificamos também que Mário Melo buscou ser reconhecido como um intelectual próximo a Oliveira Lima, divulgando, nos jornais recifenses, a relação afetiva que manteve com ele. Além disso, Mário Melo se empenhou em se definir como um discípulo de Oliveira Lima, o que evidencia o seu investimento, nem sempre consciente, em se tornar o sucessor do seu companheiro. Por fim, compreendemos que as suas sucessivas investidas aplicadas durante a sua longa trajetória como historiador foi entendida pelos seus pares como honesta. Ajustando-se às expectativas coletivas do campo intelectual pernambucano, Mário Melo foi reconhecido como um guardião da tradição do IAHGP, sendo-lhe garantido uma autoridade para falar sobre a vida e a obra do seu mestre.

¹⁷² FREYRE, Gilberto. **Mário Melo**. Jornal do Comércio, Recife, 03 de janeiro de 1960. In: RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 235-237.

3.3 Mário Melo e Pereira da Costa: a publicação dos *Anais Pernambucanos*

Seguindo a mesma abordagem dos tópicos anteriores, continuaremos com a proposta de tentar visualizar a imagem social de Mário Melo como historiador. Neste tópico, buscaremos tratar da relação entre Mário Melo e Pereira da Costa, procurando perceber, a partir daí, como Mário Melo procura ser visto socialmente. Acreditamos que será importante para percebermos a vinculação entre os dois no campo historiográfico pernambucano o empenho de Mário Melo em publicar o livro de Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*. Identificamos que esse esforço de Mário Melo está relacionado à admiração dele pelo modo de narrativa histórica de Pereira da Costa, que Mário Melo assimilou, favorecendo uma prática historiográfica ortodoxa.

Pereira da Costa nasceu, no dia 16 de dezembro de 1851, no bairro de Santo Antônio, localizado no centro do Recife. Aos 16 anos, começa a trabalhar como caixeiro em uma livraria e permanece por 04 anos. Em seguida, em 1871, torna-se funcionário público pelo governo do estado de Pernambuco. No ano seguinte, aos 21 anos, começa a colaborar no *Diário de Pernambuco*, jornal de grande prestígio em Pernambuco que lhe possibilitava ampliar as suas relações sociais. Acreditamos que essa atividade jornalística lhe permitiu ingressar, aos 25 anos de idade, no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, pois só tardiamente ele iniciará o curso na Faculdade de Direito do Recife, recebendo o diploma aos 40 anos, quando já era casado e com filhos.

No início do século XX, Pereira da Costa não era membro apenas do IAHP, mas de diversas outras instituições culturais, tais como: Academia Pernambucana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Varnhagen, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e de Lisboa. Conciliou as suas pesquisas e participações, nessas instituições, com o ofício de jornalista, escrevendo por mais de 50 anos no *Diário de Pernambuco*. Também exerceu o cargo de deputado estadual em Pernambuco, sendo eleito pela primeira vez em 1901.

Entendemos que o IAHP foi a instituição cultural que Pereira da Costa esteve mais intimamente ligado. Pereira da Costa, depois de 21 anos atuando como membro do IAHP, tornou-se sócio benemérito, em 1897, por considerarem um membro bastante dedicado e seus serviços fundamentais para o funcionamento do Instituto. Percebemos que Pereira da Costa teve uma participação ativa no IAHP, ocupando, algumas vezes, o cargo de 2º vice-presidente e fazendo parte da comissão de estatutos e redação da revista, por vários anos. A

participação de Pereira da Costa não foi apenas no setor administrativo do Instituto; ele, também, colaborou produzindo trabalhos historiográficos para serem publicados na RIAHGP: de 1883 até a sua morte, em 1923, produziu 40 trabalhos inéditos, sendo juntamente com Alfredo de Carvalho, os principais colaboradores da RIAHGP da sua geração.

Talvez pela sua intensa aproximação com o IAHGP e pela grande quantidade de trabalhos historiográficos publicados na RIAHGP e no *Diário de Pernambuco*, ele seja designado unicamente como um “historiador”. O *Diário de Pernambuco*, noticiando o falecimento de Pereira da Costa, define-o como o “acatado historiógrafo”¹⁷³. Na ocasião do seu velório, foi destacado, por Pedro Celso, o presidente do IAHGP na época, o eficiente trabalho dele como historiador, sendo exposto como aquele que “mergulhara pacientemente nos arquivos em busca da verdade histórica”¹⁷⁴. Durante a trajetória de Pereira, foi sendo construída, socialmente, uma imagem dele como “o mais paciente investigador de nosso passado, o mais autorizado cronista de Pernambuco”¹⁷⁵. A imagem de um historiador, que fez uma longa e paciente pesquisa nos arquivos, favoreceu à construção de uma outra imagem de Pereira da Costa – a de guardião e protetor do passado de Pernambuco, pois “se não fora a sua ação paciente e tenaz, muita coisa que está nos seus *Anais Pernambucanos* teria desaparecido”¹⁷⁶.

Pereira da Costa, numa época em que todo o mundo destruíra (até as associações ditas culturais deixavam destruir ou não protestavam contra a destruição) não fez mais do que construir, procurando salvar da ruína o que podia. Daí ter acumulado um trabalho enorme¹⁷⁷.

Essa fala, que aparece no *Diário de Pernambuco*, em dezembro de 1951, indica-nos que a imagem de Pereira da Costa como um notável historiador, construída durante a sua trajetória, sobreviveu e alcançou a geração de historiadores pernambucanos da década de 1950, que considerava o seu livro *Anais pernambucanos* como uma obra de referência. No entanto, a publicação dessa obra só ocorre em 1951, apesar de um esforço coletivo para publicar *Anais pernambucanos*, desde a década de 1910.

Pereira da Costa começou a trabalhar, no material que se tornaria a coleção *Anais Pernambucanos*, na década de 1870 e lutou pela sua publicação desde o início do século XX. Entretanto, apesar do seu empenho, falece sem conseguir um resultado favorável. Devido ao desejo de publicação das suas pesquisas, ele percorreu um caminho de dificuldades e

¹⁷³ Diário de Pernambuco, Recife, 22 de novembro de 1923.

¹⁷⁴ Diário de Pernambuco, Recife, 23 de novembro de 1923.

¹⁷⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 22 de novembro de 1923.

¹⁷⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 16 de dezembro de 1951.

¹⁷⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 16 de dezembro de 1951.

sofrimentos até o fim da sua vida¹⁷⁸. No entanto, Pereira não caminhou sozinho; vários personagens se empenharam na luta pela publicação e, em 1951, encontraram uma situação favorável para a materialização das suas vontades. Dentre os agentes que se esforçaram para publicar o livro de Pereira da Costa, destacaremos Mário Melo, devido ao seu longo empenho como primeiro secretário do IAHGP nessa tarefa, buscando visualizar a ligação entre os dois e a repercussão na imagem social de Mário Melo.

Na ata da sessão da reunião do IAHGP do dia 23 de fevereiro de 1922, Mário Melo argumenta que Pereira da Costa já tem pronto o livro *Anais Pernambucanos* e que Pereira não conseguiu publicar por falta de recursos financeiros. Na ocasião, Mário Melo diz que “seria lamentável que o Dr. Pereira da Costa, no fim da vida, deixasse inédito o seu principal trabalho a que se dedicou cinquenta anos de esforços”¹⁷⁹. Continuando seu discurso, Mário Melo propõe que o “Instituto se interesse perante o governo do estado, para promover a publicação da referida obra”. A proposta de Mário Melo é aprovada e fica decidido que três sócios do Instituto tratem do assunto com o governador do estado.

O Instituto fracassa, não conseguindo convencer o governo do estado a publicar o livro. No entanto, a Assembleia Legislativa do estado se posiciona em favor de Pereira e, no dia 09 de março de 1922, um projeto de lei é aprovado, exigindo que “com a possível brevidade, em comemoração do centenário da independência, fazer por conta do estado uma edição de 1.000 exemplares da obra de autoria do dr. Francisco Augusto Pereira da Costa: *Anais Pernambucanos*”¹⁸⁰. Apesar da criação da lei, os *Anais Pernambucanos* não consegue ser publicado, em 1922. No ano seguinte, Pereira da Costa falece, sem que o seu principal trabalho viesse a público.

Imediatamente após o falecimento de Pereira da Costa, o *Diário de Pernambuco* demonstra a decepção dos historiadores pernambucanos por os *Anais pernambucanos* ainda não terem sido publicados¹⁸¹. Percebemos que a publicação teria um efeito de satisfazer a necessidade coletiva, devido ao trabalho de Pereira da Costa ser entendido como obra de grande

¹⁷⁸ Sobre as inúmeras tentativas de publicação do *Anais Pernambucanos*, ver: Silva, Wagner Carlos. **As comemorações do centenário de Pereira da Costa**: o(s) historiador(es) e as instâncias de consagração. VII Seminário TRT/UFPE & II Caravana ANPUH/PE, Recife, 2018.

¹⁷⁹ RIAHGP, Recife, v. 30, 1930, p.330.

¹⁸⁰ Esta lei estadual de 1922 aparece no prólogo do livro de Pereira. Ver: COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1493 – 1590). Volume I. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951. P.12

¹⁸¹ O jornal *Diário de Pernambuco* irá se posicionar favoravelmente a Pereira da Costa durante a década de 1920, talvez pelo fato de Pereira ter sido colaborador do *Diário* por 51 anos e, também, pelo empenho de Mário Melo, que na ocasião era redator do *Diário de Pernambuco*.

valor científico e patriótico, ao mesmo tempo, em que serviria para a intelectualidade retribuir pelo seu paciente trabalho dedicado à história de Pernambuco:

A publicação desse monumental trabalho, sob a direção de pessoas competentes, uma vez que já está desaparecido o autor, constituiria o maior preito de veneração de Pernambuco a esse grande espírito que ontem deixou de existir.¹⁸²

Após a sua morte, o IAHGP promove uma sessão em sua memória e, mais uma vez, Mário Melo aparece discursando em busca da publicação do livro *Anais Pernambucanos*. Mário Melo lança algumas propostas para homenagear Pereira e uma delas se referia à publicação dos *Anais Pernambucanos*, estabelecendo “que envide todos os esforços junto ao governo do estado para a publicação dos Anais Pernambucanos, cujos originais foram adquiridos para este fim, em virtude de autorização legislativa”¹⁸³. A proposta de Mário foi aprovada, mas o Instituto novamente não conseguiu fazer avançar a publicação. No entanto, enquanto isso, eles iam utilizando recursos próprios para fazer divulgar os trabalhos de Pereira. Na revista do Instituto, que foi impressa em 1934, é publicado um trecho dos *Anais Pernambucanos*. Antes de começar o texto de Pereira da Costa, os editores da RIAHGP, grupo formado por Mário Melo, Samuel Campelo e Naasson Figueiredo, justificam a decisão da revista em publicar os *Anais* de Pereira. Inicialmente, eles lamentam que ainda seja inédito o principal trabalho de Pereira, o “saudoso consócio benemérito” do Instituto, ao qual ele dedicou a maior parte de sua vida. Eles destacam, ainda, o fracasso do Instituto em publicar o livro de Pereira: “desde o seu falecimento, há mais de dez anos, vem o Instituto tentando a publicação da grandiosa obra de tanto mérito para Pernambuco”¹⁸⁴. Apesar do empenho do Instituto, durante a década de 1930, os resultados foram inúteis.

A divulgação da obra de Pereira só será realizada no ano de 1951 pelo governo de Agamenon Magalhães, durante a semana comemorativa do centenário de nascimento de Francisco Augusto Pereira da Costa¹⁸⁵. Apesar da publicação ocorrer décadas depois da composição da obra, entendemos que ela está em sintonia com o período em que foi publicada. Instituições políticas e culturais se mobilizaram para realizar a publicação, quase uma unanimidade em favor do nome de Pereira. Parece que aquela geração de 1950 queria uma

¹⁸² Diário de Pernambuco, Recife, 22 de novembro de 1923

¹⁸³ RIAHGP, Recife, v. 30, 1930, p. 370.

¹⁸⁴ RIAHGP, Recife, v. 32, 1934, p. 89.

¹⁸⁵ Vale destacar que a semana comemorativa do centenário Pereira da Costa teve apoio do IAHGP e aprovação de Mário Melo, que participou oficialmente, inaugurando uma placa de bronze na casa em que nasceu Pereira da Costa.

história geral de Pernambuco, um retrato de corpo inteiro que exhibisse as principais marcas da personalidade pernambucana.

O *Diário de Pernambuco*, referindo-se às comemorações do centenário de Pereira, enfatiza a atualidade da sua obra e diz que a “tradição não quer dizer que os vivos estão mortos, mas que os mortos estão vivos”¹⁸⁶. A boa recepção da obra de Pereira da Costa nos indica que o esforço de Mário Melo, iniciado na década de 1920, alcançou resultados positivos, pois conseguiu transmitir àquela geração de 1950 um conhecimento histórico produzido pelo seu antigo companheiro do IAHGP. No relatório anual do Instituto, relativo ao ano de 1951, Mário Melo comemora a publicação do livro, que ele entende ser um resultado de anos de trabalho do IAHGP:

Passaram-se vinte e oito anos de tentativas, sendo o assunto tratado ora no Congresso Nacional, ora na Assembleia do Estado, até que, em cumprimento duma sugestão do Instituto ao governador Agamenon Magalhães, para tomar o estado a iniciativa de comemoração condigna a quem tanto dera espiritualmente a Pernambuco, foram dadas as providências necessárias, e, na semana da solenização, distribuído o primeiro volume dos *Anais*.¹⁸⁷

Durante a semana comemorativa do centenário de Pereira da Costa, Mário Melo demonstra felicidade, não apenas pelo sucesso da empreitada do IAHGP que ele liderou, mas também por ver homenageado o seu antigo amigo, que nos últimos anos da sua vida teria lhe confessado a enorme frustração causada pela não publicação dos *Anais Pernambucanos*. Segundo Mário Melo, Pereira da Costa se queixava de “não ter podido ainda publicar os ‘anais pernambucanos’, em que concentrava todo trabalho intelectual de meio século”¹⁸⁸.

No primeiro dia da semana comemorativa do centenário de Pereira, Mário Melo usa a sua coluna no *Jornal do Comércio*, *Crônica da Cidade*, para falar de Pereira da Costa através do olhar de um amigo, expondo uma íntima relação que eles experimentaram¹⁸⁹. Nessa sua crônica, Mário Melo se orgulha de ser um dos poucos historiadores atuantes, na década de 1950, que compartilhou experiências com Pereira da Costa, sentindo-se autorizado, tanto para expor intimidades da vida de Pereira da Costa, como para explicar os motivos que o levaram a se

¹⁸⁶ *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de dezembro de 1951.

¹⁸⁷ RIAHGP, Recife, v. 43, 1950-1953, p. 473.

¹⁸⁸ *Jornal do Comércio*, Recife, 16 de dezembro de 1951.

¹⁸⁹ Jorge Abrantes, na sua coluna *Boa Tarde* comentando a semana comemorativa do centenário de Pereira da Costa, reforça a ideia de que Mário Melo era capaz de revelar para os seus ouvintes um retrato confiável de Pereira da Costa, que inclusive exibiam curiosidades da sua vida privada. O “velho” Mário Melo “descendo a um tom ainda mais intimista, falou como em conversa ao pé do fogo, contando um episódio da vida de Pereira da Costa”. *Diário da Noite*, Recife, sem data. (Recorte de jornal encontrado na caixa 12 do acervo pessoal de Mário Melo no IAHGP).

tornar historiador. Para esclarecer aos seus leitores como ele sabia tantas informações sobre a vida de Pereira da Costa, Mário Melo relembra o momento da sua vida em que ele foi dono de uma papelaria¹⁹⁰, situação que lhe proporcionou ter encontros diários com Pereira da Costa por ele ser o principal frequentador da papelaria:

Todos os dias pela manhã, mais ou menos às 10 horas, aparecia-me Pereira da Costa, no seu invariável traje preto. Sentava-se e fazia seu plantão, mesmo porque começara a vida como caixeiro de livraria. E conversávamos, até chegar a hora de tomar seu bonde dos Afogados e ir ao almoço¹⁹¹.

Supomos que as visitas que Pereira da Costa fazia à Papelaria de Mário Melo, durante a década de 1920, eram conhecidas no campo intelectual pernambucano, pelo fato da papelaria se localizar, numa área da cidade, onde se encontravam alguns prédios que reuniam grande número de intelectuais da época¹⁹². Vale destacar que Gilberto Freyre, homenageando Pereira da Costa, alguns dias depois do seu falecimento, relembra como o conheceu e exhibe, na imprensa, os encontros matinais entre Pereira da Costa e Mário Melo: “mal conheci Pereira da Costa. Falámo-nos uma vez – mas ligeiramente – na loja do Sr. Mário Melo”¹⁹³.

Mário Melo além de ter sido reconhecido como companheiro de Pereira da Costa, também foi considerado como um dos principais leitores dos textos de Pereira da Costa. Na revista do IAHGP, publicada no ano do falecimento de Pereira da Costa, encontramos um único trabalho que trata de Pereira da Costa¹⁹⁴. Este trabalho é de autoria de Mário Melo, e nele, o autor discorre sobre a vida e a obra do antigo sócio do Instituto, indicando que Mário Melo, dentre os membros do IAHGP em 1923, era o mais respeitado leitor de Pereira da Costa.

Ao fazer um cruzamento entre as produções historiográficas de Mário Melo e a de Pereira da Costa, identificamos uma correspondência no modo de construção da narrativa histórica¹⁹⁵. Como foi dito acima, a imagem de historiador de Pereira da Costa foi marcada pelo seu rigor documental e pelo seu empenho de salvar as relíquias referentes ao passado

¹⁹⁰ A papelaria localizava-se no bairro de Santo Antônio, centro do Recife, na rua 1º de março, e se chamava *Papelaria Inglesa* e funcionou sob a gestão de Mário Melo durante os anos de 1922 a 1923.

¹⁹¹ Jornal do Comércio, Recife, 16 de dezembro de 1951.

¹⁹² Sobre o bairro de Santo Antônio na década de 1920, Couceiro (2003) diz: “rua do Imperador, onde se localizavam as oficinas da maioria dos jornais da época [...]. Na rua do Imperador estavam também o Convento de São Francisco, o Gabinete Português de Leitura, espaço de conferências e exposições de pintura, e o *Café Lafayette*, território masculino, que reunia intelectuais, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes” (2003, p. 37).

¹⁹³ Diário de Pernambuco, Recife, 25 de novembro de 1923.

¹⁹⁴ RIAHGP, Recife, v. 25, n. 119-122, 1923, p. 286-302.

¹⁹⁵ No capítulo anterior mostramos que Mário Melo assimilou os valores tradicionais do instituto, estimulando-o a elaborar uma produção historiográfica em sintonia com a geração anterior, supervalorizando a documentação e defendendo a originalidade e bravura de Pernambuco.

pernambucano. Nos *Anais Pernambucanos*, obra de Pereira que Mário Melo muito admirava, encontramos uma narrativa que segue, em lista, uma ordem cronológica, expondo fatos do passado pernambucano a partir, muitas vezes, de transcrições de documentos. Para Mário Melo, Pereira da Costa, apesar de ser considerado menos erudito que Alfredo de Carvalho, conseguiu notoriedade como historiador a partir da sua escolha em privilegiar a coleta de documentos.

[Pereira da Costa] Era o investigador, o cronista que, sem grande cultura sociológica, investigava, esclarecia datas, pesquisava, procurava reconstituir os fatos históricos, sem a análise do meio em que eles desenvolveram – o garimpeiro, como ele próprio se cognominou, que descia ao fundo das minas para trazer o diamante informe e entregá-lo sem lapidação¹⁹⁶.

Entendemos que Mário Melo apreciava essas habilidades de Pereira da Costa e, durante a sua trajetória de historiador, ele nos mostra ter assimilado esse talento, reproduzindo uma prática historiográfica semelhante àquela que era convencional nas primeiras gerações do Instituto. Essa associação entre os dois historiadores foi percebida pelos contemporâneos de Mário Melo. Britto Macedo, comentando sobre o conflito entre os “demolidores do passado” e os “protetores do passado”, destaca o entusiasmo excessivo de Pereira da Costa e Mário Melo na defesa da tradição pernambucana:

De quando em quando, é o Sr. Mário Melo ou Sr. Pereira da Costa, ou ainda outros menos cotados, que nos vem dar as alvíssaras de uma descoberta, de uma incoerência ou de um sacrilégio. E só faltam chamar a polícia, tal o alarido, o alvoroço que esses egrégios defensores do nosso patrimônio artístico e histórico fazem em torno¹⁹⁷.

Percebemos o empenho de Mário Melo em ser lido como o sucessor de Pereira da Costa, no campo historiográfico pernambucano, por meio de uma carta transcrita pelo filho de Pereira da Costa – carta enviada por Mário Melo à família de Pereira da Costa, três dias após o falecimento do antigo historiador. Nesta carta, Mário Melo, colocando-se como o legítimo herdeiro de Pereira da Costa, solicita, num tom impositivo, a entrega ao IAHGP dos manuscritos originais de Pereira da Costa, deixando a família de Pereira da Costa em situação embaraçosa.

A cidade aponta-me (já é ser modesto) como o continuador dos estudos do seu pai; doravante baterá à minha porta não só a minha como a clientela dele.

¹⁹⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 21 de agosto de 1927. Para Mário Melo, num embate entre a documentação e a interpretação, a documentação garantiria a vitória ao historiador, premissa que o leva a considerar Pereira da Costa como o historiador mais autêntico de Pernambuco: “Conquanto fosse Alfredo de Carvalho muito seguro em suas asserções e tivesse cultura elevada, tratando-se da crônica regional, Pereira da Costa era investigador mais paciente, verdadeiro esmiuçador e dava-se a um luxo de pormenores que podiam ser enfadonhos mas resultam proveitosos” (Diário de Pernambuco, Recife, 29 de setembro de 1929).

¹⁹⁷ Jornal Pequeno, Recife, 13 de junho de 1929.

Ninguém assim em melhores condições para perpetuar-lhe a memória, citando-o de contínuo, demonstrando até onde haviam chegado as suas pesquisas. Vou propor ao Instituto, na próxima quinta-feira lhe seja solicitada a oferta de todos os trabalhos inéditos de seu pai inclusive os *Anais* e o *Dicionário de pernambucanismos*. De posse dele, iremos publicando o que for possível na Revista e pediremos ao governador a publicação dos *Anais*. Como v. sabe, no Instituto há estantes apropriadas para manuscritos e documentos, e eu garanto, em nome de minha perpetuidade, que hei de fazer tudo por zelar a memória do meu saudoso amigo. [...] Seria mais nobre de sua parte que fizesse a oferta antes do pedido. Eu lhe pediria também licença para rever e concertar a redação dos trabalhos de seu pai a serem publicados¹⁹⁸.

Vemos acima que Mário Melo se via como um continuador da missão de Pereira da Costa em proteger o passado pernambucano, tarefa que lhe dava satisfação¹⁹⁹. Mário Melo, como historiador, considerava Pereira da Costa o “mestre de nós todos”²⁰⁰. Mário Melo não é o único a utilizar essa denominação. Ele e os outros historiadores, ao utilizar essa expressão, referenciam Oliveira Lima, pois é atribuído a ele a invenção dessa alcunha²⁰¹. Mário Melo considerava Pereira da Costa como um mestre pelo seu conjunto de habilidades, mas também pelo fato dele ter feito da história sua principal ocupação, sacrificando o seu próprio corpo²⁰² com a finalidade de fazer a obra historiográfica mais completa. Mário Melo, a figura de maior força no IAHGP em 1951, demonstra alegria por Pereira obter um grande reconhecimento social devido às comemorações do seu centenário. Para Mário Melo, este reconhecimento póstumo corrigia uma grande injustiça e consagrava Pereira, de modo pleno e incontestável, colocando-o ao lado dos antigos heróis pernambucanos: “as portas do céu lhe foram abertas agora, quando comemoramos o centenário de seu nascimento, de cujo programa fez parte a publicação dos *Anais*”²⁰³.

¹⁹⁸ Diário de Pernambuco, Recife, 25 de agosto de 1927.

¹⁹⁹ Mário Melo lembrando um caso da sua juventude, busca propagar a ideia de que ele tinha uma inclinação natural para defender a tradição: “ao tempo da mudança do nome, era ainda imberbe e, não sei porque, nunca suportei a nova denominação. Talvez o gérmen do tradicionalismo a desenvolver-se na minha inconsciência. [...] naquele tempo já me alistava entre os tradicionalistas” (Diário de Pernambuco, Recife, 26 de abril de 1931).

²⁰⁰ RIAHGP, Recife, v. 30, 1930.

²⁰¹ Diário de Pernambuco, Recife, 16 de dezembro de 1951.

²⁰² Os jornais comentando sobre a vida de Pereira da Costa destacavam a sua difícil situação financeira. O próprio Pereira da Costa buscou reforçar sua imagem social como um homem que renunciou vantagens materiais para se dedicar ao extremo a história da sua terra natal. Ver: SILVA, Wagner Carlos. **As comemorações do centenário de Pereira da Costa**: o(s) historiador(es) e as instâncias de consagração. VII Seminário TRT/UFPE & II Caravana ANPUH/PE, Recife, 2018.

²⁰³ Jornal do Comércio, Recife, 16 de dezembro de 1951.

4 A CRISE NO SEIO DO VELHO SODALÍCIO: A RECONSTRUÇÃO DA HIERARQUIA DO IAHGP²⁰⁴

Neste capítulo, trataremos de um conflito que ocorre dentro do IAHGP, em 1935, o qual mobilizou alguns membros do Instituto, tendo como principais opositores Mário Melo e Augusto Rodrigues. Durante a gestão de José Rodrigues de Carvalho, que se inicia em fevereiro de 1935, a hegemonia de Mário Melo no IAHGP é questionada fortemente, principalmente, por Augusto Rodrigues. Mário Melo sentindo-se ameaçado contra-ataca para manter o seu domínio no Instituto, buscando evitar que seus adversários reorganizem a hierarquia do IAHGP. Na nossa perspectiva, o IAHGP, em 1935, se mostrará como um espaço marcado pela oposição dominante *versus* dominado.

Os envolvidos no embate, sentindo-se impelidos em justificar-se diante do julgamento coletivo, publicam, nos jornais, textos considerados polêmicos, mas que para o nosso entendimento eles são bastante explicativos, porque, ao exibir a luta por espaços de poder dentro do IAHGP, conseguimos visualizar como os envolvidos no embate definem a si mesmos e os objetos em disputa. Entendemos que, nessas batalhas simbólicas, alguns indivíduos tem mais vantagens por possuírem uma disposição mais ajustada ao campo e por ocuparem cargos mais privilegiados, tendo as suas definições mais eficácia na hierarquização de sistemas simbólicos, que, por sua vez, assegura a sua dominação, relação de poder invisível para os dominados.

Nosso objetivo será tratar esse conflito interno que ocorre no IAHGP, em 1935, para visualizar a hierarquia de agentes e valores do Instituto, buscando relacionar esse acontecimento com a longa trajetória de Mário Melo no IAHGP. Procuraremos enxergar os esforços de Mário Melo na reafirmação da sua imagem social, que ele construiu desde 1909, como um meio para lhe garantir a continuidade de sua hegemonia no IAHGP e permanecer sendo reconhecido como o verdadeiro guardião das tradições do Instituto.

²⁰⁴ O trecho destacado em *itálico* faz parte de um título da reportagem do *Jornal Pequeno*, de 02 de agosto de 1935.

4.1 Uns pró outros contra a ação do Sr. Augusto Rodrigues: as sessões do IAHGP no ano de 1935

O conturbado ano de 1935 no Instituto começa a mostrar as dissidências logo cedo. Em 06 de fevereiro é aberta uma sessão com função de assembleia para a eleição de uma nova diretoria, prática que acontecia todo início de ano. No entanto, essa assembleia é impedida de acontecer a pedido de Mário Melo, que, por meio de um argumento jurídico, defende que a eleição não poderia acontecer devido à presença de muitos sócios que não tinham comparecido com regularidade nas sessões do IAHGP ocorridas no ano anterior. Apesar dos sócios “faltosos” exigirem seu direito de voto, a proposta de Mário Melo é aceita, levando o presidente da sessão a declarar o impedimento da realização da assembleia²⁰⁵.

A eleição só irá acontecer no dia 21 de fevereiro, após a secretaria do Instituto elaborar uma lista dos sócios aptos a votar. Percebemos que a nova diretoria eleita representa uma inovação, pois sai de cena Metódio Maranhão, antigo sócio do Instituto e que nos dois anos anteriores presidiu o IAHGP, e entra como presidente José Rodrigues de Carvalho, que, até então, não havia ocupado nenhum cargo de direção no Instituto. Vale destacar que o novo presidente é um amigo leal de Augusto Rodrigues, como veremos mais adiante. Outra novidade é o nome de Luiz Estevão de Oliveira que estreia na direção assumindo o cargo de vice presidente²⁰⁶. No entanto, a definição de uma nova mesa diretora não acabou com as divergências entre os sócios do IAHGP, que promoveram uma agitada discussão em torno da figura de Augusto Rodrigues, exibindo-nos as possibilidades de recompensas que o Instituto poderia garantir aos vencedores no embate.

Augusto Leite Rodrigues tornou-se sócio efetivo do IAHGP em 17 de agosto de 1911²⁰⁷. Até 1934, Augusto Rodrigues não participa do cotidiano do IAHGP e não exercia

²⁰⁵ RIAHGP, Recife, v. 38, p. 341

²⁰⁶ RIAHGP, Recife, v. 38, p. 344.

²⁰⁷ Encontramos poucos dados biográficos acerca de Augusto Rodrigues. Nos jornais recifenses e na RIAHGP as informações encontradas estão relacionadas, quase sempre, a sua curta participação no IAHGP em 1934/1935, informações que iremos expor no decorrer deste capítulo. Além do seu envolvimento com o IAHGP, sabemos que ele falece em fevereiro de 1938 no Rio de Janeiro, supostamente sem alcançar a velhice. No anúncio da sua morte conseguimos algumas informações sobre a sua profissão e seus interesses artísticos: "telegrama recebido por sua distinta família, noticia o falecimento, ontem, no Rio, em consequência de um desastre de automóvel, do nosso ilustre coestadano dr. Augusto Rodrigues, que, por muitos anos, exerceu a clínica dentária nesta cidade. O extinto era também homem de letras muito apreciado e festejado poeta. [...] fino amador de objetos de arte, possuía valiosa coleção" (Jornal Pequeno, Recife, 08 de fevereiro de 1938). Vale destacar que o IAHGP emite uma mensagem de condolência, em sessão: "em seguida, ocupou-se da personalidade de Augusto de Rodrigues, sócio benemérito, ao qual o Instituto deve muitos serviços, falecido recentemente no Rio de Janeiro, mandando inserir na ata profundo voto de pesar pelo trágico acontecimento" (Diário de Pernambuco, Recife, 11 de fevereiro de 1938).

poder para interferir no funcionamento do Instituto. Durante esses 23 anos, ele também não contribuiu publicando textos na Revista do Instituto. Contudo, em 1934, ele se aproxima do Instituto e rapidamente começa a dirigir as reformas no prédio do IAHGP. Meses depois, em 21 de fevereiro de 1935, as suas ações em benefício do IAHGP são reconhecidas oficialmente, sendo eleito como sócio benemérito²⁰⁸.

Entretanto, seu rápido prestígio conquistado não se deu de forma unânime. Um acontecimento que consideramos significativo é a retirada de Olímpio Costa Júnior, no momento em que Augusto Rodrigues é chamado pela mesa diretora para receber o título de benemérito, constando na ata da sessão do dia 21 de fevereiro de 1935, sendo publicado a pedido do próprio Olímpio Costa Júnior²⁰⁹. É interessante destacar que Augusto Rodrigues já estava desvalorizado por um grupo de sócios do IAHGP, antes mesmo de receber o título. Na sessão anterior, Olímpio Costa Júnior o ataca, conseguindo aliados, mostrando-nos uma imagem ambígua de Augusto Rodrigues e um IAHGP dividido: “falam ainda diversos associados, uns pró outros contra a ação do Sr. Augusto Rodrigues. Estando prolongada a hora e não se chegando a resultado, o Sr. Presidente encerra a sessão”²¹⁰. Apesar desse ambiente partido, na sessão seguinte, um grupo insistirá em titular Augusto Rodrigues como benemérito.

Na sessão de 21 de fevereiro de 1935, Augusto Rodrigues consegue votos suficientes para tornar-se sócio benemérito. No entanto, logo após a premiação, a sua figura é contestada por Metódio Maranhão que o acusa de ir à imprensa atacar antigos sócios do IAHGP em busca de uma autopromoção²¹¹. Enquanto aparece na imprensa, em fevereiro de 1935, duras investidas contra Augusto Rodrigues, nessa sessão, em que ele se tornou benemérito do IAHGP, ele será alvo de uma discussão que se desdobrará nos meses seguintes, mobilizando vários sócios do IAHGP, criando um ambiente de rivalidade e intolerância. Esse ambiente hostil inicia, aparentemente, de forma despretensiosa a partir de uma solicitação de Domício Rangel para que seja criada uma comissão para acompanhar os trabalhos de Augusto Rodrigues. Luiz Cardozo Ayres²¹² combate a ideia de criação de uma comissão para fiscalizar Augusto

²⁰⁸ Nessa ocasião, apenas ele e Pedro Uchôa Cavalcanti tinham esse título. Vale destacar que Pedro Uchôa Cavalcanti era um dos sócios mais antigos, iniciando no Instituto em 1894, tinha sido presidente do Instituto por oito anos e tinha contribuído com vários textos na RIAHGP. Antes deles, o Instituto já tinha concedido esse título a José Hygino, Alfredo de Carvalho, Oliveira Lima e Pereira da Costa, indicando que este título conferia uma distinção a quem o possuía.

²⁰⁹ RIAHGP, Recife, v. 38, p. 345.

²¹⁰ RIAHGP, Recife, v. 38, p. 343.

²¹¹ Queremos destacar que essas agressões verbais que aparecem na imprensa serão tratadas no tópico seguinte.

²¹² Luiz Cesário Cardozo Ayres ingressou no IAHGP em 1927. Encontramos pouca informação sobre a sua vida. No entanto, queremos destacar que ele não é o famoso pintor Lula Cardoso Ayres (Luiz Gonzaga Cardoso Ayres), que em 1927 tinha apenas 17 anos, não sendo possível ingressar no IAHGP.

Rodrigues, argumentando que a mesa é suficiente. O presidente da sessão coloca em votação e a proposta de Luiz Cardozo Aires é aprovada.

Na sessão seguinte, a questão da fiscalização dos trabalhos de Augusto Rodrigues não é mencionada, mas aparecem alguns sinais de desarmonia que estão conectados com os demais eventos. O primeiro movimento, que fala das desavenças que predominava no IAHGP, é um pedido para a correção da ata de 06 de fevereiro. É solicitado que no trecho “uns pró outros contra a ação do Sr. Augusto Rodrigues”, seja incluído que “os Srs. Valdemar Valente e Oscar Brandão pediram que ficasse registrado que foram dos que apoiaram”²¹³. Em seguida a essa solicitação, Samuel Campelo faz “um apelo para que desaparecessem as desavenças”. No fim da sessão, Oscar Brandão e Luiz Cardozo Ayres pedem demissão de sócio do Instituto, mas que só irão oficializar na sessão seguinte.

No entanto, a sessão que veio logo depois é iniciada com um pedido de Luiz Cardozo Aires para retificar a ata anterior, colocando que declarou “que se afastaria do IAHGP”. Mais adiante, ele comunica que não saíra do Instituto, justificando sua decisão de permanecer devido a pedidos de amigos. Por fim, ele fala sobre o ambiente conflituoso no Instituto e clama para que haja empenho dos sócios para reestabelecer a harmonia na casa: “é preciso que todos sopitem ressentimentos, considerem as divergências do momento como as que se passam em família, entre irmãos, e trabalhem pelo bem do Instituto”²¹⁴.

Enquanto no Instituto persiste o clima de desentendimento, Augusto Rodrigues não comparece às sessões, desde que foi agraciado com o título de benemérito, mesmo estando presente na cidade do Recife, durante este período. Na sessão de 03 de abril, o assunto da reforma do prédio do IAHGP é retomado e o presidente do Instituto relata que visitou Augusto Rodrigues e o convidou para comparecer à sessão para esclarecer os seus trabalhos no Instituto. Mas o presidente teve suas expectativas frustradas: “julgou que ele viesse para este fim, o que infelizmente não aconteceu”²¹⁵.

Nesse ínterim, Augusto Rodrigues se manifesta nas sessões por meio de seus aliados, principalmente Valdemar Valente e Oscar Brandão, que declaram ter uma convivência cotidiana. Na sessão de 08 de maio, Oscar Brandão oferece à direção uma carta de Augusto Rodrigues que relata o seu empreendimento nas reformas do prédio do IAHGP.

²¹³ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 348.

²¹⁴ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 351.

²¹⁵ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 350.

o Sr. Oscar Brandão entrega à mesa cópia de uma carta que o sócio Augusto Rodrigues dirigira ao presidente em 12 de março findo, expondo as despesas que fizera com as obras a seu cargo, o que falta ainda pagar e o motivo por que as abandonara e bem assim uma recapitulação das ofertas que foram feitas até fevereiro findo, a fim de que sejam arquivadas²¹⁶.

Vemos nesse ato um esforço de Augusto Rodrigues em provar sua probidade e, simultaneamente, manter legítimo o título de benemérito, recebido recentemente. Finalmente, na sessão de 22 de maio, Augusto Rodrigues se apresenta no IAHGP, três meses depois de ter recebido o título. Antes de se iniciar o previsível debate acerca da prestação de contas, Augusto Rodrigues encaminha à mesa “uma declaração de solidariedade, que lhe é dada, com as assinaturas dos sócios Enéas de Lucena, Valdemar Valente, Nilo Câmara, Cardozo Aires, Oscar Brandão, Amaro Pedrosa, Estevão Pinto e Carlos Pereira da Costa”²¹⁷.

Em seguida, Mário Melo relata os procedimentos financeiros das obras coordenadas por Augusto Rodrigues e apesar de não enxergar irresponsabilidade nos atos de Augusto Rodrigues, solicita uma nova verificação pela comissão de fundos e orçamentos. O presidente, com intenção de acalmar os ânimos, declara que “antes dessa manifestação da comissão competente, é ociosa qualquer discussão em torno do assunto”²¹⁸. No entanto, logo após o pedido do presidente, Olímpio Costa Júnior se manifesta com duras críticas a Augusto Rodrigues. Olímpio argumenta que devido ao alto investimento, as reformas já deveriam estar concluídas e termina sua exposição lançando a questão: “com que elementos vai o Instituto incumbir ao Sr. Augusto Rodrigues a conclusão dos trabalhos?”²¹⁹. Augusto Rodrigues defende-se destacando as rivalidades que impediram de realizar o seu trabalho, dizendo que “teria já concluído tudo com os donativos, se não fora perturbado em sua ação”²²⁰.

Na sessão do IAHGP do dia 03 de julho de 1935²²¹, ocorrerá uma deliberação que instigará um intenso enfrentamento entre os dois grupos, durante as semanas seguintes. A decisão tomada nesta sessão se referia à longa polêmica em torno das contas de Augusto

²¹⁶ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 352-353.

²¹⁷ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 354.

²¹⁸ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 355.

²¹⁹ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 355.

²²⁰ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 355.

²²¹ A ata dessa sessão só será aprovada na sessão do dia 31 de julho, após as correções de Samuel Campelo, acusando de que alguém alterou e distorceu as falas dos sócios. Nilo Câmara, o autor da primeira versão dessa ata diz que “ao passarem-na para o livro não a copiaram *ipsis litteris*”. (RIAHGP, v. 38, 1943, p. 362). Queremos destacar que a ata que está presente na RIAHGP que nós utilizamos nesse trabalho, foi a ata validada por Samuel Campelo. No entanto, apesar dessa ata ter sido publicada na RIAHGP, Olímpio e Metódio defenderam que essa ata deveria ser considerada nula porque ela se referia a uma sessão clandestina. Entendemos que as correções e reescritas dessa ata, nos mostra o grau de controvérsia que esta sessão gerou e que as atas relativas ao ano de 1935 que estão na RIAHGP passaram pela censura de Samuel Campelo e de seus companheiros.

Rodrigues. É aprovada a proposta de Enéas de Lucena, José Rodrigues de Carvalho e Estevão Pinto de serem automaticamente validadas as contas de Augusto Rodrigues por ele ser um sócio benemérito. O único voto contrário é de Samuel Campelo que “pede que conste na ata ter votado contra”. Samuel Campelo que aparece solitariamente defendendo o seu grupo nessa sessão, ainda destaca que “estrANHou que não houvesse sido anunciada [a sessão] pelos jornais e declarou que comparecera tão somente por aviso particular do Sr. Augusto Rodrigues”²²². Essa fala de Samuel Campelo acusando a ilegalidade da sessão, possibilita vermos também a possível causa do seu voto solitário e da ausência dos seus companheiros.

Nesse momento, o grau de rivalidade fica elevado, nos permitindo ver com clareza os principais agentes envolvidos na disputa. De um lado encontramos: Augusto Rodrigues, José Rodrigues de Carvalho, Valdemar Valente, Oscar Brandão e Luiz Cardozo Aires. Do outro lado aparece: Mário Melo, Olímpio Costa Júnior, Samuel Campelo e Metódio Maranhão. A participação firme desses intelectuais nesse embate, sinaliza que os golpes e os contragolpes eram movidos, conscientemente ou não, por interesses materiais e simbólicos, recompensas que o Instituto poderia oferecer, mostrando-se como uma poderosa instituição cultural, em Pernambuco, daquele período. Vale destacar que outros participaram do embate cautelosamente e oscilaram entre os grupos, são eles: Nilo Câmara, Carlos Pereira da Costa, Enéas de Lucena, Joaquim Amazonas e Estevão Pinto.

A partir da compreensão das alianças estabelecidas, conseguimos enxergar as atitudes agressivas (que falam sobre as tomadas de posições políticas), as quais indicam estratégias de filiação e defesa, que terá melhores resultados se adequarem-se aos principais valores do campo em que acontece a disputa. Nesse sentido, buscaremos enxergar nesse conflito interno que ocorre no IAHGP, em meados de 1935, uma disputa em torno do poder político e simbólico, poderes que confere ao vencedor uma autoridade sobre a hierarquia do campo e, com isso, condições de redefinir os valores dos participantes envolvidos no duelo²²³.

Nesse sentido, os agentes contrários a Augusto Rodrigues, na sessão seguinte, revidaram e tentaram anular a medida anterior, que no entendimento deles beneficiaria a figura de Augusto Rodrigues. Olímpio Costa Júnior denomina a sessão que aprovou as contas de Augusto Rodrigues como “sessão clandestina”, argumentando que “o interessado fez convites

²²² RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 356.

²²³ Nos dois primeiros tópicos deste capítulo, realçaremos mais a disputa política na estrutura institucional. No último tópico procuraremos destacar o embate em torno das fronteiras do legítimo fazer historiográfico para visualizarmos a questão simbólica.

verbais à sua escolha, tanto que sem aviso prévio compareceu vultoso número de sócios para aprovar contas sem exame, quando mesmo com aviso na imprensa, como na presente sessão, a frequência é baixa”²²⁴. Olímpio ainda diz que teria comparecido à sessão se ela fosse noticiada nos jornais, definindo-se como um “dos sócios mais assíduos” e questiona como seria possível que “sócios arredios há três ou mais anos compareceram sem notícia nos jornais como que adivinhando que haveria sessão”. Entendendo como uma sessão ilegal, Olímpio termina a sua fala, enfaticamente: “protesto contra o que foi aprovado naquela reunião”²²⁵.

Após a acusação de Olímpio de que a sessão que favoreceu Augusto Rodrigues foi realizada “às escondidas”, Metódio Maranhão destaca o abundante gasto de Augusto Rodrigues nas obras e alerta os demais membros da casa para verificarem se os montantes desembolsados “correspondem, sendo talvez esta a causa de comprovantes insatisfatórios”²²⁶. Ainda nesta sessão, Metódio questionando se Augusto Rodrigues é merecedor do título de benemérito, procura rebaixar ele e seus apoiadores, argumentando que movidos pela ganância financeira enganaram os mais renomados sócios do Instituto, manchando o digno nome do IAHGP. Metódio lamenta ter apoiado a promoção de Augusto Rodrigues: “votara a favor do título de benemérito pra o Sr. Augusto Rodrigues por deferência aos signatários da proposta. Mas se lhe passasse pela ideia que dariam tal interpretação, não o teria feito”²²⁷.

Na sessão seguinte, que ocorreu no dia 31 de julho, o alvo das discussões torna-se o presidente José Rodrigues de Carvalho, que nessa ocasião estava com a sua imagem desgastada devido à sua aproximação com Augusto Rodrigues. José de Carvalho assinou, juntamente com Naasson Figueiredo e Mário Melo, a solicitação para tornar Augusto Rodrigues sócio benemérito, pedido aprovado no dia em que se elege presidente. Mais tarde, na polêmica “sessão clandestina”, o presidente José de Carvalho se empenha em realizar a sessão, argumentando que as sessões deveriam ocorrer quinzenalmente, independentes de serem noticiadas. Declara, ainda, que informou a Mário Melo sobre a reunião e que “não podendo pela falta do mesmo serem prejudicados os trabalhos do Instituto”²²⁸. Como vimos, esses

²²⁴ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 360.

²²⁵ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 360.

²²⁶ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 360.

²²⁷ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 361.

²²⁸ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 356. Vale destacar, que Nilo Câmara e Joaquim Amazonas, que na ocasião apoiaram Augusto Rodrigues, assumem que só compareceram à “sessão clandestina” devido ao convite particular do presidente, confirmando o argumento dos opositores de Augusto Rodrigues que diziam que o presidente buscou selecionar, “às escondidas”, um grupo de amigos para aprovar uma conta irregular. (RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 361).

argumentos do presidente não serão aceitos pelos opositores de Augusto Rodrigues, exibindo a sua fragilidade para dirigir o Instituto.

Na sessão do dia 31 de julho, José de Carvalho será atacado justamente por se posicionar novamente em favor de Augusto Rodrigues. Nesta sessão, José de Carvalho inicia comunicando que renunciará ao cargo de presidente do IAHGP e também informa que já decidiu sobre a participação do IAHGP na Exposição do Centenário da Farroupilha, evento que aconteceria em setembro, na cidade de Porto Alegre. José de Carvalho anuncia que designará Augusto Rodrigues, Valdemar Valente e Cardozo Ayres para a Exposição da Farroupilha. Ele ainda pede que o Instituto coloque os objetos do museu à disposição da comissão para que sejam levados à Exposição Farroupilha. Olímpio Costa Júnior, mais uma vez, se posiciona contrário a José de Carvalho, argumentando que não é permitida a saída de objetos do museu, de acordo com artigo 62 do estatuto do IAHGP. É aberta uma votação para resolver esse impasse e a maioria decide não autorizar o empréstimo dos objetos do museu²²⁹, decisão que aborrece José de Carvalho.

José de Carvalho ainda é questionado sobre a escolha dos três nomes para representar Pernambuco na Exposição do Centenário da Farroupilha. Novamente Metódio Maranhão e Olímpio Costa Júnior se recusarão a obedecer a José de Carvalho. Metódio contestará a escolha dos três nomes, alegando que o Instituto ainda não tinha sido convidado oficialmente, não justificando “tal açodamento para indicar nomes – e indicar a quem? – sem combinar com os companheiros em sessão”²³⁰. Olímpio questiona a honestidade de José de Carvalho na designação dos três nomes. Olímpio diz que o presidente se submeteu aos interesses da instituição que convidaria o Instituto, sendo essa “instituição invisível” quem de fato definiu os nomes como exigência para enviar o convite formal. Para Olímpio, a decisão de José de Carvalho, rebaixa o Instituto e destrói a sua autonomia. Olímpio termina a sua acusação dizendo que José de Carvalho “sentiu essa desmoralização que renunciou ao cargo [de presidente do IAHGP], porque não se compreendia que, estando ele com o propósito de resignar, fizesse antes a indicação. Admira-se até que os indicados por tal forma se sintam bem com a indicação”²³¹.

²²⁹ Quatro votaram a favor do empréstimo: Nilo Câmara, Cardoso Aires, Valdemar Valente e Pereira da Costa. Oito votaram contra o empréstimo: Olímpio Costa, Enéas de Lucena, Metódio Maranhão, Mário Coelho Pinto, Oscar Brandão, Mário Melo, Raimundo Pais Barreto e José de Barros. Dois preferiram não votar: Jerônimo Gueiroz e Samuel Campelo. RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 363.

²³⁰ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 363.

²³¹ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 364.

Na sessão seguinte, no dia 14 de agosto de 1935, já sem a presença de José de Carvalho, Olímpio Costa Júnior retoma a discussão em torno da questão da Farroupilha e reforça a sua opinião de que não ficaria bem “para os indicados à Exposição Farroupilha, a indicação sem convite e sem consulta antecipada ao Instituto”²³². Mais adiante, Mário Melo aborda o assunto da renúncia de José de Carvalho e sarcasticamente indica a proximidade dele com Augusto Rodrigues: “passando ao assunto da renúncia do Sr. (Augusto Rodrigues) digo José de Carvalho da presidência”²³³. Após a discussão sobre a renúncia, houve um debate para definir um nome para assumir a presidência, sendo Mário Melo escolhido para o cargo, tendo um apoio jurídico de Metódio Maranhão e Joaquim Amazonas.

Após a troca da presidência e o afastamento do grupo de Augusto Rodrigues, Mário Melo reinicia as reformas paralisadas no prédio do Instituto, comunicando aos demais sócios que realiza o empreendimento apenas com recursos ordinários, deixando subentendido uma crítica a Augusto Rodrigues que foi acusado de gastar muito dinheiro com as obras. Mário Melo destaca que adquiriu “dois móveis envidraçados para o fardamento de diplomata de Oliveira Lima”²³⁴. Enquanto Mário Melo tocava as obras, Carlos Pereira da Costa com a intenção de pacificar o IAHGP “faz um apelo aos colegas para se absterem de discutir na imprensa assuntos de ordem interna do Instituto”²³⁵.

No entanto, vemos por parte daqueles que estavam dominando o IAHGP um desejo de aniquilação do grupo rival para evitar uma nova subversão. Nesse sentido, Mário Melo aparece, na sessão de 16 de outubro, afirmando que Estevão Pinto e Valdemar Valente retiraram livros da biblioteca e não devolveram ao Instituto²³⁶. Mário Melo destaca que esse tipo de comportamento pode ocasionar uma penalidade grave ao sócio. Mário Melo diz que, de acordo com o estatuto, o Instituto poderia punir “com eliminação o sócio que causar prejuízo moral ou material ao Instituto, no qual se enquadraria a hipótese de extravios de livros”²³⁷. Essa ação de Mário Melo é lida como excesso de rigor, levando Samuel Campelo e Joaquim Amazonas a sugerirem que se faça um pedido de devolução dos livros, antes de qualquer punição.

²³² RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 365.

²³³ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 365.

²³⁴ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 365. Novamente percebemos a insistência de Mário Melo em valorizar a memória da geração que lhe antecedeu, indicando que ele continuamente reforça a sua vinculação com os grandes nomes do IAHGP, como vimos no segundo capítulo.

²³⁵ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 366.

²³⁶ Vale destacar que Valdemar Valente era o bibliotecário na gestão de José de Carvalho, que também renuncia o cargo após a saída de José de Carvalho.

²³⁷ RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p. 368.

Esse empenho de Mário Melo em restaurar uma “paz”, que o faz sair do silêncio e atacar ferozmente o grupo de Augusto Rodrigues, acontece nas sessões do Instituto apenas após a renúncia de José de Carvalho. No entanto, na imprensa, Mário Melo é o mais combativo e, ao mesmo tempo, o principal alvo do grupo rival, desde o início desse conflito. Ele utilizará o espaço que tinha no *Jornal Pequeno* e no *Jornal do Comércio* para manter o seu domínio no IAHGP.

4.2 O infame versus o espírito diabólico: o duelo entre Mário Melo e Augusto Rodrigues na imprensa recifense

Na imprensa pernambucana, a crise do IAHGP começará a aparecer um mês depois da tumultuada eleição da nova direção do Instituto. Identificamos que inicialmente o novo presidente do Instituto, José de Carvalho, se empenhará em apoiar as ações de Augusto Rodrigues que visavam o embelezamento do prédio do IAHGP, indicando que Augusto era questionado por vozes potentes que levou ao presidente sair em sua defesa. Carvalho declara que assumiu a presidência com o intuito de criar condições para a “continuação da obra de remodelação empreendida pelo incansável e benemérito consócio Dr. Augusto Rodrigues”²³⁸.

Ainda em março de 1935, aparece uma nota do IAHGP no *Jornal Pequeno* anunciando as possíveis dificuldades para Augusto Rodrigues concluir as obras²³⁹. É divulgado, para o grande público, que as obras de reconstrução do Instituto estavam paralisadas por causa da dissidência que havia no Instituto. No entanto, neste momento, os aliados de Augusto Rodrigues preferem não mencionar os seus opositores, colocando-os no anonimato: “não é possível que pontos de vistas de pessoas venham a destruir por inteiro a obra que o Sr. Augusto Rodrigues se dispunha a realizar”²⁴⁰. Mais adiante reforça as desavenças sem se direcionar a nenhum sócio em específico, afirmando que havia pessoas “que querem prejudicar aquela Instituição pelo prazer de uma vindicta contra o Sr. Augusto Rodrigues”²⁴¹.

²³⁸ Jornal Pequeno, Recife, 23 de março de 1935.

²³⁹ Jornal Pequeno, Recife, 18 de março de 1935.

²⁴⁰ Jornal Pequeno, Recife, 18 de março de 1935.

²⁴¹ Jornal Pequeno, Recife, 18 de março de 1935.

A partir de julho, o grupo de Augusto Rodrigues direcionará os seus ataques a Mário Melo, buscando propagar uma imagem dele como um indivíduo caluniador, movido por interesses mesquinhos. O Instituto coloca uma nota no *Jornal Pequeno* para justificar a sessão que aprovou as contas de Augusto Rodrigues, sessão que ficou conhecida como sessão clandestina. Nesta nota, é destacada a ação de Mário Melo de fechar o prédio do IAHGP para inviabilizar a sessão que beneficiaria Augusto Rodrigues. No dia seguinte, no mesmo jornal, numa coluna assinada por Augusto Rodrigues, é novamente salientado o comportamento trapaceiro de Mário Melo de trancar o prédio para impedir a realização da sessão: “o secretário perpétuo não tinha o direito de impedi-la e tentou fazê-la”²⁴².

Augusto Rodrigues também busca se defender das acusações de Mário Melo de que houve um selecionamento prévio de determinados membros para favorecê-lo, ao aprovar as contas de suas obras. Augusto Rodrigues argumenta que convidou seus amigos, mas que ninguém sabia que naquela sessão seria aprovada as suas contas. Sobre a convocação dos sócios Augusto Rodrigues diz:

pedi a alguns amigos que fossem ao Instituto, o que faço sempre, contrariando o desejo de Mário Melo, que é ficar com o seu pequeno acompanhamento preparando ciladas para justificar a miséria e o abandono a que está reduzido o Instituto²⁴³.

Interessante nessa fala de Augusto Rodrigues é que, ao se defender da acusação de que aliciou sócios ausentes e realizou convites desonestos, também, executa um ataque a Mário Melo, afirmando que ele faz parte de uma tropa que busca manter o Instituto afastado de qualquer possibilidade de mudança. Em outro momento, Augusto Rodrigues destaca a liderança de Mário Melo nesta tropa, conferindo-lhe um grande poder para censurar qualquer voz que lhe incomodasse no Instituto: “pensei trabalhar para engrandecer uma associação histórica e trabalhei para a segunda casa do Sr. Mário Melo”²⁴⁴.

Na semana seguinte, Augusto Rodrigues, novamente, aparece no *Jornal Pequeno* acusando Mário Melo de exercer total domínio de uma antiga instituição cultural de utilidade pública, e que fazia do IAHGP um meio para satisfazer os seus desejos particulares, tratando o Instituto “como uma propriedade sua”²⁴⁵. Augusto Rodrigues tenta convencer os leitores de que Mário Melo, descontente por não ter sido escolhido pelo governo de Pernambuco para participar

²⁴² Jornal Pequeno, Recife, 10 de julho de 1935.

²⁴³ Jornal Pequeno, Recife, 10 de julho de 1935.

²⁴⁴ Jornal Pequeno, Recife, 23 de julho de 1935.

²⁴⁵ Jornal Pequeno, Recife, 30 de julho de 1935.

do Centenário da Farroupilha, buscou usar o IAHGP para reverter a situação. Augusto Rodrigues diz que a sua postura foi de “evitar alguma cilada do Sr. Mário Melo, que joga com o Instituto para forçar o governo a aceitá-lo”. As acusações de Augusto Rodrigues mostram um monopólio de Mário Melo no IAHGP, situação que poderia possibilitar à Mário Melo ganhos oriundos do campo de poder político.

Ainda sobre o evento do centenário da Farroupilha, encontramos uma coluna no *Diário da Manhã* falando sobre o assunto do possível empréstimo de objetos do IAHGP para serem expostos na exposição em Porto Alegre. Esse texto segue o mesmo teor das acusações anteriores proferidas por Augusto Rodrigues, fortalecendo uma ideia de que havia um grupo no IAHGP que não aceitava nenhuma narrativa sobre o passado de Pernambuco que não fosse enunciada por um determinado grupo. De acordo com a matéria, o Instituto negando o empréstimo de seus objetos para o governo de Pernambuco expor em Porto Alegre, se colocava como uma instituição autoritária, sendo, assim, necessário ser questionada pelo poder judiciário: “aceitar, porém, que aquela casa que se diz ser ‘A Casa de Pernambuco’ seja proprietária exclusiva do marco da capitania é avançar muito no terreno das apropriações. [...] É preciso discuti-lo até nos tribunais”²⁴⁶.

Sobre a recusa do IAHGP em emprestar objetos ao governo do estado de Pernambuco, o *Jornal Pequeno* também lamenta o gesto deselegante do Instituto, posicionando-se contrário a decisão do grupo de Mário Melo e desaprovando as rixas movidas por desavenças pessoais: “O Instituto não pode estar sujeito ao império da vontade deste ou daquele, endossando vaidades, sob pena de desaparecer, abandonado pelos poderes públicos e pelos seus próprios membros”²⁴⁷. Nessa nota do *Jornal Pequeno*, ainda, vemos o medo que alguns alimentavam de que interesses pessoais, no nosso entendimento os de Mário Melo, conduzissem o IAHGP.

No dia seguinte, Luiz Cardoso Ayres, um aliado de Augusto Rodrigues, comentando a sessão do IAHGP em que ocorreu a votação sobre o empréstimo dos objetos do Instituto, diz que “venceu a expressão numérica dos outros, dos negativistas [...] incendiados pela má fé”²⁴⁸. Os “outros”, que Cardoso menciona, refere-se ao grupo de Mário Melo, que, como vimos, na sessão de 31 de julho, posicionaram-se contra o presidente José de Carvalho. Além das derrotas que o grupo de Augusto Rodrigues sofria nas sessões do IAHGP, havia,

²⁴⁶ Diário da Manhã, Recife, 01 de agosto de 1935.

²⁴⁷ Jornal Pequeno, Recife, 01 de agosto de 1935.

²⁴⁸ Diário da Manhã, Recife, 02 de agosto de 1935.

também, os ataques disparados por Mário Melo nos jornais, revelando as mágoas existentes entre eles.

Um dos meios que Augusto Rodrigues recorreu foi a de desqualificar a fala de Mário Melo, definindo-o como uma pessoa desonesta, com uma fala “infame demais”²⁴⁹. Buscando defender-se das investidas de Mário Melo, Augusto Rodrigues afirmava que: “o Sr. Mario Melo, desprovido de todo senso moral, como é sabido e notório, julga tão sem caráter os seus companheiros do Instituto que propala as mais torpes mentiras, certo que elas ficarão de pé”²⁵⁰. Através de uma nota curta, divulgada na imprensa, que narra um fictício caso engraçado, podemos imaginar que esses golpes de Augusto Rodrigues feriam Mário Melo:

Ontem, à tarde, o Arthur Alencar comentava, num grupo aqui na casa:
- O Mário Melo parece mais moço, mais vivo, mais ágil, mais cheio de vida.
O risadinha, que estava a um canto, observou:
- É que o Dr. Augusto Rodrigues está longe²⁵¹.

Outro recurso utilizado por Augusto Rodrigues foi solicitar para que os sócios do IAHGP fossem à imprensa se manifestar em seu apoio, para provar a sua inocência em relação à sessão que aprovou as suas contas²⁵². Entre os dias cinco a oito de agosto, aparecem no *Jornal Pequeno*, em solidariedade a Augusto Rodrigues, notas assinadas por José de Carvalho, Enéas de Lucena, Luiz Cardoso Ayres, Amaro Gomes Pedrosa, Nilo Câmara e Oscar Brandão. Interessante destacar que desses seis agentes apenas Nilo Câmara não ataca Mário Melo, todos os demais destacam as ações de Mário Melo para dificultar a realização da sessão. Cardoso Ayres, inclusive, sugere a Augusto Rodrigues que não supervalorize a teimosice de Mário Melo, pois “levar o Mário Melo a sério é o mesmo que fazer careta a cego”²⁵³. A fala mais ofensiva contra Mário Melo vem de Oscar Brandão que diz que Mário Melo ameaça “reduzir a ruínas a mais notável associação científica de Pernambuco”. Mário Melo reage, buscando depreciar os apoiadores de Augusto Rodrigues. Quanto à Oscar Brandão, o seu contra ataque é bastante contundente: “francamente, quando se precisa de arrimo como o que pode oferecer o sr. Oscar Brandão, é porque a cumeeira não anda boa e qualquer espécie de caibro serve. Até de bordão de velho”²⁵⁴.

²⁴⁹ Jornal Pequeno, Recife, 11 de julho de 1935.

²⁵⁰ Jornal Pequeno, Recife, 03 de agosto de 1935.

²⁵¹ Jornal Pequeno, Recife, 11 de setembro de 1935. Veremos mais adiante que Mário Melo se esforçará para se proteger das investidas do seu adversário e manter imaculada a sua imagem de historiador.

²⁵² Jornal Pequeno, Recife, 03 de agosto de 1935.

²⁵³ Jornal Pequeno, Recife, 07 de agosto de 1935.

²⁵⁴ Jornal Pequeno, Recife, 14 de agosto de 1935.

Mário Melo também utiliza a estratégia de expor para o tribunal social o grupo em que ele fazia parte, com a intenção de se diferenciar do grupo rival, como também marcar superioridade. No entanto, diferente de Augusto Rodrigues, Mário Melo não solicita apoio. Mário Melo prefere destacar sua lealdade e admiração a Metódio Maranhão, Olímpio Costa Júnior e Samuel Campelo, que foram os três mais aguerridos membros do IAHGP contra o grupo de Augusto Rodrigues. Vemos, ainda, neste ato de Mário Melo, um investimento que visava maximizar o valor dos seus aliados, transferindo capital simbólico por meio de seus comentários, ao utilizar os espaços que ele tinha nos jornais para benefício do seu grupo.

Em meio à crise que agitava o IAHGP, em meados de 1935, é lançado um livro de Metódio Maranhão sobre o período colonial da história de Pernambuco. Mário Melo usa a sua coluna *Ontem, Hoje e Amanhã*, que estampava diariamente a primeira página do *Jornal Pequeno*, para comentar o livro do seu amigo e não economiza nos elogios. Mário Melo enaltece no livro de Metódio o seu rigor historiográfico, afirmando que é um “livro decente de investigação histórica que honra o autor e eleva o nome da sociedade que ele presidia”²⁵⁵. Interessante destacar que Mário Melo ao comentar o livro recém-lançado insiste em lembrar o período em que o IAHGP foi presidido por Metódio Maranhão, buscando significar aquele período como um momento que o Instituto foi movido por desejos altruístas que proporcionava um ambiente saudável para uma boa reflexão histórica. Segundo Mário Melo, o veterano Metódio Maranhão:

Ocupava a presidência do Instituto – e ocupava-a com brilho e dignidade – quando cogitávamos do programa das festas. Em cada sessão ordinária, em vez de competições pessoais, de rixas improdutivas, levava ele, para discussão, uma dúvida histórica e o seu modo de solucioná-la, resultado de estudos a que vinha procedendo diariamente²⁵⁶.

No começo de 1936, Mário Melo coloca na sua coluna no *Jornal Pequeno* um texto reverenciando o pai de Olímpio Costa Júnior, destacando a sua integridade moral: “todas as vezes que alinho em revista mentalmente os verdadeiros valores de Pernambuco, a sua figura me aparece na primeira plana com a couraça, que a envolve, da honradez”²⁵⁷. Quando o pai de Olímpio falece, Mário Melo, novamente, utilizará o seu espaço no *Jornal Pequeno* para homenagear seu pai, salientando sobretudo que ele foi um excelente educador dos seus filhos, que mesmo em situação financeira precária conseguiu dar “instrução superior a todos os seus

²⁵⁵ Jornal Pequeno, Recife, 10 de agosto de 1935.

²⁵⁶ Jornal Pequeno, Recife, 10 de agosto de 1935.

²⁵⁷ Jornal Pequeno, Recife, 10 de fevereiro de 1936.

filhos. [...] poucos homens terão legado à família um patrimônio de tanta honradez, exemplos de tanta nobreza de caráter, como o velho e querido Olímpio Costa”²⁵⁸.

Mário Melo, também, usará as suas colunas no *Jornal Pequeno* para expor a sua afinidade com Samuel Campelo, nos indicando que havia uma identificação de interesses, que favoreceu simpatias e um harmônico trabalho em dupla. Enquanto ocorria a crise no IAHGP, o grupo *Gente Nossa* encenava uma peça escrita por Samuel Campelo, no Recife, em maio de 1935. Mário Melo considerava essa peça uma “alta comédia”, que poderia consagrar ainda mais Samuel Campelo, que já era um homem de teatro de grande reconhecimento em Pernambuco, a essa altura. Mário Melo escreve uma crítica teatral sobre essa peça e deixa escapar um elogio pessoal que nos mostra a sintonia entre os dois: “meu velho amigo, colega, companheiro de ideias, cuja solidariedade nunca me faltou nos momentos em que não sou compreendido”²⁵⁹. A amizade entre os dois será exageradamente exposta por Mário Melo na ocasião da morte de Samuel Campelo: “perdi com a morte de Samuel Campelo, um de meus melhores amigos. Queríamos-nos como irmãos”²⁶⁰. Vale destacar nessa homenagem um trecho em que Mário Melo indica um perfeito ajuste na atuação deles no IAHGP: “no Instituto Arqueológico, então, nossa afinidade era absoluta. Nunca, durante perto de trinta anos de vida associativa, nos colocamos em pontos opostos”²⁶¹.

No entanto, Mário Melo preferiu combater sozinho, nas suas colunas no *Jornal Pequeno* e no *Jornal do Comércio*, os seus adversários, sendo esta a principal estratégia utilizada por ele para enfrentar o grupo de Augusto Rodrigues. Mário Melo inicia as investidas, contra Augusto Rodrigues, em março de 1935 e prossegue até setembro do mesmo ano, quando o IAHGP já se encontrava em calmaria, devido ao afastamento do grupo de Augusto Rodrigues da Instituição. Em 11 ocasiões Mário Melo escreverá buscando manchar a reputação de Augusto Rodrigues, sendo tão insistente que os editores do *Jornal Pequeno* pedem desculpas aos leitores pela teimosice de Mário Melo, indicando também uma censura sobre o assunto: “já havia sido notificado aquele nosso colaborador, com o pedido de não mais referir um caso que a ele, pessoalmente, interessaria”²⁶².

²⁵⁸ Jornal Pequeno, Recife, 17 de janeiro de 1939.

²⁵⁹ Jornal Pequeno, Recife, 15 de maio de 1935.

²⁶⁰ Jornal Pequeno, Recife, 12 de janeiro de 1939.

²⁶¹ Jornal Pequeno, Recife, 12 de janeiro de 1939.

²⁶² Jornal Pequeno, Recife, 01 de agosto de 1935.

O primeiro texto de Mário Melo sobre o assunto, que encontramos, preocupa-se em explicar a origem das confusões que passavam no IAHGP, em 1935, colocando a figura de Augusto Rodrigues no centro da história²⁶³. Nesse sentido, consideramos essa crônica fundamental para entendermos como Mário Melo definiu o conflito e retratou Augusto Rodrigues. Segundo Mário Melo, Augusto Rodrigues, depois de mais de vinte anos ausente no IAHGP, começou a comparecer no Instituto, em 1934, e, de imediato, colocou-se à disposição para iniciar a remodelação do prédio, conquistando, inicialmente, apoio de todos, inclusive de Mário Melo. No entanto, Mário Melo diz que, aos poucos, foi percebendo que Augusto Rodrigues não era guiado pelo idealismo desinteressado e buscou frear os movimentos de Augusto Rodrigues, que poderiam lhe garantir liderança dentro do IAHGP. De acordo com Mário Melo, a crise no Instituto foi provocada pela ganância e ressentimento de Augusto Rodrigues:

Pleiteou remodelá-lo [o IAHGP] desinteressadamente. Em meio do caminho, cegou-o a ambição. E porque, nesse particular, nessa segunda fase, não alcançasse o que desejava, procura agora atirar-se contra o Instituto, desmanchando assim ótimos serviços que prestara na fase do idealismo²⁶⁴.

Na semana seguinte, Mário Melo utilizará a sua crônica no *Jornal do Comércio* para reforçar a ideia de que Augusto Rodrigues era o causador da crise que ocorria no IAHGP, naquele ano. Mário Melo afirma que Augusto Rodrigues buscou garantir vantagens pessoais a partir de uma estratégia ardilosa: formando um partido, aliciando sócios para eleger José de Carvalho, elegendo-se sócio benemérito. Vale destacar que para Mário Melo essa estratégia de Augusto Rodrigues teve êxito total: “toda a direção atual foi eleita por indicação dele. Toda. Sem exceção de um cargo”²⁶⁵. Nesse sentido, para Mário Melo, foram essas ações calculistas que dividiu o IAHGP, provocando a crise: “seria inútil encobrir que se fragmentou aquela coesão, aquela unidade de vistas que existia no Instituto Arqueológico”²⁶⁶.

Após a renúncia do presidente José de Carvalho ficou mais acentuada a crise no Instituto, levando os jornais recifenses a procurarem esclarecer ao seu público a situação do IAHGP, sendo Mário Melo uma das vozes importantes para explicar o estado do Instituto. Mário Melo afirma, novamente, que a crise do IAHGP iniciou quando Augusto Rodrigues começou a fazer as reformas no prédio, no ano de 1934, depois de vinte anos sem participar das

²⁶³ Jornal Pequeno, Recife, 22 de março de 1935.

²⁶⁴ Jornal Pequeno, Recife, 22 de março de 1935.

²⁶⁵ Jornal Pequeno, Recife, 13 de julho de 1935.

²⁶⁶ Jornal do Comércio, Recife, 27 de março de 1935.

atividades do Instituto, “antes tão calmo quando dele esteve afastado”²⁶⁷. De acordo com Mário Melo, em entrevista concedida a um jornal local, as reformas empreendidas por Augusto Rodrigues foram executadas atrapalhadamente, ficando o Instituto “como se houvera um terremoto. Ele não tinha plano, não sabia o que era economia, nem método”²⁶⁸.

Essa desorganizada modificação no prédio descontentou Metódio Maranhão, presidente do IAHGP naquele período, que, segundo Mário Melo, não quis continuar na presidência devido à continuidade das obras de Augusto Rodrigues, gerando o primeiro atrito: “quando se deu um choque entre o presidente e o Sr. Augusto Rodrigues, na minha boa-fé procurei atenuar o incidente”²⁶⁹. No entanto, Mário Melo diz que posteriormente percebeu que estava enganado em relação à postura de Augusto Rodrigues e começou a não mais tolerar os seus desmantelos, sobretudo quando viu a biblioteca e o acervo sendo atingidos. Mário Melo afirma que a reforma de Augusto Rodrigues foi a responsável pelo sumiço de documentos valiosos, inclusive o *Jornal Typhis Pernambucano*, redigido por Frei Caneca, que era considerado uma coleção valiosa pelos membros do IAHGP. Para Mário Melo, “o desaparecimento não foi mais do que consequência daquele trabalho sem método [...] tudo isso trouxe meu arrependimento ao apoio dado ao Sr. Augusto Rodrigues”²⁷⁰. Ainda nessa entrevista, Mário Melo, destacando as eleições que ocorreram em fevereiro de 1935, mostra-nos as astúcias de Augusto Rodrigues e um IAHGP já dividido: “apareceram muitos sócios que haviam anos não frequentavam o Instituto, inclusive um inimigo meu [...] tinham sido levados pelo Sr. Augusto Rodrigues”²⁷¹.

Em julho, Mário Melo se preocupará em discorrer sobre a *sessão clandestina*, como ele próprio se referia, ressaltando a desonestidade de Augusto Rodrigues. Dias após a realização dessa sessão, aparecerá, no *Jornal Pequeno*, um texto de Mário Melo, no qual ele se empenhará em alegar que as decisões tomadas naquela sessão feriam o estatuto do IAHGP. Apoiando-se no artigo do estatuto, que diz que toda reunião deveria ser anunciada nos jornais e em outro artigo que dizia que qualquer conta deveria ser aprovada pela Comissão de Contas, Mário Melo

²⁶⁷ *Jornal Pequeno*, Recife, 06 de agosto de 1935.

²⁶⁸ *Jornal desconhecido*, 03 de agosto de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP. Supomos que essa entrevista foi divulgada no *Jornal do Comércio*, pois na segunda-feira Mário Melo diz no *Jornal Pequeno*: “numa entrevista que o *Jornal do Comércio* de sábado, publicou, eu disse [...]”. (*Jornal Pequeno*, Recife, 05 de agosto de 1935)

²⁶⁹ *Jornal desconhecido*, 03 de agosto de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

²⁷⁰ *Jornal desconhecido*, 03 de agosto de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

²⁷¹ *Jornal desconhecido*, 03 de agosto de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

se sente com autoridade para buscar a anulação da sessão, que para ele foi realizada com o fim de isentar o exame das contas de Augusto Rodrigues. Mário Melo finaliza o seu texto com um comentário irônico, que tem o objetivo de depreciar a figura de Augusto Rodrigues:

Deus me livre de que, tendo eu recebido dinheiro de uma sociedade ou em nome desta, ficasse satisfeito ao ver minhas contas subtraídas ao exame da Comissão de Contas e a análise dos confrades, e aprovadas por uma moção de confiança, numa sessão a que comparecessem apenas sócios convidados particularmente por mim!²⁷²

Essa fala de Mário Melo parece ter incomodado Augusto Rodrigues, que escreverá nos dias seguintes insistentemente no *Diário da Tarde* sobre o assunto relacionado à aprovação de suas contas, buscando defender-se difamando Mário Melo, que reagia em tom de ameaça, advertindo Augusto Rodrigues a evitar “despertar a atenção do público para o caso, a fim de que este não se interesse por saber das causas de nossa divergência”²⁷³. No entanto, Mário Melo diz que prefere manter os bons modos, inclusive ressaltando que as suas críticas não se resumem a inimizade, sugerindo a Augusto Rodrigues que coloque as suas contas para serem examinadas pela Comissão, e assim “nenhum sócio nem estranho terá mais o direito de levantar suspeitas”²⁷⁴.

Após a renúncia de José de Carvalho da presidência, o tema retornará a ser discutido e Mário Melo reforçará que “Augusto Rodrigues preparou uma sessão para, sem parecer, aprovarem as contas”²⁷⁵. No dia seguinte, Mário Melo atacará José de Carvalho, um aliado de Augusto Rodrigues, zombando da sua avançada idade que acarretava nele uma “memória um tanto cansada” que resultava em declarações equivocadas. A discussão entre Mário Melo e José de Carvalho também se refere à sessão que aprovou as contas de Augusto Rodrigues e novamente Mário Melo buscará anular a sessão, argumentando, mais uma vez, que nela ocorreu uma dupla violação do estatuto do IAHGP por não ter sido anunciada e nem ter sido examinada as contas.

De acordo com Mário Melo, o desgaste de José de Carvalho dentro do IAHGP ocorreu devido a sua aproximação com Augusto Rodrigues. A renúncia de José de Carvalho da presidência do Instituto aconteceu, segundo Mário Melo, logo após ele determinar uma

²⁷² Jornal Pequeno, Recife, 08 de julho de 1935.

²⁷³ Jornal Pequeno, Recife, 13 de julho de 1935. Vele destacar outro momento em que Mário Melo novamente nos faz ver o seu método de embate: “não digo tudo, porque pode haver contestação e reservo-me para a réplica” (Jornal Pequeno, Recife, 05 de agosto de 1935).

²⁷⁴ Jornal Pequeno, Recife, 13 de julho de 1935.

²⁷⁵ Jornal Pequeno, Recife, 05 de agosto de 1935.

Comissão sem discussão prévia no Instituto, perdendo ainda mais a sua capacidade de liderança e impossibilitando qualquer possibilidade de unificação no IAHGP: “o epílogo da renúncia foi a indicação que ele fez, a pedido de um enviado de Augusto Rodrigues, para nomear sem convite, uma comissão a fim de representar o Instituto no Centenário Farroupilha”²⁷⁶.

A renúncia de José de Carvalho indica um afastamento do grupo de Augusto Rodrigues do IAHGP. Apesar disso Mário Melo, ainda, mostrará ressentimentos e aproveitará a discussão em torno da Exposição Farroupilha para continuar atacando o grupo rival. A Exposição Farroupilha coloca, novamente, as divergências do IAHGP nas páginas dos jornais recifenses, devido a um ato firme do Instituto em recusar emprestar alguns objetos ao governo do estado de Pernambuco para figurarem no evento gaúcho. Mário Melo justifica a decisão do IAHGP, retornando a 1900 quando Pereira da Costa, Adelino Freire e Regueira da Costa colocaram no estatuto do IAHGP a proibição da saída de qualquer objeto do museu do Instituto²⁷⁷.

Apesar de Mário Melo destacar que a decisão do IAHGP seguiu o estatuto, o grupo rival irá argumentar que a decisão foi movida por um desejo particular de Mário Melo por vingança. Sobre essa discussão, Mário Melo transcreverá um diálogo entre os dois para defender-se da acusação de que ele estaria dificultando os trabalhos da comissão que representaria Pernambuco no Rio Grande do Sul: “– basta que eu conte com o seu apoio, retorquiu (Augusto). – mas, não sou o Instituto (responde Mário)”²⁷⁸. Vemos que Mário Melo buscou suavizar a sua autoridade dentro do IAHGP para afirmar que a determinação do Instituto foi imparcial.

Além de um suposto obstáculo criado por Mário Melo para dificultar a performance da comissão que iria participar da Exposição Farroupilha, ele aproveitará este debate para novamente rebaixar a figura de Augusto Rodrigues. Mário Melo tentará reforçar a imagem de Augusto Rodrigues como uma pessoa ambiciosa, guiado por uma forte obsessão pelo poder: “para comparecer à Exposição Farroupilha, o Sr. Augusto Rodrigues tem empregado todos os meios”²⁷⁹. Por considerar que Augusto Rodrigues ignora os verdadeiros valores de um historiador pernambucano, Mário Melo ataca enfaticamente:

²⁷⁶ Jornal desconhecido, 03 de agosto de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

²⁷⁷ Jornal Pequeno, Recife, 02 de agosto de 1935.

²⁷⁸ Jornal do Comércio, Recife, 30 de julho de 1935.

²⁷⁹ Jornal do Comércio, Recife, 30 de julho de 1935.

Eu não daria nunca o meu apoio ao Sr. Augusto Rodrigues para uma representação da cultura, sobretudo da cultura histórica, como deve ser a do Instituto Arqueológico. Que foi que ele já produziu que se possa aquilatar cultura histórica?²⁸⁰.

Mário Melo finaliza esse texto destacando a ilegitimidade de Augusto Rodrigues como historiador, sugerindo, ironicamente, ao seu rival para ele não se meter a discutir assuntos históricos, para não mostrar a sua incultura, como o sapateiro de Apeles. Nesse sentido, Mário Melo definirá Augusto Rodrigues como uma farsa, devido à desconexão entre as suas habilidades e os lugares ocupados. Em outra ocasião, Mário Melo, novamente, definindo-o como um impostor, argumentará que o governo de Pernambuco fez uma má escolha de nomes para representar o estado na Exposição Farroupilha: “para que o luxo do governo em fazer-se representar por quatro delegados, quando não deu direito de representação a uma única sociedade de cultura de Pernambuco”²⁸¹. Para Mário Melo, Augusto Rodrigues, por ser um trapaceiro, estava situado fora dos limites do aceitável no campo historiográfico, não sendo permitido a ele nem a posição no degrau mais baixo na hierarquia do IAHGP. Por meio dessa denúncia, Mário Melo alerta seus confrades para o blefe de Augusto Rodrigues que, querendo ser aquilo que não é, coloca em risco os valores coletivos da antiga instituição, que regulamentam um determinado ofício historiográfico.

Mário Melo, também, buscará invalidar as falas de Augusto Rodrigues rebaixando o seu comportamento. Mário Melo descreverá Augusto Rodrigues nos jornais como uma pessoa de “temperamento desorganizado”²⁸² que perturbou a boa ordem de funcionamento do Instituto: “depois que um espírito diabólico se infiltrou no velho casarão da rua do hospício [prédio do IAHGP], para as resoluções mais insignificantes se forma um caso”²⁸³. Definindo Augusto Rodrigues como um *espírito diabólico*, Mário Melo buscava validar as suas investidas rigorosas contra o seu rival, colocando-se como um protetor do IAHGP. Para Mário Melo não se podia tolerar que “sob o manto de serviços desinteressados, estivesse sendo alterada a harmonia reinante no Instituto, harmonia que nos permitiu festejarmos com tanto brilho os centenários das revoluções republicanas de 1817 e 1824”²⁸⁴. Mário Melo definindo-se como o zelador do IAHGP, procurou, ainda, divulgar uma imagem de si como aquele que em detrimento de

²⁸⁰ Jornal do Comércio, Recife, 30 de julho de 1935.

²⁸¹ Jornal Pequeno, Recife, 17 de setembro de 1935.

²⁸² Jornal Pequeno, Recife, 13 de julho de 1935.

²⁸³ Jornal Pequeno, Recife, 02 de agosto de 1935.

²⁸⁴ Jornal Pequeno, Recife, 13 de julho de 1935.

interesses pessoais dedicou-se, desde o longínquo ano de 1909, com amor ao Instituto, questão que será tratada no tópico seguinte.

4.3 A reafirmação da imagem social do historiador Mário Melo: a estratégia pela manutenção do seu domínio simbólico

Entendemos que o sucesso de Mário Melo na reorganização da hierarquia do IAHGP, que ocorreu no ano de 1935, pode ser compreendido a partir da observação da sua imagem social, na qual o próprio Mário Melo se empenhará em modelá-la, destacando alguns atributos que transmitiam sinais valiosos para aqueles que acreditavam na importância do IAHGP. Nesse sentido, neste último tópico deste capítulo, trataremos das inúmeras vezes, no decorrer do ano de 1935, que Mário Melo aparecerá na imprensa recifense definindo-se como um historiador desinteressado que sacrificou a sua vida para fortalecer o IAHGP e engrandecer Pernambuco. Constatamos que essa imagem de Mário Melo foi reconhecida e difundida, indicando que ele conseguiu satisfazer uma expectativa coletiva.

Mário Melo não demonstrará timidez em expor nos jornais a sua renúncia consciente da sua vida privada em benefício do IAHGP. Em meio à crise que agitou o Instituto, em 1935, Mário Melo irá propagar a sua colaboração com o IAHGP: “sabem todos quanto me dedico ao bom nome dessa agremiação que honra Pernambuco”²⁸⁵. Em outro momento, Mário Melo irá ressaltar a sua frequência constante nas sessões do IAHGP, que sinaliza um sério comprometimento: “dentre os assíduos, sou o mais assíduo”²⁸⁶. Entendemos que Mário Melo buscou divulgar o seu empenho em prol do melhoramento do Instituto para construir uma imagem de si como um homem que se sacrificou e fez do seu ofício de historiador algo sagrado.

Em dezembro de 1935, o *Jornal do Comércio* publicará um texto de Tenório Cerqueira em que ele tratará da vida de Mário Melo. Consideramos essa mini biografia importante para visualizarmos a ressonância da imagem de Mário Melo após os conflitos internos no IAHGP. Mário Melo será exibido como um indivíduo que “gosta do Instituto

²⁸⁵ Jornal desconhecido, 10 de julho de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

²⁸⁶ Jornal Pequeno, Recife, 08 de julho de 1935.

Arqueológico e só se sente bem dentro daquelas paredes”²⁸⁷, sinalizando que o seu interesse nas demandas do IAHGP resultou numa reclusão monástica. Mais adiante, Tenório diz que Mário Melo “é hoje uma das fortes colunas do Instituto Arqueológico, ocupando merecidamente o lugar de secretário perpétuo”. Esse reconhecimento sinaliza que, em 1935, o comportamento de Mário Melo como historiador era julgado ajustado com os principais valores do IAHGP.

Luiz Delgado também irá propagar um Mário Melo desinteressado, movido pelo seu fascínio pelo Instituto: “dotado de um amor invulgar pelo Instituto, trabalhador incansável em seu benefício”²⁸⁸. Vale destacar que esse zelo de Mário Melo pelo IAHGP será propagado durante toda a sua vida, tornando-se uma das principais marcas da sua imagem, na qual será ressaltada nos necrológios em sua homenagem²⁸⁹. O próprio Mário Melo irá reproduzir na imprensa que o IAHGP era a sua prioridade e o ofício de historiador a sua atividade favorita. O Instituto era, nas suas palavras: “a menina dos meus olhos”²⁹⁰. Destacará que o seu carinho pelo Instituto existe desde 1909, quando ingressou no IAHGP, propagando uma ideia de que ele dedicou boa parte de sua vida ao Instituto, sendo o historiador da sua geração que mais trabalhou pelo crescimento do Instituto: “a um quarto de século que nele trabalho e para ele trabalho sem ambição outra que o engrandecimento da minha terra, porque o Instituto é como que uma miniatura de Pernambuco”²⁹¹.

Interessante assinalar que no início do ano de 1935, enquanto Augusto Rodrigues realizava as reformas no IAHGP, Mário Melo irá destacar, nos seus vinte e cinco anos de trabalho pelo Instituto, justamente as suas atividades relativas aos cuidados com o prédio, principalmente com os objetos do museu e da biblioteca. Esses trabalhos, que Mário Melo menciona, em 1935, iniciaram-se em 1911, quando o prédio que funcionava como sede do IAHGP foi demolido, ficando os objetos mal acomodados e as reuniões afetadas nos anos seguintes. Mário Melo retomará “os malditos anos do Instituto” para propagar uma imagem de si como um agente legítimo para exercer uma autoridade dentro do IAHGP.

Foi nessa fase que, por proposta de Oliveira Lima, me consideraram perpétuo na secretaria, em retribuição aos meus esforços pelo bom nome do Instituto.

²⁸⁷ Jornal do Comércio, Recife, 25 de dezembro de 1935.

²⁸⁸ Jornal Pequeno, Recife, 13 de março de 1935.

²⁸⁹ Ver o Volume 45 da RIAHGP, revista publicada após a morte de Mário Melo, onde se encontra textos de diversos intelectuais falando sobre a vida e obra de Mário Melo. Ver também o primeiro capítulo de Cavalcanti (2017) que nos mostra a construção da memória de Mário Melo por meio do seu necrológio.

²⁹⁰ Jornal Pequeno, Recife, 22 de fevereiro de 1935.

²⁹¹ Jornal Pequeno, Recife, 22 de fevereiro de 1935.

Depois, obtivermos esta casa, que foi arranjada por mim, peça por peça, dentro dos poucos recursos do Instituto²⁹².

Enfim, fui eu, pacientemente, sozinho, quem arrumou a parte atirada no salão do Ginásio. E por essa minha atuação e pelo esforço que despendi na comemoração do centenário da revolução republicana, Oliveira Lima propôs e a unanimidade dos sócios me aclamou secretário perpétuo²⁹³.

Retomando os seus cuidados com o conjunto de objetos do Instituto, com os materiais necessários para realizações das sessões e ainda com a concretização da comemoração do centenário de 1817, Mário Melo reforça a sua importância no IAHP, reputação que foi validada por Oliveira Lima. Vale destacar, novamente, que as comemorações do centenário de 1817 foi um evento de grande dimensão e que Oliveira Lima tinha condições de positivar a imagem de Mário Melo no campo cultural pernambucano, em 1917. No entanto, o que queremos salientar agora é que Mário Melo ao recuperar esse momento do seu passado, ele não efetuará grandes retoques no seu discurso, ou seja, para conseguir uma autoridade no IAHP ele praticamente repete as suas falas proferidas no ano de 1917, indicando que Oliveira Lima e a comemoração do centenário de 1817 ainda eram supervalorizados no Instituto, em 1935, possibilitando a Mário Melo fazer do seu título de perpétuo um instrumento para manter seu domínio no IAHP.

Tenório Cerqueira demonstra que, em 1935, os acontecimentos em torno do trabalho coletivo de Mário Melo com Oliveira Lima para a realização da comemoração do centenário de 1817 ainda estavam vivos, funcionando eficazmente em favor de Mário Melo. Tenório cita, em um momento, a dedicação de Mário Melo nas comemorações de 1917 e, em seguida, destaca seus talentos validados por Oliveira Lima: “foi ainda Mário Melo um dos entusiastas para as festas comemorativas do centenário da revolução republicana de 1817. [...] Oliveira Lima num belíssimo artigo, que muito enobrece a Mário Melo, exaltou-lhe as qualidades de homem superior e forte”²⁹⁴.

Apesar de entendermos que os eventos que ocorreram na vida de Mário Melo no ano de 1917 sejam símbolos poderosos, eles não são absolutos, ao contrário esses símbolos fornecerão brechas por onde os adversários irão golpear. Por insistentemente relembrar o seu passado e as suas amizades com os falecidos intelectuais do IAHP, Mário Melo facilitará uma narrativa que o coloca como um velho. Sendo considerado um velho, Mário Melo será definido

²⁹² O Estado, local desconhecido, 08 de janeiro de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHP.

²⁹³ Jornal Pequeno, Recife, 21 de janeiro de 1935

²⁹⁴ Jornal do Comércio, Recife, 25 de dezembro de 1935.

pelos seus inimigos como um indivíduo superado, de ideias obsoletas. Em março de 1935, os seus adversários buscando contestar as opiniões de Mário Melo, utilizam o recurso de denegrir a sua imagem, rotulando-o como um historiador defasado: “recolha-se a sua verdadeira posição de múmia do Instituto”²⁹⁵. Em outro momento ele é exposto como “o bruxo empalhado do Instituto Arqueológico”²⁹⁶. Dois meses depois, em termos parecidos, Mário Melo experimentará uma ofensiva mais incisiva:

Julgou que o estudo da história o salvaria da obscuridade. Mas era a história uma ciência complexa demais para a sua frágil e débil inteligência. E ele ficou apenas na cronologia, repetidor, sem personalidade, de fatos e datas²⁹⁷.

Nesses ataques sofridos por Mário Melo, onde buscam defini-lo como um velho para lhe depreciar, apresentarão ele como um historiador de pouca qualidade, limitado a um estilo arcaico de fazer história. Percebemos a vulnerabilidade de um agente intelectual que fica sempre invocando os antigos, exibindo-nos o risco de ser considerado um velho. Apesar dessa fragilidade que deixava Mário Melo exposto a diversos ataques, ele não procurou negar essa sua face, ao contrário ele demonstrará orgulho dessa sua particularidade. Em relação ao IAHGP, Mário Melo será reconhecido como aquele que lutou para evitar mudanças no funcionamento do Instituto, empenhando-se em conservar os princípios fundantes do Instituto.

Há ataques que honram. Atacam-me porque zelo os estatutos e, zelando-os, zelo o próprio instituto. Só desejarei que continuem a atacar-me por este motivo porque, quanto mais me atacarem, mais se fortalecerá a certeza de que eu é que estou no bom caminho²⁹⁸.

Além de procurar proteger as tradições do IAHGP, Mário Melo acreditava na importância dos valores e saberes das gerações anteriores para qualquer produção cultural. No início de 1936, Mário Melo começa a visualizar um declínio nas produções culturais pernambucanas que resultava na redução do domínio de Pernambuco no norte e nordeste brasileiro. Defenderá sua tese comparando a geração de 1930 com a geração da Escola do Recife, a qual para ele era indiscutivelmente mais respeitável. Para ele, faltava para a geração de 1930 ter os velhos como mestres: “hoje os mais jovens, implumes ainda sem cultura básica, procuram fazer nome à custa da demolição dos nomes dos mais antigos. Pedras, hoje, em

²⁹⁵ Jornal desconhecido, 13 de março de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

²⁹⁶ Jornal desconhecido, 14 de março de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

²⁹⁷ Diário da Manhã, Recife, 02 de maio de 1935.

²⁹⁸ Jornal Pequeno, Recife, 09 de agosto de 1935.

substituição de flores. Inveja e ódio. O desejo de galgar aos pulos, empurrando para trás os que vão na frente”²⁹⁹.

Enquanto os desentendimentos por espaços de poder começavam a ganhar força dentro do IAHGP, é publicado pela editora recifense Casa Mozart³⁰⁰, em março de 1935, o livro de Mário Melo intitulado *Aspectos da História*. No entanto, esse seu livro não foi capaz de interferir nas batalhas em curso no campo historiográfico pernambucano, não servindo para Mário Melo maximizar a sua reputação como historiador. Em *Aspectos da História* Mário Melo preocupa-se apenas em divulgar para um amplo público não especializado fatos históricos que faziam parte do programa do IAHGP³⁰¹. Observando as atas das sessões do IAHGP referente ao ano de 1935 vemos que a batalha política entre os membros dominou as discussões internas do Instituto, inclusive o lançamento de *Aspectos da História* foi ignorado pelos sócios. Nesse sentido, entendemos que por não ser um livro direcionado aos pares e aliado ao fator de o Instituto passar por uma forte crise interna, Mário Melo não conseguiu transformar o seu livro em um artifício para se reafirmar com historiador³⁰². O próprio Mário Melo demonstra consciência da pouca ressonância que o seu livro alcançou:

Quanto ao silêncio de parte da imprensa local em torno do meu último livro, o caso é interessante. [...] Os meus inimigos atacam-me porque sou feio, porque fumo cachimbo, porque não me visto com elegância e por quejandas tolices. Era de esperar que reduzissem a zero o livro e consequentemente o escritor. Não o fizeram; não o fazem. Dão-me o direito a formular o seguinte dilema: ou o livro presta e eles não tem por onde atacá-lo; ou não presta, mas falta-lhes competência para apontarem os erros³⁰³.

No entanto, encontramos, por meio de comentários sobre a materialização do livro *Aspectos da História*, novamente, a imprensa recifense elogiando Mário Melo pelo seu ato de abdicar vantagens financeiras para favorecer Pernambuco, mais precisamente o campo intelectual local. É noticiado que Mário Melo tendo conhecimento “de que se organizava aqui

²⁹⁹ Jornal Pequeno, Recife, 22 de fevereiro de 1936.

³⁰⁰ Sobre a Casa Mozart, Cavalcanti (2017) diz: “*Aspectos da História* foi ‘editado com modéstia, mas com apuro’ pela Casa Mozart, de propriedade de Orlando da Silva Teles, localizada na Praça da Independência, número 41. [...] Somente em junho de 1935 passou a se identificar também como uma editora, ao publicar, além de *Aspectos da História*, outros livros de autoria de intelectuais pernambucanos” (p. 141).

³⁰¹ Sobre a história que Mário Melo apresenta nesse livro, ver: Mário Melo: “o intelectual do comentário”. In: CAVALCANTI, Amanda. A. M. Cadê Mário Melo: um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife. Dissertação. UNIRIO, 2017.

³⁰² No último capítulo da nossa tese nos esforçaremos para construir uma conexão entre um livro de Mário Melo e a sua imagem social como historiador, levando em consideração as instâncias e os agentes envolvidos, para visualizarmos os meios possíveis para a maximização do capital simbólico de um historiador em Pernambuco, em meados do século XX.

³⁰³ Jornal Pequeno, Recife, 16 de abril de 1935.

uma editora pernambucana e procurado por esta, o nosso conterrâneo, no sentido de estimular a iniciativa, cedeu os originais por metade do preço que lhe ofereceram os editores cariocas”³⁰⁴. Interessante salientar que na primeira metade do século XX ter uma afeição intensa a Pernambuco garantia uma boa reputação para o intelectual pernambucano, prática que existia desde, pelo menos, o século XIX³⁰⁵. Nesse sentido, defendendo as singularidades de Pernambuco e assumindo o papel de um “bom pernambucano”, Mário Melo será considerado como um dos principais agentes que encarnava essa ideia de pernambucanidade, personificação que lhe garantiu ganhos simbólicos.

O interesse de Mário Melo pela tradição intelectual pernambucana, sobretudo o legado do IAHGP, se confundirá com a sua devoção a Pernambuco, provocando um embaralhamento que lhe facilitará na criação de uma imagem positiva para si. Tenório Cerqueira nos apresentará um Mário Melo juntando essas duas partes: “todas as suas obras são calcadas em fatos históricos de Pernambuco. Preocupa-se muito com a terra de seu nascimento, estudando com interesse e carinho as menores coisas”³⁰⁶. Vale destacar, que essa ligação entre o IAHGP e o *pernambucanismo* existe desde a fundação do Instituto, como vimos no primeiro capítulo. Quando o governo do estado de Pernambuco solicita, em 1935, apoio do Instituto, declarando que confia “no entusiasmo sempre demonstrado pelo Instituto Arqueológico quando se trata de elevar o renome do nosso estado”³⁰⁷, deixa aparecer uma forte relação do IAHGP com o bairrismo pernambucano.

Atuando como historiador, Mário Melo deixará visível esse forte laço que o ligava a Pernambuco. Vale frisar, novamente, que percebemos nas produções historiográficas de Mário Melo uma supremacia de assuntos relacionados ao passado de Pernambuco, no qual ele elegeu como tema principal as revoltas republicanas que ocorreram no estado. Ao mesmo tempo que ele estava envolvido na briga com Augusto Rodrigues, ele se preocupou em reforçar essa sua marca de um historiador incansavelmente interessado no passado da sua terra natal, afirmando que era um assunto “tão do meu agrado, como a história de Pernambuco”³⁰⁸. Mário Melo acreditava na importância de ser considerado um historiador apaixonado por Pernambuco e sentia-se seguro para desafiar os seus rivais historiadores: “Quem da atual geração – entre

³⁰⁴ Jornal desconhecido, 18 de janeiro de 1935. Recorte de jornal encontrado na caixa 6 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

³⁰⁵ De acordo com Evaldo Cabral de Mello (2008), a busca pela distinção de Pernambuco surge no século XVII com o nativismo pernambucano.

³⁰⁶ Jornal do Comércio, Recife, 25 de dezembro de 1935.

³⁰⁷ Diário da Manhã, Recife, 28 de julho de 1935.

³⁰⁸ Jornal do Comércio, Recife, 10 de julho de 1935.

moços e velhos – tem tratado com carinho maior a História de Pernambuco e tem procurado penetrar-lhe os mais recônditos segredos?”³⁰⁹.

Ao lançar essa questão Mário Melo demonstra não ter timidez em se definir como um estudioso perseverante e obstinado movido pelo amor a Pernambuco. No ano de 1935, essas marcas foram reconhecidas como verdadeiras por grande parte da intelectualidade, garantindo-lhe uma autoridade que facilitou seus movimentos, principalmente dentro do IAHGP. Na já referida biografia reduzida de Mário Melo, publicada no final de 1935, encontramos nas primeiras linhas: “atualmente é o Dr. Mário Melo um dos maiores estudiosos da história de Pernambuco. [...] Preocupa-se muito com a terra de seu nascimento, estudando com interesse e carinho as menores coisas”³¹⁰. Ary Martins nos dará um retrato mais completo do *pernambucanismo* de Mário Melo, por meio do qual conseguimos enxergar um historiador que prioriza totalmente o seu estado natal:

Sem dúvida nenhuma o mais perfeito conhecedor de quanto se relaciona com a vida pretérita do seu grande estado natal, Pernambuco. Obreiro infatigável da tarefa que o seu patriotismo lhe impôs, é na verdade um prodígio de atividade no terreno da história. Secretário perpétuo do Instituto Arqueológico pernambucano, honra, de fato, a importante investidura a que incontestemente o mereceu. Não olvida um momento o solo heroico em que viu pela vez primeira a luz solar. São para ele todos os seus pensamentos, toda a sua inteligência, todo o seu esforço³¹¹.

Para fortalecer a sua imagem de historiador, além de propagar sua veneração por Pernambuco, Mário Melo irá se colocar como um historiador vinculado à tradição do IAHGP, estimulando-o, no decorrer do ano de 1935, a destacar a sua filiação com a geração de historiadores que lhe antecederam no IAHGP. Com o objetivo de defender das críticas ao seu livro *Aspectos da História*, Mário Melo irá divulgar uma imagem de si como discípulo dos grandes mestres do IAHGP, imagem que vinha sendo reconstruída por ele desde o início da sua trajetória no Instituto e que lhe garantia vantagens, sobretudo nas décadas de 1910 e 1920. Mário Melo afirmará na imprensa que o seu mais novo livro foi escrito levando em consideração as produções historiográficas de Pereira de Costa e Alfredo de Carvalho: “eu me firmo em Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho”. Em seguida, Mário Melo novamente retomará os seus mestres do IAHGP para provocar o seu crítico: “ponhamos, porém, em

³⁰⁹ Jornal Pequeno, Recife, 25 de maio de 1935.

³¹⁰ Jornal do Comércio, Recife, 25 de dezembro de 1935.

³¹¹ Diário da Manhã, Recife, 26 de julho de 1935.

assuntos de história, o Alexandre Passos numa concha da balança e na outra o Alfredo de Carvalho ou o Pereira da Costa e vejamos para onde o fiel pende”³¹².

Mário Melo nos mostra convicção na grandeza de Pereira da Costa e de Alfredo de Carvalho, certeza que era compartilhada entre os membros do IAHGP, uma unanimidade. Mário Melo não apenas demonstra carinho pela antiga geração, ele também convence os historiadores do seu tempo que conseguiu incorporar as habilidades e os valores de Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho. Nesse sentido, vale destacar uma nota que o *Jornal Pequeno* colocou, na qual transcreve a recepção de *Aspectos da História* pelo jornal paulista *Gazeta*. O crítico paulista faz comentários positivos sobre o livro de Mário Melo e o considera um dos maiores historiadores do Brasil, elogiando a sua obsessão pelas fontes, que resultava em operações historiográficas preocupadas com o conhecimento real do passado, “porque não se deixa arrastar pela imaginação e nem ornamenta a verdade com fantasias levianas”³¹³.

Destacando essa prática historiográfica ortodoxa que partia da crença que era necessário salvar o passado por meio de um exagerado rigor documental, o crítico paulista aproximava Mário Melo dos antigos historiadores pernambucanos, principalmente Pereira da Costa que foi o mais famoso historiador de arquivo, entre aqueles que antecederam Mário Melo, sendo Pereira da Costa considerado o mais dedicado investigador sobre a documentação do passado pernambucano. O reconhecimento dessa conexão garantiu a Mário Melo o direito de definir-se como um grande historiador, recurso que foi utilizado por ele durante toda a sua trajetória de historiador, não sendo diferente no ano de 1935.

Como vimos no capítulo anterior, Mário Melo foi considerado em Pernambuco durante a década de 1920 o principal leitor de Oliveira Lima, Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho, sendo autorizado a ser um comentador das obras dos três historiadores. Para Mário Melo essa autoridade é resultado de “conhecimentos adquiridos com cerca de trinta anos de estudos, dia a dia”³¹⁴. Destacando a sua persistente atividade de historiador, que pacientemente assimilou habilidades consideradas relevantes, Mário Melo pressupôs estar garantido para exhibir com ostentação a sua “brilhante” trajetória de historiador:

³¹² Jornal do Comércio, Recife, 01 de maio de 1935.

³¹³ Jornal Pequeno, Recife, 25 de maio de 1935. Sobre a recepção do livro fora de Pernambuco, vale destacar também a fala do gaúcho Ary Martins que apostará na boa recepção do livro de Mário Melo: “não temos a menor dúvida de que a recente obra do Sr. Mário Melo esteja obtendo nos círculos cultos do país, o maior êxito”. (Diário da Manhã, Recife, 26 de julho de 1935).

³¹⁴ Jornal Pequeno, Recife, 25 de maio de 1935.

Tenho publicados quinze livros sobre história e geografia, além de dezenas de artigos e estudos em revistas do país e do estrangeiro. Foram esses livros e esses estudos que me abriram as portas de todos os Institutos Históricos do país. [...] Aqui estão as minhas credenciais que me autorizam a escrever sobre história³¹⁵.

Percebemos uma via de mão dupla entre a imagem de Mário Melo como historiador e o seu domínio no IAHGP, onde essas duas partes se fortalecem mutuamente, proporcionando uma combinação poderosa. Mário Melo em 1935 era reconhecido como um importante historiador e também o mais notável membro do IAHGP, tornando-o um difícil obstáculo para Augusto Rodrigues, que tinha consciência do poder de Mário Melo no Instituto. Como vimos, Augusto Rodrigues buscou denunciar a tirania de Mário Melo, denominando o IAHGP como “a segunda casa do Sr. Mário Melo”. Mário Melo aproveitará as críticas de Augusto Rodrigues para ironicamente reafirmar a sua grandeza no campo intelectual pernambucano:

Se o Instituto Arqueológico é a associação mais representativa da intelectualidade pernambucana e se o Instituto Arqueológico é Mário Melo, evidentemente Mário Melo concentra toda a intelectualidade pernambucana ou, pelo menos, é a figura mais representativa dessa intelectualidade³¹⁶.

Entendemos que essa imagem de si construída por Mário Melo foi aceita como verdadeira pela maioria dos membros do IAHGP, em 1935, favorecendo a Mário Melo ter um forte poder dentro do IAHGP, que resultou no silenciamento do grupo de Augusto Rodrigues e na continuidade do seu domínio. Também vale destacar que Mário Melo, referenciando Oliveira Lima, ao afirmar que o IAHGP era a maior instituição cultural de Pernambuco, buscou ser entendido como um intelectual importante para além das paredes do Instituto. Mário Melo entendeu que por ser considerado o maior nome do Instituto ele poderia utilizar essa imagem para conseguir vantagens no campo político e cultural pernambucano, questão que será tratada nos capítulos seguintes.

³¹⁵ Jornal Pequeno, Recife, 25 de maio de 1935.

³¹⁶ Jornal Pequeno, Recife, 23 de julho de 1935.

5 MÁRIO MELO E O CAMPO DE PODER: CONFLUÊNCIA E LEGITIMAÇÃO

O quarto capítulo do nosso trabalho pretende tratar da relação de Mário Melo com a classe dirigente de Pernambuco, durante o Estado Novo (1937 - 1945), priorizando o primeiro ano do regime estadonovista³¹⁷. Destacaremos, principalmente, a relação de Mário Melo com Agamenon Magalhães, agente que dominou o campo político pernambucano de 1937 a 1952. O nosso objetivo é mostrar que Mário Melo satisfaz as expectativas da elite dirigente, garantindo-lhe uma inserção no campo de poder. Esse seu envolvimento com a elite dirigente lhe assegura ganhos materiais e uma relativa maximização da sua própria imagem social, indicando-nos a importância do campo de poder político na validação das atividades intelectuais em Pernambuco, inclusive possibilitando ao IAHPG ganhar mais relevância no campo cultural.

Identificamos que, quando é instalado o Estado Novo, Mário Melo aparece em vantagem em relação aos outros intelectuais por ser considerado um grande nome da intelectualidade pernambucana, que defendia ações e ideias ditas tradicionais. Mário Melo, propagando uma imagem de si como aquele que sempre defendeu a verdadeira tradição pernambucana, coloca-se como um intelectual desinteressado, suas ações sendo vistas como nobres. No entanto, entendemos que a ênfase de Mário Melo em defender um Estado forte, que tenha como missão civilizatória resgatar a verdadeira essência da nação, menosprezando qualquer tipo de estrangeirismo, é uma tomada de posição que nos mostra o seu empenho em se aproximar do debate político da época e, simultaneamente, serve para o novo governo legitimar a sua dominação.

Como vimos nos capítulos anteriores, Mário Melo desde que ingressa no IAHPG, em 1909, buscou construir uma imagem de si como um autêntico herdeiro dos mais valiosos princípios do Instituto, colocando em si os atributos mais elevados³¹⁸, ao mesmo tempo em que propagava uma imagem de si como um secretário comprometido com o IAHPG, engajamento

³¹⁷ A partir da leitura das crônicas de Mário Melo nos jornais recifenses, percebemos que o seu envolvimento com o Estado Novo foi exibido de forma mais nítida no ano de 1938, muito embora reconheçamos que ele foi um defensor do Estado Novo até o fim o da sua vida. Nesse importante momento de construção/legitimação do regime estadonovista, em 1938, Mário Melo se empenhará, sem moderação, em produzir discursos em apoio ao novo governo. Essa gana de mostrar o seu posicionamento num momento em que a elite dirigente tanto desejava apoio nos levou a priorizar esse período. Sobre a dimensão da produção simbólica produzida pelo Estado Novo, em 1938, Gomes (2017) diz: “O ano de 1938, o primeiro desse novo regime, anunciava a grandeza de seus planos, cujo alcance se projetava para as décadas futuras, tamanho o impacto que produziriam na sociedade brasileira. [...] 1938 marca o início de uma série de comemorações oficiais que buscavam destacar algumas datas, mobilizando a população em torno de um calendário festivo, o que evidencia o interesse e o cuidado do regime com a promoção de eventos que aproximassem o povo do Estado nacional e de seu presidente” (p. 51).

³¹⁸ Ver o segundo capítulo desta tese.

que validava o seu título de secretário perpétuo, recebido em 1917³¹⁹. Esses atributos garantiam a Mário Melo ser reconhecido como o principal nome do IAHGP, capital simbólico que estava a sua disposição, em meados da década de 1930, e que foi acionado para manter a sua hegemonia no IAHGP, em 1935, quando foi ameaçado por Augusto Rodrigues³²⁰.

Nesse sentido, consideramos que por Mário Melo ser considerado um intelectual com prestígio em Pernambuco, sucesso que indica a importância do IAHGP no campo intelectual pernambucano daquele período, ele será atraído pela interventoria de Agamenon Magalhães para auxiliar o novo governo a construir meios eficazes de dominação. Apesar das estratégias políticas, compreendemos que essa aproximação, nem sempre intencional, aconteceu em via de mão dupla, a partir da confluência de interesses convergentes, favorecendo numa rápida e eficaz associação de Mário Melo com a interventoria de Agamenon Magalhães.

Sobre a relação entre intelectuais e Estado, nesse momento da história brasileira, Miceli (2001) nos alerta para a estratégia de cooptação de intelectuais para atuarem em diversos setores pelo regime estadonovista. Nessa troca, o Estado atua como uma importante instância que conferia aos intelectuais cargos com bons vencimentos, autoridade para intervir em assuntos da sua área e, principalmente, legitimação dos trabalhos intelectuais.

As encomendas, os prêmios, as viagens de representação, prebendas, tudo que ostentasse o timbre do oficialismo passou a constituir a caução daqueles que aspiravam ingressar no panteão da cultura brasileira. (p. 217)

Em Pernambuco não foi diferente. A interventoria de Agamenon Magalhães trabalhou em parceria com um determinado grupo de intelectuais, que foram seduzidos pelas possibilidades de ganhos materiais e simbólicos que o Estado poderia proporcionar. Em relação ao recrutamento de intelectuais em Pernambuco, Agamenon Magalhães agiu de forma ambígua, por um lado perseguiu e deportou alguns intelectuais, por outro lado pedia participação:

Não existe mais lugar para os contemplativos [...] O intelectual deve fugir, pois, do enleio das ficções, e apaixonar-se pela vida real, com seus imprevistos, os seus contrastes e os seus perigos. Deve ser realista e sobretudo brasileiro, com a inquietação pelo nosso destino. (Agamenon Magalhães apud PANDOLFI, 2015, p.79)

Nesse sentido, Mário Melo foi recrutado não apenas pela sua autoridade em assuntos históricos em Pernambuco, mas também por ele dar sinais que corresponderia aos interesses mais urgentes do campo de poder político pernambucano. Então, vemos que para os

³¹⁹ Ver o primeiro capítulo desta tese.

³²⁰ Ver o terceiro capítulo desta tese.

intelectuais conseguirem maior êxito era necessário um capital cultural e social em sintonia com a classe dirigente. Além dessas disposições incorporadas o intelectual teria o seu caminho facilitado caso ele transmitisse um capital simbólico específico que pudesse funcionar como parâmetro de legitimidade, auxiliando o Estado na resolução de determinados problemas. No caso de Mário Melo, entendemos que ele possuía um *habitus* e uma reputação que lhe garantiam vantagens nesse novo cenário político, por se ajustar com facilidade aos novos critérios estabelecidos, permitindo que ele agisse com obediência sem parecer ser.

5.1 Mário Melo e a interventoria de Agamenon Magalhães: apoios e ganhos

Este tópico, tratará da relação de Mário Melo com a interventoria de Agamenon Magalhães, durante os primeiros meses do governo, ou seja, de dezembro de 1937 a agosto de 1938. Nosso interesse será enxergar a dimensão do envolvimento de Mário Melo com o novo governo, priorizando as suas tomadas de posição. Identificamos que imediatamente Mário Melo atenderá ao chamado de Agamenon Magalhães, tornando-se um dos cooperadores mais fiéis, sendo leal do início ao fim do seu governo³²¹. Assim que Agamenon Magalhães assume as funções de interventor federal em Pernambuco, Mário Melo utilizará a sua coluna no *Jornal Pequeno*³²², em 04 de dezembro de 1937, para comentar sobre o novo cenário político pernambucano. Nesse texto Mário Melo se mostrará otimista e esperançoso, postura que ele manterá nos primeiros meses do governo de Agamenon Magalhães, período em que o Estado Novo estava em processo de construção/concretização da sua legitimidade. Nesse texto de Mário Melo queremos destacar dois momentos da sua fala, primeiro a sua declaração colocando-se como suporte do novo governo, segundo a sua alegria por estar em sintonia com Agamenon Magalhães: “Escusado será dizer que conta com todo meu apoio. [...] Vejo pelas palavras do Sr. Interventor que é ele adepto da doutrina que constantemente aqui prego”³²³.

³²¹ Sobre essa longa fidelidade, vale destacar que nos momentos finais do Estado Novo, quando sofrerá ataques no campo jornalístico, Mário Melo será amparado pela elite política vinculada ao regime estadonovista. Será o jornal de Agamenon Magalhães, o *Folha da Manhã*, que abrigará Mário Melo após ele ser afastado do *Jornal Pequeno*, em junho de 1945. Mário Melo comenta essa mudança na sua trajetória jornalística no próprio *Folha da Manhã* (16/06/1945; 18/06/1945).

³²² Essa coluna era intitulada *Ontem, hoje e amanhã*. Diariamente, ocupava o canto esquerdo inferior da primeira página. Mário Melo possuiu esse espaço no *Jornal Pequeno* até os últimos momentos da interventoria de Agamenon Magalhães.

³²³ *Jornal Pequeno*, Recife, 04 de dezembro de 1937.

Essas duas confissões de Mário Melo serão as suas principais linhas de atuação nos primeiros meses do governo de Agamenon Magalhães, onde constantemente ele irá reforçar essas imagens para legitimar a interventoria, ao mesmo tempo em que justifica a sua adesão ao novo governo, anexando-se cada vez mais à classe dirigente. Inicialmente iremos discutir sobre o apoio irrestrito de Mário Melo, apoio que de tão exagerado, em menos de dois meses de instalado o Estado Novo em Pernambuco, chamou atenção dos seus leitores que estavam acostumados a vê-lo criticando o governo de Carlos Lima Cavalcanti, interventor federal em Pernambuco que antecedeu Agamenon Magalhães. Mário Melo responde àqueles que estavam assustados com a sua nova postura destacando que não havia motivos para atacar o governo de Agamenon Magalhães, e como jornalista tinha obrigação de enaltecer iniciativas que atendessem as necessidades coletivas: “já me perguntaram por que ainda não ataquei o novo governo. Mesmo que pudesse atacá-lo, seria incoerente se o atacasse, diante de atos como este em apoio à população”³²⁴.

O ato que Mário Melo menciona acima refere-se à criação de uma comissão de tabelamento de preços e juntamente com este ato ele elogiará outras medidas que o governo estabelecerá nos seus primeiros meses de gestão, tais como: a doação de um prédio para a Escola de Belas Artes, a construção da ponte de Itamaracá, o calçamento da avenida Caxangá, a criação do museu do estado e as homenagens do governo a José Mariano e a Manoel Borba. Além dessas aprovações, Mário Melo também irá aplaudir, no início de 1938, outras três iniciativas de Agamenon Magalhães: os investimentos na Federação carnavalesca, o empenho em acabar com os mocambos e as reformas urbanísticas no centro do Recife. Queremos destacar que essas últimas duas ações do governo relativas à paisagem urbana do Recife faziam parte das diretrizes do governo de Agamenon Magalhães e eram consideradas cruciais, levando Mário Melo a tratar desses temas insistentemente até o fim do Estado Novo, mostrando-se ser um intelectual útil para os interesses de Agamenon Magalhães, questão que será discutida no tópico seguinte desse capítulo.

Em relação às obras que o governo de Pernambuco iniciava, em princípios de 1938, Mário Melo não tinha dúvidas que elas seriam realizadas com êxito devido às habilidades dos novos gestores públicos, principalmente Agamenon Magalhães e do prefeito do Recife, Novais Filho. Quando Mário Melo comenta sobre a construção de uma ponte que ligaria a ilha de Itamaracá ao continente, ele demonstra esperança na boa execução do projeto: “tendo em vista

³²⁴ Jornal Pequeno, Recife, 13 de janeiro de 1938.

a capacidade realizadora dum Agamenon Magalhães, pode-se quase considerar resolvido o problema”³²⁵. Três meses depois, Mário Melo aparecerá no mesmo estilo e exibirá confiança nos políticos que ocupavam os principais cargos públicos no estado de Pernambuco: “o que nos vale é que temos agora à frente dos poderes públicos homens de boa vontade e de resolução firme”³²⁶. Ainda no mesmo mês de maio, Mário Melo continua demonstrando empenho em positivar o novo governo, destacando a competência dos novos gestores: “começo a compreender, compreenderá toda gente, que o Estado Novo difere da república nova. Pelo menos é outra a mentalidade dos homens de governo”³²⁷.

É interessante destacar que Mário Melo se coloca como um profeta, ou seja, como um indivíduo esclarecido que tinha como missão anunciar os acontecimentos futuros para os demais. Entendemos que essas previsões de Mário Melo serviam para estimular na população uma concepção positiva do governo, criando uma expectativa favorável, por meio de uma ideia de futuro que curasse todos os problemas. Essa percepção difundida por Mário Melo possibilitava uma calma que ajudava ao governo se firmar naquele novo cenário. Mário Melo justificava o seu otimismo a partir dos pronunciamentos de Agamenon Magalhães, onde o interventor se colocava como amante das letras e um admirador da razão, atributos que Mário Melo considerava fundamentais para um governante, alimentando a sua fé que um ótimo governo seria realizado: “rejubilo-me pela declaração pública do Sr. Agamenon Magalhães. Graças a Deus tem Pernambuco à sua frente um homem que crê no primado do espírito sobre a matéria”³²⁸.

Para Mário Melo, Agamenon Magalhães era um político esclarecido, animado com assuntos relativos ao campo cultural, preocupado com as discussões que ocorriam no IAHGP e na Academia Pernambucana de Letras, postura que o diferenciava dos antigos governadores pernambucanos que se preocupavam apenas com “coisas triviais”, na visão de Mário Melo. Comparando Agamenon Magalhães com o governador Lima Cavalcanti, Mário Melo procura deixar claro para os seus leitores a diferença entre eles: “o chefe de Estado, por exemplo, nunca pôs os pés no Instituto Arqueológico, ou na Academia de Letras, no período decorrido de 04 de

³²⁵ Jornal Pequeno, Recife, 15 de fevereiro de 1938.

³²⁶ Jornal Pequeno, Recife, 05 de maio de 1938.

³²⁷ Jornal Pequeno, Recife, 27 de maio de 1938.

³²⁸ Jornal Pequeno, Recife, 25 de julho de 1938.

outubro de 1930 a 10 de novembro de 1937”. Para Mário Melo isso era um crime gravíssimo, pois eram essas “as duas sociedades exponenciais da cultura pernambucana”³²⁹.

Segundo Mário Melo, a diferença de prioridades dos governos tinha a ver com a sensibilidade daquele que ocupa o principal cargo político: “dir-se-á que só pode admirar o belo quem de belo entende; que para dar valor a inteligência é preciso possui-la”. Mário Melo acreditava que os indivíduos que tinham capacidade de ter sentimentos favoráveis às letras deveriam ser aplaudidos, movendo-o a parabenizar o novo governador, pois não tinha dúvidas que “o sr. Agamenon Magalhães faz profissão de fé à cultura humana, ao pensamento, à inteligência”³³⁰.

Em outro momento, quando Mário Melo fala da poesia do rio Capibaribe, ele reforça a imagem de Agamenon Magalhães como um homem de sensibilidade artística, com um olhar capaz de apreciar a beleza nas águas de um rio que estava esquecido e abandonado pela sua geração, incapazes de se libertarem do utilitarismo. Mário Melo se empolgava com ideia de realçar o belo no rio Capibaribe, projeto que deveria ser apoiado por todos aqueles que se interessavam em embelezar o Recife. Esse “namoro” de Agamenon Magalhães com o Capibaribe serviu para Mário Melo fortalecer a imagem do interventor como um “espiritualista, homem de pensamento, cultor do belo”³³¹.

Mário Melo buscou enaltecer em Agamenon Magalhães as suas habilidades intelectuais, colocando ao seu lado como um dos principais jornalistas de Pernambuco daquele período³³², muito embora Mário Melo escrevesse diariamente nos jornais recifenses há mais de duas décadas, tendo na sua bagagem uma quantidade de textos publicados muito superior ao de Agamenon Magalhães. Vale destacar que no entendimento de Mário Melo, Agamenon Magalhães atuando como jornalista por vezes inclinava-se a discutir sobre o passado, aproximando-se do debate historiográfico da época: “como advogado começou a sua vida Agamenon Magalhães e filiando-se ao jornalismo vez por outra se abeira da História”³³³.

Vemos nessas declarações de Mário Melo uma forma de exibir uma concordância de comportamento entre ele e Agamenon Magalhães, buscando difundir uma ideia de

³²⁹ Jornal Pequeno, Recife, 27 de maio de 1938. Vale destacar que na ocasião, Mário Melo era secretário perpétuo nessas duas instituições.

³³⁰ Jornal Pequeno, Recife, 25 de julho de 1938.

³³¹ Jornal Pequeno, Recife, 11 de fevereiro de 1938.

³³² Jornal Pequeno, Recife, 10 de junho de 1938. Mário Melo também menciona os jornalistas Aníbal Fernandes e José Campelo.

³³³ Jornal Pequeno, Recife, 19 de maio de 1938.

proximidade intelectual e social entre os dois. Interessante destacar que Mário Melo vê nessa vinculação um meio de reforçar as suas posições no campo intelectual, levando-o a expor nos jornais declarações como: “o pensamento do interventor é um reforço do que eu prego”;³³⁴ ou “sinto-me contente todas às vezes em que noto nossas afinidades de pensamento”³³⁵. Aceitando a autoridade intelectual de Agamenon Magalhães, Mário Melo se coloca submisso diante do “supremo inspirador da *Folha da Manhã* que é, para nós, com seus artigos, o catecismo do Estado Novo”³³⁶.

Mário Melo também expõe na sua coluna no *Jornal Pequeno*, durante os primeiros meses do Estado Novo, a amizade que mantinha com Agamenon Magalhães. Mário Melo costumava mencionar os encontros que tinha com Agamenon Magalhães, destacando principalmente os encontros informais, como o dia em que visitou alguns túmulos no cemitério de Santo Amaro em companhia de Agamenon Magalhães³³⁷ ou narrando a viagem que fez ao sertão pernambucano ao lado dele³³⁸. No entanto, se por um lado Mário Melo via vantagens em se vincular com a maior autoridade do Estado Novo em Pernambuco, por outro lado ele viu um risco de sua fala perder efeito de verdade, como crítica política, por ser visto como amigo de Agamenon Magalhães. Buscando manter seus comentários com uma boa reputação perante os seus leitores, Mário Melo buscará propagar uma imagem de si como um jornalista imparcial: “não cedo em questões de princípios, mesmo que se trate dum amigo de velhos tempos, como é Agamenon Magalhães, e cuja camaradagem se fortaleceu quando curtíamos a adversidade”³³⁹. Apesar de um possível risco, Mário Melo não hesitará em relembrar a antiga amizade com Agamenon Magalhães: “amigos desde o tempo em que curtíamos o ostracismo, pois, começamos a vida pelo combate, como oposicionistas”³⁴⁰.

Além desses encontros informais, os jornais deixavam aparecer encontros oficiais, já no primeiro semestre de 1938, que colocavam num mesmo espaço Agamenon Magalhães e Mário Melo, sinalizando uma rápida inserção de Mário Melo no campo de poder político. Logo em janeiro de 1938, um ministro holandês visita Pernambuco, sendo recebido por autoridades, inclusive Agamenon Magalhães. O ministro tem como objetivo fazer excursões aos sítios históricos pernambucanos, ficando Mário Melo com a função de apresentá-los, atuando como

³³⁴ Jornal Pequeno, Recife, 07 de maio de 1938.

³³⁵ Jornal Pequeno, Recife, 25 de julho de 1938.

³³⁶ Jornal Pequeno, Recife, 07 de maio de 1938.

³³⁷ Jornal Pequeno, Recife, 17 de maio de 1938.

³³⁸ Jornal Pequeno, Recife, 06 de agosto de 1938.

³³⁹ Jornal Pequeno, Recife, 12 de maio de 1938.

³⁴⁰ Jornal Pequeno, Recife, 25 de julho de 1938.

uma espécie de guia. Após realizadas as excursões do ministro holandês, ocorre, em 31 de janeiro de 1938, um evento solene no IAHGP para a despedida do ministro, com a participação de Mário Melo e teve a presença do prefeito da cidade do Recife, Novais Filho. Vale destacar que três dias antes, o prefeito Novais Filho havia participado da sessão solene do IAHGP que comemorava a fundação do Instituto, indicando uma relação estreita entre a prefeitura da cidade do Recife e o IAHGP, parceria que será mais visível quando ocorre as reformas no bairro de Santo Antônio, como veremos mais adiante.

Em 1938, a interventoria de Agamenon Magalhães empenha-se em homenagear José Mariano e Manoel Borba, duas figuras que Mário Melo simpatizava e que foram seus aliados na juventude³⁴¹. Para homenagear essas duas personalidades, Agamenon Magalhães procura Mário Melo para discursar sobre a vida política dos dois. Esses eventos são mais uma oportunidade para Mário Melo expandir as suas relações sociais, como também ingressar ainda mais no mundo político. A atuação de Mário Melo nesses dois eventos foi considerada eficiente, agradando os agentes envolvidos. Em relação à homenagem à memória de José Mariano foi ressaltado que “foi orador oficial o nosso ilustre colaborador Dr. Mário Melo, que traçou brilhante perfil do homenageado”³⁴². Quanto ao discurso proferido por Mário Melo em homenagem a Manoel Borba foi dito: “o Dr. Mário Melo, secretário perpétuo do Instituto Arqueológico, leu eloquente oração da qual transcreveremos”³⁴³.

Entretanto, essa aproximação de Mário Melo com o campo de poder não serviu apenas para ele ampliar os seus contatos, serviu também para ele ocupar cargos públicos. Em janeiro de 1938, Mário Melo já aparece fazendo parte da Comissão de Tabelamento de Preço de Pernambuco que tinha como função controlar os preços dos produtos de primeiras necessidades: “Srs. Milton de Pontes, Mário Melo, José Turton, Antônio Barbosa Júnior, Daniel Rodrigues e Joaquim da Silva Araújo, estiveram no gabinete do prefeito dando conta dos trabalhos realizados”³⁴⁴. Logo em seguida, no início de fevereiro de 1938, foi definida a nova diretoria da Federação Carnavalesca de Pernambuco, importante órgão para a interventoria de

³⁴¹ Mário Melo inicia na política partidária sendo secretário do seu primo José Mariano na campanha para eleger Dantas Barreto, em 1911. Em relação a Manoel Borba, vale destacar que o IAHGP constrói sua sede própria a partir da doação de um edifício por Manoel Borba, em 1914, que na ocasião era governador de Pernambuco. O prédio é inaugurado como sede do IAHGP em 1920, com participação direta de Mário Melo. Ainda sobre Manoel Borba, ressaltamos que Agamenon Magalhães inicia na carreira política elegendo-se deputado estadual, em 1918, sendo considerado na época como um herdeiro de Manoel Borba. Sobre o começo da trajetória política de Agamenon, Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Ed. Massangana, 2015, p. 35-57.

³⁴² Jornal Pequeno, Recife, 16 de junho de 1938.

³⁴³ Jornal Pequeno, Recife, 12 de agosto de 1938.

³⁴⁴ Jornal Pequeno, Recife, 29 de janeiro de 1938.

Agamenon Magalhães³⁴⁵. A nova direção que seria responsável pela administração da Federação, no período de 1938 a 1940, tinha Mário Melo ocupando o cargo de primeiro secretário, indicado novamente o seu alinhamento com o novo governo.

A dedicação de Mário Melo em prol da Interventoria de Agamenon Magalhães foi, novamente, recompensada em abril, quando ele torna-se parte de um seleto grupo que exercia funções administrativas para o governo. A partir de um decreto federal, foi determinado que cada estado deveria constituir uma comissão administrativa com três membros, na qual apenas um membro poderia ser de livre escolha do interventor. Em Pernambuco o escolhido por Agamenon Magalhães foi Mário Melo: “o Sr. Interventor Federal designou, para completar a Comissão, como representante do governo do Estado nosso colaborador Dr. Mário Melo”³⁴⁶. Dois meses depois Agamenon Magalhães realiza outro movimento que sinaliza uma retribuição aos serviços prestados por Mário Melo, oferecendo ao IAHGP uma medalha comemorativa do Estado Novo³⁴⁷. Entendemos que essas ações de Agamenon Magalhães ajudavam a fortalecer o capital simbólico do IAHGP e de Mário Melo, num momento em que o campo de poder político tinha bastante força para validar os trabalhos intelectuais em Pernambuco.

5.2 Mário Melo como colaborador da produção discursiva da interventoria de Agamenon Magalhães: simpatia, complacência e um pouco de teimosia

Neste tópico, trataremos sobre a participação efetiva de Mário Melo na legitimação das ações da interventoria de Agamenon Magalhães, sobretudo nos primeiros meses, destacando os recursos que Mário Melo tinha a sua disposição e que eram vistos como importante pelo campo de poder, assim como as suas estratégias para se comunicar com facilidade com a elite dirigente. Nesse sentido, evidenciaremos o empenho de Mário Melo em discutir sobre modernização/patrimônio e regionalismo/nacionalismo, que no nosso entendimento eram conceitos importantes no debate político em que ele se encontrava.

³⁴⁵ Jornal Pequeno, Recife, 04 de fevereiro de 1938.

³⁴⁶ Jornal Pequeno, Recife, 13 de abril de 1938.

³⁴⁷ Jornal Pequeno, Recife, 15 de junho de 1938.

5.2.1 Destruição e preservação: as contradições de Mário Melo

Durante o governo municipal de Novaes Filho (1937-45), prefeito do Recife nomeado pelo Estado Novo, foram realizadas grandes obras urbanísticas na cidade, dentre elas a reforma do bairro de Santo Antônio, na área central do Recife, que contou com apoio imediato de Mário Melo. Outra intervenção na cidade promovida por Novaes Filho foi a destruição dos mocambos e a construção de vilas habitacionais modificando a paisagem do Recife, intervenção que também teve apoio de Mário Melo. Como colocou Pontual, durante o Estado Novo, o saber urbanístico foi largamente utilizado em busca da modernização e higienização da cidade do Recife. Além das edificações, o plano de reforma do bairro de Santo Antônio empreendido por Novaes Filho contribuiu para a construção de “uma representação de cidade bela, limpa e monumental” (2001, p. 227). Assim, atrelado às edificações arquitetônicas ocorreu o fortalecimento de uma imagem de um Recife moderno que Mário Melo ajuda a construir.

Em torno dos mocambos, o intelectual que se destaca no debate é Josué de Castro³⁴⁸. Castro defendia que o problema do mocambo estava relacionado ao ambiente em que ele se localizava e não à arquitetura da habitação. Para Castro, esse ambiente enlameado falava sobre os problemas sociais da região Nordeste, levando-o a se posicionar em defesa dos mocambos no debate em torno da preservação ou destruição dos mocambos³⁴⁹.

Qualquer solução apressada, que os poderes públicos procurem dar a tão complexo problema, talvez fracasse, dando a emenda pior do que o soneto. Dando na construção de gaiolas, verdadeiras assadeiras em série, com material impróprio, disposição arquitetônica em desacordo com as condições do meio (como a maioria das vilas operárias, construídas entre nós) (CASTRO, 1937a, p. 105, 106).

Mário Melo se posicionará no lado oposto de Josué de Castro, sendo um dos principais nomes a favor da destruição dos mocambos³⁵⁰. Logo nos primeiros dias de gestão de

³⁴⁸ Antes da instalação do Estado Novo, Josué de Castro já tinha produzido quatro textos sobre a temática do mocambo que foram publicados em jornais, nos anos de 1935 e 1936: O ciclo do caranguejo. *A Platéia*, São Paulo, 30/03/1935; Recife: cidade desigual. *Revista Carioca*, 15/02/1936; O despertar dos mocambos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16/02/1936; Mocambo: habitação higiênica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 08/03/1936, todos esses estão presente na primeira edição do livro *Documentário do Nordeste* (1937).

³⁴⁹ Vale destacar que Gilberto Freyre também se interessou pelo debate em torno do mocambo, sendo uma referência, assim como Castro, para aqueles que buscaram a preservação dos mocambos. Freyre também atribuía a miséria na região dos mocambos ao local e não ao tipo de habitação: “O mucambo higienizado, com saneamento e piso parece ser solução inteligentemente ecológica e econômica do nosso problema de habitação proletária do norte do país” (FREYRE, 2004, p. 349).

³⁵⁰ Apesar de estarem abertamente em lados opostos, não encontramos um debate ente os dois. Amigos, conheciam as obras um do outro. Em um único momento Mário Melo comenta sobre a produção de Castro sobre os mocambos,

Novaes Filho, Mário Melo utilizará a sua crônica para parabenizar a ação da prefeitura para extirpar os mocambos da cidade do Recife: “quero dar os meus parabéns ao prefeito pela criação da Diretoria de Assistência Social”³⁵¹. Essa Diretoria foi criada em dezembro de 1937, para funcionar como um órgão da prefeitura do Recife, com a finalidade de controlar a população das áreas pobres da cidade, tendo como uma de suas metas a fiscalização da situação dos mocambos. Gominho (1997) destaca a dupla ação da Diretoria que buscava simultaneamente amparar socialmente os trabalhadores mais pobres e garantir um controle e uma ordem social, ou seja, a Diretoria tinha como objetivo político: “orientar o povo no combate ao credo vermelho, imunizando-o com os serviços de reeducação e assistência”³⁵².

Em abril de 1938, Novaes Filho institui um decreto proibindo a construção de mocambos na cidade do Recife, sinalizando a importância desse empreendimento para o Estado Novo, assim como evidenciando o seu posicionamento diante desse tema. Mário Melo comentando esse decreto destaca também a verba que a prefeitura do Recife destinaria para solucionar o problema do mocambo, materializando, para ele, o compromisso do Estado Novo em resolver essa questão diferenciando-se das gestões anteriores, principalmente o governo de Lima Cavalcanti. Para Mário Melo, finalmente foi dado “o primeiro passo para o problema. Dado este, talvez o resto seja fácil”³⁵³. Vemos na fala de Mário Melo uma confiança no trabalho de Novaes Filho, sinalizado a partir da esperança de facilidade para resolução do problema. Esse otimismo é enfatizado pelo recurso narrativo de Mário Melo que relembra constantemente ao leitor os seus aborrecimentos nos anos anteriores, resultado de inúmeras tentativas, em parceria com Manuel Rabelo, que foram frustradas pelo governo de Lima Cavalcanti: “E pensar a gente que o general Manuel Rabelo tanto fez para melhorar esse estado de coisas, não encontrando o apoio desejado por parte de certa ordem de dirigentes”³⁵⁴. [...] “foi, assim, o general Rabelo enganado até a última hora”³⁵⁵.

Para Mário Melo a solução dos mocambos significava, além de uma garantia de melhor qualidade de vida para a população dos mocambos, uma possibilidade de adornar a cidade: “como possível cuidar o Recife de embelezamentos, deixando exposta a chaga dos

mas não trata sobre a questão urbanística, apenas oferece informações históricas sobre a população dos mocambos. Ver: Jornal Pequeno, Recife, 09 de junho de 1938.

³⁵¹ Jornal Pequeno, Recife, 17 de dezembro de 1937.

³⁵² Decreto n.13, in Folha da Manhã, 15 de dezembro de 1937, Apud Gominho, 1997, p. 100.

³⁵³ Jornal Pequeno, Recife, 18 de abril de 1938.

³⁵⁴ Jornal Pequeno, Recife, 24 de dezembro de 1937.

³⁵⁵ Jornal Pequeno, Recife, 18 de abril de 1938.

mocambos?”³⁵⁶. Interessado na estética da cidade, Mário Melo será um animado incentivador do Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio, projeto urbanístico que visava modernizar a área central do Recife. Mário Melo, demonstrando vaidade, colocava-se como peça fundamental para a realização dessa reforma. No dia da apresentação do plano da reforma de Santo Antônio, Mário Melo, comemorando a iniciativa, lembra que o plano de reforma que estava sendo aprovado por Novaes Filho só foi possível por causa da sua luta contra planos que desmantelaria o centro da cidade: “desde o famoso contrato da prefeitura com o arquiteto Correa Lima até a rescisão do mesmo, não cessei fogo contra este”³⁵⁷. De acordo com Pontual (2001), o projeto urbanístico de Atilio Correa Lima, elaborado em 1935, recebeu muitas críticas negativas, sendo as “que tiveram maior divulgação foram as de Mário Melo e José Campelo, pelas colunas jornalísticas” (p. 85), estimulando a Novaes Filho a romper o contrato.

O empenho de Mário Melo em contribuir com a modernização da cidade do Recife o levou a apoiar iniciativas políticas que visavam à destruição de prédios, principalmente no período do Estado Novo³⁵⁸, posicionamento que, em parte, ia de encontro com a sua imagem social construída durante a sua trajetória. Mário Melo demonstra obsessão em demolir alguns prédios que se localizavam no bairro de Santo Antônio, não conseguindo aceitá-los mesmo depois de serem melhorados com reformas: “preferiu (Lima Cavalcanti), porém, mandar consertá-lo, deixando a seu sucessor a herança que recebera. [...] aquilo ainda desafia o bom gosto”³⁵⁹. Esse prédio citado por Mário Melo era onde se encontrava a Diretoria de Obras Públicas, em 1938, e que para ele deveria ser derrubado para possibilitar o redesenho do bairro de Santo Antônio.

Várias vezes tenho sugerido ao governo a demolição do antigo edifício de Escola de Engenharia [...] para embelezamento da Praça da República, outrora Campo das Princesas e anteriormente Campo da Honra, em memória aos heróis da revolução republicana de 1817. Ali só deveriam estar edifícios monumentais, como o Palácio do Governo, o Teatro Santa Isabel, o Palácio da Justiça. [...] o que é preciso é que não haja mais delongas e alguma coisa se faça, a começar da demolição do edifício que afeia a mais importante de nossas praças³⁶⁰.

³⁵⁶ Jornal Pequeno, Recife, 17 de dezembro de 1937.

³⁵⁷ Jornal Pequeno, Recife, 23 de abril de 1938. Vale destacar que Mário Melo relembrando a sua recusa do “mostrengo de Correa Lima” exibirá uma imagem sua como um lutador solitário, recurso que ele utilizará em outros momentos da sua vida: “ninguém me ajudou ao tempo e por isso mesmo fui o único alvejado”. (Jornal Pequeno, Recife, 27 de abril de 1938)

³⁵⁸ Vale destacar que essa postura de Mário Melo já podia ser vista antes da gestão de Novaes Filho. Mário Melo, em 1931, fez parte da Comissão do Plano da Cidade do Recife, indicando o seu alinhamento com políticas públicas que buscavam embelezar o Recife.

³⁵⁹ Jornal Pequeno, Recife, 05 de maio de 1938.

³⁶⁰ Jornal Pequeno, Recife, 05 de maio de 1938.

Mário Melo deixava muito nítido nas suas colunas a sua animação com as reformas urbanas, afirmando que “progresso com a construção, progresso com a demolição”³⁶¹. Para Mário Melo, o progresso só era possível acontecer por meio de desconstruções, como no caso que ele demonstra felicidade ao ver derrubado um “pardieiro” na área central do Recife: “com a demolição, me veio a ideia [...] como o Recife progride!”³⁶². Por ser um tema delicado, Mário Melo buscará justificar seus argumentos, por meio de assuntos históricos. Utilizando uma narrativa histórica Mário Melo conseguia contribuir na legitimação de demolições, seja defendendo que uma demolição serviria para valorizar os verdadeiros lugares históricos, como no caso do embelezamento da Praça da República, seja defendendo que determinados prédios poderiam ser demolidos por não ter nenhum valor histórico, como no caso do prédio que ele chama de “pardieiro”.

Esses discursos de Mário Melo agradavam os critérios de Agamenon Magalhães e Novaes Filho, que viam neles um meio para convencer parte da população pernambucana sobre a necessidade dessas reformas. Mário Melo, entusiasmado com o início das reformas no bairro de Santo Antônio, não poupou elogios: “o que nos vale é que temos agora à frente dos poderes públicos homens de boa vontade e de resolução firme”³⁶³. Ainda sobre a sua excitação com a possibilidade de modernização do Recife, Mário Melo diz: “não é que o matuto está mesmo cuidando da praça”³⁶⁴. O “matuto” refere-se ao prefeito Novaes Filho por ele representar a classe de usineiros da zona da mata pernambucana. Vale destacar nesse enunciado que Mário Melo, em meados de 1938, já constatava êxito na realização das reformas, empolgação que sinalizava submissão à elite política pernambucana. Mário Melo buscava transmitir aos seus leitores confiança na capacidade dos dirigentes políticos do Estado Novo:

Sei que é pensamento do sr. Agamenon Magalhães e do sr. Novaes Filho não adiar por mais tempo o assunto. Disse-me o último que deseja, no local em que se encontra o edifício condenado, colocar, em pedestal mais condigno, a estátua do Conde da Boa Vista. Boa lembrança³⁶⁵.

Mário Melo aparece acima como um defensor da memória do passado de Pernambuco, ao estimular a instalação de uma estátua em homenagem ao Conde da Boa Vista, apesar da estátua significar a derrubada do prédio. Esse posicionamento ambíguo em relação ao passado nos mostra como Mário Melo entende o passado, como também as suas concessões

³⁶¹ Jornal Pequeno, Recife, 01 de junho de 1938.

³⁶² Jornal Pequeno, Recife, 01 de junho de 1938.

³⁶³ Jornal Pequeno, Recife, 05 de maio de 1938.

³⁶⁴ Jornal Pequeno, Recife, 01 de junho de 1938.

³⁶⁵ Jornal Pequeno, Recife, 05 de maio de 1938.

para se adequar aos interesses do Estado. Mário Melo focou sua luta na preservação de construções que falavam das “grandes glórias de Pernambuco”, principalmente as “lutas libertárias”, ignorando a necessidade de manter uma fisionomia da cidade. Podemos ver esse posicionamento de Mário Melo através do caso de um sobrado no bairro da Boa Vista, debate que ele se envolveu logo após ser aprovado o novo plano de reforma do bairro de Santo Antônio. Mário Melo lamenta a derrubada de parte de um sobrado que ficava numa esquina próxima a igreja do Rosário da Boa Vista, por considerar que o sobrado tinha um imenso valor histórico.

O sitio que dava a frente para a rua do Pires pertencia no século XVIII ao transmontano Domingos Pires Ferreira, pai de quatorze filhos, dentre os quais o patriota Gervásio Pires Ferreira revolucionário de 1817 e presidente da junta governativa de Pernambuco quando, em 1821, foi Luiz do Rego expulso por efeito duma revolução. [...] Foi assim destruído um sobrado tradicional e de certa importância nas crônicas de Pernambuco. Entretanto, a curva poderia ter sido poupada, se alargassem pelo lado da rua da Conceição, onde se encontra ainda uma casinhola cuja desapropriação poderia ter sido feita talvez por um décimo do que custou a do sobrado do patriota pernambucano³⁶⁶.

Mário Melo, olhando para aquela paisagem urbana do bairro da Boa Vista, enxerga com facilidade dois prédios com valores distintos, um é um sobrado tradicional o outro é uma casinhola. No entanto, paradoxalmente, Mário Melo não prefere comemorar que parte do sobrado tenha se mantido de pé, ao contrário ele sugere ao poder público que seja demolido o restante do antigo sobrado: “Não é possível ficar aquilo como está. Com pouco dinheiro, será fácil destruir o resto das ruínas e formar sobre eles um recanto ajardinado”³⁶⁷. Esse comportamento confuso de Mário Melo permitiu que Aníbal Fernandes, um dos principais rivais de Mário Melo no campo intelectual, realizasse ataques contra Mário Melo, acusando-o de assistir com passividade a descaracterização da cidade do Recife³⁶⁸. Gilberto Freyre, aliado de Aníbal Fernandes, atacando o IAHGP, também destaca o empenho excessivo dos historiadores do Instituto em exaltar os grandes heróis, enquanto a cidade era destruída, indicando a incapacidade do IAHGP em preservar os patrimônios da região: “O gosto da antiguidade entre nós parece limitar-se a alguns senhores de fraque discutindo o heroísmo republicano de Bernardo Vieira de Melo”³⁶⁹.

No entanto, olhando para a trajetória de Mário Melo como secretário perpétuo do IAHGP, por meio dos relatórios anuais das atividades do Instituto, vemos um empenho dele em

³⁶⁶ Jornal Pequeno, Recife, 29 de abril de 1938.

³⁶⁷ Jornal Pequeno, Recife, 29 de abril de 1938.

³⁶⁸ Ver: CANTARELLI, Rodrigo. Contra a conspiração da ignorância com a maldade: Inspetoria de monumentos de Pernambuco. Recife: Ed. Massangana, 2014.

³⁶⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 09 de dezembro de 1923, apud Cantarelli, 2014, p. 76.

se colocar como um defensor do patrimônio pernambucano. Os relatórios do IAHGP a partir da década de 1920 nos exhibe um momento histórico em que todos têm que se posicionar diante da velocidade das mudanças e das possibilidades de destruição que ela traz. Nesse cenário, Mário Melo considera imprescindível que o Instituto reaja aos discursos modernistas que buscavam acelerar o tempo e se distanciar ainda mais do passado. Na ocasião ele diz: “por mais que queiram os modernistas desligar-nos do passado, há sempre indeléveis traços da união”³⁷⁰.

A maior parte dos relatórios é destinada a descrever a ação do Instituto em busca da preservação do patrimônio pernambucano. Nesses relatórios, que era escrito por Mário Melo, ele tratava sobre a produção científica do Instituto, a movimentação de sócios, os donativos, os eventos solenes, as sessões, as obras no prédio e também sobre o empenho do Instituto em proteger “as coisas da terra” e salientava nos relatórios que “a ação do Instituto não se tem limitado aos estudos de gabinete”³⁷¹. Para Mário Melo, a preservação de prédios e monumentos ligados a grandes eventos tinham a função de serem venerados no presente, cabendo ao Instituto promover a louvação desses acontecimentos. O IAHGP tinha grande importância para a legitimação de um passado glorioso, pois o Instituto funcionava preservando, colecionando, arquivando e narrando sobre um determinado passado num momento onde muitos tinham medo da destruição das tradições. Assim, o IAHGP produzia narrativas textuais, estimulava a preservação de patrimônios e ajudava a construir monumentos, utilizando-se do verbal e do visual para fortalecer uma identidade pernambucana e brasileira.

Entendemos que o retorno de Mário Melo ao passado, sobretudo no caso do patrimônio, visava uma exaltação das glórias pernambucanas, buscando manter vivo e forte um passado que não ajudava na remodelagem daquele presente. Assim, acreditamos que Mário Melo retornando ao passado buscou usá-lo com propósitos políticos para frear a velocidade do seu tempo, fixando valores que falavam de uma identidade pernambucana. Mário Melo acreditava que a sua atuação tinha um compromisso com os heróis do passado que deveriam ter “a merecida consagração que a posteridade estava a dever-lhes”³⁷², nos indicando uma dívida que aquele presente tinha com um determinado passado.

No início do Estado Novo, Mário Melo aparecerá na imprensa reforçando os atributos do IAHGP na luta pela preservação do patrimônio pernambucano, lembrando aos leitores o empenho do Instituto na defesa dos prédios históricos, enquanto outras instituições

³⁷⁰ RIAHGP, Recife, n. 135 a 142, v. 29, 1928-1929.

³⁷¹ RIAHGP, Recife, n. 151-154, v. 32, 1932.

³⁷² RIAHGP, Recife, n. 135-142, v. 29, 1928-1929.

assistiam passivamente a destruição do Recife. Mário Melo destaca o êxito do IAHGP em torno da conservação da Torre Malakoff, quando ela esteve ameaçada na década de 1920. Mário Melo atribui os méritos da conquista principalmente ao IAHGP que com “sua atitude persistente, tenaz, persuasiva, com o apoio, que nunca lhe faltou, da parte culta do povo pernambucano, em defesa de seu patrimônio”³⁷³, manteve preservada a antiga torre localizada no Bairro do Recife. Entendemos que essa ação de Mário Melo buscava atualizar o seu capital simbólico que foi adquirido nos embates anteriores e que lhe poderia garantir, em 1938, uma autoridade sobre um uso específico de sinais, nesse caso refere-se ao reconhecimento dele em assuntos relativos ao patrimônio.

No entanto, Mário Melo não esquece seus aliados, a “parte culta do povo pernambucano”, e que naquele novo momento político ele e o IAHGP se juntam à poderosa classe dirigente, satisfazendo uma necessidade coletiva que asseguraria um apoio de mão dupla: “ainda bem que temos agora um governador que se interessa pelas coisas do passado”³⁷⁴. Quando é cogitado a possibilidade da derrubada do Farol do Picão, Mário Melo irá destacar com orgulho o posicionamento do IAHGP em defesa daquele patrimônio: “o Instituto Arqueológico, que tem sido o zelador de nosso passado. Propôs Samuel Campelo [...] uma súplica à mesma autoridade naval para que não permita seja o edifício do Farol destruído por mãos profanas”³⁷⁵. Mário Melo justifica o parecer do IAHGP destacando a antiguidade do prédio: “edifício secular é coisa respeitável”³⁷⁶. Mário Melo considera indecente o desconhecimento da história dos principais prédios de Pernambuco e condena qualquer ato de desrespeito a esses patrimônios.

Foi-me dado observar, com a maior tristeza, que o frontispício de azulejo da igreja dos Guararapes está caído. Cair os azulejos dum edifício, profano ou religioso, é inequívoco atestado de ignorância e parece incrível que nas proximidades da capital dum estado como o de Pernambuco, com a classificação de metrópole do norte, ainda se faça coisa reprovável como essa³⁷⁷.

Mário Melo, ainda no início de 1938, também demonstra indignação com as intervenções realizadas na igreja da Misericórdia, em Olinda: “oxalá tenha sido esta a última vez em que em Pernambuco se façam coisas reprováveis como as que indico quanto a

³⁷³ Jornal Pequeno, Recife, 18 de fevereiro de 1938.

³⁷⁴ Jornal Pequeno, Recife, 10 de maio de 1938.

³⁷⁵ Jornal Pequeno, Recife, 18 de fevereiro de 1938.

³⁷⁶ Jornal Pequeno, Recife, 18 de fevereiro de 1938.

³⁷⁷ Jornal Pequeno, Recife, 03 de fevereiro de 1938.

Guararapes e à Misericórdia”³⁷⁸. Mário Melo apela às autoridades para fiscalizarem os patrimônios, principalmente as igrejas católicas³⁷⁹, argumentando que os patrimônios auxiliam no processo civilizatório e também contribuía para propagar uma imagem de Pernambuco como estado sofisticado: “sou uma espécie de guia de pessoas que desejam conhecer coisas históricas e quero evitar que num desses passeios [...] não saia o visitante com desagradável impressão de nossa cultura e de nosso patriotismo”³⁸⁰. Mário Melo compartilha com seus leitores os seus momentos de vergonha, quando visita sítios históricos em companhia de “pessoa de cultura” e encontra o lugar abandonado pelo poder público: “é ou não é uma humilhação para o pernambucano ali presente ter de mostrar tal monumento que deveria constituir motivo de orgulho para nós?”³⁸¹.

Vale destacar que esses enunciados em defesa da preservação dos patrimônios são proferidos no mesmo período em que Mário Melo demonstra entusiasmo com a possibilidade de modernização prometida pela interventoria de Agamenon Magalhães. Nesse sentido, vemos na relação de Mário Melo com a paisagem do Recife movimentos que iam para diversos sentidos, sugerindo-nos múltiplos significados, às vezes contraditórios, resultados do envolvimento de Mário Melo em assuntos políticos do governo de Agamenon Magalhães, onde ele tinha que conciliar os interesses dos dois lados envolvidos, interesses nem sempre harmoniosos. No entanto, entendemos que nem todos os movimentos de Mário Melo podem ser lidos como concessão consciente aos interesses do Estado. As suas tomadas de posição em relação a questão do patrimônio também nos fala do modo como a história era entendida por ele e pelo IAHP, que buscavam no passado vestígios das grandes lutas libertárias dos heróis pernambucanos, tornando-os cegos para qualquer expressão da paisagem urbana que não colaborasse nessa narrativa.

³⁷⁸ Jornal Pequeno, Recife, 03 de fevereiro de 1938.

³⁷⁹ Vale destacar que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), durante o Estado Novo, procurou reconhecer as igrejas católicas como patrimônio público, por essas construções materializarem valores exemplares, sinalizando novamente a sintonia de Mário Melo com a elite dirigente do período.

³⁸⁰ Jornal Pequeno, Recife, 23 de março de 1938.

³⁸¹ Jornal Pequeno, Recife, 03 de fevereiro de 1938.

5.2.2 Pernambucanismo moderado: *espírito nacional regionalista*³⁸²

Observando a produção historiográfica de Mário Melo identificamos o seu interesse em tratar, quase que exclusivamente, sobre assuntos relacionados ao passado de Pernambuco, desde o seu trabalho de estreia na RIAHGP, em 1910, reunindo dezenas de produções historiográficas que exaltava as “grandes glórias” pernambucanas. Também percebemos que ele buscou propagar essa sua marca nos jornais pernambucanos, sendo considerado um historiador que encarnava a pernambucanidade. Nos jornais, Mário Melo considerava o seu amor a Pernambuco o motor que lhe fazia estudar incansavelmente sobre o passado do seu estado, garantindo-lhe ser o maior conhecedor da história de Pernambuco. Essa será uma das reputações que Mário Melo ostentará quando inicia a interventoria de Agamenon Magalhães.

No entanto, essa imagem, nesse novo contexto político, oferecia riscos a Mário Melo, que procurou se proteger³⁸³. O regime que se instalou no Brasil, em novembro de 1937, tinha como objetivo implantar um governo centralizado capaz de padronizar o país institucionalmente e simbolicamente, vendo com suspeitas qualquer ideia tida como excêntrica, inclusive as que valorizavam as unidades federativas³⁸⁴. A estratégia de Mário Melo foi conciliar o regionalismo com o nacionalismo, argumentando que esses dois conceitos eram indissociáveis.

Acusam-me de regionalismo. Orgulho-me disso, porque sem fundamento no regionalismo não pode haver nacionalismo nem patriotismo. Assim como não há sociedade sem família, não pode haver amor à pátria, que é o todo, sem amor ao berço natal, que é a parte que liga o indivíduo ao todo, à pátria.³⁸⁵

O argumento de Mário Melo que propõe a possibilidade de união entre o nacional e o local não o livrara completamente de rótulos nocivos, que o colocava como antipatriota. Mário Melo atribuía esses estereótipos a interpretações simplistas que não conseguiam entender o verdadeiro significado do nacionalismo: “para certos nacionalistas, observadores superficiais,

³⁸² Mário Melo definindo-se na imprensa. Jornal Pequeno, Recife, 17 de fevereiro de 1938.

³⁸³ Sobre a dificuldade de um intelectual considerado regionalista ser aceito pelo Estado Novo, ver: MESQUITA, Gustavo. Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, V.8 n. 12, p. 207-229, jan-jun. 2013. Nesse trabalho Mesquita nos mostra que apesar de Gilberto Freyre se colocar na oposição ao governo de Agamenon Magalhães em 1937 e 1945, ele buscou se aproximar durante o governo, sendo necessário abandonar, em alguns momentos, a exaltação do Nordeste. No entanto, antes de aderir o Estado Novo, Freyre defendia sem receio o seu projeto regionalista que estava alinhado aos interesses das tradicionais elites nordestinas que negavam o projeto de Vargas: “O tão caluniado clima regional não deprime, mas só faz avigorar o brasileiro” (Freyre, *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de maio de 1937 apud Mesquita, 2013, p. 212).

³⁸⁴ Vemos com nitidez a perseguição do Estado Novo aos símbolos oficiais dos estados através do acontecimento da cremação das bandeiras estaduais, que ocorreu em 1937.

³⁸⁵ Jornal Pequeno, Recife, 05 de julho de 1938.

meu regionalismo é prejudicial”³⁸⁶. No mês seguinte Mário Melo retoma o assunto para contra atacar novamente aqueles que queriam lhe rebaixar devido ao seu pernambucanismo: “não sou culpado de que não me compreendam ou de que mal me julguem por assim entender, os que não são capazes de dar qualquer contribuição a sua terra”³⁸⁷. Mário Melo, para justificar a sua posição, discorria sobre a hipocrisia dos que lhe atacavam argumentando que era impossível para um pernambucano ser integralmente nacionalista: “raros os pernambucanos que não são regionalistas. Os que vestem a capa do nacionalismo puro, vez por outra, quando um botão foge da casa, deixam ver o que está escondido”³⁸⁸.

Para se defender dessas acusações, Mário Melo irá se movimentar buscando se aproximar de Agamenon Magalhães para validar a sua posição. Em um evento na Rádio Clube, em janeiro de 1938, Mário Melo entende que Agamenon Magalhães exalta Pernambuco e vê nisso uma oportunidade para justificar o seu regionalismo/nacionalismo. Mário Melo diz que, assim como Agamenon Magalhães, é possível fortalecer o nacionalismo por meio do culto às tradições regionalistas e arremata convencido: “outra coisa não tenho feito na vida e orgulho-me de estar na melhor das companhias”³⁸⁹. Para Mário Melo, essa associação com Agamenon Magalhães era o suficiente para espantar qualquer comentário que lhe vinculasse a ideias subversivas e, simultaneamente, confirmava a sua imagem como um intelectual em sintonia com o Estado Novo: “já uma vez me felicitei daqui por ter ouvido conceitos mais ou menos semelhantes, com outras palavras, do interventor Agamenon Magalhães”³⁹⁰.

No entanto, Mário Melo demonstra um pouco de descuido com a sua imagem de nacionalista nos primeiros meses do Estado Novo. Ele continua ousadamente insistindo em expor nos jornais o seu amor por Pernambuco e o seu desinteresse por outras áreas do Brasil: “tenho várias vezes feito confissão de regionalismo e aproveito todas as oportunidades para reafirmá-la. Essa coragem de dizer o que penso é um dos traços de meu caráter”³⁹¹. Ele explica que essa sua postura é resultado de uma inclinação natural, “é em parte caso de temperamento ou de vocação, mas a verdade é que isso redunde em proveito do bom nome de Pernambuco”³⁹². Mário Melo propaga que todas as suas atividades são realizadas com a finalidade de contribuir para o crescimento de Pernambuco, definindo as suas atuações como compromissadas com

³⁸⁶ Jornal Pequeno, Recife, 24 de janeiro de 1938.

³⁸⁷ Jornal Pequeno, Recife, 17 de fevereiro de 1938.

³⁸⁸ Jornal Pequeno, Recife, 08 de setembro de 1939.

³⁸⁹ Jornal Pequeno, Recife, 24 de janeiro de 1938.

³⁹⁰ Jornal Pequeno, Recife, 05 de julho de 1938.

³⁹¹ Jornal Pequeno, Recife, 08 de setembro de 1939.

³⁹² Jornal Pequeno, Recife, 03 de junho de 1938.

Pernambuco: “estou conscientemente trabalhando por Pernambuco, como noutros setores de minha atividade”³⁹³. Abaixo um trecho onde Mário Melo implacavelmente exhibirá uma imagem de si como um “regionalista incurável”³⁹⁴:

Meu amor a Pernambuco e às coisas de Pernambuco, num esforço desinteressado que me consome tempo que outros aplicam em matéria rendosa, é de tal ordem que pode ser considerado mania. É, contudo, mania consciente. Deliciosa loucura que desejo cresça a cada instante³⁹⁵.

Vemos nessa fala a imagem de um agente que zela imprudentemente pela sua terra, ao mesmo tempo que oferece uma imagem de si como um obcecado pela sua região, obsessão que lhe custa um prejuízo financeiro. Essa sua pernambucanidade exagerada talvez só tenha sido aceita pela elite dirigente devido à facilidade de Mário Melo, como historiador, em transformar uma grandeza local em algo capaz de legitimar uma unidade nacional, distanciando-se das ideias federalistas. Desde a primeira geração do IAHGP que os historiadores pernambucanos lidavam com essa tensão entre o regional e o nacional devido à ambiguidade em torno de temas tão caros ao Instituto, como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador. Em torno desses temas os historiadores pernambucanos buscavam equacionar o problema de destacar as singularidades de Pernambuco ao mesmo tempo em que encobria as ideias separatistas desses acontecimentos.

Vimos que Mário Melo era conhecedor desses debates e internalizou muitos saberes das gerações anteriores, que lhe assegurou uma habilidade para tornar um acontecimento local em um caminho para se alcançar um acontecimento mais geral. Em março de 1938, Mário Melo, comentando sobre a Revolução Pernambucana de 1817, destaca o patriotismo dos rebeldes de 1817, que se negavam a consumir produtos estrangeiros: “os produtos da mandioca substituíam o pão, e os brindes eram feitos a aguardente”³⁹⁶. Adiante, Mário Melo diz que mantem os costumes dos rebeldes: “é do meu programa e pratico-o, consumir o que o Estado produz. [...] é nacionalismo fundado no regionalismo”³⁹⁷. Para Mário Melo, o passado de Pernambuco é uma fonte de conhecimento para exercer o nacionalismo. No entanto, entendemos que esse passado, como qualquer outro, só serve para garantir um tipo de

³⁹³ Jornal Pequeno, Recife, 17 de fevereiro de 1938.

³⁹⁴ Ainda sobre as intransigências de Mário Melo, vale destacar que durante o Estado Novo ele continuou sendo um ferrenho inimigo do futebol, apesar dessa modalidade esportiva ter sido valorizada e estimulada pelo governo de Getúlio Vargas. Mário Melo dizia que o futebol era “violento, atrai a estupidez [...] precisamos de declarar guerra de morte ao futebol” (Jornal Pequeno, Recife, 14 de março de 1940). Essa fala de Mário Melo nos mostra que a sua complacência com o Estado Novo não foi absoluta.

³⁹⁵ Jornal Pequeno, Recife, 03 de maio de 1938.

³⁹⁶ Jornal Pequeno, Recife, 19 de março de 1938.

³⁹⁷ Jornal Pequeno, Recife, 19 de março de 1938.

nacionalismo e para legitimar determinadas práticas políticas a partir de um manuseio arbitrário do passado.

O tradicionalismo, que é uma das mais fortes alavancas do nacionalismo. Somente reverenciando o passado, respeitando as tradições, conservando os costumes, expurgando as coisas exóticas, querendo ao que é nosso, podemos ter a noção de pátria, que é uma das coisas de que mais precisamos na hora incerta de confusão que o Brasil atravessa³⁹⁸.

Acima vemos Mário Melo estabelecendo os meios historiográficos e políticos para se alcançar a noção de pátria. Nesse sentido, a história de Pernambuco funciona como um manual para orientar as novas gerações no caminho do patriotismo, sendo Mário Melo uma das principais autoridades no assunto e que obteve de Agamenon Magalhães a autorização para convencer os pernambucanos que ser nacionalista seria fundamental.

Compreendemos que a participação de Mário Melo nos debates públicos, em 1938, em torno de temas como modernização/patrimônio e regionalismo/nacionalismo favorecia a recente interventoria de Agamenon Magalhães. Vale destacar que, devido ao sucesso da sua trajetória intelectual em Pernambuco, Mário Melo tinha condições de colaborar na legitimação de determinadas ações políticas realizadas pelo governo de Pernambuco, tendo como vantagem a sua sintonia com os ideais estadonovista que possibilitava uma maior eficácia aos seus discursos. Para discutir sobre a potência da fala de Mário Melo, no momento de estabilização da interventoria de Agamenon Magalhães, consideramos que será necessário visualizar a sua trajetória como historiador, destacando as suas tomadas de posição que lhe garantiram facilidades no campo historiográfico pernambucano, sinalizando à elite política local que ele seria um importante aliado. Nesse sentido, nos interessaremos, no próximo tópico, em conectar a participação de Mário Melo no campo político com a sua trajetória como historiador.

5.3 História e historiador no Estado Novo: a potência do capital simbólico de Mário Melo

Quando inicia o Estado Novo, Mário Melo já tinha quase três décadas de atuação como historiador, tendo como uma de suas principais marcas a supervalorização da documentação, questão que consideramos importante discutir nesse momento do nosso

³⁹⁸ Jornal Pequeno, Recife, 12 de janeiro de 1938.

trabalho. Nesse sentido, buscaremos evidenciar o significado de história por meio do entendimento de Mário Melo dessa relação da história com a documentação, assim como o entendimento de instituições culturais e políticas que tinham a permissão para legitimar as operações historiográficas. Vale ressaltar que o IAHGP, assim como os demais Institutos que surgiram no XIX, tinha como um dos objetivos da sua fundação a composição de uma base documental, que consideravam imprescindível para a elaboração de qualquer trabalho historiográfico. Mário Melo durante a sua trajetória reafirma essa crença da primeira geração do IAHGP, no qual regularmente defendia a relevância da documentação para alcançar a verdade histórica.

Percebemos que essa convicção ainda era partilhada entre os membros do IAHGP, no ano de 1938. Em sessão do IAHGP, Mário Melo comunica que enviou um trabalho ao Terceiro Congresso Nacional de História, entusiasmado por ter “consciência de haver documentado o caráter nacionalista republicano daquele movimento [Guerra dos Mascates]”³⁹⁹. Em seguida, ocorre um debate em torno da validade da tese de Mário Melo, onde é questionado o sentimento republicano naquele acontecimento. Luís Estevão posiciona-se favoravelmente a Mário Melo e diz que a sua tese prova a rebeldia pernambucana através de uma “documentação inédita encontrada agora em Portugal e remetida pelo consocio Arthur da Mota Alves, na qual se firmou o Sr. Mário Melo, é de molde a não deixar mais dúvida sobre esse ponto”⁴⁰⁰.

A seu ver, essa documentação, em que se apoia, é o suficiente para provar o sentimento republicano do pernambucano, durante a guerra dos mascates. Ainda em outubro de 1938, ele é novamente interrogado sobre o assunto, onde aparece como contraponto o livro de Júlio Belo sobre Bernardo Vieira de Melo, principal figura da guerra dos mascates. Mário Melo alerta os seus leitores para não serem enganados por falsos historiadores, sugerindo “procure ler um estudo documentado que venho fazendo [...] é um antídoto ao tóxico com que Júlio Belo quis envenenar”⁴⁰¹. Mário Melo aparecia nos jornais dizendo que não iria cometer erros históricos para agradar determinados segmentos da população, pois seu compromisso era falar em conformidade com os documentos: “estamos numa época em que não se pode nem falar verdade histórica, porque a agressão não se faz demorar”⁴⁰².

³⁹⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de outubro de 1938.

⁴⁰⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de outubro de 1938.

⁴⁰¹ Jornal Pequeno, Recife, 26 de outubro de 1938.

⁴⁰² Jornal Pequeno, Recife, 21 de agosto de 1938.

Para visualizarmos o significado de verdade histórica reconhecido como autêntico no campo intelectual no período do Estado Novo, consideramos interessante nos aproximarmos da discussão em torno do conceito de historiador presente no livro de Angela de Castro Gomes (1996). Segundo a autora, historiadores, eram aqueles que buscavam “distinção tanto da filosofia e da literatura *lato sensu*, quanto do que se chama de “estudos políticos sociais”” (GOMES, 1996, p. 37). Nesse sentido, entendemos que o modo mais eficaz para o historiador se afastar dessas outras narrativas seria aderir um estilo de narrativa com poucas ornamentações e muitos fatos históricos documentados.

No entanto, essa escolha possibilitava críticas que colocavam o historiador como um intelectual antiquado, inclusive gerava acusações dentro do próprio campo historiográfico. Varnhagen utilizava essa narrativa historiográfica que supervalorizava a documentação, tornando-o o maior historiador brasileiro do século XIX. Contudo, alguns historiadores das gerações seguintes irão rebaixar o valor de Varnhagen justamente pela sua crença de que a verdade histórica se reduz ao enunciado em determinado corpus documental. Oliveira Lima irá destacar em Varnhagen a ausência de interpretações e explicações da sociedade, lacuna que não permitiria colocar Varnhagen como a principal referência para os historiadores modernos: “não foi o elaborador de “sínteses luminosas”, não foi o erudito e o narrador” (GOMES, 1996, p. 81). No entanto, apesar das incapacidades de Varnhagen denunciadas pelos historiadores da primeira metade do século XX, ele ainda não é descartado, nos indicando a permanência da crença coletiva em torno da importância da documentação para o ofício do historiador:

O que o perfil de Varnhagen deixa claro é que falar de história e de historiador é, em primeiro lugar, falar de documentos e, nesse caso específico, de documentos escritos existentes em arquivos europeus, os únicos capazes de, nessa época, oferecerem bases sólidas ao trabalho historiográfico (GOMES, 1996, p. 84).

Nesse sentido, o modo como Mário Melo se posicionava em relação à documentação era um dos seus movimentos que lhe facilitou ser considerado como um historiador legítimo, sobretudo durante o Estado Novo, período em que Mário Melo discutiu sobre a Guerra dos Mascates a partir de uma documentação inédita que ele coletou em Portugal, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte. Contudo, apesar das variações nas maneiras de elaborar as operações historiográficas, o discurso do historiador sobre o passado era reconhecido pela sociedade como verdadeiro, tendo uma participação importante nos debates intelectuais do período do Estado Novo. Por meio da revista *Cultura Política*, respeitável revista alinhada com o Estado Novo, Gomes (1996) mostrará o incentivo do campo

de poder político para uma escrita do passado brasileiro que positivasse os acontecimentos lidos como republicanos.

A história do Brasil que *Cultura Política* construía por meio de numerosos artigos publicados em suas páginas era a de um povo que, cada vez mais, ao lutar por sua autonomia/independência/soberania, lutava nos marcos de valores cuja realização completa se faria sob o regime republicano. É para essa conexão que é preciso atentar, observando que, segundo a leitura desse importante veículo da política cultural do Estado Novo, mais do que o Império, era a República que guardava as mais autênticas tradições da nacionalidade e, por conseguinte, iluminava as perspectivas de futuro do país (GOMES, 1996, p. 201).

Logo após a instalação do Estado Novo, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, aprovará a escolha de dez historiadores brasileiros para a composição da Academia de História de Lisboa⁴⁰³, indicando o interesse do governo em participar da seleção de um seleto grupo de historiadores, além de demonstrar seu poder de chancela⁴⁰⁴. Dentre os historiadores selecionados estava a figura de Pedro Calmon, que nesse mesmo ano será nomeado diretor da respeitada Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, por meio de um decreto do Governo Federal⁴⁰⁵.

Em 1938, Pedro Calmon tinha trinta e seis anos e representava a nova geração de historiadores que buscaram entender o passado brasileiro de forma diferente. No entanto, apesar de Pedro Calmon ocupar espaço na Universidade e conseguir publicar seus trabalhos nas grandes editoras da época, ele constrói sua carreira muito próximo do IHGB e, em parte, reproduz a tradição do Instituto⁴⁰⁶. No livro *História da Casa da Torre*, publicado em 1939, Pedro Calmon destaca a importância da documentação além de tratar de genealogia, abordagem comumente aplicada pelos sócios dos Institutos desde o século XIX, permitindo-nos supor a sua aproximação com os princípios das antigas gerações dos Institutos⁴⁰⁷.

⁴⁰³ Os dez historiadores escolhidos são: Affonso Taunay, Afrânio Peixoto, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Affonso Celso, Francisco José de Oliveira Viana, Gustavo Barroso, Manoel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia. (Diário de Pernambuco, Recife, 04 de janeiro de 1938).

⁴⁰⁴ Sobre a relação do Estado Novo com os historiadores, vale destacar que, em 1940, todos os Institutos históricos recebiam auxílio financeiro do governo federal. Também vale ressaltar a grande quantidade de comemorações de centenários, eventos organizados por historiadores, que ocorreram durante o Estado Novo, nos quais quase sempre contava com o apoio do Ministério da Educação e Saúde (GOMES, 1996, p. 146)

⁴⁰⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 26 de outubro de 1938.

⁴⁰⁶ Pedro Calmon Muniz de Bittencourt (1902-1985) ingressa no IHGB em 1931, passa a sócio benemérito em 1943 e a grande-benemérito em 1958. Como professor universitário começa a carreira na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1934. Sobre a sua atuação no mercado editorial, vale ressaltar os seus três livros publicados, quando iniciava a sua trajetória de historiador, pela prestigiada Coleção Brasileira entre 1931 a 1936, são eles: *História da Civilização Brasileira*; *História Social do Brasil*; *História Social do Brasil* (2º tomo).

⁴⁰⁷ Vale destacar que Calmon, antes de ingressar no IHGB, fez parte de uma geração de historiadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) quando ele ainda era um jovem recém formado em Direito pela

Este livro é, antes de tudo, uma demonstração. Demonstramos que se pode escrever a história de uma família típica do velho Brasil; e como, à luz da documentação desentranhada dos arquivos, esparsa pelas monografias, distribuída pelas publicações periódicas, adquire ela uma alta significação nacional. (Pedro Calmon apud FRANZINI, 2006, p.189)

Entendemos que essa vinculação de Pedro Calmon com um tradicional modo de fazer historiográfico não prejudicou a sua carreira de historiador, muito pelo contrário, durante o Estado Novo ele consegue ocupar posições de destaque. Pedro Calmon era reconhecido, assim como tantos outros historiadores da sua geração, como um discípulo de Capistrano de Abreu (1853-1927). A partir da leitura de Gomes (1996), visualizamos que grande parte dos historiadores que atuavam na década de 1930 e 1940 consideravam que “com Capistrano, nasce o saber histórico no Brasil e que sua figura é que conclui ou conforma de modo acabado a distinção entre o ‘homem de letras’ e o pesquisador da ciência da história” (p. 90). Uma das principais marcas de Capistrano de Abreu era o seu desinteresse por ganhos financeiros, marca que era aceita e difundida pelos seus pares:

Quando Capistrano morre, em 1927, tendo determinado um enterro sem nenhuma pompa, a nata da intelectualidade que comparece ao acontecimento insiste na imagem da grandeza do homem e do absoluto despojamento de sua vida. Uma característica que só faria crescer o mito de sua presença intelectual (GOMES, 1996, p. 51).

Em Pernambuco, também na década de 1920, ocorre um esforço coletivo entre os historiadores para propagar uma imagem positiva do ofício historiográfico através do desinteresse intelectual de Pereira da Costa, sobretudo a partir da ocasião da sua morte, em 1923⁴⁰⁸. No enterro de Pereira da Costa, antes de fechar a catacumba o deputado Otávio Tavares define Pereira da Costa como um homem pobre e sem prestígio político, fazendo-nos enxergar uma denúncia, mas também uma possível ligação entre reconhecimento como historiador e a ausência de ganhos financeiros, ligação que poderia ser considerada como um elemento secundário na construção imagética do historiador, sobretudo entre os não iniciados: “Pereira da Costa dizia aos íntimos, referindo-se a uma rua com o seu nome: ‘tenho uma rua e não tenho

Universidade do Brasil. Nessa sua primeira experiência como membro do Instituto, vale ressaltar que logo cedo, quando tinha 25 anos, em 1927, ele empenha-se na luta pela preservação de patrimônio, obtendo reconhecimento ao ter a sua proposta transformada em lei pelo governo baiano. Sobre essa relação entre o IGHB, o governo do estado da Bahia e o órgão responsável pela preservação ver: Contra a maldade e a indiferença, as inspetorias da Bahia e de Pernambuco. In: Rodrigues, Rodrigo José Cantarelli. **Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo**: Experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 2019.

⁴⁰⁸ Sobre a imagem social de Pereira da Costa ver o segundo capítulo desta tese e também: SILVA, Wagner Carlos. As comemorações do centenário de Pereira da Costa: o(s) historiador(es) e as instâncias de consagração. Anais do VII Seminário TRT/UFPE & II Caravana ANPUH/PE, Recife, 2018.

uma casa”⁴⁰⁹. Mário Melo admirava em Pereira da Costa esse seu grande interesse pelo passado de Pernambuco e sugeria aos seus leitores, em 1938, que ele, como discípulo de Pereira da Costa, agia em conformidade com as práticas do seu mestre:

Muita gente não compreende meu desvelo por uma associação como o Instituto Arqueológico, da qual não aufero nenhum provento material, quando o tempo, com ela e com outras iguais consumindo, poderia dar-me, por exemplo na advocacia ou no magistério particular, situação financeira folgada [...] é em parte caso de temperamento ou de vocação, mas a verdade é que isso redundaria em proveito do bom nome de Pernambuco e consequentemente do Brasil⁴¹⁰.

Vemos nessa fala acima de Mário Melo, um recurso poderoso para ele se fortalecer no campo intelectual, pois exibindo-se como um agente que não se dobra aos interesses externos, coloca-se como um servo da história. Vale ressaltar que entendemos que a maximização do capital simbólico se faz por meio da censura do interesse econômico, ou seja, o intelectual mascarando seus interesses materiais possibilita que o coletivo aceite seus atos como generosos e se sintam inclinados a recompensar o sacrifício⁴¹¹. Um mês depois, Mário Melo definindo o seu ofício historiográfico novamente destacará a sua boa vontade cultural:

Pela atividade a que me entrego sem nenhum provento material [...] há trinta anos me dedico de corpo e alma ao Instituto Arqueológico, e há mais de vinte anos, sou seu secretário perpétuo. Consideram-me até maníaco pelo meu desvelo ao passado de Pernambuco, por dedicar-me ao estudo da sua história⁴¹².

Mário Melo, destacando a sua dedicação aos estudos históricos, que prejudicava a sua vida financeira, também buscava valorizar positivamente o IAHGP, no qual ele era o nome que mais estava vinculado à instituição, durante a década de 1930. Nesse sentido, vemos nessa sua tomada de posição não apenas um dissimulado auto elogio, mas também um discurso entusiasmado sobre a tradição historiográfica do IAHGP, tradição em que ele se ajustava com facilidade. Quando Mário Melo vê a necessidade de rebaixar os princípios da monarquia, ele buscará defender a ideia de república por meio da exaltação dos acontecimentos de 1817 e 1824, que eram tão caros ao IAHGP. Esse movimento de Mário Melo buscava atribuir ao IAHGP uma função de local sagrado de veneração da república: “o altar da pátria, altar permanente onde a pira vive acesa noite e dia, é o Instituto Arqueológico”⁴¹³.

⁴⁰⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 22 de novembro de 1923.

⁴¹⁰ Jornal Pequeno, Recife, 03 de junho de 1938.

⁴¹¹ Ver: A economia dos bens simbólicos, in BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1996.

⁴¹² Jornal Pequeno, Recife, 14 de julho de 1938.

⁴¹³ Jornal Pequeno, Recife, 02 de julho de 1938.

Relativo ao campo cultural pernambucano, o IAHGP tinha grande importância para Mário Melo. Na ocasião de uma visita a Pernambuco de um professor da Universidade de Jerusalém, Mário Melo ressalta a reputação do IAHGP: “sabia apenas que em Pernambuco havia uma sociedade de cultura, que era o Instituto Arqueológico”⁴¹⁴. De acordo com Mário Melo, essa superioridade do IAHGP estava relacionada à sua produção intelectual que a RIAHGP materializava, estando em 1938 no Volume 35, tendo ultrapassado 150 números. Nesse sentido, essa longa trajetória da Revista garantiu ser conhecida em todo Brasil, elevando a legitimidade do IAHGP: “por essa revista é que Pernambuco é conhecido pelos homens de cultura”⁴¹⁵.

No entanto, na década de 1930 os Institutos começam a disputar espaço com as editoras, possibilitando aos intelectuais uma nova instância para se legitimarem como historiadores⁴¹⁶. Em 1938, o professor pernambucano Olívio Montenegro consegue publicar um livro pela prestigiada Editora José Olympio, intitulado *O romance brasileiro*, tendo como prefaciador o seu amigo Gilberto Freyre. No entanto, percebemos na crítica de Freyre que Olívio escolheu se distanciar do ofício historiográfico: “ele de modo nenhum pretendeu fazer obra de história literária. [...] crítica de livre atirador no sentido quase literal da expressão, sem compromissos nem obrigação nenhuma de historiador”⁴¹⁷. Odorico Tavares também comenta a escolha de Olívio Montenegro de não se submeter as regras historiográficas: “não vejo lado mais simpático do que esse de Olívio Montenegro, no destemor em apresentar o seu trabalho sem método cronológico, sem preocupações de escolas, de divisões e de datas, tudo catalogado, numa frialdade de gente morta”⁴¹⁸.

Lendo as críticas sobre o livro de Olívio Montenegro, parece que o seu total distanciamento de qualquer tradição historiográfica impediu que o seu livro fosse recebido como uma operação historiográfica. O livro *O romance brasileiro* foi recebido como um livro realizado para satisfazer um desejo pessoal e que apesar de ter um valor intelectual não interessa a nenhum grupo estabelecido. Nesse sentido, entendemos que muito embora a Editora José Olympio tivesse condições de legitimar novos modos de interpretar a história ainda assim era necessário um diálogo com algumas convenções, caso o autor se interessasse em produzir um texto historiográfico. Para Olívio Montenegro, parecia ser impossível assimilar a tradição

⁴¹⁴ Jornal Pequeno, Recife, 03 de junho de 1938.

⁴¹⁵ Jornal Pequeno, Recife, 03 de junho de 1938.

⁴¹⁶ Ver: FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2006.

⁴¹⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 19 de junho de 1938.

⁴¹⁸ Diário de Pernambuco, Recife, 21 de agosto de 1938.

historiográfica do IAHGP. Discutindo o conceito de revolução para a história, Olívio rebaixa a história militar e a história dos grandes heróis, ou seja, coloca-se contra a história monumental produzida pelo IAHGP desde 1862:

Os fatos da história não os devemos julgar unicamente pelo seu volume material de força, pelo seu poder de explosão, pelo seu efeito revolucionário. Às vezes fatos magros, desprovidos de toda a pompa guerreira, limpos dos sangues dos sacrifícios inúteis são para o historiador de um poder mais clarificativo do que os fatos muito gordos, ou do que fatos de um colorido espetacular⁴¹⁹.

Ainda no ano de 1938, Mário Sette, outro intelectual pernambucano, lança um livro que também discorre sobre o passado, intitulado *Maxobombas e maracatus*. Mário Melo comentando *Maxobombas e maracatus* parabeniza Mário Sette pelo excelente trabalho realizado, no entanto faz uma pequena ressalva para estabelecer os limites entre história e literatura: “o livro de Mário Sette não é de história – ele é rebelde à narração fria – mas constitui subsídio importantíssimo para o futuro historiador”⁴²⁰. Vemos na fala de Mário Melo um desejo de estabelecer as singularidades da história, que no caso acima ele refere-se ao compromisso da história com a verdade. Para Mário Melo o historiador estaria impedido de realizar uma escrita floreada, pois ela dificultaria a transmissão da verdade ou esconderia os equívocos.

Essa ideia de Mário Melo era compartilhada com os historiadores da sua geração, que buscaram definir a história destacando o seu rigor e as suas tradições e o historiador como um indivíduo que se esquivava da vida mundana para viver nos arquivos com o objetivo de dedicar-se a história. Nesse sentido, no próximo capítulo buscaremos mostrar, por meio da elaboração e recepção do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, como Mário Melo satisfaz o campo historiográfico pernambucano e o campo de poder político, permitindo-lhe chegar a década de 1940 ainda reconhecido como um importante historiador.

⁴¹⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de setembro de 1938.

⁴²⁰ Jornal Pequeno, Recife, 23 de agosto de 1938.

6 O LIVRO A GUERRA DOS MASCATES COMO AFIRMAÇÃO NACIONALISTA

No centenário de nascimento de Mário Melo, em 1984, o jornal *Diário de Pernambuco* publica uma matéria especial lembrando alguns episódios de sua vida. Queremos evidenciar, nesta matéria, o lamento do filho de Mário Melo, Clóvis Melo, ao desabafar sobre um incômodo relativo à trajetória de historiador do seu pai: "meu pai perdeu tempo na imprensa. Poderia ter escrito uma obra histórica de muito mais profundidade"⁴²¹. No entanto, vinte e quatro anos antes, em 1960, o IAHGP dedicou um volume da sua revista para homenagear Mário Melo e, nela, percebemos sinais de que, naquela ocasião, foi entendido que Mário Melo conseguiu elaborar um trabalho historiográfico satisfatório, muito longe de ser compreendido como algo de pouca "profundidade". O texto introdutório deste volume buscou mostrar ao leitor o forte entrelaçamento de Mário Melo com o IAHGP, destacando as suas principais contribuições, desde que ingressou no Instituto, no longínquo 27 de maio de 1909. Quando apresenta os seus trabalhos historiográficos, a revista coloca luz, nas pesquisas de Mário Melo referentes à Guerra dos Mascates, que resultaram no livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, publicado originalmente em 1941, o qual foi considerado:

A maior pesquisa que realizou Mário Melo em sua vida, de vez que compulsou os documentos originais dos arquivos portugueses, fazendo luz sobre muitos episódios obscuros da vida colonial em Pernambuco. Ligou definitivamente o seu nome à literatura especializada do Brasil-colônia, do mesmo modo que José Higino à da guerra holandesa. Foi talvez, a sua mais positiva contribuição aos estudos históricos sobre Pernambuco⁴²².

Como se percebe, para o IAHGP, esse trabalho de Mário Melo sobre a Guerra dos Mascates colocava-o num patamar que não nos permite, apenas, considerá-lo como um zeloso secretário perpétuo. Essa memória positiva da obra, sobrevivendo até 1960, fala sobre o contexto que lhe consagrou, direcionando o nosso olhar para a conjuntura social e histórica em que a mesma foi produzida e lida. Nesse sentido, dedicar-nos-emos em tratar da configuração do campo historiográfico pernambucano e suas relações com determinados agentes e instâncias durante o Estado Novo. Buscaremos, assim, enxergar no livro, *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, as relações de forças que estimulavam movimentos e consagravam produções intelectuais no campo historiográfico pernambucano, tentando dimensionar o capital simbólico de Mário Melo.

⁴²¹ Diário de Pernambuco, Recife, 05 de fevereiro de 1984.

⁴²² RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 20.

Então, neste último capítulo, procuraremos concentrar o nosso olhar no livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, visando realçar, principalmente, a elaboração e a recepção da obra, ou seja, evidenciar as condições sociais e históricas da elaboração do livro, que constrange o produtor, mas, ao mesmo tempo, lhe garante reconhecimento. Também iremos nos ater ao texto que compõe a obra, procurando entendê-lo como uma expressão da posição de Mário Melo, no campo historiográfico, sendo o seu livro, aqui, entendido como um meio para ele reafirmar a antiga hierarquia do campo historiográfico pernambucano e, ao mesmo tempo, posicionar-se politicamente.

6.1 As condições sociais e históricas da produção do livro: estímulos, constrangimentos e depuração

Cinco meses após a publicação do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, Mário Melo, comentando o seu próprio livro, destaca um acontecimento que ele considera como crucial para a escrita dessa obra. Este acontecimento refere-se ao pedido do IHGB para ele escrever a "dissertação da tese oficial *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*"⁴²³. Esta solicitação do IHGB está relacionada ao Terceiro Congresso de História Nacional, congresso que fez parte das comemorações do primeiro centenário do IHGB, evento ocorrido no período de 21 a 29 de outubro de 1938, na sede do IHGB, cidade do Rio de Janeiro. Em novembro de 1937, o *Jornal Pequeno* anuncia que Mário Melo foi convidado para relatar uma tese sobre um "assunto pernambucano" no Terceiro Congresso de História Nacional. No comunicado é exposta a carta, assinada por Tavares de Lyra⁴²⁴, recebida por Mário Melo, na qual destacamos o seguinte trecho: "resolveu eleger-lo relator da tese nº 15, letra B, que assim se inscreve: *Afirmações nacionalistas - Mascates*"⁴²⁵.

Considerando que Mário Melo tomou conhecimento do seu encargo nessa carta, compreendemos, então, que ele teria menos de um ano para redigir a sua tese sobre a Guerra dos Mascates. Por outro lado, entendemos que a comissão organizadora do Congresso

⁴²³ Jornal Pequeno, Recife, 31 de dezembro de 1941.

⁴²⁴ Tavares de Lyra (1872-1958) na ocasião era sócio benemérito e segundo vice-presidente do IHGB e presidente da Comissão organizadora do Terceiro Congresso de História Nacional. Vale destacar que também era sócio correspondente do IAHGP.

⁴²⁵ Jornal Pequeno, Recife, 20 de novembro de 1937.

acreditava na perspicácia de Mário Melo para tratar sobre os "grandes acontecimentos" do passado de Pernambuco, sendo a Guerra dos Mascates mais uma das suas especialidades. Dois meses antes de ocorrer o Congresso, o jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, anunciando a comemoração do centenário do IHGB, destaca a importância do evento para a discussão historiográfica, mencionando alguns nomes que apresentarão teses no congresso, tais como: General Lauro Sodré, Tavares de Lyra e Max Fleuiss. Nesse sentido, ao reunir consagrados historiadores, o congresso é entendido como um valioso episódio da historiografia brasileira que congregará importantes estudos históricos: "as teses do certâmen abrangem um largo período da vida nacional e serão sustentadas por escritores que se especializaram no assunto"⁴²⁶. No mês seguinte, no mesmo jornal, são informados mais dados sobre as teses que serão apresentadas, no Congresso, mencionando, inclusive, os trabalhos que argumentarão sobre as afirmações nacionalistas, área em que se insere o trabalho de Mário Melo:

Reunirá interessantes teses, que depois terão publicação em volume [...] as nossas afirmações nacionalistas, traduzidas na expulsão dos holandeses, nas insurreições dos Mascates (1710-1711, em Olinda e Recife), dos Emboabas (São Paulo 1708), de Felipe dos Santos (Vila Rica 1720), e nas duas inconfidências, a baiana e a mineira⁴²⁷.

Observando os objetivos do Terceiro Congresso de História Nacional, que a comissão organizadora do evento insinuava desde o ano anterior à sua realização, vemos um esforço em construir uma determinada identidade cultural para o Brasil, inclusive com a colaboração de Mário Melo, como veremos mais adiante. Consideramos que os historiadores que faziam parte das tradições dos Institutos Históricos foram estimulados a se adaptarem àquelas necessidades sugeridas pelo Congresso – necessidades, aliás, que faziam parte dos princípios dos Institutos.

Mário Melo quando recebe o convite do Terceiro Congresso de História Nacional para escrever sobre as afirmações nacionalistas na Guerra dos Mascates, comenta que, por falta de documentos, sentia-se inseguro para escrever sobre o tema – inclusive menciona que devido a essa escassez de documentos tinha negado contratos com editoras que solicitaram a escrita sobre a Guerra dos Mascates. No entanto, apesar das dificuldades que ele vislumbrava para a escrita sobre a Guerra dos Mascates, Mário Melo não recusará a convocação do IHGB. Esse esforço de Mário Melo, em aceitar o convite na intenção de conseguir corresponder às expectativas do IHGB, indica que, para ele, o sucesso nessa empreitada significava agradar às

⁴²⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938.

⁴²⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1938.

principais autoridades do campo historiográfico brasileiro que, no nosso entendimento, tinham condições de maximizar o seu capital. Então, o convite do IHGB, que para Mário Melo tinha maior poder que o mercado editorial, funcionou como uma imposição, fazendo-o investir nessa empreitada: “Se não estudara o assunto para fazer jus ao pagamento de 4.000\$000 (de uma editora não nomeada), iria fazê-lo agora, sem nenhuma remuneração, para corresponder à confiança depositada em meu nome”⁴²⁸.

Desse modo, a escrita de Mário Melo sobre a sua tese da Guerra dos Mascates é desenvolvida, em parte, conforme essa demanda do IHGB (muito embora não ignoremos o processo criativo do autor e suas próprias inquietações pessoais, construídas socialmente desde a sua infância). Após o Terceiro Congresso de História Nacional, Mário Melo relembra o estímulo do IHGB e, paralelamente, indica um constrangimento lançado pelos pares:

Designado pelo Instituto Histórico Brasileiro, ao completar seu primeiro centenário, para relator da tese Guerra dos Mascates a ser apresentada ao III Congresso de História Nacional, procurei escrever trabalho que correspondesse à confiança de confrades do mais elevado cenáculo da história do Brasil. Era também o momento de liquidar uma dúvida levantada no I Congresso, por Vicente Ferrer, que negara tendências republicanas em o movimento de 1710 e amesquinhou a figura de Bernardo Vieira⁴²⁹.

Queremos destacar, ainda, na fala acima, a discussão, em Pernambuco, em torno da figura de Bernardo Vieira de Melo e a necessidade, para a maioria dos historiadores locais, de transformá-lo em herói da pátria. Quando Mário Melo afirma que esclarece uma dúvida lançada por Vicente Ferrer (1857-1915)⁴³⁰, no Primeiro Congresso de História Nacional, ocorrido em 1914 (momento em que Mário Melo iniciava sua trajetória no IAHGP), revela que o trabalho de Mário Melo é resultado de uma longa discussão, que envolveu membros de algumas gerações do IAHGP.

Na última sessão do IAHGP, antes do Terceiro Congresso de História Nacional, Mário Melo, comunicando que remeteu para o Rio de Janeiro a sua dissertação sobre a Guerra dos Mascates, mostra-se satisfeito por ter convicção de ter conseguido documentar "o caráter nacionalista republicano daquele movimento, esclarecendo as dúvidas que levou Vicente Ferrer

⁴²⁸ Jornal Pequeno, Recife, setembro de 1941. Recorte de jornal encontrado na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP. Supomos que esta crônica foi publicada no dia 19, pois a colagem anterior refere-se ao dia 18 de setembro de 1941. Ainda queremos informar que este número não foi encontrado no site da hemeroteca digital.

⁴²⁹ Jornal Pequeno, Recife, 13 de fevereiro de 1939.

⁴³⁰ Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo era sócio efetivo do IAHGP. Sobre a Guerra dos Mascates ele lançou o livro: FERRER, Vicente. Guerra dos Mascates (Olinda e Recife). Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1914.

a negar”⁴³¹. Nesse sentido, só depois de vinte quatro anos do Primeiro Congresso de História Nacional é que Mário Melo vê resolvido um antigo dilema do IAHGP⁴³².

Entretanto, Metódio Maranhão, nesta mesma sessão do IAHGP, contesta a tese de Mário Melo, informando aos demais sócios que “está convencido de que não se manifestou durante ela [Guerra dos Mascates] o sentimento republicano, como querem fazer crer”⁴³³. Observando essa postura de Metódio Maranhão, parece-nos que Vicente Ferrer tornou-se uma referência sobre o assunto, deixando discípulos no IAHGP. O próprio Mário Melo, comentando sobre o embate no IAHGP em torno da temática da Guerra dos Mascates, no período de atuação da geração anterior, destaca a participação de Vicente Ferrer: “é certo que aqui a falange mais respeitada – Pereira da Costa, Oliveira Lima, Regueira da Costa, Sebastiao Galvão, Artur Muniz – estava com Codeceira. Mas do outro lado havia também gente de peso: Alfredo de Carvalho, Vicente Ferrer...”⁴³⁴.

Interessante destacar que, para Mário Melo, o grupo mais consagrado seguia caminho inverso ao de Ferrer, preferindo aderir às premissas de Major José Domingues Codeceira (1820-1904). Mário Melo, também, irá se enxergar como um continuador dos estudos históricos de Codeceira sobre a Guerra dos Mascates⁴³⁵, inclusive, considerando-o um

⁴³¹ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de outubro de 1938.

⁴³² Esse longo intervalo temporal, vinte e quatro anos, não foi uma exceção em torno da discussão sobre a Guerra dos Mascates. Apesar de ser considerado pelo IAHGP como um dos principais acontecimentos do passado pernambucano, ele será esquecido, enquanto outros acontecimentos, como a restauração pernambucana e as revoltas republicanas no século XIX, principalmente a revolução de 1817, serão supervalorizados. Observando a RIAHGP, encontramos apenas dois trabalhos que se referem exclusivamente à Guerra dos Mascates que precederam o de Mário Melo: MARANHÃO, Metódio. Guerra dos Mascates. V. 25, n. 119-122, p. 243-263, 1923. LESSA, Vicente do Rego Temudo. A Guerra dos Mascates. V. 29, n. 135-142, p. 307-327, 1929. Mário Melo menciona dois trabalhos elaborados por seus contemporâneos do IAHGP sobre o tema: Luís Estevão e Célio Meira (Jornal Pequeno, Recife, 05 de outubro de 1939). Mas não encontramos a referência. Sobre essa negligência, Silva (2012) diz que a Guerra dos Mascates caiu “em um limbo historiográfico em geral, obscurecido pelos eventos do período holandês, sendo pouco estudado até o final do século 20. [...] Assim, até 1995, quando Cabral de Mello lançou *A fronda dos mazombos* – considerada o estudo definitivo sobre o tema – poucos foram os estudiosos que optaram por se debruçar sobre essa disputa entre as duas cidades, talvez por considerá-la regional demais” (p. 7).

⁴³³ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de outubro de 1938.

⁴³⁴ Jornal pequeno, Recife, setembro de 1941. Recorte de jornal encontrado na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP. Supomos que esta crônica foi publicada no dia 17, pois as duas colagens anterior referem-se aos dias 15 e 16 de setembro de 1941 e a seguinte está datada como dia 18. Ainda queremos informar que este número não foi encontrado no site da hemeroteca digital.

⁴³⁵ Mário Melo relembando a sua juventude, expressa que o seu sentimento de veneração a Codeceira era antigo, buscando, assim, transmitir ao leitor a origem do seu livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*: “mero cascabulho, ainda de calças curtas, fizemos um dia uma reunião em minha República e fundamos uma sociedade literária, que tomou o nome de Bernardo Vieira de Melo. Era, bem me recorde, uma espécie de partido da mocidade em apoio do velho Codeceira, a quem logo elegemos presidente de honra” (Jornal pequeno, Recife, setembro de 1941. O mesmo recorte acima citado). Esta sociedade literária foi fundada por Mário Melo, em 1900, e reunia alguns colegas do Ginásio Pernambucano. (PARAÍSO, 1997, p.51). Na década de 1920, quando Mário Melo lembra da sua experiência no Ginásio Pernambucano destaca a sua participação na fundação de uma sociedade literária intitulada Grêmio de Letras Bernardo Vieira de Melo, título que foi sugerido por Codeceira: “Acolhemos com entusiasmo a indicação de Bernardo Vieira de Melo para patrono do nosso Grêmio e fui

pioneiro nas pesquisas sobre o assunto – pesquisas que fizeram Codeceira defender a existência de ideias republicanas, em Olinda, em 1710, por meio do heroísmo de Bernardo Vieira de Melo: "o velho Codeceira, que foi o precursor da exaltação à memória de Bernardo Vieira de Melo"⁴³⁶. Na apresentação do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, Mário Melo exhibirá novamente esse embate entre Vicente Ferrer e Codeceira, os principais protagonistas dessa bibliografia, que criaram um ambiente dividido no IAHGP sobre o assunto da Guerra dos Mascates:

Depois da Proclamação da República no Brasil, o cronista pernambucano de saudosa memória José Domingues Codeceira, em protesto contra a corrente que se formou no Sul de considerar o alferes Tiradentes como precursor da ideia republicana, procurou mostrar que muito antes da Inconfidência Mineira fizeram os nativistas pernambucanos um movimento para a implantação da República. Escassos eram os elementos para a sustentação da sua tese. [...] Fácil, assim, foi a Vicente Ferrer contestar indícios republicanos durante o movimento nativista (MELO, 2012, p. 22).

Vemos que, antes da publicação do livro de Mário Melo sobre a Guerra dos Mascates, a temática ainda estava aberta a discussões, no campo historiográfico pernambucano, com poucos resultados aceitos como verdadeiros, facilitando a participação de agentes nessa polêmica. Então, na geração seguinte à de Codeceira, a maioria dos membros do IAHGP formaram um grande grupo que escolheram persistir na sua tese. No entanto, Vicente Ferrer, juntamente com Alfredo de Carvalho, preferiram recusar os argumentos de Codeceira, de acordo com o trecho da fala de Mário Melo colocada acima. Na geração seguinte, que tem Mário Melo como o principal continuador da tese de Codeceira, identificamos a continuação do debate no IAHGP. Nesse novo momento, vemos Metódio Maranhão isolado no IAHGP, tendo pouco sucesso na sua busca de enfraquecer a ideia que, em 1710, a rebeldia olindense propôs a República, indicando que Mário Melo conseguiu aprimorar a tese inicial de Codeceira, convencendo a grande maioria dos historiadores da sua época, o que, inclusive, possibilitará que venha a ser recompensado, como veremos mais adiante.

Contudo, sete meses após o Terceiro Congresso de História Nacional, a tese de Mário Melo sobre a Guerra dos Mascates será novamente contestada em sessão do IAHGP pelo sócio Metódio Maranhão⁴³⁷. Na ocasião, Metódio Maranhão argumentará que Mário Melo se baseia, numa premissa equivocada, ao aplicar o conceito de câmara municipal proposto por

aclamado presidente. [...] comunicamos o ocorrido ao velhinho Codeceira, que chorou de alegria, por ver que a sua campanha encontrara eco no seio da mocidade" (Diário de Pernambuco, Recife, 10 de novembro de 1927).

⁴³⁶ Jornal pequeno, Recife, 05 de outubro de 1939.

⁴³⁷ Jornal desconhecido, 11 de maio de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

Southey⁴³⁸. Mário Melo buscará refutar o argumento de Metódio Maranhão, destacando que a sua tese foi construída por meio de uma documentação considerada relevante pela comissão que fez parte do Terceiro Congresso de História Nacional:

Mesmo pondo Southey de parte e todos os outros historiadores que trataram do assunto, a documentação inédita que o Instituto hoje possui [documentação coletada por intermédio de Mário Melo em Portugal, em meados de 1937] mostra que queriam fazer República autônoma. [...] esses documentos foram estudados há pouco pelo Congresso de História Nacional e o parecer desta foi que, à vista deles, já não era possível pôr em dúvida o espírito republicano dos olindenses de 1710⁴³⁹.

A intransigência de Mário Melo ao comentário de Metódio demonstra que ele acreditava que a documentação utilizada para elaboração do seu livro tornou a sua tese incontestável, inclusive, enfraquecendo toda a bibliografia sobre o tema. Essa crença de Mário Melo era compartilhada com outros membros do IAHGP, como vemos na fala de Luís Estevão, em sessão do IAHGP, ao afirmar que Mário Melo provou a rebeldia pernambucana em 1710 através da “documentação inédita encontrada agora em Portugal e remetida pelo consócio Arthur da Mota Alves, na qual se firmou o Sr. Mário Melo, é de molde a não deixar mais dúvida sobre esse ponto”⁴⁴⁰.

Esse embate entre Mário Melo e Metódio não se restringiu às sessões do IAHGP. Após a realização do Terceiro Congresso de História Nacional, o debate em torno da Guerra dos Mascates torna-se público ao ganhar as páginas dos jornais recifenses⁴⁴¹. Mário Melo, além de abordar o assunto nas suas colunas, no *Jornal Pequeno* e no *Jornal do Comércio*, participava de entrevistas para explicar aos leitores a sua versão do acontecimento (aliás, o Metódio,

⁴³⁸ Vale destacar que em sessão do IAHGP em outubro de 1938, quando Metódio ataca a tese de Mário Melo, Luís Estevão posicionará em defesa de Mário Melo, mencionando o próprio Southey: “Southey, estrangeiro imparcial, escrevendo à vista de documentos da época, mostra a rebeldia dos pernambucanos, contra o regime da coroa portuguesa” (Diário de Pernambuco, Recife, 07 de outubro de 1938).

⁴³⁹ Jornal desconhecido, 11 de maio de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

⁴⁴⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 07 de outubro de 1938.

⁴⁴¹ Encontramos na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP inúmeros recortes de jornais sobre a Guerra dos Mascates, sobretudo nos meses de maio e junho de 1939. Sobre essa polêmica em torno da Guerra dos Mascates na imprensa, Mário Melo expõe o desconforto que isso causava dentro do Instituto, por meio de um trecho da ata da sessão do IAHGP do dia 05 de junho: “O Sr. Mário Melo diz que [...] melhor será a cassação absoluta da polêmica na imprensa” (Jornal do Comércio, 02 de setembro de 1939). Vale destacar que nessa sessão que é estabelecido um pacto de silêncio, aparecem dois nomes, além de Metódio, que atacam a tese de Mário Melo: Guilherme Auler e Manuel Lubambo, ambos ingressaram no IAHGP em 1938, mas foram desligados nos anos seguintes, pois não aparecem na lista de sócios no volume 38 da RIAHGP, publicada em 1943. Mário Melo entrará em confronto com esses dois novatos, mas o embate estará mais relacionado ao campo de poder político, como veremos mais adiante.

também, era entrevistado sobre o assunto)⁴⁴². Em entrevista ao jornal *Folha da Manhã*, Mário Melo, antes de tratar sobre a Guerra dos Mascates, prefere retomar a fala de Metódio, destacando a atual situação dele no campo historiográfico pernambucano: “o professor Metódio está só. Houve tempo em que, em relação à Guerra dos Mascates, o Instituto se dividia em dois grupos [...] o velho Metódio Maranhão é o último remanescente do grupo de Ferrer”⁴⁴³.

Vemos que Mário Melo remete às antigas discussões do IAHGP em torno da Guerra dos Mascates, assim como, às alianças e desavenças que essas discussões causaram, afetando gerações futuras, colocando Mário Melo ao lado de Codeceira, enquanto Metódio ficava como um defensor da corrente de Ferrer. De acordo com Mário Melo, Metódio recusava uma postura de historiador para comportar-se como um adorador de Ferrer, demonstrando um entusiasmo exagerado pela sua tese: “[Metódio] Convenceu-se de que a razão estava com este [Ferrer] e é como os antigos políticos da monarquia: não muda de opinião, sejam quais forem as razões apresentadas. Não as examina, não quer examiná-las, com o temor de converter-se”⁴⁴⁴.

No final da entrevista acima citada, após Mário Melo discutir a documentação e bibliografia sobre a Guerra dos Mascates e narrar alguns episódios desse acontecimento, ele buscará novamente invalidar os argumentos de Metódio. Mário Melo utilizará o parecer do Terceiro Congresso de História Nacional acerca de seu trabalho para afirmar que a sua tese alcançou unanimidade entre os historiadores. Mário Melo considera o parecer: “O tiro de misericórdia na contenda. É o julgamento dum Tribunal de História sobre controvertido ponto histórico. Deve ter mais peso que a opinião do meu distinto amigo e confrade Dr. Metódio Maranhão”⁴⁴⁵.

A sessão do IAHGP do dia 11 de maio de 1939 confirma que a tese de Mário Melo agradou a grande maioria dos membros do Instituto. Na ocasião, Olímpio Costa Júnior, como segundo secretário do IAHGP, comentando a polêmica entre Mário Melo e Metódio Maranhão, declara que “todos os sócios, menos aquele [Metódio], estejam convencidos de que houve tentativa republicana em 1710”⁴⁴⁶. Vemos na fala de Olímpio Costa, registrada na ata da sessão pelo presidente do Instituto, que o trabalho de Mário Melo foi aceito pelos seus pares como verdadeiro, desestimulando qualquer posicionamento contrário àquela tese. Vale destacar que,

⁴⁴² “Folha da Manhã divulgou em suas últimas edições, extensa entrevista do professor Metódio Maranhão sobre uma questão histórica a respeito da Guerra dos Mascates” (Folha da Manhã, Recife, 14 de maio de 1939).

⁴⁴³ Folha da Manhã, Recife, 14 de maio de 1939.

⁴⁴⁴ Folha da Manhã, Recife, 14 de maio de 1939.

⁴⁴⁵ Folha da Manhã, Recife, 14 de maio de 1939.

⁴⁴⁶ Jornal desconhecido, 11 de maio de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP.

na primeira sessão do IAHGP, após a publicação do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, é proposto um voto de congratulações a Mário Melo pelo seu livro recém lançado – homenagem que é validada e autorizada em sessão, indicando novamente que a tese de Mário Melo correspondeu, positivamente, às expectativas daquele grupo, que formava o IAHGP naquele período.

O Sr. Aurino Maciel propõe seja registrado na ata um voto de congratulações ao secretário perpétuo Sr. Mário Melo, pela publicação de seu livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, prefaciado pelo interventor Agamenon Magalhães, trabalho minucioso, documentado e que revela o carinho com que o autor se dedica ao estudo da história de Pernambuco, o que é aprovado, encerrando-se, a seguir os trabalhos⁴⁴⁷.

Compreendemos que a boa recepção do livro de Mário Melo, no IAHGP, não se refere apenas ao esmero aplicado pelo historiador, mas também, por ele refinar uma discussão historiográfica que interessava aos membros do Instituto. O livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* começa a ser desenvolvido por Mário Melo durante a viagem que ele fez a Portugal em meados de 1937⁴⁴⁸. Antes de embarcar para Lisboa, o IAHGP faz-lhe uma solicitação que, talvez, possa ser considerada como ponto de partida para Mário Melo iniciar a elaboração do livro⁴⁴⁹, permitindo enxergar a obra dele como um vagaroso trabalho coletivo. Abaixo transcrevemos a solicitação mencionada acima:

Do Instituto Arqueológico leva Mário Melo a incumbência de investigar se existem em lugar certo as cinzas de Bernardo Vieira de Melo, falecido na prisão, em consequência de sua ação na Guerra dos Mascates, quando pretendeu estabelecer a República em Pernambuco, a fim de, consoante a lembrança do coronel Joaquim Cavalcanti, esposada pelo mesmo Instituto, serem, no caso afirmativo, repatriadas para Olinda⁴⁵⁰.

Duas semanas depois, numa coluna assinada N. F., são expostas mais informações sobre essa solicitação do IAHGP ao Mário Melo: "fato de Samuel Campelo, na última sessão

⁴⁴⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 08 de agosto de 1941.

⁴⁴⁸ Mário Melo esteve em Portugal de junho a agosto de 1937. O motivo inicial da viagem foi um convite recebido por Mário Melo para realizar uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, mas a sua estadia foi estendida para a realização de outras atividades, como veremos mais adiante.

⁴⁴⁹ No entanto, vale destacar que Mário Melo carregava o interesse pelo tema desde a sua juventude, como vimos no caso da sua atuação como presidente do Grêmio de Letras Bernardo Vieira de Melo quando ainda era um adolescente. Também vale destacar que, conforme a ata da sessão do IAHGP do dia 10 de novembro de 1909, Mário Melo profere seu primeiro discurso no Instituto exaltando a figura de Bernardo Vieira de Melo, como informamos no primeiro capítulo desta tese. Ver: RIAHGP, v.18, 1916. Aliás, esses interesses do jovem Mário Melo, que falam da sua formação, favoreceram-no a construir uma boa reputação no início da sua trajetória no IAHGP. Sobre esse primeiro discurso proferido como membro do IAHGP, Mário Melo, na década de 1920, relembra: "O primeiro trabalho que li no Instituto Arqueológico, ainda na praça da Concórdia onde hoje se ergue a estátua de Nabuco [...] foi sobre Bernardo Vieira e a sua atuação em 10 de novembro de 1710" (Diário de Pernambuco, Recife, 10 de novembro de 1927).

⁴⁵⁰ Jornal Pequeno, Recife, 13 de maio de 1937.

do Instituto Arqueológico, haver lembrado fosse incumbido Mário Melo, que vai a Portugal, de trazer de lá os ossos de Bernardo Vieira de Melo"⁴⁵¹. Em 1937, Samuel Campelo fazia parte da Comissão da Revista e Estatutos do IAHGP e conhecia os principais valores do antigo Instituto. Nesse sentido, compreendemos que a solicitação de Samuel Campelo nos fala sobre a necessidade, para aquela geração de historiadores do Instituto, da existência da materialidade – no caso, a indispensabilidade de lápides e sepulturas, para exaltar os mais importantes acontecimentos do passado de Pernambuco⁴⁵². Os membros do IAHGP acreditavam na lealdade de Mário Melo aos princípios historiográficos que fundamentavam as suas práticas como historiadores, confiando que Mário Melo atenderia o pedido dos seus confrades e retornaria trazendo materiais de utilidade.

Sabido quanto Mário Melo se dedica ao estudo da Arqueologia e da História do Brasil e quantas riquezas há em Portugal sobre esses dois ramos da ciência, a viagem do secretário perpétuo do nosso Instituto Arqueológico há de ser de grande proveito, não só para seus conhecimentos próprios como para o sodalício de que é secretário perpétuo⁴⁵³.

Mário Melo, ainda, tinha interesse em obter mais informações sobre o falecimento de Bernardo Vieira de Melo, acreditando que estes dados eram fundamentais para uma escrita confiável sobre o tema. Mário Melo, ao comentar sobre o seu processo de produção do livro, destaca a importância desses documentos para o início da escrita do *Guerra dos Mascates*, informando ao leitor que ele ficou inclinado a recusar o convite do Terceiro Congresso de História Nacional, por escassez de fontes, tendo mudado de ideia quando é encontrada a certidão de óbito de Bernardo Vieira de Melo, num arquivo em Portugal, convencendo-se de que, a partir dali, era possível resolver o antigo dilema em torno do tema.

De Bernardo Vieira não se sabia nem o dia em que morrera, a causa mortis, ou onde sepultaram. Estive na cadeia de Limoeiro, percorri a Torre do Tombo, andei vários dias no Museu Colonial e por fim, ao regressar, deixei um amigo, também historiador, orientado para as pesquisas. Lá um dia, encontra a certidão de óbito de Bernardo Vieira. Foi o começo⁴⁵⁴.

Como vimos, só foi possível essa documentação ser descoberta devido à viagem realizada por Mário Melo, em 1937. Algumas condições foram necessárias para a realização

⁴⁵¹ Jornal Pequeno, Recife, 02 de junho de 1937.

⁴⁵² Sobre essa tradição do IAHGP, vale destacar a obsessão deles em coletar e preservar os restos mortais dos restauradores pernambucanos. “A maior cerimônia cívica realizada em Pernambuco, a transladação dos restos mortais de Fernandes Vieira, guardados por muitos anos pelo Instituto, e os de André Vidal de Negreiros, para a igreja dos Guararapes, elevada a Panteão” (RIAHGP, Recife, v. 38, 1943, p.336).

⁴⁵³ Jornal Pequeno, Recife, 13 de maio de 1937.

⁴⁵⁴ Jornal Pequeno, Recife, setembro de 1941. Recorte de jornal encontrado na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP. Supomos que esta crônica foi publicada no dia 19, pois a colagem anterior refere-se ao dia 18 de setembro de 1941. Ainda queremos informar que este número não foi encontrado no site da hemeroteca digital.

dessa estadia de Mário Melo em Portugal. Inicialmente, queremos destacar a participação do escritor português João de Barros para a viabilidade da efetivação da viagem de Mário Melo, como vemos no anúncio do embarque de Mário Melo a Portugal: “o Dr. Mário Melo vai desincumbir-se de honrosa missão: realizar conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa, a convite da mesma e por indicação do conhecido escritor lusitano João de Barros”. Mais adiante, é informado que o interesse de João de Barros, em levar Mário Melo à Sociedade de Geografia de Lisboa, está relacionado à trajetória de historiador de Mário Melo, assim como, ao desejo de fortalecer o intercâmbio entre os dois países, como veremos mais adiante.

Empenhado em estabelecer intenso intercambio intelectual entre o Brasil e Portugal e tendo consideração os estudos históricos do nosso coestadano e o renome de que goza nos meios culturais do país, ao regressar à sua terra, João de Barros indicou o nome de Mário Melo para visitar o velho Portugal⁴⁵⁵.

Nesse trecho, “regressar à sua terra”, possivelmente, refere-se ao retorno de João de Barros a Portugal, depois de ter visitado o Brasil, em outubro de 1936. Na viagem, João de Barros realizou atividades no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas quando seu navio ancorou, no porto do Recife, ele passeou pela cidade e conversou com alguns pernambucanos, entre eles Mário Melo⁴⁵⁶. Podemos perceber o entusiasmo de João de Barros com os posicionamentos de Mário Melo, por meio da sua avaliação da performance de Mário Melo na sua participação na Sociedade de Geografia de Lisboa, considerando a sua conferência: “tão rica de ensinamentos e tão elegante de estilo, realizada ultimamente na Sociedade de Geografia de Lisboa pelo sábio historiador, etnólogo e arqueólogo brasileiro Mário Melo”⁴⁵⁷.

Na conferência de Mário Melo, é destacada, por João de Barros, a sua abordagem sobre os índios brasileiros, questão, que segundo este, interessava à intelectualidade portuguesa, pois “surpreendeu e prendeu de singular maneira a atenção do numeroso auditório”⁴⁵⁸. No período em que Mário Melo esteve em Portugal, ocorreu o Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa, no qual não apenas os assuntos relativos à história do Brasil possuíam certa relevância, mas também a própria intelectualidade brasileira demonstrava ter importância para o campo intelectual português. O português Manoel Murias, que organizou o Congresso de História da Expansão Portuguesa, diz que o evento trouxe para Portugal grandes nomes que

⁴⁵⁵ Jornal Pequeno, Recife, 13 de maio de 1937.

⁴⁵⁶ “O ilustre intelectual [João de Barros] foi cumprimentado pelo bacharelado Mauro Mota, representantes do governador do Estado, pelo Consul Português, destacados membros da colônia de Recife, jornalistas, pelo nosso confrade Mário Melo e outras pessoas” (Jornal Pequeno, Recife, 06 de outubro de 1936).

⁴⁵⁷ Jornal Pequeno, Recife, 03 de agosto de 1937. Texto de João de Barros originalmente publicado no Diário de Lisboa no dia 19 de julho de 1937.

⁴⁵⁸ Idem.

representavam a cultura histórica brasileira⁴⁵⁹, dentre os quais, Mário Melo, que agradaram o público português ao tratarem de questões pertinentes.

Gilberto Freyre, que foi um dos intelectuais brasileiros participantes do Congresso de História da Expansão Portuguesa, em entrevista ao jornal *Primeiro de Janeiro*, de Lisboa, diz que a sua cooperação no Congresso foi efetivada pelo poder executivo do governo brasileiro: “venho justamente com os Drs. Cícero Peregrino da Silva e Oliveira Neto representar o Brasil, por designação do Presidente da República, no Congresso de História da Expansão Portuguesa”. Em seguida, Gilberto Freyre informa que, em breve, retornará a Portugal para coletar documentos, nos arquivos portugueses, atividade novamente incentivada por Getúlio Vargas: “o Instituto Luso-brasileiro de alta cultura confiou-me numa missão intelectual, na qual estão interessados o presidente Getúlio Vargas e o Ministro da Educação do Brasil”⁴⁶⁰.

Nesse sentido, supomos que esse intercâmbio cultural entre Brasil e Portugal era encorajado por ambos os governos, facilitando a trajetória dos intelectuais que tinham inclinação para desenvolver trabalhos que falassem dessa relação entre os dois países (e, no caso de Mário Melo, foi prosseguir elaborando a história de Pernambuco, superestimando as documentações depositadas em Portugal). Entendemos que, além do mérito intelectual, o governo brasileiro, também, levava em consideração o capital social e o posicionamento político de cada intelectual antes de patrocinar qualquer atividade. No caso dessa viagem de Mário Melo, o próprio, ao defender-se de boatos, mostra-nos a crença coletiva de que o campo de poder atravessava o campo intelectual de forma bastante arbitrária.

Sobre esse falatório em torno da sua viagem, Mário Melo novamente irá, como vimos nos capítulos anteriores, utilizar uma narrativa, colocando a inveja de seus opositores como causa da confusão. Ele irá dizer que, em Pernambuco, tem muita gente intrigada com a sua viagem a Portugal, pondo-se numa posição de grande importância. Em seguida, transcreve um trecho que, segundo ele, foi divulgado pela imprensa carioca, sem citar fontes, sobre essa fofoca: “o ministro Agamenon Magalhães deu 50.000\$000 a um jornalista pernambucano para ir viajar a Europa, a fim de que este não adira ao Sr. Lima Cavalcanti e não passe a combater a política federal”⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ “a presença do dr. Cicero Peregrino, do meu velho amigo Gilberto Freyre, de Luiz Camilo de Oliveira Neto, de Mário Melo, as comunicações de Pedro Calmon e de Hélio Viana – evidentemente que nos encheram de alegria” (Diário de Pernambuco, Recife, 21 de agosto de 1937).

⁴⁶⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 15 de agosto de 1937.

⁴⁶¹ Jornal Pequeno, Recife, 29 de maio de 1937. De acordo com Pandolfi (2015), Agamenon durante o ano de 1937, interessado em manter a situação no executivo do governo federal, fará algumas jogadas, dentre elas buscará

Mário Melo assume que encontrou Agamenon Magalhães, no Rio de Janeiro, antes de embarcar no navio Monte Pascoal em direção a Lisboa. Na ocasião, Agamenon Magalhães chefiava o Ministério do Trabalho, assim como, o da Justiça, sendo um dos principais agentes que colaboravam com o governo Vargas, ou seja, tinha facilidades para patrocinar uma viagem. No entanto, Mário Melo buscará defender-se argumentando que o encontro se resumiu a um bate-papo entre dois velhos amigos, buscando com isso ocultar a possibilidade de negócios financeiros e políticos.

Não recebi um vintém do Governo para essa viagem. Nem mesmo a passagem, que não seria difícil de conseguir, se o quisesse. É certo que visitei o Agamenon Magalhães no dia seguinte à minha chegada [ao Rio de Janeiro] e que chegando ao Ministério fui o primeiro a entrar em seu gabinete. Mas isso é fácil de explicar, Agamenon é meu amigo de infância. Soube que eu havia chegado do Recife e estava desejoso de notícias da terra. Nem mesmo conversamos sobre a minha viagem. Gostem ou não gostem meus inimigos, vou a Portugal por uma deferência da intelectualidade lusitana, que reconhece em mim qualidades negadas pelos que não simpatizam comigo⁴⁶².

Sobre um possível auxílio financeiro recebido por Mário Melo para a realização da viagem, não encontramos informações. Mas, supomos que, se houve algum patrocínio, foi de uma quantia insatisfatória, porque ele viajou sozinho e não com a esposa como costumava fazer. Outro ponto a ser destacado é sobre o local, onde ele ficou hospedado. Mário Melo não se hospedou em Lisboa, cidade de realização da sua conferência, e sim, na cidade de Villa Real, na casa de um amigo: “Estava principescamente instalado na residência do meu amigo Joaquim Abrantes”⁴⁶³. Não há como se afirmar se o motivo dele ficar hospedado na casa do amigo, sem a esposa e longe de Lisboa, está relacionado a uma desagradável situação financeira ou foi uma escolha que fala sobre seus laços de amizade.

Inicialmente, Mário Melo planejava instalar-se, em Lisboa, durante apenas a semana que iria ocorrer o evento em que ele proferiria a sua conferência. Mas, no decorrer da viagem, ele muda o roteiro e decide ficar em Lisboa durante um mês, ou seja, um terço do período em que ele esteve em Portugal. Essa mudança do roteiro de viagem foi fundamental

enfraquecer o governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti. “Agamenon faz uso do seu prestígio na esfera federal para destruir politicamente Carlos de Lima Cavalcanti, sendo, neste particular, muito bem-sucedido” (p. 41). Nesse sentido, o boato exposto por Mário Melo, não é pura fantasia inventada pelos “invejosos”. Além disso, como vimos no capítulo anterior, Mário Melo será imediatamente cooptado por Agamenon Magalhães quando se inicia a sua interventoria em Pernambuco, em dezembro de 1937.

⁴⁶² Jornal Pequeno, Recife, 29 de maio de 1937.

⁴⁶³ Jornal Pequeno, Recife, 13 de setembro de 1937. Em outra ocasião, Mário Melo diz que ficou hospedado em Villa Real desde o primeiro dia de sua estadia em Portugal: “Desembarquei em Lisboa, e nesse mesmo dia, segui para o Porto, donde partir para Villa Real de Trás os-Montes, a fim de, atendendo ao convite do meu amigo Sr. Joaquim Abrantes, que ali reside e foi meu companheiro de viagem” (Jornal Pequeno, Recife, 09 de agosto de 1937).

para a escrita do livro *A Guerra dos Mascates*, pois foi, enquanto ele esteve em Lisboa, que ocorreu a exploração dos acervos⁴⁶⁴, nos quais ele encontraria o material necessário para a produção do livro.

Fui a Lisboa para realizar minha conferência. Vi-me cercado de tanto carinho dos homens de letras, de tantas homenagens, que tive de demorar. Calculava passar uma semana e passei um mês, porque tinha também de participar do Congresso de História. E não perdi tempo. Visitei todos os museus, tantas bibliotecas e tantos arquivos quanto me foi possível e os mais importantes monumentos⁴⁶⁵.

Mário Melo deixa claro que se interessava em conhecer, em Portugal, lugares que pudessem falar sobre o passado (no caso dele, o que importava era o de Pernambuco, gastando muito do seu tempo com questões relativas ao assunto). Apesar de sua boa vontade, um mês não foi suficiente para ele coletar os documentos necessários à elaboração do livro, pois, segundo ele, foram encontrados mais de cinquenta mil documentos sobre a história de Pernambuco.

Aproveitei extraordinariamente o passeio para meus estudos em arquivos e em bibliotecas. [...] há em Portugal, milhões de documentos sobre o Brasil Colônia. Só num dos arquivos portugueses tive oportunidade de ver – de ver apenas e não de ler – cinquenta e tantos mil, relativos exclusivamente a Pernambuco. [...] de alguns – poucos porque o tempo me foi exíguo – trago cópia para o Instituto Arqueológico⁴⁶⁶.

Com o tempo curto para a pesquisa em Portugal, Mário Melo teve o privilégio de ter o auxílio do historiador português Artur da Mota Alves, que continuou a exploração de documentos relativos à Guerra dos Mascates, nos arquivos portugueses, após o regresso de Mário Melo⁴⁶⁷. Esses documentos encontrados por Mário Melo, em parceria com Artur da Mota Alves, foram considerados de grande importância, convencendo Mário Melo de que era

⁴⁶⁴ Mário Melo diz que enquanto esteve em Lisboa, aproveitou para explorar outras cidades: “de Lisboa irradiei-me pelas localidades mais ou menos próximas – Estoril, Cascaes, Sintra, Mafra, Alcobaça, Batalha, Nazareth, Caldas da Rainha etc – e depois fui a Évora [...] rumei para Algarves [...] voltei a Lisboa e prossegui para Coimbra, onde passei uma semana de encantamento, porque Coimbra é, para mim, a mais linda terra de Portugal. [...] rumei para o Porto, a fim de chegar novamente a Villa Real” (Jornal Pequeno, Recife, 13 de setembro de 1937).

⁴⁶⁵ Jornal Pequeno, Recife, 13 de setembro de 1937.

⁴⁶⁶ Jornal Pequeno, Recife, 13 de setembro de 1937. Em entrevista para o *Diário de Lisboa*, transcrita no *Jornal Pequeno*, Mário Melo expõe o seu interesse exclusivo no patrimônio histórico português, principalmente àqueles que falavam sobre o passado de Pernambuco: “dedico-me ao estudo da história – meus livros são exclusivamente de assuntos históricos, geográficos, etnográficos ou arqueológicos – e todo o passado do Brasil se encontra em Portugal”.

⁴⁶⁷ Na apresentação do livro *A Guerra dos Mascates*, Mário Melo demonstra gratidão a Artur da Mota Alves: “para a sustentação disto muito concorreu o historiador português Artur da Mota Alves, com o trabalho desinteressado de pesquisar e copiar documentos, não só inéditos como desconhecidos dos historiadores” (MELO, 2012, p. 23).

possível defender a tese de que Bernardo Vieira de Melo deu o primeiro grito em prol da República no Brasil.

Até pouco tempo essa prioridade era posta em dúvida, porque apenas referida por alguns cronistas e historiadores, sem base em documentos. Proclamou-a, porém, o Terceiro Congresso de História Nacional, ante a documentação inédita que apresentei, extraída do Arquivo Colonial de Lisboa⁴⁶⁸.

De acordo com Mário Melo, toda a produção historiográfica que se preocupou com a questão republicana, na Guerra dos Mascates, foi realizada com documentação insatisfatória, tornando frágil qualquer hipótese sobre o assunto. Percebemos, nas falas de Mário Melo, que os documentos encontrados na sua viagem a Portugal foram fundamentais para ele solucionar o dilema em torno da Guerra dos Mascates, transformando a sua conferência em algo secundário:

Nesse ínterim, [após o convite do IHGB para ele falar sobre as afirmações nacionalistas] recebo o convite da Sociedade de Geografia de Lisboa para realizar ali uma conferência. Ótima oportunidade para investigar o assunto. [...] Finalmente escrevi a dissertação. Tinha luzes sólidas para fazê-la⁴⁶⁹.

Esse impasse solucionado foi considerado, por Mário Melo, uma grande façanha, pois desde a proclamação da República que os historiadores do IAHGP, preocupados em construir biografias dos pernambucanos precursores da República, interessavam-se pela figura de Bernardo Vieira de Melo, desejando torná-lo um mártir da República. Nesse sentido, o livro de Mário Melo, lançado no ano em que o Brasil comemoraria o 52º aniversário da República, satisfaz um antigo desejo dos historiadores, mas também de vários setores da sociedade, principalmente de grande parte do campo de poder político, como veremos no tópico seguinte. Sobre a elucidação dessa antiga necessidade, Mário Melo coloca-se em posição de destaque no campo historiográfico pernambucano por ter tido êxito no “desfecho” do problema:

Houve contestações e nestes cinquenta anos de regime republicano ainda não fora possível a prova de tentativa republicana. [...] Coube-me a glória de fazê-la, depois de minha visita a Portugal, com a documentação do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. A afirmativa é da Comissão de História, que no Terceiro Congresso de História Nacional, reunido no Rio de Janeiro, em 1938, estudou minha tese⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ Jornal Pequeno, Recife, 09 de novembro de 1940.

⁴⁶⁹ Jornal Pequeno, Recife, setembro de 1941. Recorte de jornal encontrado na caixa 07 do acervo de Mário Melo no IAHGP. Supomos que esta crônica foi publicada no dia 19, pois a colagem anterior refere-se ao dia 18 de setembro de 1941. Ainda queremos informar que este número não foi encontrado no site da hemeroteca digital.

⁴⁷⁰ Revista Cultura Política. Ano II, Nº 20, outubro de 1942, p. 122.

Consideramos que Mário Melo, ao cumprir as exigências do IHGB e do IAHGP, referentes à Guerra dos Mascates, comprova que alcançou êxito naquela determinada tarefa historiográfica, possibilitando a maximização do seu capital simbólico no campo historiográfico. Entendemos que só foi possível Mário Melo investir nesse empreendimento devido à sua formação intelectual, que possibilitou aptidões, mas também gostos e valores imprescindíveis para ele dedicar-se com ímpeto suficiente e conseguir responder às demandas dos seus pares. No entanto, apenas o seu capital intelectual seria insuficiente para a realização do seu livro, afinal, o interesse que ele tinha pelo tema o acompanhava desde a sua juventude e o livro, como vimos, foi produzido quase trinta anos após ele ingressar no IAHGP, fazendo-nos enxergar as condições sociais e históricas de produção. Nesse sentido, vemos, no final da década de 1930, com os estímulos vindos do IHGB e do IAHGP aliados à possibilidade de viagem a Portugal, um momento propício para Mário Melo ter a chance de produzir seu livro. Assim, a produção do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* está relacionada ao debate historiográfico que permeava os Institutos na época, assim como, pelas reivindicações que vinham do campo de poder, como veremos no tópico seguinte.

6.2 O livro como arma nas batalhas intelectuais e políticas: as tomadas de posição de um tradicional historiador republicano

No último dia de 1941, a crônica de Mário Melo, no *Jornal Pequeno*, discute sobre a recepção do seu livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. Mário Melo aproveita a oportunidade para destacar a dimensão do reconhecimento que sua obra alcançou: “está meu livro publicado com um prefácio do Sr. Agamenon Magalhães [Interventor Federal em Pernambuco] e os historiadores que o têm lido me cumulam de aplausos”⁴⁷¹. Vemos o orgulho de Mário Melo em expor que o seu livro foi bem recebido por historiadores e políticos, indicando o seu interesse em movimentar-se, simultaneamente, no campo historiográfico e no campo de poder político. Nesse sentido, queremos, neste tópico, exhibir o livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* como uma expressão das tomadas de posição historiográfica e política de Mário Melo.

⁴⁷¹ *Jornal Pequeno*, Recife, 31 de dezembro de 1941.

Ainda na mesma crônica citada acima, Mário Melo irá transcrever trechos do parecer do Terceiro Congresso de História Nacional com a intenção de classificar o seu trabalho como um valioso procedimento historiográfico, mesmo tendo o evento ocorrido há mais de três anos⁴⁷². Buscando valorizar o seu trabalho Mário Melo não se intimidará em afirmar que: “difícilmente redigirão parecer mais honroso pessoas de tão grande responsabilidade”⁴⁷³. Em outra ocasião, Mário Melo justifica a sua insistência em reproduzir o parecer: “divulgo-o porque se muitos há que me aplaudem o esforço pelo bom nome de Pernambuco, também há invejosos, em Pernambuco, que me exageram a desvalia, procurando reduzi-la a nulidade”⁴⁷⁴. Dessa forma, Mário Melo enxerga, no parecer, um recurso para lhe garantir autoridade, significando, para ele, um instrumento para esquivar-se de ataques que poderiam enfraquecer a sua reputação de historiador.

Provei, mas provei de modo que expeliu toda dúvida – e assim o reconheceu por unanimidade de votos o Terceiro Congresso de História Nacional – em face de documentação inédita colhida no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, que os pernambucanos, ao tempo da Guerra dos Mascates, tentaram separar Pernambuco de Portugal⁴⁷⁵.

Encontramos Mário Melo retomando, nas suas crônicas, o parecer em mais quatro ocasiões⁴⁷⁶. Em uma delas, Mário Melo utilizará a sua coluna *Ontem, Hoje e Amanhã*, do *Jornal Pequeno* para exibir uma imagem exageradamente positiva de si como historiador, inclusive

⁴⁷² Mário Melo também transcreverá esse parecer na apresentação do seu livro *A Guerra dos Mascates*. Segue, na íntegra, o parecer: “O senhor Mário Melo, secretário perpétuo do prestigioso Instituto Arqueológico Pernambucano, autoridade reputada em assuntos de história pernambucana, apresenta ao III Congresso de História Nacional um trabalho de notável interesse. Valendo-se de documentos da mais alta valia, extraídos dos arquivos portugueses, principalmente do Arquivo Histórico Colonial, pelo historiador português Dr. Artur da Mota Alves, consegue o autor provar, em bases incontestes a existência dum sentimento claro e iniludível de autonomia política absoluta entre os pernambucanos, na época do conflito com os Mascates. As transcrições de inúmeros oficiais e particulares não permitem mais pôr em dúvida ter havido por parte de grande números de elementos da nobreza pernambucana o pensamento de serem muito capazes de se governarem a si. É com o maior prazer, pois, que a Comissão propõe a publicação do presente e modelar trabalho nos Anais do Congresso.

A propósito de tão oportuno exemplo de estudo documental, não pode a comissão deixar de constatar a necessidade inadiável para os estudiosos de nossa terra de maior divulgação dos documentos sobre o Brasil existentes nos opulentos arquivos portugueses.

Sugere assim, ao plenário, que apele para o Governo da República no sentido de ser continuada a publicação sistemática dos documentos históricos do Brasil existentes em Portugal.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1938.

Carlos Carneiro, presidente

Américo Jacobina Lacombe, relator” (MELO, 2012, p. 21).

⁴⁷³ *Jornal Pequeno*, Recife, 31 de dezembro de 1941.

⁴⁷⁴ *Jornal Pequeno*, Recife, 13 de fevereiro de 1939.

⁴⁷⁵ *Jornal Pequeno*, Recife, 05 de outubro de 1939.

⁴⁷⁶ Além das crônicas citadas acima, localizamos, no *Jornal Pequeno*, mais quatro ocorrências: 11 de maio de 1939; 28 de agosto de 1939; 30 de novembro de 1939; 01 de dezembro de 1939. Vale destacar que em um dos seus artigos na *Revista Cultura Política*, ele também reproduzirá o parecer. Ver: *Revista Cultura Política*. Ano II, Nº 20, outubro de 1942, p. 121-126.

reproduzirá na íntegra o parecer que aprova a sua tese⁴⁷⁷. Mário Melo se colocará como um historiador intocável no campo historiográfico pernambucano, repudiando qualquer questionamento do seu ofício historiográfico, sobretudo, no que se referia ao seu recente trabalho sobre a Guerra dos Mascates. Então, vemos Mário Melo buscando intimidar seus opositores, a partir de uma estratégia que visava ridicularizar seus oponentes.

Para certos conterrâneos, sou cata-minhocas; para os historiadores brasileiros signatários deste parecer, sou autoridade reputada em assuntos de história pernambucana. Eu mesmo fico sem saber o que sou... Para certos bisonhos, os documentos em que me firmei não valem; para os historiadores veteranos são documentos da mais alta valia. Afinal fico vacilante sobre se valem ou se não valem... [...] Serão bobalhões os historiadores signatários deste parecer e mais os que o aprovaram?⁴⁷⁸

O recurso empregado por Mário Melo no trecho acima foi colocar em lados opostos os novatos historiadores pernambucano⁴⁷⁹ dos veteranos historiadores brasileiros, sendo esses últimos o grupo no qual Mário Melo enxerga-se fazendo parte. Essa sua fala aparece para reforçar o argumento que ele desenvolveu, no dia anterior, em que ele já tinha denominado seus rivais de inexperientes historiadores: “Mirins historiadores bisonhos, para me servir de classificação alheia mais adequada, tiveram a pretensão de invalidar, julgando-se em plano superior a intérpretes legítimos de nosso passado”⁴⁸⁰. Percebemos, nessa estratégia de Mário Melo, a construção de uma imagem de um duelo desleal, onde o lado mais consagrado aparece em total apoio a ele. Queremos, ainda, destacar, nesse posicionamento de Mário Melo, a sua crença de que aqueles que redigiram o seu parecer representavam as maiores autoridades no campo historiográfico brasileiro⁴⁸¹. Nesse sentido, Mário Melo ao defender-se, também, irá proteger as instâncias culturais em que ele estava inserido, principalmente os Institutos Históricos.

Para Mário Melo, uma operação historiográfica só poderia ser considerada como um verdadeiro trabalho historiográfico por meio do respaldo recebido dos Institutos, que, por sua vez, validavam os trabalhos de acordo com a relevância dos temas e documentos. Entendendo os Institutos como instâncias de consagração máxima no campo historiográfico,

⁴⁷⁷ Sobre o autoelogio e a insistência de Mário Melo em ostentar o parecer, ele justifica-se: “perdoem-me falar de mim. Sou discutido, sou atacado, os invejosos nulidade me consideram, de modo que não devo deixar passar oportunidade dessa para mostrar o outro lado” (Jornal Pequeno, Recife, 30 de novembro de 1939).

⁴⁷⁸ Jornal Pequeno, Recife, 01 de dezembro de 1939.

⁴⁷⁹ Identificamos que Manuel da Costa Lubambo e Guilherme Martinez Auler são os novatos que Mário Melo se refere, como veremos mais adiante.

⁴⁸⁰ Jornal Pequeno, Recife, 30 de novembro de 1939.

⁴⁸¹ O parecer teve como relator o historiador Américo Jacobina Lacombe e foi assinado por: Tavares Cavalcanti, Wanderley Pinho, Braz do Amaral, Gustavo Barroso, Afonso Arinos de Melo Franco, Souza Doca.

Mário Melo não aceitará que trabalhos que foram aplaudidos dentro dos Institutos sejam questionados por outros setores da sociedade. Nessa direção, Mário Melo faz da defesa do seu livro, *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, um meio para combater os inimigos dos Institutos, colocando-se como não apenas um guardião do IAHGP, mas também como um guardião da história.

Durante o ano de 1939, enquanto Mário Melo discutia sobre a Guerra dos Mascates e esperava a publicação da sua tese, ele continuou debatendo sobre outros acontecimentos históricos, considerados importantes pelo IAHGP. Quando ele soube que a Revolução Pernambucana de 1817 seria discutida por um grupo não vinculado aos Institutos históricos, ele logo se coloca como contraponto, com a intenção de manter a tradicional hierarquia no campo historiográfico pernambucano. As novas interpretações sobre a Revolução Pernambucana de 1817 seriam publicadas na *Revista Fronteira*⁴⁸², ação que gerou em Mário Melo um desconforto e o levou a utilizar a sua coluna duas vezes para depreciar o evento, que assim ele noticiou:

Está publicado que iremos ter uma semana de estudos históricos sobre a revolução de 1817 promovida por *Fronteira*, a grande revista de nacionalismo (?) brasileiro, com o objetivo de focalizar e rever (!) dentro de um espírito novo sob novos aspectos, os episódios sangrentos⁴⁸³.

Para Mário Melo, essa revisão histórica pretendia negar a importância de determinados fatos históricos que já tinham sido validados pelos Institutos Históricos para satisfazer um desejo de um grupo que se posicionava nas margens das principais instâncias culturais. Nesse cenário, Mário Melo irá se movimentar para impedir que o saber produzido pelo IAHGP seja rejeitado por pessoas não autorizadas, colocando-se como um historiador aguerrido “no combate à demolição das nossas principais figuras históricas, ao apagamento das nossas datas de maior realce”⁴⁸⁴. Mário Melo entendia como uma ameaça essas versões iconoclastas do passado pernambucano publicadas por revistas consideradas por ele como clandestinas: “tive que daqui defender a memória dos heróis de 1817, estupidamente agredida em editorial duma revista de cultura. O perigo das revistas de cultura!”⁴⁸⁵. Mário Melo lista as

⁴⁸² Mário Melo afirmará que o pernambucano Manoel Lubambo é o proprietário da Revista (Diário da Noite, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1939). Lubambo será um dos antagonistas de Mário Melo nesse embate sobre os limites da história, como veremos mais adiante.

⁴⁸³ Jornal Pequeno, Recife, 05 de junho de 1939.

⁴⁸⁴ Jornal Pequeno, Recife, 02 de junho de 1939. Em seguida, Mário Melo mostra que o jornal *Diário de Pernambuco*, considerado o mais tradicional na época, também estava nessa batalha contra a onda negacionista: “agora, publica o velho *Diário de Pernambuco* brilhante editorial contra o surto demolidor que está pondo a cabeça de fora”. Vale destacar, que Mário Melo aproveita o apoio do *Diário de Pernambuco* para propor uma imagem de si como o líder da resistência: “o *Diário de Pernambuco* está comigo” (Jornal Pequeno, Recife, 02 de junho de 1939).

⁴⁸⁵ Jornal Pequeno, Recife, 02 de junho de 1939.

principais investidas dos inimigos da história de Pernambuco, inclusive destaca o ataque à sua tese recém aprovada no Terceiro Congresso de História Nacional:

Negam os feitos brilhantes de datas históricas, atiram labéu sobre a memória dos heróis que veneramos: Domingos Teotônio Jorge – ladrão; Padre Roma – prevaricador; Padre João Ribeiro – pusilânime; Frei Caneca – frade devasso; República olindense de 1710 – mentira histórica. E assim por diante⁴⁸⁶.

Três dias depois, Mário Melo retoma a discussão sobre a revisão histórica da revolução de 1817 proposta pela revista *Fronteira* e, novamente, recusa qualquer possibilidade de aproximação com os revisionistas. Mário Melo argumentará que a Revolução Pernambucana de 1817 é um dos principais acontecimentos da história republicana brasileira e símbolo da luta dos pernambucanos pela liberdade. Para ele, desvalorizar esse acontecimento é rebaixar o Brasil e, sobretudo, Pernambuco, mostrando para o leitor o prejuízo dessa revisão: “é essa revisão que se quer fazer na história, e chama-se nacionalismo a isso! [...] [irei] refutar uma a uma as heresias e injustiças históricas e expor os inimigos da pátria”⁴⁸⁷.

No entanto, Mário Melo acreditava na importância da releitura dos acontecimentos históricos, desde que a releitura fosse construída a partir de uma documentação. Essa releitura só poderia ser aceita como verdade, após a validação dos especialistas da matéria, estimulando os historiadores de “boa-fé” a modificarem o seu entendimento do assunto⁴⁸⁸. Essa ideia de Mário Melo fica evidente, quando ele discute sobre numismática, exibindo as controversas dos historiadores sobre as primeiras moedas cunhadas no Brasil. Nessa ocasião, Mário Melo cita as documentações do Museu Histórico do Rio de Janeiro, do acervo do IAHGP, do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa e o do Arquivo Municipal de São Paulo e dialoga com os historiadores Simão de Vasconcelos, Capistrano de Abreu e Taunay. Após o choque de dados e interpretações, ele diz:

A história reforma-se, todos os dias, à proporção que aparecem documentos. [...] ninguém nega a veracidade de documentos dessa natureza. Só aí em Pernambuco se faz, de ideia preconcebida em História, tabu. Aparecem os documentos e não lhes dão valor, porque contra tabu não há documentos. Mostra-se, com documentos, que em 1710 queriam os pernambucanos fazer uma República independente do rei de Portugal e insistem que fazer República significava tão só organizar governo obediente ao rei⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ Jornal Pequeno, Recife, 02 de junho de 1939.

⁴⁸⁷ Jornal Pequeno, Recife, 05 de junho de 1939.

⁴⁸⁸ Sobre a “boa-fé”, Mário Melo elogiara a honestidade intelectual de Joaquim Nabuco. Mário Melo informará aos seus leitores que apesar de Nabuco não ser um admirador da Revolução de 1817, ele como intelectual se comportará de modo imparcial: “note-se porém que Nabuco também era monarquista. Mas sabia pesar e medir a justiça histórica” (Jornal Pequeno, Recife, 23 de junho de 1939).

⁴⁸⁹ Jornal Pequeno, Recife, 02 de agosto de 1939.

Novamente, vemos Mário Melo exibindo um grupo de pessoas, em Pernambuco, que, por não conhecerem o funcionamento do ofício historiográfico, negam as verdades históricas que abalam as suas crenças, fazendo-os rejeitarem a tese de Mário Melo sobre a Guerra dos Mascates. Nesse sentido, captamos, na mensagem de Mário Melo, uma narrativa que associa a reprovação da sua tese à negação da história, indicando, assim, que o seu livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, também, serviu-lhe para agir em defesa de um tipo específico de se fazer história. Então, Mário Melo coloca para si a missão de combater os inimigos da história, considerando essa tarefa uma ação extraordinária, e sugerindo que queria ser compreendido pelos seus pares como um corajoso personagem nessa batalha.

Procurando defender a validade da sua tese, Mário Melo irá argumentar que executou o seu trabalho considerando o conjunto de regras que orientavam as produções historiográficas. Nessa direção, Mário Melo acreditava que o seu livro não era produto de seus próprios devaneios e exibia as forças externas que afetaram a sua escrita: “o Terceiro Congresso Nacional de História incumbiu-me da dissertação da tese em causa. Fi-la sob o máximo critério do historiador, procurando a verdade. Foi unanimemente aprovada”⁴⁹⁰. Seguindo essas regras, que serviam para distinguir o verdadeiro do falso, Mário Melo insinua que a sua tese é resultado das circunstâncias do campo historiográfico, e sugere que a unanimidade alcançada significava que ele personificava os verdadeiros valores da história.

Supomos que essa crença de Mário Melo era compartilhada com a maioria dos historiadores que faziam parte dos Institutos. Como vimos no tópico anterior, a tese dele, apresentada no Terceiro Congresso de História Nacional, foi bem recebida no IHGB e no IAHGP, no final de 1938. No ano seguinte, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da República, vemos o campo historiográfico e o campo de poder simpatizando com a tese de Mário Melo⁴⁹¹. Como parte das comemorações do Cinquentenário da República, o Ministério da Educação incumbiu o historiador Rodolfo Garcia⁴⁹² para organizar um livro sobre a história da República. Em agosto de 1939, Mário Melo utilizará a sua coluna, no *Jornal Pequeno*, por dois dias consecutivos, para abordar a visita que ele fez a Rodolfo Garcia e expor aos leitores algumas escolhas historiográficas que ele teve conhecimento no encontro. Mário Melo

⁴⁹⁰ Folha da Manhã, Recife, 14 de maio de 1939.

⁴⁹¹ Trataremos novamente sobre as comemorações do Cinquentenário da República mais adiante.

⁴⁹² Rodolfo Garcia (1873-1949) efetivou-se sócio do IHGB em 1921, tornando-se sócio benemérito em 1943. Mário Melo assim expressará a sua admiração por ele: “Rodolfo Garcia é, no momento, a maior autoridade em assunto de história do Brasil. O mais erudito de nossos historiadores. O sucessor de Capistrano de Abreu” (Jornal Pequeno, Recife, 10 de agosto de 1939).

informará que Rodolfo Garcia incluirá a Guerra dos Mascates, no livro da história da República, como evento primeiro na luta dos brasileiros pela República.

Muito me envaideceu ver que o mais erudito dos historiadores brasileiros, até pouco tempo reservado quanto à tendência republicana à época dos mascates, está hoje integrado na corrente que esposa a verdade histórica, tanto assim que indica Olinda como ponto de partida da ideia republicana no Brasil, ou seja – a tese por que tanto se bateram Codeceira e Pereira da Costa – a prioridade de Pernambuco⁴⁹³.

Compreendemos que a alegria de Mário Melo, também, estava relacionada com a possível projeção que a sua tese ganharia ao fazer parte do livro lançado pelo Ministério da Educação para comemorar o cinquentenário da República⁴⁹⁴. Gomes (2017) mostra a importância das comemorações do cinquentenário da República para o governo estadonovista, exibindo o empenho dos agentes políticos envolvidos em transformar o Estado Novo no verdadeiro herdeiro da tradição republicana brasileira. Devido à proximidade das datas, o governo federal utilizará a estratégia de comemorar “simultaneamente” os dois aniversários: o da proclamação da República e o da instauração do Estado Novo: “Tratava-se de comemorar o cinquentenário para demonstrar como o novo regime republicano, instaurado em 10 de novembro de 1937 (e nem tanto em 15 de novembro de 1889), havia colaborado para a ordem e o progresso do Brasil” (p. 53 e 54). Essa narrativa, que associava progresso à República, vinha sendo construída desde a proclamação da República, inclusive com o IAHGP desempenhando um importante papel nessa reescrita da história. Gomes (2017), analisando como os principais jornais do Brasil noticiaram o cinquentenário da República, destaca a história do Brasil republicano que era exibido:

A República é considerada uma “evolução natural” em direção ao progresso do Brasil. A ideia republicana, afirma-se, era muito antiga, datando da Colônia, como a figura de Tiradentes tão bem traduzia em sua coragem e sacrifício. Mas ela teve muitos outros defensores, sobretudo em Pernambuco, em momentos decisivos de rebeldia e luta pela liberdade, como eram os casos das revoluções de 1817 e 1824 (p. 64).

Nesse sentido, entendemos que Mário Melo estava ajustado às necessidades do campo historiográfico, no período do Estado Novo, satisfazendo, inclusive, demandas de outras áreas, facilitando um alargamento do seu capital simbólico. Em junho de 1939, ocorreu, no Rio

⁴⁹³ Jornal Pequeno, Recife, 11 de agosto de 1939.

⁴⁹⁴ Gomes (2017) exhibe a dimensão das festividades: “O ciclo comemorativo se irradiou por todo o Brasil por meio das escolas, repartições públicas e instalações militares, garantindo uma grande capilaridade para o cumprimento das instruções que, vindas da capital federal, passaram pelos interventores e prefeitos. Os ministros da Justiça, da Guerra e da Educação e Saúde foram muito ativos na coordenação e estimulação de um sem número de eventos de proporções variadas” (p. 61).

de Janeiro, o Segundo Congresso das Academias de Letras e dos Intelectuais, evento que possibilitou a Mário Melo circular, no ambiente intelectual, carioca como representante das principais instâncias culturais pernambucanas. O *Jornal Pequeno* noticiará a missão cultural de Mário Melo:

Além da representação da Academia Pernambucana de Letras e do Instituto Arqueológico, de cujas associações de cultura é Mário Melo secretário perpétuo, leva o distinguido jornalista pernambucano a representação oficial do Estado àquele certame de inteligência⁴⁹⁵.

Vale destacar, neste acontecimento, a permissão a Mário Melo para participar de eventos culturais que não se limitavam às discussões historiográficas dos Institutos. Dois anos depois, já com o livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* sido publicado, Mário Melo, novamente, participará no Congresso Brasileiro de Intelectuais, na sua terceira edição, representando outra vez o IAHGP e a APL⁴⁹⁶. Aliás, após a publicação do livro, que ocorreu em julho de 1941, identificamos, mais uma vez, Mário Melo sendo aplaudido pelos historiadores, assim como ocorreu logo após a apresentação da sua tese, no Terceiro Congresso de História Nacional, em 1939.

A publicação de *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* foi noticiada no dia 23 de julho de 1941, nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Diário da Manhã*⁴⁹⁷, sendo exposto ao leitor, em ambos, a importância da documentação encontrada em Portugal e a aprovação unânime da tese no Terceiro Congresso de História Nacional. Além disso, destacam o prefaciador do livro, o interventor Agamenon Magalhães. Menos de um mês, após o lançamento de *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, aparece, na imprensa paraibana, uma crítica ao livro assinada por Luiz Pinto⁴⁹⁸, que reforça aquilo que vinha sendo falado sobre essa obra, ou seja, ele retoma a questão da documentação, do congresso e da validação de Agamenon Magalhães. Após discutir sobre a tese de Mário Melo, Luiz Pinto destaca a importância dele para a disciplina da história, lamentando ter no Brasil poucos historiadores com as qualidades de Mário Melo: “se cada estado tivesse um Mário Melo para elucidar os seus acontecimentos históricos a crônica do Brasil não viveria esquecida pelos

⁴⁹⁵ *Jornal Pequeno*, Recife, 09 de junho de 1939.

⁴⁹⁶ *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de setembro de 1941. Vale destacar que a presença de Mário Melo nesses ambientes referentes às Academias também favoreceu que *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* tivesse uma maior visibilidade, que iria além dos espaços dos Institutos. Em sessão da APL no mês seguinte da publicação do livro é informado que a Federação das Academias registrou em ata que foi apreciado o livro recém lançado de Mário Melo sobre a Guerra dos Mascates (*Diário de Pernambuco*, 22 de agosto de 1941).

⁴⁹⁷ *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de julho de 1941; *Diário da Manhã*, Recife, 23 de julho de 1941.

⁴⁹⁸ *Jornal Meio Dia*, João Pessoa, 14 de agosto de 1941. Essa crítica é transcrita na íntegra no *Jornal do Comércio* do Recife no dia 15 de setembro de 1941.

arquivos nacionais e estrangeiros. [...] os dias atuais reclamam a elucidação destes acontecimentos”⁴⁹⁹.

A partir do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, Luiz Pinto percebe, em Mário Melo, as habilidades que deveriam ser lidas pelos seus contemporâneos como modelo para o ofício historiográfico. Luiz Pinto via, na insistência de Mário Melo em expor e defender as suas crenças, nas revistas e nos jornais, durante toda a sua trajetória intelectual, como um sinal do seu incansável empenho em prol de temas relevantes, que, no seu entendimento, não poderiam ser esquecidos. Nesse sentido, Mário Melo é considerado um aguerrido historiador que não se dobra às exigências externas ao campo historiográfico.

É ranzinza Mário Melo. Ninguém o apavora. Conhece a história de Pernambuco nas suas minudencias. Sabe de todas as suas ocorrências. E é difícil ultrapassá-lo na defensiva. [...] Leio as suas páginas. Elas têm para mim uma valia toda especial. É que Mário Melo escreve a história pura. Não a enfeita. Não a adjetiva. Não lhe empresta qualidades de fantasia. História é história. Ela é o que ele faz⁵⁰⁰.

Luiz Pinto, além de exibir um historiador que tem um vasto conhecimento sobre os fatos relativos ao passado pernambucano, evidencia, também, a obediência de Mário Melo às regras do campo historiográfico. Então, Luiz Pinto confia nos trabalhos de Mário Melo, que para ele possui valor de verdade, fazendo-o enxergar em *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* a “história pura”. Nesse sentido, percebemos que a imagem que Mário Melo constrói de si como um defensor da história é aceita por Luiz Pinto. Este, ao sair em defesa de Mário Melo, escolhe desvalorizar aqueles que se recusavam a se ajoelhar diante dos “verdadeiros princípios” da história, ajudando na preservação da antiga hierarquia estabelecida pelos Institutos.

Como o livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* teve a sua publicação impulsionada pelo pedido dos historiadores vinculados ao IHGB, sinaliza que a discussão desenvolvida por Mário Melo interessava a um seletto grupo de leitores que residiam no sudeste do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Em longa coluna do *Jornal do Brasil*, o autor, que assina com o codinome *Spectator*, após a leitura do trabalho de Mário Melo sobre a Guerra dos Mascates procura responder se houve em 10 de novembro de 1710 a proclamação da República na cidade de Olinda. O autor argumenta que os estudos de Mário Melo permitem

⁴⁹⁹ Jornal Meio Dia, João Pessoa, 14 de agosto de 1941.

⁵⁰⁰ Jornal Meio Dia, João Pessoa, 14 de agosto de 1941.

que seja considerado como um fato histórico inquestionável a tentativa republicana ocorrida em Olinda durante a Guerra dos Mascates.

A Guerra dos Mascates foi movimento nativista precursor de nossa independência. [...] se não se pode provar que houve a assembleia de 10 de novembro de 1710, fica entretanto provado que havia o partido republicano. [...] os acontecimentos anteriores e posteriores a 10 de novembro de 1710 admitem a possibilidade da assembleia e, nela a da proposta de Bernardo Vieira para a constituição dum governo republicano independente em Pernambuco⁵⁰¹.

Ainda sobre a recepção do livro de Mário Melo, no ambiente intelectual carioca, encontramos no *Correio da Manhã* uma coluna assinada por Roberto de Macedo, na qual ele trata do espírito nativista brasileiro, no século XVIII, a partir da Guerra do Emboaba, da Guerra dos Mascates e da Inconfidência Mineira. Interessante destacar que, sobre a Guerra dos Mascates, Roberto de Macedo prefere reverberar a tese defendida por Mário Melo no Terceiro Congresso de História Nacional: “Bernardo Vieira de Melo, chefe olindense, fala então pela primeira vez em República”⁵⁰². Vemos, então, que Mário Melo consegue atribuir um valor à Guerra dos Mascates, possibilitando que esse acontecimento fosse colocado, ao lado da Inconfidência Mineira, como um dos principais acontecimentos do século XVIII.

Por considerar Bernardo Vieira de Melo um pioneiro na causa republicana no Brasil, Mário Melo demonstrará um desconforto com a valorização da inconfidência mineira, que ele considerava superestimado. Para Mário Melo, o exagero de admiração pela inconfidência mineira colocava a Guerra dos Mascates no esquecimento, gerando uma grande injustiça histórica. Três anos após o lançamento de *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, Mário Melo aparece na sua crônica⁵⁰³, comemorando o reconhecimento adquirido pela Guerra dos Mascates, que aparecerá com notoriedade na nova edição do livro *História do Brasil* de Mário da Veiga Cabral⁵⁰⁴. Mário Melo diz que, diferente dos outros “autores sulistas”, Veiga Cabral realça a importância da Guerra dos Mascates para a história republicana brasileira, reproduzindo, indiretamente, a tese defendida por Mário Melo: “tendo sempre sustentado essa tese, cuja documentação pude apresentar a um dos nossos Congressos de História, é com prazer que a vejo esposada por autor de tamanho renome”⁵⁰⁵.

⁵⁰¹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1941.

⁵⁰² Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1940.

⁵⁰³ Jornal Pequeno, Recife, 01 de abril de 1944.

⁵⁰⁴ Mário Melo define Mário da Veiga Cabral como um escritor de livro didático de história: “é, dentre os autores vivos de livros didáticos, o de maior renome do Brasil” (Jornal Pequeno, Recife, 01 de abril de 1944).

⁵⁰⁵ Jornal Pequeno, Recife, 01 de abril de 1944.

Mário Melo, colocando-se como antigo defensor da importância da Guerra dos Mascates, demonstra animação ao ver que o tema conseguiu ser bem aceito por outros grupos de historiadores fora de Pernambuco. Mário Melo atribui a importância da sua tese a essa leitura positiva sobre a Guerra dos Mascates, que conferiu ao acontecimento um valor desejado pela maioria dos membros do IAHGP, tornando-se o porta-voz do Instituto. Vimos que um dos principais combustíveis que alimentavam os historiadores do IAHGP, desde a sua fundação, foi o desejo de elevar o nome de Pernambuco por meio da exaltação de determinados acontecimentos do passado pernambucano – postura que Mário Melo aplicava, no seu cotidiano, inclusive empenhou-se em propagar uma imagem de si como um historiador apaixonado por Pernambuco. Dessa maneira, quando Mário Melo descobre como será organizado o livro *A História da República*, que seria lançado pelo Ministério da Educação devido às comemorações do Cinquentenário da República, ele exibirá empolgação devido à Guerra dos Mascates ser incluída na história republicana como o início de tudo; montagem que garantia a Pernambuco destaque nacional e que deveria ser motivo de orgulho, não apenas aos historiadores, mas a todos os pernambucanos.

Vi hoje o programa dessa obra. Nele Pernambuco figura – usando linguagem de engenheiros – como a estaca zero. A história da República inicia-se com o movimento nativista de Olinda, em 1710, e termina com os últimos dias do governo do sr. Washington Luís. [...] Devem, entretanto, os pernambucanos ficar satisfeitos com o reconhecimento da prioridade de Pernambuco na Independência e na República no Brasil, o que sempre foi, impropriamente, conferido a Minas Gerais, porque, com a minha tese apresentada ao Terceiro Congresso de História Nacional e aprovada por unanimidade, ficou fora de dúvida – assim reza o parecer – ter sido a tentativa republicana de Olinda, em 1710, a primeira manifestação positiva em prol da República, no período colonial⁵⁰⁶.

Além da animação pela elevação de um acontecimento histórico relativo ao passado pernambucano, Mário Melo buscará exibir o seu mérito, colocando-se como o agente principal desse novo olhar sobre o passado de Pernambuco. Assim, ele irá mostrar ao leitor o seu reconhecimento como historiador, que resultou num convite do Ministério da Educação para ele escrever sobre as origens da República brasileira: “fui consultado sobre se aceitaria escrever o primeiro capítulo, isto é, a parte relativa à República olindense, e respondi afirmativamente”⁵⁰⁷. Percebemos, no empenho do Ministério da Educação em estimular a divulgação dos trabalhos historiográficos que positivavam a ideia de República, uma excelente oportunidade para os historiadores pernambucanos, vinculados ao IAHGP, projetarem-se, no

⁵⁰⁶ Jornal Pequeno, Recife, 28 de agosto de 1939.

⁵⁰⁷ Idem.

cenário nacional, devido à tradição do Instituto em estudar as lutas libertárias de Pernambuco. Nesse sentido, vemos Mário Melo ser duplamente favorecido, pois além de ser o principal nome do IAHGP, no período das comemorações do Cinquentenário da República, ele tinha acabado de ter sua tese sobre a tentativa republicana na Guerra dos Mascates aprovada, no segundo semestre de 1938, reforçando a sua imagem de republicano⁵⁰⁸.

Nesse cenário, vemos Lauro Sodré tendo seu livro sobre a história da República sendo publicado pelo Ministério da Educação, em janeiro de 1940⁵⁰⁹. Na crítica sobre o livro de Sodré, que aparece no jornal *Correio da Manhã*, vemos novamente a tese de Mário Melo sendo aceita. Sodré não enxerga o início da República, em 1889: ao contrário, ele recua até 1710 para realçar o heroísmo de Bernardo Vieira de Melo, na sua luta em defesa dos ideais republicanos. Através da crítica, vemos o suposto caminho eleito por Sodré: “Lauro Sodré não se restringe às origens imediatas do movimento de 15 de novembro. Estuda a evolução do pensamento democrático em nosso país, desde o seu berço historicamente conhecido, que é a chamada Guerra dos Mascates”⁵¹⁰.

Mário Melo enxergará em Sodré um importante aliado, nas lutas simbólicas que ocorriam no campo historiográfico da época, e buscará exibir esse alinhamento entre os dois⁵¹¹. Comentando sobre o livro *A proclamação da República* de Sodré, que havia sido lançado recentemente pelo Ministério da Educação, Mário Melo destacará que Sodré aceitou como verdadeira a sua tese defendida no Terceiro Congresso de História Nacional. Mário Melo, para provar a sintonia entre os dois, transcreve trechos do livro de Sodré, no qual é enaltecida a importância da Guerra dos Mascates. Mário Melo enxergará, nas palavras de Sodré, mais um meio para legitimar o seu trabalho, “palavras transcritas de publicação oficial. Saíram da pena de um dos mais puros republicanos que o Brasil tem produzido”⁵¹².

⁵⁰⁸ Sobre a imagem social de Mário Melo como propagador das antigas e “gloriosas” lutas republicanas em Pernambuco, Cavalcanti (2017) diz: “Como historiador, sócio e Secretário Perpétuo do IAHGP, ao escrever seus livros, vai se engajar no projeto cívico-educativo elaborado pelo próprio Instituto, que visava construir e consolidar uma memória histórica republicana para o Brasil, buscando demarcar a importância de Pernambuco” (p. 169). Os livros que a autora se refere são: *Dentro da História* (1931); *Aspectos da História* (1935); *Relances da História* (1956).

⁵⁰⁹ Além do livro de Sodré, identificamos também que o Ministério da Educação publicou o livro organizado por Rodolfo Garcia sobre a história da República.

⁵¹⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1940.

⁵¹¹ Em sessão do IAHGP, ocorrida em novembro de 1941, é comunicado um encontro de Mário Melo com Sodré no Rio de Janeiro. Desse encontro é destacado a conversa entre os dois sobre assuntos históricos relativos ao estado do Pará, sinalizando uma cooperação nas atividades intelectuais entre os dois historiadores. A ata dessa sessão do IAHGP consta no Diário de Pernambuco, Recife, 08 de novembro de 1941.

⁵¹² *Jornal Pequeno*, Recife, 15 de agosto de 1940.

Ainda na mesma crônica sobre o livro de Sodré, Mário Melo, após exibir a conformidade entre os dois autores, irá, em tom de sarcasmo, contra-atacar seus opositores insinuando que a sua obra foi aniquilada e ele foi derrotado: “Minha tese foi destruída! Imaginem se alcançassem vitória”. Considerando Sodré como um autêntico republicano e um legítimo historiador, Mário Melo enxergará na simpatia dele pela sua obra mais uma confirmação da importância do seu trabalho. As palavras de Sodré servirão a Mário Melo para ele se defender das investidas daqueles que procuravam invalidar o seu trabalho. Mas, a fala de Sodré não impedirá que ele relembre aos seus leitores que a sua tese teve a chancela oficial de um importante grupo de historiadores.

Sustentei perante o Congresso de História Nacional, que a primeira afirmação do nacionalismo do Brasil fora o movimento republicano de Pernambuco em 1710. Apesar de havê-lo provado com documentos inéditos extraídos do Arquivo Colonial de Lisboa, houve quem tivesse a veleidade de negá-lo e, de quando em quando aparecem uns fedelhos por certos periódicos clandestinos que apregoam ter sido destruído minha tese, não obstante aprovada por unanimidade pelo referido Congresso⁵¹³.

Vemos esses “fedelhos”, a que Mário Melo se refere acima, como seus opositores no campo das discussões históricas e, principalmente, políticas, indicando que ele, como na qualidade de historiador, também, posicionar-se-á no campo de poder político, utilizando as suas produções historiográficas como arma no embate daquela época. Observando a produção textual de Mário Melo de 1937, quando ele inicia as pesquisas sobre a Guerra dos Mascates, até o fim do Estado Novo, em 1945, identificamos dois agentes que ele demonstrará animosidade, sugerindo-nos que são os possíveis “rebeldes novatos” a que ele tanto se refere, no decorrer das discussões em torno da Guerra dos Mascates. Os agentes identificados são: Manuel da Costa Lubambo e Guilherme Martinez Auler.

O conflito de Mário Melo com Manuel Lubambo ocorreu, em meados de 1939, ou seja, entre o Terceiro Congresso de História Nacional e a publicação do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. A primeira vez em que aparecem, na imprensa, informações sobre esse embate, vemos um embate historiográfico sobre a Guerra dos Mascates entre membros do IAHGP, no qual Manuel Lubambo se alia com Metódio Maranhão para contestar a tese de Mário Melo. Vimos, no tópico anterior, que Mário Melo travou um debate sobre a Guerra dos Mascates com o antigo sócio do IAHGP, Metódio Maranhão; debate que remetia, estritamente, às antigas discussões historiográficas ocorridas, no Instituto, desde a

⁵¹³ Idem.

época de Codeceira. Diferente do que ocorrerá em relação a Manuel Lubambo, em que a discussão ultrapassará os limites do debate puramente histórico⁵¹⁴. No entanto, nessa ocasião inicial, em que ficarão expostas, apenas, as divergências na área das discussões historiográficas, vemos Mário Melo acusando Manuel Lubambo de rejeitar as convenções do IAHGP.

Manuel Lubambo que, apesar de ardoroso em sua fé religiosa, está tomando atitudes de iconoclasmo em relação à história de Pernambuco. [...] Agora se apoia na opinião do professor Metódio Maranhão, o mais ateu dos ateus de Pernambuco. Bem sei que isto nada tem a ver com pontos de vista histórico, mas para quem de suspeição comina todo aquele que não forma no seu bloco, já é passo adiantado chamar à sua companhia um ateu da espécie do professor Metódio Maranhão e tomá-lo como apoio. [...] diz ele, apoiando o professor Metódio Maranhão, que os documentos ultimamente encontrados no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa não têm valor. [...] Mostrei como o Congresso de História Nacional, tendo estudado o assunto à face desses documentos, declarou não ser mais lícito pôr em dúvida a tese que sustentei. [...] O Sr. Lubambo porém, com uma penada, como se estivesse despachando uma conta na sua secretária, anula a autoridade dos historiadores brasileiros⁵¹⁵.

Mário Melo exibe uma imagem de Lubambo como um incansável perturbador da ordem do IAHGP, que utiliza a revista *Fronteiras*, considerada ilegítima por Mário Melo, para atacar, insistentemente, a tese sobre a Guerra dos Mascates defendida por Mário Melo no Terceiro Congresso de História Nacional. Mário Melo alerta aos sócios do IAHGP sobre o perigo da persistência de Lubambo em enfraquecer a sua tese: “o último debate havido no Instituto foi suscitado precisamente por causa dum artigo do Sr. Manuel Lubambo, em *Fronteiras*”⁵¹⁶. Definindo Manuel Lubambo como o semeador de discórdias, Mário Melo apresentará ao leitor a causa de todo aquele debate sobre a Guerra dos Mascates, que aparecia nos jornais recifenses, em meados de 1939, debate que afetou, inclusive, a configuração do IAHGP. Na sessão do IAHGP, posterior ao texto de Mário Melo mencionado, os membros do Instituto estimulam o estabelecimento de um pacto de paz em torno das discussões sobre a

⁵¹⁴ Vale destacar que apesar das divergências em relação ao tema da Guerra dos Mascates, Mário Melo tinha simpatia por Metódio Maranhão. Em nenhum momento encontramos Mário Melo realizando agressões verbais que poderiam manchar a reputação de Metódio Maranhão. Inclusive, como vimos no capítulo três, Mário Melo se esforçou em expor essa amizade com Maranhão. Além da amizade, supomos que a longa trajetória de Maranhão no IAHGP era respeitada por Mário Melo, em contraste com o iniciante Lubambo que, na ocasião, não tinha ainda realizado nem um ano como sócio do IAHGP. Importante lembrar que Maranhão ingressou no IAHGP antes de Mário Melo, em 1907, e presidiu o Instituto por três anos (1933-1935; 1942-1943). Para além da amizade de Mário Melo com o veterano Maranhão, enxergamos a desproporcionalidade do tratamento que Mário Melo aplica aos dois debatedores como algo relacionado ao embate político da época, debate que colocaremos luz por considerarmos importante para visualizarmos a trajetória de Mário Melo e o funcionamento do campo historiográfico pernambucano.

⁵¹⁵ Jornal desconhecido, 24 de maio de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo pessoal de Mário Melo do IAHGP. Levando em consideração a diagramação do texto e o fato de o Jornal *Folha da Manhã* durante os meses de maio e junho de 1939 ter publicado constantemente as discussões sobre a Guerra dos Mascates, supomos que este recorte é oriundo do Jornal *Folha da Manhã*.

⁵¹⁶ Jornal desconhecido, 24 de maio de 1939. Mesmo recorte citado acima.

Guerra dos Mascates, indicando uma possível desestabilização que o conflito entre Mário Melo e Lubambo poderia ocasionar. Mário Melo utiliza a sua coluna, no *Jornal Pequeno*, para comentar sobre o pacto de paz, no IAHGP:

Diante da sinceridade com que estávamos falando e ante o desejo dos companheiros de cessação da polêmica – não porque estivesse em ponto de perigo, mas pelo temor de que seu prolongamento pudesse ocasioná-lo – combinamos, amigavelmente, o ensarilhamento de armas. Nem meu artigo seria publicado, nem o artigo de Lubambo, nem qualquer um de nós discutiria mais em letra de forma, perante o público, os pontos divergentes da Guerra dos Mascates⁵¹⁷.

No entanto, quatro dias depois, Mário Melo embarca rumo ao Rio de Janeiro para participar do Segundo Congresso das Academias e, lá, ele descumpre o compromisso de paz estabelecido na última sessão do IAHGP, antes da sua partida. Em entrevista ao jornal carioca *Diário da Noite*, Mário Melo é questionado sobre a existência de um movimento monarquista, em Pernambuco, que buscava enfraquecer as festividades relativas ao cinquentenário da República⁵¹⁸. O jornal destaca a importância da fala de Mário Melo sobre o assunto, porque o debate relacionava-se com o campo historiográfico, devido à revisão histórica empreendida pelos monarquistas para rebaixar o caráter republicano em determinados acontecimentos, dentre eles a Guerra dos Mascates. Na entrevista, Mário Melo afirma que os revisionistas pernambucanos são movidos por interesses políticos, visando à restauração bragantina. Apesar de não expor nenhum nome dos agentes que faziam parte do grupo revisionista, Mário Melo irá denunciar a revista *Fronteiras*, na qual Lubambo fazia parte:

Publicam um periódico, aliás bem feito, intitulado *Fronteiras*. Como na tática comunista, regime que condenam, combatem a República por vários meios, sem fazer, abertamente, a propaganda do velho regime. Tudo, porém, que cheira a República, ou para eles é mentira, ou os homens que pela ideia morreram são patifes, julgados à luz dos carrascos que os mataram⁵¹⁹.

Essa acusação de Mário Melo estimulou uma reação entre os antimonarquistas, que buscaram, não apenas, invalidar os argumentos históricos dos revisionistas, mas também, infligir uma punição pelos seus atos, considerados agora como crimes políticos. Nesse sentido, o debate ganha novos contornos, em que Lubambo deixa de ser um divergente intelectual e torna-se um suspeito sabotador da República. Dois dias após a acusação de Mário Melo, o jornal

⁵¹⁷ *Jornal Pequeno*, Recife, 09 de junho de 1939.

⁵¹⁸ “Coincidindo com as medidas tomadas pelo governo, no sentido de assegurar maior imponência as festas de 15 de novembro próximo, iniciou-se em Pernambuco um movimento destinado a promover a revisão histórica de vários fatos que precederam a proclamação da República” (*Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo de Mário Melo no IAHGP).

⁵¹⁹ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo de Mário Melo no IAHGP.

carioca, *O Radical*, repercute o assunto, vendo, nas declarações dele, graves delitos cometidos por um grupo de intelectuais pernambucanos. Desse modo, o testemunho de Mário Melo servirá para validar o início de uma investigação criminal contra os saudosistas da monarquia.

O sr. Mário Melo teve a coragem de apontar os monarquistas, que estão reunidos num jornal de nome *Tradição* e num hebdomadário intitulado *Fronteiras*. É fácil, assim, abrir-se um inquérito sobre esse assunto. Ao fim e ao cabo, se ficar apurado que se trata de gente perigosa, é fácil, em extremo, dar-lhe o ratriado que reclamam: a Trindade ou Fernando de Noronha [referindo-se aos presídios na época]. [...] Mataremos, assim, o saudosismo dos rapazes com toda eficiência⁵²⁰.

Vemos que o jornal maximiza as agressões de Mário Melo, ao sugerir penalidades físicas aos opositores da República. No entanto, anterior a esses acontecimentos, em que vemos Lubambo como seu adversário, Mário Melo já tinha aparecido, na imprensa pernambucana, atacando os monarquistas de maneira rude, inclusive, semelhantemente ao jornal *O Radical*, solicitando, nas entrelinhas, a prisão dos monarquistas. Mário Melo, indignado pela perseguição que seu amigo Silvano Lopes estava sofrendo por rotularem a sua peça, *O Homem Bom*, como propaganda comunista, acusa o Estado de ser leniente com os integralistas e monarquistas:

Ao que me consta, a nossa polícia adota o sistema de dois pesos e duas medidas. Prende quem manifesta ideias comunistas, porque o comunismo é contra a democracia. Mas não prende os integralistas, ainda mais inimigos da democracia do que aqueles, e permite a propaganda monarquista, quando nada mais em antagonismo com o regime republicano do que a monarquia⁵²¹.

Notamos, nas palavras de Mário Melo, uma exigência para que a sociedade se comporte de maneira mais coerente, cobrando intolerância dos republicanos contra todos aqueles que atrapalham o bom funcionamento da República. Percebemos que Mário Melo agirá de acordo com as suas declarações, no caso do embate com Lubambo, em que ele buscará agir com severidade contra o suposto monarquista; diferentemente da sua complacência, nas discussões com Metódio Maranhão – aliás, complacência mútua – indicando uma afinidade ideológica. Vale destacar que, enquanto debatia sobre a Guerra dos Mascates com Lubambo, em meados de 1939, Mário Melo alertará os seus leitores sobre as ameaças dos monarquistas à República, equiparando-os novamente com os comunistas.

Faz-se precisa a reação pernambucana contra essa onda demolidora, que talvez não tenha fundo comunista, mas que é trabalho contra o regime republicano e particularmente contra o sistema da constituição outorgada a 10 de novembro e subscrita, entre outros, pelo sr. Agamenon Magalhães, que

⁵²⁰ Jornal *O Radical*, Rio de Janeiro, 07 de julho de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo de Mário Melo no IAHGP.

⁵²¹ Jornal *Pequeno*, Recife, 03 de outubro de 1938.

tantas provas de prestígio tem dado aos que mantêm acesa a pira sagrada do culto cívico aos nossos heróis⁵²².

De acordo com Mário Melo, os ataques à República significavam ataques ao Estado Novo, que, no seu entendimento, caso quisesse manter uma governabilidade, deveria reagir à "onda demolidora" monarquista. Nesse sentido, entendemos que as acusações de Mário Melo tinham força para tornar inviável a permanência de Lubambo em qualquer cargo concedido pelo Estado Novo. Curiosamente, quando começa o embate com Mário Melo, Lubambo fazia parte da interventoria de Agamenon Magalhães como secretário da Fazenda, importante posto que lhe garantia privilégios⁵²³. No entanto, em 25 de julho de 1939, ou seja, vinte dias após as acusações de Mário Melo na imprensa carioca, será divulgada a informação de que Agamenon Magalhães assinou a exoneração de Manuel Lubambo da Secretaria da Fazenda. Além da informação da exoneração, esta pequena nota irá acrescentar: “Ainda há poucos dias o sr. Manuel Lubambo manteve, pelas colunas do *Diário da Noite* do Rio de Janeiro, uma polêmica com o escritor Mário Melo, sobre a Revolução Pernambucana de 1817”⁵²⁴. Ainda no dia 25 de julho, o *Diário da Noite* irá informar que, dias antes da exoneração, o jornal publicou uma carta de Lubambo, na qual ele se empenha em defender-se das acusações de Mário Melo, sinalizando uma tentativa de se livrar do embaraço político:

Publicamos há dias, uma carta do sr. Manuel Lubambo, que acaba de deixar a Secretaria da Fazenda de Pernambuco, na qual rebatia acusações que lhe foram feitas pelo sr. Mário Melo em entrevista concedida a esta folha, sobre um movimento de fundo monarquista contra os precursores da República⁵²⁵.

Devido à insistência do jornal carioca em associar a exoneração de Lubambo com as denúncias de Mário Melo e, levando em consideração que Mário Melo tinha uma amizade com Agamenon Magalhães (inclusive, sendo convidado para auxiliar o governo de diversas formas, favorecendo-o na participação nos ambientes políticos da Interventoria), somos estimulados a supor que Mário Melo agiu, nos bastidores políticos, com a intenção de

⁵²² Jornal Pequeno, Recife, 02 de junho de 1939.

⁵²³ Como secretário da Fazenda Lubambo costumava participar das solenidades no Palácio do Governo. Jornal Pequeno, Recife, 13 de junho de 1939.

⁵²⁴ Diário da Manhã, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo de Mário Melo no IAHGP. Vemos este recorte destoando na pasta de Mário Melo, pois na sua montagem ele escolheu colar textos de sua autoria e algumas poucas vezes encontramos críticas elogiosas ao seu trabalho. Vale ainda destacar que esta nota foi colada na página onde aparece a entrevista em que ele denuncia um movimento monarquista em Pernambuco (Diário da Noite, Rio de Janeiro, 25/07/1939; entrevista citada acima), descumprindo a ordem cronológica da sua montagem, caso essa colagem não tenha sido alterada durante esse longo período em que ela está disponível para consulta.

⁵²⁵ Diário da Noite, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo de Mário Melo no IAHGP.

enfraquecer o seu opositor⁵²⁶. Nessa perspectiva, a exoneração significa que as justificativas de Manuel Lubambo foram insuficientes para invalidar os ataques de Mário Melo. Após as cartas de defesa de Manuel Lubambo, no dia da informação da exoneração, Mário Melo se mostrará implacável com a intenção de confirmar que a sua postura diante das opções políticas de Lubambo foram justas:

A prova de que o sr. Manuel Lubambo é monarquista está no último número do seu jornal *Fronteiras*, ano VIII, nº 6 pg. 13 – a fotografia em roda na mesa de almoço, íntimos. Sentado o sr. Manuel Lubambo junto ao príncipe D. João Orleans e Bragança⁵²⁷.

A fotografia serve como prova para o julgamento social de Manuel Lubambo, que, na ótica de Mário Melo, confirmava uma mancha na reputação do seu adversário. Para Mário Melo, ser indiferente às escolhas políticas dos agentes, era entendido como negligência, principalmente, tratando-se da associação com monarquistas, que, para ele, eram tão nocivos quanto os temidos comunistas. Então, Mário Melo buscará demonstrar que os argumentos dos monarquistas eram desprezíveis e mereciam ser totalmente enxotados: “O monarquista Manuel Lubambo, porém, atacou os nativistas de 1710. Defendi-os. Deixei-o em situação de não poder responder-me”⁵²⁸.

Vale destacar um outro momento em que Mário Melo reforçará a imagem de seus opositores como incapazes de rebaixar o seu argumento histórico. Na ocasião da romaria cívica, que ocorria anualmente, no mês de novembro, na cidade de Olinda (em homenagem ao primeiro grito da república emitido por Bernardo Vieira de Melo), em 1710, Mário Melo destacará o sucesso da comemoração, apesar dos débeis ataques dos revisionistas: “É glória que se alicerça em documentos incontestes e que, a despeito de inofensivo trabalho de certos adeptos do sebastianismo, jamais poderia ser empanada”⁵²⁹. Ainda sobre esse evento, Mário Melo utilizará o relatório anual do IAHGP referente ao ano de 1940, publicado na revista do Instituto, para exibir o brilho da solenidade:

⁵²⁶ Sobre essa possível conduta que pretendia satisfazer interesses pessoais de Mário Melo, vale destacar as denúncias do promotor público Melchiades Montenegro. Melchiades lembrando as acusações de peculato que sofreu durante o Estado Novo menciona ações de Mário Melo que visaram lhe prejudicar, abusando da sua intimidade com a elite dirigente do estado: “tendo eu sido removido de Catende para Canhotinho, pelo interventor Agamenon Magalhães, devido calúnias do mesmo sr. Mário Melo” (Diário de Pernambuco, Recife, 08 de dezembro de 1948). Melchiades continua denunciando Mário Melo nos dias seguintes no *Diário de Pernambuco*, ver: 11/12; 12/12; 15/12; 16/12.

⁵²⁷ Diário da Noite, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo de Mário Melo no IAHGP.

⁵²⁸ Diário da Noite, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1939. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo de Mário Melo no IAHGP.

⁵²⁹ Jornal Pequeno, Recife, 09 de novembro de 1940.

Quiseram assim os olindenses, prestigiando-nos mostrar sua repulsa a uns tantos cavalheiros que, negando a verdade histórica, menosprezando a documentação insofismável, procuram empanar as figuras dos precursores e tentaram enodoar uma das páginas de mais relevo do martirolosto da liberdade no Brasil, esquecidos de que a pira do Instituto será sempre alimentada pelo patriotismo do pernambucano, em veneração aos que o enobreceram no passado⁵³⁰.

Um desses "cavalheiros" identificamos como sendo Guilherme Auler, a quem Mário Melo também demonstrará aversão. Em 31 de dezembro de 1941, Mário Melo usará o espaço da sua coluna, *Ontem, Hoje e Amanhã*, para explicar ao leitor os motivos que levaram Guilherme Auler a buscar desacreditar a sua tese sobre a Guerra dos Mascates, nos últimos anos, oferecendo-nos um importante material para visualizarmos as tomadas de posição política e intelectual de Mário Melo, assim como foi no caso em que ele contra-atacou Manuel Lubambo. Inicialmente, Mário Melo mostrará que os ataques contra a sua tese se iniciaram, antes mesmo de ocorrer o Terceiro Congresso de História Nacional. Ele afirmará que, imediatamente após a coleta da documentação em Portugal, contra ele “se levantaram uns tantos elementos, porque eu encontrara a prova, até então posta em dúvida”⁵³¹. Em seguida, Mário Melo irá colocar as motivações políticas como o motor que impulsionou um determinado grupo a realizar esses ataques.

Andei procurando as causas ocultas da ofensiva e somente depois compreendi se tratava de membros dum partido monarquista, rotulado como Pátria Nova e mesclado dumas tantas ideias que vinham da Alemanha, da Itália e da Espanha molhada em sangue⁵³².

Sobre esse partido monarquista citado por Mário Melo, vale destacar que encontramos um manifesto desse partido, no *Jornal Pequeno*, em 1934. O partido se intitulava, na ocasião, como Ação Imperial Patrianovista⁵³³ e utiliza o manifesto para expor o seu interesse em participar das eleições para deputado federal e à Constituinte estadual. Nesse manifesto, eles encaram o paradoxo de se aproveitarem das regras republicanas: “não implica em adesão

⁵³⁰ RIAHGP, Recife, v. 37, 1941-1942, p. 278, 279. Relatório transcrito no *Diário de Pernambuco* no dia 04 de fevereiro de 1941.

⁵³¹ *Jornal Pequeno*, Recife, 31 de dezembro de 1941.

⁵³² *Jornal Pequeno*, Recife, 31 de dezembro de 1941..

⁵³³ De acordo com Domingues (2006), a Ação Imperial Patrianovista Brasileira foi fundada em 1932 e tinha como principal nome o intelectual Arlindo Veiga dos Santos: “Arlindo Veiga dos Santos era, antes de mais nada, um negro reacionário, na medida em que buscava anular as forças progressistas da história e inverter a tendência de modernização da sociedade brasileira, lutando pelo restabelecimento de uma ordem política e social obsoleta. Era nacionalista xenófobo e anti-semita fervoroso” (p. 523). Sobre a Ação Imperial Patrianovista Brasileira ver a dissertação e a tese de Teresa Malatian: MALATIAN, Teresa Maria. **A ação imperial patrianovista brasileira**. (Dissertação de Mestrado). PUC, SP, 1978; MALATIAN, Teresa Maria. **Os cruzados do Império**. (Tese de Doutorado). USP, SP, 1988.

ao princípio da verdade do voto, e dos demais processos usados pelos republicanos como meios de se assenhorearem de um poder que usurparam”⁵³⁴. Interessante destacar que Guilherme Auler aparece nesse manifesto integrando a direção estadual do partido, em Pernambuco, como secretário geral.

Em relação a esses intelectuais saudosistas da Monarquia, Mário Melo se empenhará em defini-los como uma ameaça política ao associá-los aos regimes fascistas, que predominavam, nos países mencionados por ele acima. Inclusive, na mesma ocasião em que ele rechaça o partido monarquista, ele afirmará: “se antes do sr. Getúlio Vargas definir a situação do Brasil jamais tolerarei o nazismo, o fascismo, o franquismo e o niponismo, quanto mais agora!”⁵³⁵. Defendendo a ideia de que o momento era de hostilidade aos fascistas, Mário Melo se sentirá livre para realizar difamações que visavam causar prejuízo aos seus opositores (nesse caso, o seu alvo era Guilherme Auler). Mário Melo deixará de lado argumentos historiográficos para realizar ataques pessoais visando tisonar a honra do indivíduo.

O monarquista que me ataca, apenas acidentalmente nascido no Brasil, é filho de espanhol com alemão. Falta-lhe sangue caboclo nas veias, para sentir o que nós, da terra, sentimos pelo Brasil e que particularmente sinto por Pernambuco⁵³⁶.

Destacando os países dos pais de Guilherme Auler, Espanha e Alemanha, Mário Melo buscava expor que a inclinação fascista dele estava no sangue, colocando-o como um sujeito de moral irremediavelmente degradada. Por outro lado, Mário Melo, posicionando-se como antagonista de Guilherme Auler, busca reforçar a sua imagem de patriota, que lhe garantia ganhos, principalmente, naquele momento de grande comoção nacionalista. Ainda, enxergamos, na “incansável e destemida” luta de Mário Melo contra os comunistas, monarquistas e fascistas, uma oportunidade para ele se projetar como um guardião da República. Aliás, uma imagem de si que vemos como um desdobramento da sua imagem como guardião do IAHGP; afinal, como colocamos antes, ele afirmará que: “a pira do Instituto será sempre alimentada pelo patriotismo do pernambucano”, patriotismo que significava a veneração dos heróis republicanos, como Bernardo Vieira de Melo. Nesse sentido, quanto mais Mário Melo se exibia sendo agredido pelos inimigos da República, mais oportunidade ele tinha para afirmar que continuará sendo “cada vez mais republicano”⁵³⁷, lembrando que, na ocasião

⁵³⁴ Jornal Pequeno, Recife, 09 de outubro de 1934.

⁵³⁵ Jornal Pequeno, Recife, 31 de dezembro de 1941.

⁵³⁶ Jornal Pequeno, Recife, 31 de dezembro de 1941.

⁵³⁷ Jornal Pequeno, Recife, 31 de dezembro de 1941.

em que ele duelava com Guilherme Auler, a ideia de República confundia-se com a ideia de Estado Novo – associação que contribuiu na legitimação do regime estadonovista.

Nessa mesma coluna do dia 31 de dezembro de 1941, Mário Melo irá expor também que um dos motivos que levaram Guilherme Auler a lhe atacar, na imprensa, está relacionado ao rancor do seu rival, rancor alimentado pelos insucessos dele no campo historiográfico. Para confirmar o fracasso do seu opositor como historiador, Mário Melo irá lembrar aos leitores que Guilherme Auler foi excluído do IAHGP. Essa exclusão nos indica um contra-ataque de Mário Melo, devido ao seu grande poder de decisão dentro do IAHGP, autoridade que já tinha lhe permitido silenciar outros membros do Instituto, como vimos no terceiro capítulo. Encontramos no volume 37 da RIAHGP, os nomes de Guilherme Auler e Manuel Lubambo pela primeira vez na lista de sócio efetivo, informando que ingressaram em 1938⁵³⁸. No entanto, na revista seguinte, publicada em 1943, os nomes deles não aparecem na lista⁵³⁹. Nesse sentido, Mário Melo utilizará esses acontecimentos do IAHGP para definir Guilherme Auler como um historiador frustrado que, pela debilidade intelectual, atacava por meio de discursos insensatos:

O sr. Martinez Auler, todo zumbaia outrora para mim quando se candidatou ao Instituto Arqueológico, vem promovendo sistemático ataque pelo êxito que meu livro está alcançando, com a demonstração documentada da prioridade republicana de Pernambuco. E como lhe mingue autoridade em assuntos de história – despeitado ou invejoso – descamba para o lado pessoal⁵⁴⁰.

Menos de dois meses após essa ofensiva, Mário Melo irá novamente retomar às discussões com Guilherme Auler, acusando-o de se opor às legítimas tradições historiográficas que o IAHGP representava. Mário Melo demonstra indignação por existir, em Pernambuco, um grupo de revisionistas, considerado por ele, nocivos à sociedade por recusarem até a grande Revolução Pernambucana de 1817: “tentam reformá-la a seu gosto, para o que começam por atirar lama sobre o pedestal em que se acham os venerados patriotas”⁵⁴¹. Mário Melo considera tão disparatado o discurso de Guilherme Auler, que ele transcreve trechos da fala do seu opositor, na sua coluna, confiante de que exibirá ao leitor a extensão da imbecilidade dos seus rivais. Mário Melo afirma que coletou esses trechos, num discurso proferido por Guilherme Auler, na Federação Mariana de Pernambuco. Inicialmente, Guilherme Auler aparecerá alertando sobre “a necessidade urgente da formação intelectual do Congregado Mariano e da consequentemente empresa benemérita de uma renovação, retificação consciente, revisão

⁵³⁸ Na lista consta que Guilherme Auler ingressou em 06/03/1938 e Manuel Lubambo em 02/07/1938.

⁵³⁹ Ver: RIAHGP, v. 37, 1941-1942, p. 361; RIAHGP, v. 38, 1943, p. 394.

⁵⁴⁰ Jornal Pequeno, Recife, 31 de dezembro de 1941.

⁵⁴¹ Jornal Pequeno, Recife, 13 de fevereiro de 1942.

metódica de nossa história”. Em seguida, Auler atacará as instâncias culturais: “nossos inimigos – os homens das Lojas e Sinagogas – intolerantemente monopolizam as Academias, Institutos, Bibliotecas e Arquivos, Museus e Revistas especializadas”⁵⁴².

Vemos, nas palavras selecionadas por Mário Melo, um Guilherme Auler impetuoso, antimaçom e antisemita, que busca estimular a construção de um grupo para guerrear contra aqueles que dominam o campo historiográfico. Nesse sentido, Guilherme Auler nos apresenta uma imagem que possibilita distinguirmos grupos que se localizam, em lados opostos do campo historiográfico pernambucano: de um lado, estão os dominantes liderados por Mário Melo; e do outro, estão os dominados representado por Guilherme Auler. A revisão dos acontecimentos históricos propostos por Guilherme Auler, que afeta até mesmo o estabelecido conceito de história, indica a sua necessidade de redefinir a lógica do campo, reorganização do campo que lhe permitiria brechas para ameaçar a dominação simbólica. Mário Melo expõe a estratégia de desmantelamento de Guilherme Auler, seguro de que ela será entendida como desonesta: “[Guilherme Auler] entende que a História do Brasil está errada e deve haver uma guerra relâmpago para emendá-la”⁵⁴³. Após expor a negação de Guilherme Auler da tradicional historiografia brasileira, Mário Melo destacará, na estratégia dele, o desejo de cooptar os insatisfeitos com a hierarquia do campo historiográfico para maximizar a radicalidade: “Dir-se-ia que estas palavras foram de Hitler. O tom é do chefe do nazismo. Quando nada, será muito fácil, através delas e somente por elas, identificar um nazista”. Comparando Guilherme Auler com Hitler, Mário Melo busca manchar a reputação do seu rival, tornando inválido qualquer ato que venha do maculado Guilherme Auler. Mário Melo insistirá nesse recurso, inclusive ao se dirigir a Guilherme Auler trocará o pronome de tratamento “senhor” pelo termo “herr”, pronome de tratamento da língua alemã, como um meio de lembrar ao leitor a origem alemã do seu adversário e, principalmente, as ideias fascistas dele.

Documentadamente com as palavras acima, herr Auler incita os companheiros de Congregação Mariana a uma guerra relâmpago de invasão nas Academias, nos Institutos, nas Bibliotecas, nos Arquivos e nos Museus – as Bibliotecas, os Arquivos e os Museus, tão claramente ameaçados, são organizações do governo.... – para reformar-se a História do Brasil a seu sabor e dos seus companheiros de Congregação⁵⁴⁴.

Dias após a contestação de Mário Melo ao discurso de Guilherme Auler, proferido na Congregação Mariana, ocorre uma sessão no IAHGP, na qual o debate entre Mário Melo e

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ Jornal Pequeno, Recife, 13 de fevereiro de 1942.

⁵⁴⁴ Idem.

Guilherme Auler é mencionado na ata. Na ocasião, o presidente do Instituto era Metódio Maranhão e parte dele um discurso parabenizando Mário Melo pela sua defesa da tradição do IAHGP ao revidar Guilherme Auler, na sua coluna *Ontem, Hoje e Amanhã* – conteúdo publicado, no *Jornal Pequeno* do dia 13 de fevereiro de 1942, texto que mencionamos acima. Percebemos, por meio dessa sessão, que Metódio Maranhão, admirando a bravura de Mário Melo, realça a estrutura homogênea do IAHGP, indicando que Mário Melo encarnava a ortodoxia do Instituto.

O sr. Mário Melo foi de encontro ao ameaçador, no referido artigo, em que sustenta os princípios por que se bate o Instituto. [Metódio Maranhão] Consulta se os confrades estão de acordo em considerar como do próprio Instituto a atitude do sr. Mário Melo e figurar na ata seu artigo. Em consulta nominal, recebe o presidente apoio unânime⁵⁴⁵.

Entendemos que Mário Melo tinha consciência de que receberia apoio do IAHGP, caso se envolvesse em polêmicas históricas. Essa crença de Mário Melo permitia que ele agisse de forma segura, sem medo das ameaças. Nesse sentido, as suas contestações serviam principalmente para ele reforçar a sua imagem social que, nesse caso, referia-se à sua reputação como historiador republicano (o que lhe garantia ganhos, simultaneamente, no campo historiográfico e no campo de poder político, sobretudo em Pernambuco). Por isso, Mário Melo, para mostrar superioridade, comumente, irá zombar dos seus opositores, tratando-os como incapazes de manchar a sua honra. Em agosto de 1939, Mário Melo utiliza a sua coluna para anunciar aos seus leitores que a sua tese foi, oficialmente, reconhecida pelo governo federal e aproveita a ocasião para debochar dos seus rivais: “de nada valeram uns estrebuchamentos aí havidos contra a minha tese de prioridade republicana de Pernambuco”⁵⁴⁶. Nesse mesmo texto, Mário Melo, beneficiando-se da boa recepção que sua tese sobre a Guerra dos Mascates teve, questiona seus adversários com a intenção de divulgar positivamente a sua obra.

Que maior vitória poderia eu alcançar do que essa de, após aprovação unânime pelo Congresso de História Nacional, vê-la apoiada pelo Governo da União, incluída como capítulo da comemoração do Cinquentenário da República, dando-se-me a honra do convite para escrevê-lo?

Menos de um mês depois, Mário Melo utilizará, novamente, a sua coluna, no *Jornal Pequeno*, para expor a aprovação que a sua tese recebeu dos historiadores e políticos: “tese que de há muito sustento e é hoje vitoriosa, depois do apoio unânime que lhe deu o Congresso de História Nacional, reunido no Rio de Janeiro, e da sanção do Governo Federal”⁵⁴⁷. Vale destacar

⁵⁴⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 21 de fevereiro de 1942.

⁵⁴⁶ Jornal Pequeno, Recife, 28 de agosto de 1939.

⁵⁴⁷ Jornal Pequeno, Recife, 18 de setembro de 1939.

que esses reconhecimentos expostos, frequentemente, pelo próprio Mário Melo não eram puro recurso discursivo. Durante o Estado Novo, Mário Melo obteve inúmeros ganhos simbólicos e materiais, nos diversos campos em que ele atuava. Muitos desses capitais foram transferidos para Mário Melo, por meio do campo de poder político, capital que lhe favorecia na maximização do seu capital cultural e simbólico, indicando a arbitrariedade do jogo. Entendemos que esse privilégio de Mário Melo é o resultado das suas tomadas de posição política – posicionamento político que atravessou, até mesmo, as suas produções historiográficas, como no caso do seu livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, que serviu como arma no campo de poder político.

Enquanto Mário Melo ostentava, na sua coluna, que a sua tese foi reconhecida pela elite dirigente brasileira, é noticiado que ele foi designado pelo governo federal para estudar documentos históricos: “o ato do sr. Presidente da República é uma distinção ao escritor pernambucano, vale por expresse reconhecimento ao mérito dos trabalhos do secretário perpétuo do nosso Instituto Arqueológico”⁵⁴⁸. Consideramos que esse evento possibilita Mário Melo a obter mais legitimidade; legitimidade essa, que tem condições de funcionar como meio de dominação. No mês seguinte, Mário Melo nos exhibe a projeção alcançada pela sua tese devido às comemorações do Cinquentenário da República, evento estimulado pelo governo federal: “o nome de Bernardo Vieira irá receber em novembro próximo, por ocasião do Cinquentenário da República, a consagração do Brasil inteiro”⁵⁴⁹.

Vemos, no evento do Cinquentenário da República, uma oportunidade para Mário Melo aumentar seu capital simbólico, através das recompensas oficiais do Estado. Essas recompensas indicam que ele era considerado, pela elite dirigente, como um intelectual que colaborava na legitimação do regime político que estava em vigor, exibindo-nos a sua capacidade de realizar trabalhos em sintonia com a classe dirigente – habilidades que remetem às suas inclinações mais antigas, e foram desenvolvidas e lapidadas no decorrer da sua trajetória de historiador. Enxergamos, nitidamente, as recompensas oficiais recebidas por Mário Melo,

⁵⁴⁸ Jornal Pequeno, Recife, 14 de setembro de 1939. Em carta à Macedo Soares, datada em 14 de setembro de 1939, Mário Melo comenta sobre o convite do governo federal para ele realizar estudos na Europa e também mostra a participação decisiva de Agamenon Magalhães para a formalização da atividade: “a pedido do Agamenon ao presidente Getúlio, fui posto à disposição do Ministério do Exterior, para estudar documentos históricos na Europa, relativos a Pernambuco. Veio a guerra e combinei com aquele adiar meu compromisso para melhores dias” (14/09/1939; Correspondência localizada no acervo de Mário Melo no CEHIBRA-FUNDAJ).

⁵⁴⁹ Jornal Pequeno, Recife, 05 de outubro de 1939.

através da premiação do governo federal, ao lhe conferir uma medalha e um diploma para homenageá-lo pela sua relevância nas comemorações do Cinquentenário da República.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Grão Mestre das Ordens Brasileiras, houve por bem conferir ao Senhor Mário Melo por decreto de 1940, a medalha de prata comemorativa do cinquentenário da Proclamação da República, instituído pelo decreto lei nº 19xx [dois dígitos apagados] de 19 de janeiro de 1940. E para constar, mandou expedir o presente diploma, que vai rubricado pelos Chanceler e Presidentes dos Conselhos das Ordens Nacionais do Cruzeiro do Sul, do Mérito Naval e do Mérito Militar⁵⁵⁰.

Entendemos que tão importante quanto as condecorações governamentais são os discursos em tom de enaltecimento que vêm de agentes que exercem cargos de prestígio social. Nesse sentido, queremos destacar o prefácio do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* escrito por Agamenon Magalhães, agente de maior autoridade no campo político pernambucano naquela ocasião. Os elogios de Agamenon Magalhães à figura de Mário Melo dotam o prefácio do livro de uma aprovação oficial, garantindo a Mário Melo uma legitimação quase absoluta no campo historiográfico pernambucano. Vale destacar que, quando o livro é lançado, a imprensa recifense sempre destacará o autor do prefácio do livro, indicando a importância da assinatura de Agamenon Magalhães⁵⁵¹. Inclusive, quando o paraibano Luiz Pinto comenta sobre *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, ele dedicará uma parte do seu texto para enfatizar o prefácio.

O prefácio do sr. Agamenon Magalhães vale por uma fotografia intelectual e moral de Mário Melo. É uma homenagem ao velho e ilustre defensor da crônica pernambucana, ao incompreendido morejador das letras, cheio de propósitos nobres, pecando sempre pelo excesso de zelo, na guarda da verdade e da gramática⁵⁵².

O prefácio escrito por Agamenon Magalhães para o livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* não discute sobre o acontecimento histórico tratado no livro. Agamenon preferiu fazer comentários gerais sobre alguns temas tratados, por Mário Melo, durante a sua trajetória e, principalmente, buscou propagar uma imagem positiva dele como historiador e homem público. Observamos, nas palavras de Agamenon Magalhães, sobre o ofício historiográfico de Mário Melo, um importante fortalecimento da imagem social de Mário Melo, que vinha sendo construída por ele próprio no decorrer da sua trajetória. Abaixo, um

⁵⁵⁰ Jornal desconhecido, 27 de janeiro de 1941. Recorte de jornal encontrado na caixa sete do acervo pessoal de Mário Melo no IAHGP.

⁵⁵¹ Ver: Jornal Pequeno, 22 de julho de 1941; Diário da Manhã, 23 de julho de 1941; Diário de Pernambuco, 23 de julho de 1941.

⁵⁵² Jornal Meio Dia, João Pessoa, 14 de agosto de 1941.

retrato de Mário Melo como historiador elaborado por Agamenon Magalhães e publicado no prefácio citado acima:

Não tem ambições. O Instituto Arqueológico é o seu Capitólio. Contenta-se em viver a vida que passa e em saber como os outros viveram. Quando o dia está limpo, sem sombras, nem novidades, ele vai espanar a poeira dos séculos, vasculhando os acontecimentos da História. Pesquisa os arquivos, interpreta velhos documentos e extrai o comentário. [...] As rebeldias, a combatividade, a exaltação patriótica do povo pernambucano, em todas as campanhas nacionais, o atraem tanto quanto a emoção da descoberta de um documento histórico⁵⁵³.

Agamenon Magalhães oferece ao leitor uma imagem de Mário Melo como um historiador engajado em estudar e difundir sobre as lutas libertárias pernambucanas. Além disso, vemos um Mário Melo desinteressado por ganhos materiais, sendo movido apenas pelo seu interesse em dedicar-se à história, que significava a sua reclusão social voluntária para viver em arquivos e bibliotecas. Quando Agamenon Magalhães expõe o retrato do político Mário Melo, percebemos, novamente, um indivíduo generoso, desprovido de ganância de poder (sinais que maximizavam o capital simbólico de Mário Melo no campo cultural).

Mário Melo também é político. Político original, sem pretensões nem clientela eleitoral. Cargo público, só o de telegrafista, que ele o é desde que nasceu. Foge das posições e do poder como o diabo foge da cruz. [...] Mário Melo tem pelo povo e as suas causas uma sensibilidade que transcende a tudo⁵⁵⁴.

Dois meses após a publicação do prefácio de Agamenon Magalhães, é noticiado que Mário Melo participará, no Rio de Janeiro, do Terceiro Congresso de Academias e Intelectuais, representando oficialmente o estado de Pernambuco por meio de um decreto do governo estadual⁵⁵⁵. Entendemos que esse decreto é uma espécie de recompensa pelos trabalhos de Mário Melo, como jornalista e historiador, em sintonia com o paradigma do Estado Novo. Esses eventos culturais, dos quais Mário Melo participava, garantiam a ele maior reconhecimento, através da sociabilidade e dos certificados recebidos; reconhecimento que poderia lhe proporcionar ocupar melhores cargos no campo cultural e político (ganhos que ele insistia em mascarar). Durante a sua estadia no Rio de Janeiro, Mário Melo enviará dois

⁵⁵³ MAGALHÃES, Agamenon. O intelectual do comentário. In MELO, Mário. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. Recife: CEPE, 2012, p. 17 e 18. Vale destacar que esse mesmo título, *O intelectual do comentário*, serviu para intitular um texto publicado, em julho de 1938, na revista *Minerva* da FDR sobre as colunas diárias *Ontem, Hoje e Amanhã* de Mário Melo. De acordo com o artigo, a expressão *O intelectual do comentário* era utilizada por Agamenon Magalhães: “é este carinho pelas coisas diárias que tem levado o estudante pernambucano a ler os artigos e as crônicas de Mário Melo, O intelectual do comentário, na feliz expressão do prof. Agamenon” (Jornal Pequeno, Recife, 03 de agosto de 1938).

⁵⁵⁴ MAGALHÃES, Agamenon. O intelectual do comentário. In MELO, Mário. *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*. Recife: CEPE, 2012, p. 18.

⁵⁵⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 26 de setembro de 1941.

telegramas para Agamenon Magalhães, comunicando sobre o seu desempenho no Congresso⁵⁵⁶. Enxergamos, nesses comunicados, uma prestação de contas, indicando que Mário Melo recebeu auxílio financeiro para realização da viagem. Vale destacar que, no segundo telegrama, Mário Melo menciona uma conversa que teve com o presidente Getúlio Vargas sobre assuntos relacionados ao tricentenário da Batalha dos Guararapes⁵⁵⁷.

Após observarmos, no decorrer deste capítulo, os ganhos simbólicos e materiais de Mário Melo, entre os anos de 1938 e 1941, ganhos que no nosso entendimento estão, em parte, relacionados com a sua tese sobre a Guerra dos Mascates, acreditamos ser possível enxergar o funcionamento do campo historiográfico pernambucano. Vimos, a partir dos movimentos de Mário Melo, as suas inclinações e habilidades, mas também evidenciamos as relações de forças que afastavam e aproximavam agentes, beneficiando aqueles que melhor incorporaram as regras do jogo. No entanto, apesar de possuir regras próprias, esse jogo era afetado por influências externas, sobretudo, pelo campo de poder político. Aliás, essa interferência era exercida, desde a fundação do IAHGP, e, facilmente, mascarada devido à sintonia entre os dois campos.

Nesse sentido, para compreendermos a trajetória do historiador Mário Melo, a partir do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, foi necessário tratar da relação dele com a classe dirigente de Pernambuco, durante o Estado Novo; conexão sobre a qual nos esforçamos em discutir nos últimos dois capítulos desta tese. Vemos, na relação triangular entre o livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, o IAHGP e o regime estadonovista, uma configuração que garantia ganhos aos envolvidos, sobretudo a Mário Melo, que iniciou a década de 1940 como a maior autoridade, no campo historiográfico pernambucano. Esse envolvimento de Mário Melo com o campo de poder político facilitará a ampliação do seu capital simbólico, que ele poderá aplicar fora dos muros do IAHGP, tornando-se forte, nos debates públicos, por meio do seu ofício de jornalista (profissão a que ele se dedicará, cada vez mais, e que ocupará uma centralidade nos últimos anos da sua vida).

⁵⁵⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 17 de outubro de 1941; Diário de Pernambuco, Recife, 25 de outubro de 1941.

⁵⁵⁷ Em sessão do IAHGP, Joaquim Amazonas comunica que Mário Melo obteve êxito no encontro com Getúlio Vargas, resultando na colaboração do governo federal para a comemoração do tricentenário da Batalha dos Guararapes (Diário de Pernambuco, Recife, 08 de novembro de 1941).

7 CONCLUSÃO

Em 1960, é publicado o volume 45 da RIAHGP, revista inteiramente dedicada a Mário Melo, por ocasião da sua recente morte. Essa revista, de 304 páginas, contém dezenas de textos publicados (oriundos, principalmente, dos jornais recifenses) e escritos por diversos políticos e intelectuais que se mostravam sensibilizados com a morte de Mário Melo – como de costume, quando se trata de discursos direcionados a pessoas falecidas há pouco tempo. O que nos chamou atenção, nessa RIAHGP em homenagem a Mário Melo, foi a inserção de um texto do jornalista pernambucano, Aníbal Fernandes, no qual, diferente dos demais, o tom de elogios e lamentos cede espaço para comentários nada laudatórios, apenas dois dias após a morte de Mário Melo⁵⁵⁸. O texto de Aníbal Fernandes é intitulado *O busto de Bandeira; e o do outro*, título que mostra, claramente, ao leitor da época que tratará da polêmica em que Mário Melo se envolveu em torno da colocação do busto do poeta Manuel Bandeira (polêmica divulgada nos jornais recifenses durante cinco anos, 1954 a 1959)⁵⁵⁹.

Colocando o “busto de Bandeira” como tema central do seu discurso, Aníbal Fernandes focalizará, nos últimos anos de vida de Mário Melo, destacando a sua atuação jornalística excêntrica de tratar de temas menores, definindo-o como: inimigo do futebol, catador de erros de português, recifense megalomaniaco e o inviabilizador do busto de Bandeira. Aníbal Fernandes, priorizando essa imagem excêntrica do velho Mário Melo, ignora completamente a sua trajetória de cinquenta anos como historiador, não mencionando as suas produções historiográficas, seus prêmios ou as associações culturais das quais ele fazia parte. Nesse sentido, a representação de Mário Melo, construída por Aníbal Fernandes, exibirá uma imagem caricata, a partir do uso de traços grotescos.

Tinha suas caturrices; suas rabugices; suas marcações, suas prevenções, suas implicações, suas cavilações. Lá isso tinha. E seus próprios amigos sabem disso. [...] Empenhava-se a fundo em destruir moinhos de vento: se bem que fisicamente, mais lembrasse o Sancho do que o Quixote. Era assim: não podia

⁵⁵⁸ As desavenças entre Mário Melo e Aníbal Fernandes era antiga, começando na década de 1920, ganhando maiores proporções a partir do conflito em torno do funcionamento da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco (1928-1933), do qual ambos foram dirigentes. Essa desavença entre os dois permanece sem trégua até o fim da vida de Mário Melo. Essa longa rivalidade, que foi ignorada pelo nosso trabalho, mostra que ainda há interessantes questões da vida de Mário Melo para serem discutidas por futuros trabalhos. Sobre essa rivalidade Barbosa Lima Sobrinho diz: “o que mais me divertia, nessa guerra dos cem anos do jornalismo pernambucano, era o contraste dos dois temperamentos que se enfrentavam, Aníbal Fernandes, desdenhoso e irritável, Mário Melo, obstinado e tranquilo” (SOBRINHO, Barbosa Lima. *Mário Melo*. Jornal do Comércio, Recife, 05 de julho de 1959. In: RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 211-214).

⁵⁵⁹ Polêmica utilizada na introdução desta tese como um ponto de partida para os lançamentos iniciais de questões importantes para este trabalho.

ser de outro modo. Embirrava com os artistas modernos, aos quais chamava de borra-botas. [...] Vamos perdoar-lhe todos os pecados e arranjar um jeito de, no dia em que erguermos o busto de Bandeira, por Celso Antônio, inaugurarmos também o seu, pelo Abelardo da Hora⁵⁶⁰.

Vemos um Aníbal Fernandes impassível, diante do cadáver de Mário Melo, que tinha sido sepultado no dia anterior à publicação desse texto. Pouco tempo depois, Clóvis Melo, filho de Mário Melo, comentando sobre as avaliações em torno da vida do seu pai, após a morte dele, destaca o posicionamento de Aníbal Fernandes, colocando-o como o mais agressivo ataque que a memória do seu falecido pai sofreu. Mostrando-se indignado, Clóvis Melo procura revidar Aníbal Fernandes, definindo o seu comportamento como desumano. Essa contestação de Clóvis patenteia o seu sofrimento, ao ver a imagem social do seu pai ser difamada, ainda no período de luto da família, sugerindo-nos que o ataque de Aníbal Fernandes causou danos simbólicos.

O seu corpo ainda estava quente e mal fora emparedado numa catacumba, enfrentando o Grande Desconhecido e aparecia, na mesma seção que outrora fora sua, no *Diário de Pernambuco*, um artigo recente, sob o título de *O busto de Bandeira e o outro*. Mário Melo deixava de ser Mário Melo para ser tratado singularmente, como o outro. [...] Se a intenção do articulista fora lamentar o evento e não gozar sadicamente, melhor fora nada ter escrito. O silêncio, precisamente, o seu silêncio, teria sido a maior de suas homenagens⁵⁶¹.

A maioria dos discursos fúnebres direcionados a Mário Melo, selecionados pela RIAHGP em sua homenagem, aconteceram antes desse pronunciamento de Clóvis citado acima, ou seja, no primeiro mês após a morte de Mário Melo apareceu, na imprensa recifense, quase que diariamente, textos que trataram da memória de Mário Melo. No entanto, mais de sete meses depois do falecimento de Mário Melo, Gilberto Freyre fará, em águas calmas, um retrato de Mário Melo. Apesar de Freyre tratar de vários momentos da vida de Mário Melo⁵⁶², ele, assim como Aníbal, propagará a imagem de Mário Melo como um velho teimoso e antiquado: “se extremou não poucas vezes, nos seus últimos anos, em caturrices de velho tanto quanto em leviandades de criança. Imperecível criança. Criança grande”⁵⁶³. Essa contraditória imagem de Mário Melo, como um “velho criança”, estimula o leitor a imaginar um Mário Melo

⁵⁶⁰ FERNANDES, Aníbal. *O busto de Bandeira; e o do outro*. *Diário de Pernambuco*, 26 de maio de 1959. In: RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 140-141.

⁵⁶¹ MELO, Clóvis. *O julgamento de Mário Melo*. *Jornal do Comércio*, Recife, 28 de junho de 1959. In: RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 206-209.

⁵⁶² Inclusive Freyre reconhece a importância de Mário Melo como historiador: “sua especialidade, o estudo do passado pernambucano. Deixou, sobre o assunto, trabalhos de valor”. FREYRE, Gilberto. *Mário Melo*. *Jornal do Comércio*, Recife, 03 de janeiro de 1960. In: RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 235-237.

⁵⁶³ FREYRE, Gilberto. *Mário Melo*. *Jornal do Comércio*, Recife, 03 de janeiro de 1960. In: RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 235-237.

obsoleto e inocente, combinação com alto poder destrutivo quando direcionado a um intelectual. Freyre utilizará essa imagem de Mário Melo, de um “velho criança”, para explicar o motivo da sua implicância com Manuel Bandeira, afirmando que Mário Melo tinha um “gosto literário limitado no tempo tanto quanto no espaço. Não lhe permitiu arrojados modernistas nem audácias transoceânicas”⁵⁶⁴. Apesar de se expor de forma menos contundente do que Aníbal Fernandes, Freyre ajuda a reforçar uma imagem de um Mário Melo retrógrado, provinciano e inflexível, a partir da priorização da sua velhice.

Observando a última década de vida de Mário Melo, enxergamos um Mário Melo mais jornalista do que historiador. Os setenta e quatro trabalhos de Mário Melo, divulgados na RIAHGP durante a sua vida, foram publicados até o ano de 1949⁵⁶⁵. Por outro lado, ele investiu muita energia, nas três colunas em que colaborava, em dois jornais recifenses na década de 1950⁵⁶⁶. Nesse momento da sua vida, ele concilia, nas suas colunas, assuntos históricos com questões do cotidiano da população da cidade do Recife. Como vimos, durante o Estado Novo, Mário Melo é estimulado a participar, cada vez mais, das questões públicas da cidade, ao mesmo tempo, em que ele se envolvia com a classe dirigente pernambucana. Essa sua ligação com o povo/política é maximizada quando ele se torna deputado estadual, em 1947, com suas colunas, servindo para defender os seus projetos como parlamentar e justificar o seu mandato. Nesse sentido, vemos Mário Melo buscando tratar de temas que eram de domínio de quase todos. Apesar de ser um movimento comum ao ofício de jornalista, o qual ele aplicou durante toda a sua trajetória jornalística, aqui, na década de 1950, notamos um excesso no desejo de tratar de assuntos polêmicos⁵⁶⁷.

Enquanto Mário Melo é levado a participar de discussões nos jornais recifenses, sobre assuntos considerados menores, a configuração do campo político e cultural pernambucano lhe era bastante adversa. Por um lado, pós Estado Novo, começa a surgir no Recife “impulsos renovadores” artísticos com condições de desestabilizar as forças

⁵⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Mário Melo*. Jornal do Comércio, Recife, 03 de janeiro de 1960. In: RIAHGP, Recife, v. 45, 1960, p. 235-237.

⁵⁶⁵ Vale destacar que nos anos 1950 foram publicados apenas 2 volumes da RIAHGP, em contraste com a década de 1940, onde houve sete volumes da RIAHGP, sinalizando um mal funcionamento do IAHGP na década de 1950.

⁵⁶⁶ Durante toda a década de 1950 foram publicadas, diariamente, três crônicas de Mário Melo na imprensa recifense: no “Ontem, Hoje e Amanhã”, do vespertino do *Folha da Manhã*; no “Aqui e Ali”, do matutino do *Folha da Manhã*; no “Crônica da Cidade”, do *Jornal do Comércio*.

⁵⁶⁷ Além dos temas mencionados acima por Aníbal Fernandes (o perigo do futebol; a gramática portuguesa; a grandeza do Recife; o busto de Bandeira), vemos uma insistência de Mário Melo em abordar também outros temas de apelo popular, como: o carnaval pernambucano; campanhas eleitorais; as árvores da cidade, principalmente a gameleira do Espinheiro. Nesses temas citados acima, e em outros, inclusive assuntos históricos, Mário Melo mostrava-se intenso, manifestando, não poucas vezes, uma intransigência.

conservadoras tradicionais do campo cultural local⁵⁶⁸ e, por outro lado, ocorre o esfacelamento da imagem de Agamenon Magalhães, permitindo a ascensão da esquerda, em Pernambuco, e de novos valores políticos⁵⁶⁹. Nesse novo cenário cultural e político dos anos 1950, o IAHGP não consegue satisfazer os novos interesses de importantes grupos, perdendo importância e meios para proteger seus principais agentes, inclusive Mário Melo. Essas redefinições colocaram Mário Melo, numa situação vulnerável, potencializando os ataques que lhe infligiam. Nesse sentido, vemos que os anos 1950 eram um momento propício para fixar uma imagem negativa de Mário Melo, servindo, para aquela nova geração, como um modelo de intelectual para ser desprezado, por representar os valores mais ultrapassados.

Esse retrato de traços mais grotescos de Mário Melo, desenhado, sobretudo, a partir dos anos 1950, está vivo e forte no imaginário de muitos pernambucanos da atualidade, sessenta anos depois da sua morte. Durante a construção da nossa tese, percebemos que essa imagem negativa do “velho” Mário Melo escondia quatro décadas (1909-1949) da sua importante atuação como historiador. Desse modo, ao colocarmos luz, na trajetória do historiador Mário Melo, enxergamos, simultaneamente, um outro Mário Melo e um outro campo intelectual pernambucano, a partir da revelação da participação efetiva do IAHGP, na construção de uma poderosa narrativa simbólica, inclusive colaborando na construção de discursos políticos.

A trajetória do historiador Mário Melo nos permitiu visualizar as relações de força que permeavam e atravessavam o campo historiográfico pernambucano. Observando os seus primeiros movimentos dentro do IAHGP, de 1909 a 1917, percebemos que Mário Melo estava ajustado com a tradição do Instituto, tradição historiográfica que estimulava uma produção comprometida em enaltecer os acontecimentos que transmitiam a ideia da “bravura pernambucana”. Esse engajamento, em elaborar uma narrativa positiva sobre Pernambuco, favorecia uma estreita relação entre o IAHGP e o campo político pernambucano. A relação entre esses campos, que garantia ao Instituto recursos financeiros e o reconhecimento como instituição de utilidade pública, permanecerá até a década de 1940.

Esse ajuste de Mário Melo (com essa determinada tradição historiográfica) nos fala sobre as suas disposições e habilidades, que lhe proporcionaram facilidades para produzir trabalhos considerados relevantes. Vale destacar que essa sua sintonia com o IAHGP lhe

⁵⁶⁸ Sobre esse impulso renovador ver: TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**: a presença do Teatro de Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946 -1964). Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007.

⁵⁶⁹ Sobre a redução de poder do grupo de Agamenon Magalhães, ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Ed. Massangana, 2015, p. 237-246.

garante um reconhecimento social, possibilitando que Mário Melo exerça relativa autoridade dentro do Instituto. Mário Melo se empenhará, durante toda a sua trajetória, em reforçar a sua imagem como um historiador ligado aos antigos e verdadeiros valores do IAHGP, reafirmando a sua imagem social, construída desde 1909, como um meio para lhe garantir a continuidade de sua hegemonia, no IAHGP, e permanecer sendo reconhecido como o verdadeiro guardião das tradições do Instituto. Vemos, na manutenção da sua autoridade, a sobrevivência dos antigos valores do Instituto.

O seu saber e sua reputação transmitiam bons sinais à elite política pernambucana, resultando em convites a Mário Melo que lhe estimulavam a se aproximar do campo de poder para exercer cargos ou cooperar simbolicamente na legitimação de determinadas ações do governo. A sua relação com o campo de poder se intensifica durante a interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945), assegurando-lhe ganhos materiais e uma relativa maximização da sua própria imagem social. Por meio da análise das condições sociais e históricas da elaboração do livro *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, identificamos que Mário Melo escreveu em sintonia com as necessidades do campo historiográfico e do campo de poder político. O relativo sucesso de Mário Melo, como historiador durante o Estado Novo, está relacionado às respostas que ele ofereceu ao debate historiográfico que permeava os Institutos na época, assim como, pelas reivindicações que vinham do campo de poder político. Nosso trabalho, ao se empenhar em expor a ligação de Mário Melo com esses dois campos, procurou exhibir as relações de força que constrangiam o ofício historiográfico, na primeira metade do século XX, em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALVES, Audálio. **Seleta de autores pernambucanos** I. Rio de Janeiro: Edições Jornal de Letras; Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1987.

ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade**: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo. Recife: Edições Bagaço, 2006.

BARBOSA, Lúcia Falcão. **O castelo de Alecrim**: Intelectuais no Recife, em 21 de abril de 1960. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco – Recife: 2005.

BARBOSA, Virgínia; GASPARD, Lúcia. **Mário Melo 1884-1959**: uma bibliografia. Recife: FUNDAJ, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **Historicismo**: notas sobre um paradigma. Antíteses (Londrina), v. 5, p. 391-419, 2012.

BENJAMIN, Walter. **A imagem de Proust**. In: Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Vol. I. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994. P.36-49.

_____. **Sobre o conceito de história**. In: Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Vol. I. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994. P.222-234.

BERNARDES, Denis. **Recife**: o caranguejo e o viaduto. Recife, Ed. UFPE, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Ed. Difel/Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **As Regras da Arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1996.

_____. Campo intelectual y proyecto creador (1966). In: **Campo de poder, campo intelectual**. Ed. Montessor, 2002.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2004.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Zouk, 2007.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade**: Inspetoria de monumentos de Pernambuco. Recife: Ed. Massangana, 2014.

_____. **Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo:** Experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro. Tese (Doutorado em História), UFPE, Recife, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

CAVALCANTI, Amanda. A. M. **Cadê Mário Melo:** um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife. Dissertação. UNIRIO, 2017.

CAZZETA, Felipe. "Deus, pátria, família... Monarquia: Ação Imperial Patrionovista e Ação Integralista Brasileira - choques e consonâncias". **Boletim do Tempo Presente**, nº 04, de 08 de 2013.

CHARLE, Christophe. **A Gênese da sociedade do espetáculo:** Teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro\Lisboa: Bertrand\Difel, 1990.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1493 – 1590). Volume I. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade:** conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Recife: UFPE, 2003.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos** e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DIAS, Margarida Maria Santos. **A produção Historiográfica da Paraíba** na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III !”. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.517-536, Jul/Dez 2006.

ELIAS, Norbert. **A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Mozart:** Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FONSECA, Homero. **Mário Melo:** arte de viver teimosamente. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 2001.

FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras:** a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista.** 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. A arte como um sistema Cultural. In: **O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1997.

GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. **Remate de Males**, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

_____. **Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre**. IN: Escrita de si. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. Educação, ciência e edição: consagração intelectual, dos periódicos às coleções. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 6-15, 2014.

_____. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 49-70, jul./dez. 2017.

_____. A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, p. 90-103, 2019.

GOMES, Angela. de Castro.; ABREU, M. C. A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 11-24, 2009.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis: O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. Recife: UFPE, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

GONTIJO, Rebeca. **História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu**. História (UNESP. Impresso), v. 24, p. 159-185, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. **Religião, Pátria e Liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876**. Recife, Mestrado em História UFPE, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. **Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, p. 184-200, 2002.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LOWENTHAL. David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. 1998.

MAGALHÃES, Agamenon. O intelectual do comentário. In: MELO, Mário. **A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista**. Recife: CEPE, 2012.

MALATIAN, Teresa. Portugal e Brasil, pátrias unidas: repúblicas e republicanos em 1910. **RIHGB**, Rio de Janeiro, a. 173(454): 157-182, jan./mar. 2012.

_____. Biografias transgressoras: Manoel de Oliveira Lima e D. Luís de Orleans e Bragança. **Maracanan**, p. 207-231, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008.

MELO, Mário. **A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista**. Recife: CEPE, 2012.

MESQUITA, Gustavo. Gilberto Freyre e o Estado Novo: a trajetória de uma relação ambígua. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, V.8 n.12, pp.207-229, jan-jun. 2013.

MICELI, Sergio. Intelectuais e a classe dirigente no Brasil. IN: MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Mário Melo**. Boletim da Cidade do Recife: n. 170, jan./mar 1968; n. 171/172, abr./set. 1968 e n. 173/179, out. 1968 a jun. 1970.

OLIVEIRA JUNIOR, Romulo José Francisco. **Os operários das letras: o campo literário no Recife (1889-1910)**. Tese (Doutorado em História) UFPE, 2016.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Ed Massangana, 2015.

PARAÍSO, Rostand. **Cadê Mário Melo....** Recife: COMUNIGRAF, 1997.

PONTES, Heloísa. **Destinos mistos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife nas Décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2006.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: História da Cidade do Recife na Década de Vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817**. Rio de Janeiro: PUCRio, 2011.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHORSKE, Carl. **Viena fin-de-siecle**: política e cultura. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. Biografia como gênero e problema. **História Social**, n. 24, 2013.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Maçonaria e República**: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas Décadas de 1930 e 1940. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2013

SILVA, Jorge Fernandes da. **Vidas que não morrem**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

SILVA, Kalina Vanderlei. Um clássico. In: MELO, Mário. **A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista**. Recife: CEPE, 2012.

SILVA, Lucas Victor. **Sobre a narração em Oliveira Lima**: uma leitura da formação histórica da nacionalidade brasileira. Dissertação, UFPE, 2003.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**: breve história ilustrada. Recife: IAHGP, 2010.

_____. Os embates pela história da Revolução Pernambucana de 1817. **RIHGB**, v. 178, p. 115-130, 2017.

TAVARES, Cláudio. **Mario Melo** - Jornalista e historiador democrata. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1978.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**: a presença do Teatro de Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946 -1964). Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____. Recife: notas em torno da gênese de um campo cultural. **Clio**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 32.2, p. 117-143, 2014.

_____. Impregnado de eternidade. O Recife em Manuel Bandeira. **Antíteses** (Londrina), v. 09, p. 325-345, 2016.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona, Paidós, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Isto é, do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência, escrita em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, e dedicada a sua majestade imperial o senhor D. Pedro II. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979.

_____. “A fração Bloomsbury”. In: Plural-Sociologia USP, São Paulo, nº 06. 1999.

APÊNDICE A - FONTES

Acervos

Acervo Mário Melo – IAHGP

Acervo Mário Melo – CEHIBRA-FUNDAJ

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

Biblioteca Blanche Knopf – FUNDAJ

Biblioteca Central – UFRPE

Biblioteca Central – UFPE

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE

Sites

Hemeroteca Digital Brasileira:

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

Periódicos

Revista do IAHGP (1862-1960)

Diário de Pernambuco, Recife (1914-1945)

Jornal do Comércio, Recife (1934-1945)

Jornal Pequeno, Recife (1934-1945)

Folha da Manhã, Recife (1940-1945)

A Província, Recife (1925-1929)

APÊNDICE B - Lista dos trabalhos de Mário Melo publicados na RIAHGP

- A maçonaria e a revolução republicana de 1817. V. 15, n. 79, p. 1-60, mar. 1910.
- As academias secretas de Pernambuco. V. 17, n. 87, p. 71-75, jan./mar. 1915.
- Dicionário corográfico do Estado da Paraíba. V. 17, n. 90, p. 358-362, out./dez. 1915.
- Um patriota de 1817. V. 17, n. 90, p. 343-345, out./dez. 1915.
- O Arquipélago de Fernando de Noronha. V. 18, n. 91, p. 1-44, jan./mar. 1916.
- O canhão encontrado em Pau-d'Alho. V. 20, n. 101, p. 199-208, jul./set. 1918.
- Arraial Novo do Bom Jesus. V. 20, n. 101, p. 188-198, jul./set. 1918.
- O prédio do Instituto Arqueológico. V. 20, n. 102, p. 250-253, out./dez. 1918.
- A Revista do Instituto Arqueológico. V. 20, n. 100, p. 97-113, abr./jun. 1918.
- Limites entre Pernambuco e Bahia. V. 21, n. 103-104, p. 196-198, jan./jun. 1919.
- Esboço potamográfico: rios de Pernambuco. V. 21, n. 105-106, p. 229-335, jul./dez. 1919.
- Minerais de Pernambuco. V. 21, n. 103-104, p. 205-206, jan./jun. 1919.
- Combate da Casa-Forte. V. 22, n. 107-110, p. 56-60, jan./dez. 1920.
- Guerra dos Maribondos. V. 22, n. 107-110, p. 38-47, jan./dez. 1920.
- Pernambuco e a Independência do Brasil. V. 23, n. 111-114, p. 71-85, jan./dez. 1921.
- O Recife. V. 23, n. 111-114, p. 99-105, jan./dez. 1921.
- A bandeira de Pernambuco. V. 24, n. 115-118, p. 621-624, 1922.
- Corografia de Pernambuco. V. 24, n. 115-118, p. 1-148, 1922.
- O Monte das Tabocas. V. 25, n. 119-122, p. 1-9, 1923.
- Dr. F. A. Pereira da Costa. V. 25, n. 119-122, 286-302, jan./dez. 1923.
- O suplício de frei Caneca. V. 26, n. 123-126, p. 365-374, jan./dez. 1924.
- Sobre o povoamento do solo de Pernambuco. V. 27, n. 127-130, p. 104-106, jan./dez. 1925.
- Os nossos manuscritos. V. 27, n. 127-130, p. 107-327, jan./dez. 1925.
- O brasão do Recife. V. 28, n. 131-133, p. 271-276, jan./dez. 1927.

- Origens de algumas famílias pernambucanas. V. 28, n. 131-134, p. 183-224, jan./dez. 1927.
- Exposições pernambucanas. V. 28, n. 131-133, p. 249-266, jan./dez. 1927.
- A origem da máquina de escrever. V. 28, n.131-134, p. 367-374, jan./dez. 1927.
- As heroínas de Tejucopapo. V. 28, n. 131-133, p. 326-321, jan./dez. 1927.
- Pernambuco pioneiro do descobrimento. V. 28, n. 131-133, p. 305-308, jan./dez. 1927.
- Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos. V. 28, n. 131-133, p. 285-298, jan./dez. 1927;
- Ensaio sobre alguns topônimos pernambucanos. v. 29, n. 135-142, p. 129-140, jan.1928 dez. 1929.
- Antiguidade do açúcar no Brasil. V. 29, n. 135-142, p. 113-118, jan. 1928/dez. 1929.
- A igreja mais antiga do Brasil. V. 29, n. 135-142, p. 61-76, jan.1928/dez. 1929. il. tabela.
- Os carnijós de Águas Belas. V. 29, n. 135-142, p. 179-227, jan. 1928/dez. 1929.
- Limites Pernambuco-Paraíba. V. 29, n. 135-142, p. 151-155, jan. 1928/dez. 1929.
- Arqueologia pernambucana: os litoglifos de Vila Bela. A pedra do letreiro. A pedra do sino. V. 29, n. 135-142, p. 7-24, jan. 1928/dez. 1929.
- Lendas pernambucanas. A furna da Serra Talhada. V. 29, n. 135-142, p. 33-36, jan. 1928/dez. 1929.
- A Casa da Moeda em Pernambuco. V. 30, n. 143-146, p. 39-43, jan./dez. 1930
- Toponímia pernambucana. V. 30, n. 143-146, p. 175-231, jan./dez. 1930.
- A Ilha de Itamaracá. V. 30, n. 143-146, p. 8-23, jan./dez. 1930.
- A torre Malakoff. V. 30, n. 143-146, p. 117-125, jan./dez. 1930
- O escudo de armas de Jaboatão. V. 30, n. 142-146, p. 259-262, jan./dez. 1930.
- Frei Caneca. V. 31, n. 147-150, p. 7-37, jan./dez. 1931.
- Os pelourinhos do Recife. V. 31, n. 147-150, p. 195-203, jan./dez. 1931.
- O brasão de Duarte Coelho. V. 32, n. 151-154, p.257-261, jan./dez. 1932. il.
- João Fernandes Vieira. V. 32, n. 151-154, p. 47-50, jan./dez. 1932.
- Genealogia luso-tupi. V. 32, n. 151-154, p. 39-42, jan./dez. 1932.

- Genealogia municipal de Pernambuco. V. 32, n. 151-154, p. 23-25, jan./dez. 1932.
- A república dos Palmares. V. 32, n. 151-154, p. 289-292, jan./dez. 1932.
- Arqueologia pernambucana. V. 32, n. 151-154, p. 7-14, jan./dez. 1932.
- Família Carneiro da Cunha. V. 32, n. 151-154, p. 63-73, jan./dez. 1932.
- Etnografia pernambucana. Os Xucurús de Ararobá. V. 33, n. 155-158, p. 43-45, out./dez. 1933.
- A primeira feitoria de Pernambuco. V. 33, n. 155-158, p. 7-15, jan. 1933/dez. 1934.
- O primeiro médico brasileiro. V. 33, n. 155-158, p. 187-188, jan. 1933/dez. 1935.
- Adornos indígenas. V. 33, n. 155-158, p. 48-50, jan. 1933/dez. 1935.
- A origem brasileira da família Drummond. V. 33, n. 155-158, p. 149-152, jan. 1933/dez. 1935.
- Reminiscências da Revolução Federalista. V. 35, p. 163-171, 1937-1938.
- Um "Machado de Âncora" de argila, dos tapuias pernambucanos. V. 35, p. 190-192, 1937-1938.
- O primeiro vigário de Pernambuco. V. 35, p. 212-215, 1937-1938
- A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista. V. 36, p. 7-56, 1939-1940.
- Uma relíquia do Recife holandês: a figura de pedra da antiga rua da Cruz. V. 36, p. 289-291, 1939-1940.
- José de Barros Falcão de Lacerda. V. 37, p. 7-24, 1941-1942.
- Homenagem a Henrique Dias e a Camarão. V. 38, p. 231-245, 1943.
- Síntese cronológica de Pernambuco. V. 38, p. 9-146, 1943.
- Pernambuco ante a revolta da Esquadra. V. 39, p. 144-157, 1944.
- O movimento patriótico do município do Triunfo. V. 39, p. 189-203, 1944.
- O extinto Convento do Carmo de Nazaré no Cabo de Santo Agostinho. V. 39, p. 117-120, 1944.
- A naturalidade do sementeiro, no Brasil, da Liberal Democracia. V. 39, p. 61-75, 1944.
- Antecedentes de autonomia em Pernambuco. V. 40, p. 7-19, 1945.
- A fumaça da Serra do Cajá e o sumidouro da Serra Talhada. V. 40, p. 203-206, 1945.
- O afro-indianismo na orografia pernambucana. V. 40, p. 278-291, 1945.
- A fumaça da Serra do Cajá e o sumidouro da Serra Talhada. V. 40, p. 203-206, 1945.

O governo eclesiástico na Revolução de 1817. V. 42, p. 90-95, 1948-1949.

Rebelião de frades no século XVII. V. 42, p. 36-40, 1948-1949.

Aves de Pernambuco: nomes vulgares e científicos. V. 45, p. 205-300, 1960.

O Recife de antanho. V. 45, p. 255-264, 1960.

.